

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE CIDADE MÉDIA E PEQUENAS
CIDADES: um estudo de Araguaína-TO, Campos Lindos-TO, Carolina-MA e São
Geraldo do Araguaia-PA**

REGES SODRÉ DA LUZ SILVA DIAS
UBERLÂNDIA/MG
2016

REGES SODRÉ DA LUZ SILVA DIAS

INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE CIDADE MÉDIA E PEQUENAS CIDADES: um
estudo de Araguaína-TO, Campos Lindos-TO, Carolina-MA e São Geraldo do
Araguaia-PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D541i Dias, Reges Sodré da Luz Silva, 1992

2016 Interações espaciais entre cidade média e pequenas cidades:
um estudo de Araguaína-TO, Campos Lindos-TO, Carolina-MA e
São Geraldo do Araguaia-PA / Reges Sodré da Luz Silva Dias. -
2016.

238 f. : il.

Orientador: Julio Cesar de Lima Ramires.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Cidades e vilas - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Fator demográfico - Teses. 4. Urbanização - Brasil - Teses. I. Rodrigues, Marcello Mundim, 1985-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

REGES SODRÉ DA LUZ SILVA DIAS

INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE CIDADE MÉDIA E PEQUENAS CIDADES: UM
ESTUDO DE ARAGUAÍNA-TO, CAMPOS LINDOS-TO, CAROLINA-MA E SÃO
GERALDO DO ARAGUAIA-PA

Julio Cesar Lima Ramires
Professor Dr. Julio Cesar de Lima Ramires - UFU

Magda Valéria da Silva
Professora Drª. Magda Valéria da Silva – UFG – Catalão - GO

Nágela Aparecida de Melo
Professora Drª. Nágela Aparecida de Melo – UFU – FACIP

Data: 07/12 de 2016

Resultado: aprovado com louvor

Para Edilma

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus, pela vida, pela saúde e pelas tantas oportunidades e livramentos que me concedeu, mesmo eu não sendo merecedor. Agradeço a Virgem Maria pelas constantes e infalíveis intercessões junto ao Soberano. Igualmente devo as intercessões de Santa Luzia.

Agradeço a meus pais, Edilma da Luz Martins Silva Dias e Edivan Fragoso Dias, pela paciência e confiança em meus estudos. Camponeses que nunca tiveram a oportunidade de estudar, concederam a mim essa possibilidade, dentro de todos os limites de capital cultural, social e econômico que lhes caracterizam. Não ser obrigado a trabalhar durante toda a minha vida de estudo, foi, na minha opinião, decisivo para meu relativo sucesso escolar, coisa que devo aos meus pais.

Ainda no âmbito da família agradeço ao meu irmão, Lucas André da Luz Silva Dias, pelo incentivo aos estudos e o apoio em várias decisões e momentos difíceis. Sua amizade sempre foi muito gostosa e apaixonante.

Agradeço também à minha namorada Miriam Conceição Souza, que desde 2011, tem sido a pessoa que mais me suporta com meus problemas acadêmicos. Viu de perto meus fracassos e vitórias. Obrigado de coração por suportar cada um deles, dando sempre uma pitada de temperança, e os tornando mais leves.

Agradeço ao Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff pela ampliação dos investimentos em educação. Através desses governos pude ter bolsa de iniciação científica, bolsa de monitória, bolsa de mestrado e recursos para viajar à vários eventos. Sem tais incentivos certamente não estaria concluindo essa pesquisa.

Aproveitando o ensejo agradeço à Universidade Federal de Uberlândia pelo ensino de qualidade oferecido e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Mestrado, recurso mais que fundamental para minha estada em Uberlândia.

Agradeço ao professor Julio Cesar de Lima Ramires, que me orientou nessa pesquisa. Levarei seu exemplo por toda a minha vida, de pessoa inteligente e humilde, equilibrada e atenciosa. Orientou-me com esmero em todo o decorrer da pesquisa, sempre me cobrando resultados melhores, sem perder, em um só momento, a educação.

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Beatriz Ribeiro Soares e Nágela Aparecida de Mello, pelas contribuições insofismáveis para conclusão desse trabalho.

Igualmente estendo meu agradecimento aos componentes da banca, Nágela e Magda, pela leitura criteriosa dessa pesquisa.

Agradeço ao professor Eliseu Pereira de Brito, orientador durante a graduação, pelas inúmeras portas abertas e pela leitura de meus primeiros rascunhos do projeto de mestrado. Agradeço também o professor Aires José Pereira pelo constante incentivo que me deu durante a graduação. Ao professor Luciano da Silva Guedes pela ajuda imprescindível no final da graduação com questões burocráticas para que eu realizasse a matrícula no Mestrado.

Agradeço à algumas pessoas que me forneceram materiais de estudo: à Poliana, secretária da pós-graduação em Geografia da UFT - Porto Nacional; à companheira Thaysslloranny e o Luciano Bernardo. Este me ajudou também com discussões sobre a produção de Jessé Souza, tentando relacionar o papel de classes sociais e as pequenas e médias cidades.

Agradeço ao professor Sebastião, diretor do Colégio Sertão Maranhense, pela calorosa recepção em Carolina e a indicação de três alunos para me auxiliar no trabalho de Campo. Agradeço à Paulina Fragoso pela estadia em Filadélfia, e à Fernanda Fragoso pelo empréstimo de sua motocicleta, sem a qual o trabalho de campo em Carolina teria sido muito mais laborioso.

Meus companheiros também me ajudaram bastante durante o mestrado. Robson, pelas inúmeras conversas e confidencias de momentos angustiantes. Vinicius, que tem sido um constante interlocutor na busca por ideias novas, notadamente me influenciando com leituras diversas grandes autores.

Ao companheiro Hélio Márcio, com quem travamos um profícuo diálogo sobre as mais diversas problemáticas da vida. Obrigado pelos muitos incentivos, inclusive financeiros, para que meu capital cultural (e como corolário, o econômico, também) cresça cada dia mais. Agradeço também pela correção gramatical desse trabalho.

Agradeço à Ariane, pelas conversas e trocas de ideias no laboratório de Planejamento Urbano e Regional.

Por fim, ressalto o trabalho que desempenham Izabel e João na secretaria da Pós-Graduação, nos atendendo com precioso cuidado e atenção.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os papéis desempenhados e as interações estabelecidas pelas pequenas cidades da região de influência de Araguaína-TO, que é o segundo principal centro urbano do Tocantins, dispondo de uma ampla oferta de bens e serviços para o contexto regional. Dentre as 26 cidades sob sua região de influência, Carolina-MA, São Geraldo do Araguaia-PA e Campos Lindos-TO, se destacam em vários indicadores econômicos e populacionais, como os maiores PIBs, população e produção agropecuária. A pesquisa foca no entendimento dessas pequenas cidades, a partir da centralidade e das interações espaciais, produzidas pelas atividades econômicas que elas mantém com outros centros e dos deslocamentos dos seus moradores. Em termos metodológicos, o estudo apresenta uma abordagem quali-quantitativa. Os procedimentos quantitativos estão focados na caracterização geral das pequenas cidades diretamente influenciadas por Araguaína, segundo classificação do IBGE (2008), coletando dados secundários de vários órgãos e instituições. Com relação aos procedimentos de natureza qualitativa, por meio de observação simples percorremos as ruas de São Geraldo do Araguaia, Carolina e Campos Lindos, com diário de campo, quando foi possível, fazendo anotações de todos os estabelecimentos existentes e principais serviços oferecidos, bem como elementos para a realização de mapas temáticos. Realizamos também entrevistas semi-estruturadas com a utilização de dois tipos de formulários, sendo o primeiro, destinado à população da área urbana e o outro com os proprietários e responsáveis pelos estabelecimentos comerciais. Entre os elementos que redefinem a rede urbana estão as novas tecnologias da informação, a ampliação do consumo entre os trabalhadores de menor renda, bem como o avanço do agronegócio e a tímida desconcentração industrial. Em termos analíticos, surgem novas abordagens que propõe explicações à esses elementos. Entre os quais, destaca-se a articulação de escalas geográficas, em que as interações espaciais se tornam interescalares. Nas pequenas cidades em estudo, os processos de modernização são muito recentes e se realizam com extrema contradição, em razão dos acentuados índices de pobreza. As novas dinâmicas que redefinem a rede urbana nacional, não são indiferentes na região em estudo, guardadas as suas especificidades e os cuidados que se deve ter ao fazer analogias de processos gerais, elas já se mostram capazes de impor novos elementos para se pensar a rede de cidades. De um lado, as cidades médias tem suas funções sustentadas em interações espaciais interescalares e hierárquicas, subordinando as pequenas cidades, de outro, essas cidades ao mesmo tempo que estão subordinadas a cidade média, subvertem parcialmente essa hierarquia, especialmente através das novas tecnologias e do fortalecimento do agronegócio.

Palavras-chave: Pequenas cidades; rede urbana; cidades médias; região de influência de Araguaína; Tocantins

ABSTRACT

This research investigates the roles played and the interactions established by smalltowns in the area of influence of Araguaína-TO, which is the second largest urban center of the Tocantins, offering a wide range of goods and services to the regional context. Among the 26 cities under its area of influence, Carolina, São Geraldo do Araguaia and Campos Lindos, highlight in various economic and population indicators, such as higher GDP, population and agricultural production. The research focuses on the understanding of these small towns, from the centrality and spatial interactions produced by the economic activities that they have with other centers and displacement of its residents. In terms of methodology, the study presents a qualitative and quantitative approach. Quantitative procedures are focused on characterization of small towns directly influenced by Araguaína, according to the classification of the IBGE (2008), collecting secondary data from various agencies and institutions. With regard to qualitative procedures, through simple observation go through the streets of São Geraldo do Araguaia, Carolina and Campos Lindos, with diary, when possible making notes of all the shops and main services offered, as well as elements for the realization of thematic maps. We also semi-structured interviews with the use of two types of forms, the first, for the population of the urban area and the other with the owners and responsible for commercial establishments. Among the elements that redefine the urban network are the new information technologies, the expansion of consumption among low-income workers, and the advance of agribusiness and timid industrial desconcentration. In analytical terms, there are new approaches that propose explanations to these elements. Among which stands out the articulation of geographic scales, in which the spatial interactions become interescalares. In small cities under study, modernizations processes are very recent and realized with extreme contradiction, because of higher poverty rates. The new dynamics that redefines national urban network, are not indifferent in the region under study, kept their specificities and care should be taken when making analogies general processes, they have to show themselves capable of imposing new elements to think about the network cities. On the one hand, the medium-sized cities have its supported functions in interescalares and hierarchical spatial interactions, subordinating the small towns on the other, these cities at the same time are subject to average city, partially subvert this hierarchy, especially through new technologies and strengthening agribusiness.

Key-words: small towns; urban network; medium-sized cities; area de influence of Araguaína; Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Elementos selecionados no estudo de pequenas cidades 69

FOTOS

Foto 1 - Campos Lindos: Concessionária Lavronorte, 2016 161
Foto 2 - Campos Lindos: 161
Foto 3 - Cidade de São Geraldo do Araguaia: esgoto a céu aberto, 2016 170
Foto 4 - São Geraldo do Araguaia: Saga Shopping 172
Foto 5 - Carolina: academia instalada no antigo Clube Ideal, 2016 193

FIGURAS

Figura 1 - Fluxos na teoria de localidade central e na rede de cidades 50
Figura 2 - Padrão espacial da rede de cidades 51
Figura 3 - Rede de localidade central e nível de renda 53

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: domicílios com computador e acesso à internet (2005-2013) 27
Gráfico 2 - Brasil: crescimento do número de passageiros no transporte aéreo (2003-2014) .. 30
Gráfico 3 - Distribuição das faixas de renda no Brasil (1992-2009) 34
Gráfico 4 - Evolução da população rural, urbana e total de Carolina (1940-2010) 109

MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de pesquisa (2016) 17
Mapa 2 - Brasil: divisão territorial do trabalho – 2004 42
Mapa 3 - Brasil: municípios criados no interregno de 1960 a 2007 71

Mapa 4 - Tocantins: rede urbana em 2007.	86
Mapa 5 - Regiões da Saúde no Tocantins (2012).	98
Mapa 6 - Região de influência de Araguaína e cidades importantes do entorno, 2016.	107
Mapa 7 - Campos Lindos: estruturação do espaço urbano, 2016.	149
Mapa 8 - Campos Lindos: posição geográfica, 2016.	152
Mapa 9 - Campos Lindos: Interações geradas pelos serviços de saúde, 2016.	155
Mapa 10 - Campos Lindos: fluxos de ligações telefônicas, 2016.	159
Mapa 11 - Campos Lindos: local de origem das empresas, 2016.	162
Mapa 12 - Espaço urbano de São Geraldo do Araguaia, 2016.	167
Mapa 13 - São Geraldo do Araguaia: fluxo de saúde, familiares e lazer, 2016.	179
Mapa 14 - São Geraldo do Araguaia: fluxos de ligações telefônicas, 2016.	182
Mapa 15 - Carolina: espaço urbano, 2016.	189
Mapa 16 - Carolina: fluxos telefônicos, 2016.	200
Mapa 17 - Municípios de atuação da empresa Pipes na área de navegação, 2015.	204

QUADROS

Quadro 1 - Algumas propostas de conceituações de para pequenas cidades.	63
Quadro 2 - As maiores empresas do país presentes nas cidades médias do Tocantins (2013).83	83
Quadro 3 - Data da criação das pequenas cidades da região de Araguaína, 2016.	106
Quadro 4 - As motivações de desmembramento na região de Araguaína depois de 1990....113	113
Quadro 5 - Síntese dos indicadores das cidades de Campos Lindos, São Geraldo do Araguaia, Carolina, 2016.	211

TABELAS

Tabela 1 - Brasil: municípios segundo as classes populacionais (1960-2010).....75	75
Tabela 2 - Profissionais da saúde por pequena cidade da região de influência de Araguaína, 2016.	95
Tabela 3 - Região de influência de Araguaína: população rural, urbana e total dos municípios criados entre 1948-1963.	111

Tabela 4 - Região de influência de Araguaína: população urbana, rural e total dos municípios criados a partir de 1980.	115
Tabela 5 - Empresas abertas entre 1966-2013 nas cidades emancipadas entre 1948-1963. ..	119
Tabela 6 - Região de Influência de Araguaína: distribuição de faixas de rendimentos, 2010	122
Tabela 7 - Municípios da região de influência de Araguaína: PIB em 2012.....	125
Tabela 8 - IDHM e GINI dos municípios da região de influência de Araguaína (1991-2000-2010).....	131
Tabela 9 - Municípios da região de influência de Araguaína: indicadores de educação, 2015.	134
Tabela 10 - Região de influência de Araguaína: situação e entorno dos domicílios particulares permanentes nas pequenas cidades, 2010.....	137
Tabela 11 - Bens duráveis nos domicílios dos municípios da região de influência de Araguaína, 2010.	140
Tabela 12 - Carolina: Faixas de remuneração na empresa PIPES por setores de atividade em 2014.	191
Tabela 13 - Carolina: desigualdades no espaço urbano, 2010.....	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	23
AS PEQUENAS CIDADES NA REDE DE CIDADES: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS	23
1.1 Bases socioeconômicas para pensar as redes e os novos papéis das pequenas cidades	23
1.2 Localidades centrais e rede de cidades.....	44
1.3 Pequenas cidades: aproximações conceituais e perspectivas teóricas	57
CAPÍTULO 2.....	80
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE ARAGUAÍNA.....	80
2.1 Uma contextualização das cidades médias do Tocantins	80
2.2 Araguaína e sua região de influência	87
2.3 As pequenas cidades da região de Araguaína: formação territorial e dinâmica demográfica	105
2.3.1 <i>As cidades mais antigas: emancipadas entre 1831-1963</i>	108
2.3.2 <i>As cidades mais novas: emancipados a partir de 1980</i>	112
2.3.3 <i>Uma síntese</i>	114
2.4 A dinâmica econômica das pequenas cidades	116
2.5. Indicadores sociais das pequenas cidades: avanços e fragilidades.....	129
CAPÍTULO 3.....	146
INTERAÇÕES ESPACIAIS E AS PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE ARAGUAÍNA	146
3.1. Campos Lindos: das precariedades locais às interações globais	146
3.1.1. <i>O espaço urbano de Campos Lindos: infraestrutura e equipamentos comerciais</i> ...	146
3.1.2 <i>Do espaço urbano a rede urbana</i>	151
3.2. São Geraldo do Araguaia-PA: da riqueza no campo à pujança do comércio.....	166
3.2.1 <i>O espaço urbano de São Geraldo do Araguaia: infraestrutura e equipamentos comerciais</i>	166
3.2.2 <i>A inserção de São Geraldo do Araguaia na rede urbana</i>	176

3.3 Carolina-MA entre passado e futuro: um diagnóstico do presente	187
3.3.1 <i>O espaço urbano de Carolina: infraestrutura e equipamentos comerciais</i>	187
3.3.2 <i>Interações espaciais de Carolina na rede urbana</i>	195
3.4 Síntese dos indicadores das pequenas cidades.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	234

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga os papéis desempenhados e as interações espaciais estabelecidas pelas pequenas cidades da região de influência de Araguaína-TO. Essa cidade é o segundo principal centro urbano do Tocantins, dispondo de uma ampla oferta de bens e serviços para o contexto regional. A cidade, desde 1993, dobrou sua centralidade na rede urbana, estendendo sua influência, em algumas direções, para além dos limites territoriais do Tocantins.

Na pesquisa Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Araguaína foi classificada como Capital Regional C. As capitais regionais tem “capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles” com “área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (*ibidem*, p. 11).

Em 2007, Araguaína influenciava de forma direta e indireta 79 centros, assim classificados: Centro Sub-Regional A (Redenção-PA), Centro Sub-Regional B (Balsas-MA), Centro de Zona A (Colinas do Tocantins-TO, Guaraí-TO, Tocantinópolis-TO e Conceição do Araguaia-PA), Centro de Zona B (Xinguara-PA e Tucumã-PA), e cerca de 71 centros locais, dos quais 26 estão diretamente ligados à ela (IBGE, 2008).

Dessa forma, Araguaína não exerce sua função de cidade média sobre um espaço inerte ou insignificante. E é justamente das “cidades esquecidas e desconhecidas” pela literatura regional que estamos interessados, ou seja, as pequenas cidades. Não que elas serão estudadas de forma isolada, mas na constante interação pequena cidade e cidade média. O trabalho surge da necessidade de estudar os papéis dessas pequenas cidades e analisar como elas se relacionam com outros centros, especialmente com a própria cidade média de Araguaína.

Em termos operacionais, para efetivar a pesquisa, tomamos o estudo “Região de Influência das Cidades”, como nosso ponto de partida, mas em hipótese alguma de chegada. Assim, as definições usadas do IBGE nessa introdução são apenas aproximações iniciais. Além disso, ter como ponto de partida o estudo do IBGE (2008) atende nosso desejo de trabalhar com uma regionalização que não fosse político-administrativa, que embora muito importante em vários sentidos, se distância, por vezes, das efetivas conformações de regiões sob a égide da

globalização/fragmentação. O REGIC tem a vantagem de identificar regiões de influência que se sobrepõe e não respeita delimitações oficiais.

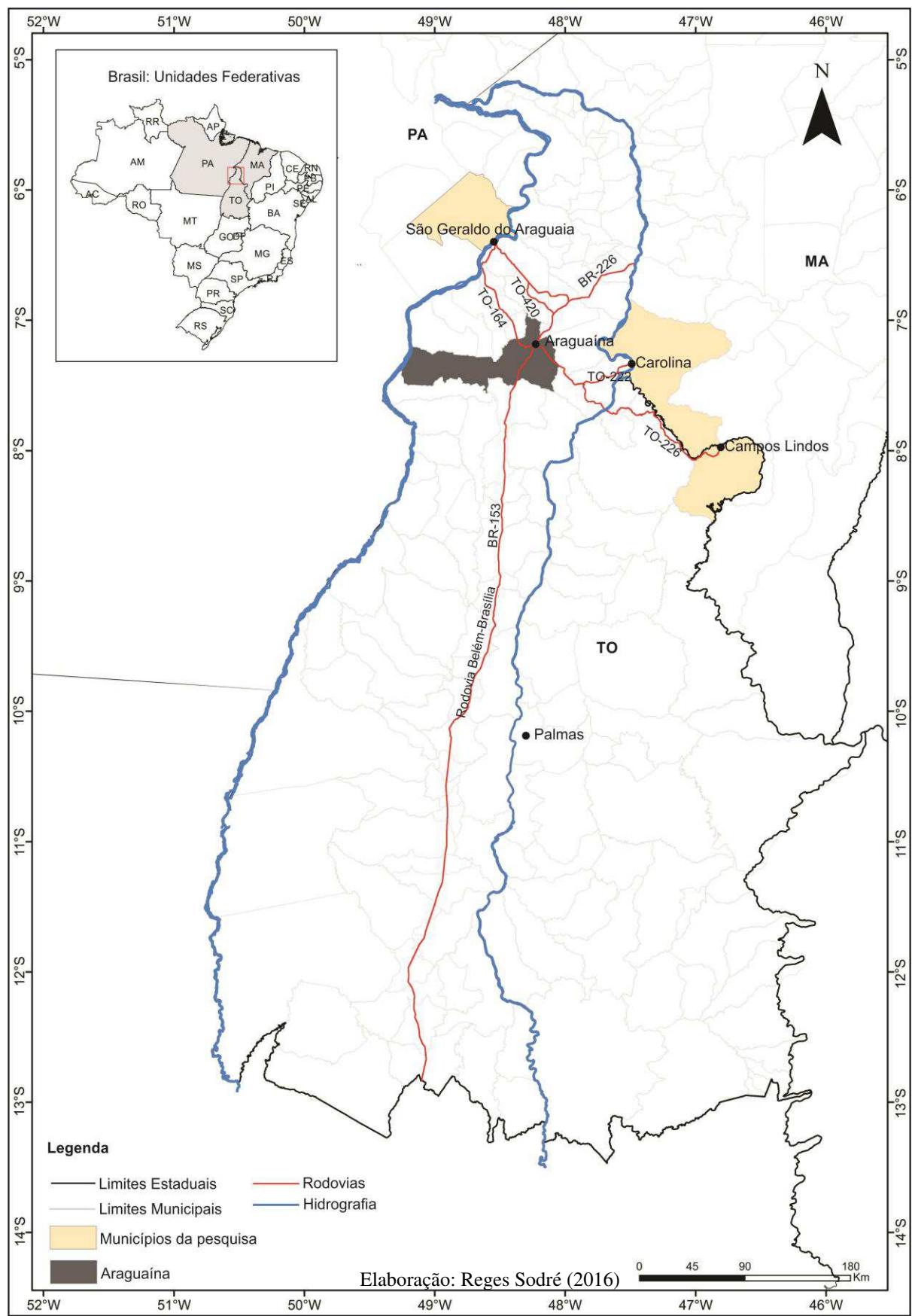
Diante disso, duas escolhas iniciais foram necessárias: o recorte espacial e as pequenas cidades dentro desse recorte a serem enfocadas. Tínhamos a opção de pesquisar toda a região de influência definida pelo estudo do IBGE (2008), e a partir dessa, as cidades com maior centralidade (os centros sub-regionais, como Balsas, por exemplo). Contudo, as dificuldades na geração de dados, o pouco tempo e os recursos disponíveis inviabilizaram essa ideia. Assim, decidimos estudar os pequenos centros urbanos que estão diretamente sob a influência de Araguaína, definidos como “cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, com população [geralmente] inferior à 10 mil habitantes” (IBGE, 2008, p. 13).

A relação dessas pequenas cidades com Araguaína nos pareceu no início da pesquisa realmente compor relações de dependência hierárquica, com “fluxos intensos” entre elas, surgindo como mais um motivo para estudá-las, não para reafirmar hierarquias, mas para descobrir novas dinâmicas para além desse quadro. Todavia, não seria possível estudar de forma verticalizada todas as 26 pequenas cidades diretamente subordinadas a Araguaína, impondo-se a necessidade de uma segunda escolha.

Portanto, escolhemos estudar as cidades de Carolina-MA, São Geraldo do Araguaia-PA e Campos Lindos-TO (ver mapa1). A escolha dessas três cidades se justifica por motivos específicos, foram suas particularidades que nos despertou o interesse de estudá-las, ainda que tenham muitos elementos em comum. Campos Lindos, apesar de ter sido emancipado em 1991, atingiu rapidamente a condição de maior produtor de soja do estado do Tocantins, e tem o maior contingente populacional (8.139 habitantes) entre os municípios desse mesmo período (década de 1990) na região de influência de Araguaína. Possui também o maior Produto Interno Bruto entre os 26 municípios. O mesmo ocupa uma posição de “isolamento” a sudeste de Araguaína, sendo vizinho do maior centro produtor de soja do Maranhão – Balsas, levantando o questionamento da efetiva extensão dos papéis de Araguaína.

São Geraldo do Araguaia, município emancipado no final da década de 1980, tem os melhores números socioeconômicos da região de Araguaína. Tem o maior contingente populacional (25.000 habitantes); o segundo maior PIB; a maior quantidade de estabelecimentos comerciais e serviços; maior geração de empregos formais e informais. No segmento produtivo possui uma forte cultura pecuarista, com mais de 300 mil cabeças de gado, suficientes para atrair um frigorífico com atuação nacional, instalado em 2015.

Mapa 1 - Localização da área de pesquisa (2016).



Fonte: Tocantins (2012a).

Por fim, destacamos que a posição desse município, localizado no sudeste do Pará, entre duas cidades médias, Araguaína-TO e Marabá-PA, nos chamou a atenção quanto aos direcionamentos das interações espaciais e porque a cidade tocantinense e não a paraense exerce influência sobre São Geraldo do Araguaia.

Carolina é uma cidade centenária, fundada ainda no século XIX, que chegou a exercer um importante papel no norte do Tocantins e leste do Maranhão. Com a expansão da fronteira agrícola na década de 1960 essa cidade perdeu espaço na divisão territorial do trabalho, muito em função de ter ficado fora do eixo de circulação da rodovia Belém-Brasília, para onde se direcionou os fluxos de investimento do sudeste da Amazônia Oriental. Depois de um longo período de estagnação a cidade vem apresentando sinais de crescimento. Em 2010 o município tinha 23.000 habitantes, sendo 16.000 no espaço urbano (o maior índice entre as pequenas cidades); lograva do terceiro maior PIB; era a segunda em geração de empregos e disponibiliza importante oferta de serviços de educação *vis-à-vis* as demais cidades. Recentemente, nesse município tem avançado o cultivo de soja e a plantação de eucalipto. A posição geográfica de Carolina também foi um elemento relevante para sua escolha, já que a mesma está localizada no sul do Maranhão, região que Imperatriz exerce polarização. Portanto, ocorre algo semelhante à São Geraldo do Araguaia.

Acrescenta-se ainda como justificativa para esse trabalho, a importância de trazer à reflexão e ao entendimento uma importante dimensão da manifestação da sociedade – a rede urbana – em uma região que tem passado por significativas alterações em suas estruturas espaciais frente ao avanço do capital representado em agentes públicos e privados. O conhecimento dos papéis e das articulações dos centros urbanos oferece subsídios ao planejamento urbano-regional e ação de diversos agentes sociais, incluindo-se os movimentos sociais.

O problema dessa pesquisa reside em determinar quais as funções e papéis urbanos das pequenas cidades de São Geraldo do Araguaia, Carolina e Campos Lindos, e como elas se articulam com a própria cidade média de Araguaína. Assim sendo, é possível estabelecer alguns questionamentos:

- Quais os papéis das pequenas cidades selecionadas e com quais centros elas estabelecem interações espaciais materiais e imateriais? Tais interações obedecem à uma hierarquia e/ou se sustentam em articulações interescalares para além da subordinação com a cidade média de Araguaína?

- Cidades com tempo de formação diferente apresentam as mesmas características e significados no contexto da rede urbana, tais como Carolina-MA (1831), Campos Lindos-TO (1991), e São Geraldo do Araguaia-PA (1988)?

- As relações de Araguaína com as pequenas cidades extrapolam o limite político-administrativo do estado do Tocantins. Quais as implicações econômicas, políticas e sociais desse processo? Existem particularidades entre as pequenas cidades do Tocantins e dos outros estados (MA e PA)?

- A localização geográfica de Araguaína no extremo norte do Tocantins, tem influência no seu papel de comando da rede urbana?

Elegeu-se como objetivo geral analisar os papéis urbanos das pequenas cidades de São Geraldo do Araguaia, Carolina e Campos Lindos na região de Araguaína, por meio das interações espaciais produzidas pelas atividades econômicas que elas mantêm com outros centros e dos deslocamentos dos seus moradores. Em relação aos objetivos específicos, pretendeu-se: a) discutir o conceito de rede urbana, priorizando a inserção das pequenas cidades; b) caracterizar as pequenas cidades da região de Araguaína; c) analisar as interações espaciais de Carolina, São Geraldo do Araguaia e Campos Lindos.

Para atingir tais objetivos e solucionar a problemática buscamos respaldo no conceito de rede urbana, interações espaciais e região. A reflexão conceitual foi acompanhada de teorias que a sustenta, tais como a teoria da localidade central, da rede de cidades, e do meio técnico-científico-informacional. Soma-se ao núcleo conceitual, a noção de pequena cidade, sobre a qual procurou-se resgatar parcela da produção da Geografia brasileira, com o objetivo de defini-la, caracterizá-la e analisar seus significados e papéis na rede urbana. Entre os principais autores que ampararam essa discussão estão Corrêa (1989; 1997a; 2011), Santos (1979, 1993, 2012), Sposito (2001; 2004; 2012), Ribeiro (1998), Doménech (2003), Catelan (2012), Melo (2008), Endlich (2006) e Haesbaert (1999).

Em termos metodológicos, o estudo apresenta uma abordagem quali-quantitativa. Os procedimentos quantitativos estão focados na caracterização geral dos centros locais diretamente influenciados por Araguaína, segundo classificação do IBGE (2008)¹. Decidimos, com base em Melo (2008), realizar a caracterização das pequenas cidades a partir dos seguintes indicadores: formação sócioespacial; evolução da população (urbana, rural e total); indicadores econômicos (evolução do número de empresas, empregos formais e informais,

¹ Em nossa pesquisa não adotamos a terminologia *centros locais*, mas *pequenas cidades*. Entendemos que as cidades classificadas pelo REGIC como centro de zona e centro local são em certo sentido compatíveis com as definições de pequenas cidades e, dependendo do contexto, alguns centros sub-regionais podem também ser pequenas cidades.

faixas de renda dos ocupados e níveis de escolaridade, principais cultivos do campo e oferta de serviços financeiros), e indicadores sociais (Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Gini, instituições de ensino básico e superior, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, saneamento básico e bens duráveis nos domicílios).

Tendo escolhido os indicadores, a dificuldade que se impôs foi o recorte temporal compatível com uma comparação entre as pequenas cidades, pois são oriundas de épocas distintas. Embora parte representativa dos 26 municípios date do final dos anos 1980-90, alguns remetem à década de 1950 e 1960 do século XX, e Carolina, surgiu no alvorecer do século XIX. Além disso, alguns indicadores não estão disponíveis para o período de surgimento dos núcleos, como por exemplo, faixas de renda dos ocupados.

Diante disso, dividimos os municípios em dois grupos: os *mais antigos*, emancipados antes de 1964, e os *mais novos*, emancipados a partir de 1980. Para esses dois grupos, analisamos separadamente a formação sócioespacial dos mesmos, a evolução populacional e os dados econômicos de evolução de empresas. Em seguida, elaboramos uma síntese sobre esses indicadores, tentando mitigar as diferenças temporais. Uma observação: no primeiro grupo, aquele dos municípios mais velhos, Carolina foi analisada separadamente, em razão de ter surgido ainda no século XIX, tendo uma longa história que é importante para entender a região.

Para os outros indicadores, econômicos e sociais, os 26 municípios foram comparados sem a divisão em grupos, no período de 1991 a 2010. Isso se justifica porque a maioria dos dados desses indicadores estão disponíveis para esse período. Ademais, dezenove municípios foram criados a partir de 1980, sendo as estatísticas disponibilizadas somente no Censo de 1991 e/ou 2000.

Com relação aos procedimentos de natureza qualitativa percorremos as ruas de São Geraldo do Araguaia, Carolina e Campos Lindos, com diário de campo, quando foi possível, fazendo anotações de todos os estabelecimentos existentes e principais serviços oferecidos nas cidades. Na inviabilização de anotações no caderno, usamos o telefone celular, que oferece maior discrição. Tal atividade foi acompanhada pelo registro de fotografias. Visitamos em cada cidade a biblioteca municipal e algumas escolas na procura por materiais sobre a história da cidade, no entanto, encontrou-se pouca coisa.

Realizamos também entrevistas semi-estruturadas com a utilização de dois tipos de formulários. O primeiro, foi destinado à população da área urbana das três cidades, e o segundo aos responsáveis pela gestão de estabelecimentos comerciais nas mesmas. Tais

procedimentos e aspectos dos formulários foram baseados com as devidas adaptações, na pesquisa de Ferreira (2010), Jurado da Silva (2011), Endlich (2004) e Melo (2008).

O primeiro formulário teve por finalidade principal identificar a capacidade de provimento de bens e serviços da cidade do entrevistado; deslocamentos interurbanos com vistas ao consumo de bens e serviços; e interações realizadas por telefone e internet (Apêndice 1). Não se definiu uma distribuição específica entre os setores das cidades em que seriam aplicados os formulários, ainda que procurássemos visitar todas as “regiões” das mesmas (norte, sul, sudeste e nordeste).

A forma de abordagem foi a visita em domicílio, observando a conveniência quanto ao menor incomodo possível aos sujeitos da pesquisa, sempre entre os horários das 8h às 17h, no período de segunda-feira à sexta-feira. Ainda que se trate de uma pesquisa qualitativa, definiu-se o mínimo de 95 formulário nas três cidades, representando 1% dos domicílios urbanos; com 12 em Campos Lindos, 46 em Carolina e 37 em São Geraldo do Araguaia. Esse número, no entanto, foi superior: Campos Lindos, 41, São Geraldo do Araguaia, 54, e Carolina, 94, somando 189 formulários aplicados.

O segundo formulário objetivou identificar a região de atuação e o nível de modernização das lojas que existem nas cidades da pesquisa (Apêndice 2). Os formulários foram aplicados aos proprietários e responsáveis pelos estabelecimentos em visitas agendadas e não agendadas. Não estabelecemos um limite de entrevista a ser feita, procuramos não somente fazer o máximo possível, mas que fossem entrevistas com qualidade, a ponto de ter um volume de informações satisfatório sobre a centralidade e interações espaciais. Ao todo foram realizadas 12 entrevistas.

A partir do trabalho de campo, elaboramos uma cartografia das três cidades pesquisadas, utilizando-se do software *ArcGIS* 10 e *QGIS* 2.12. Nesse sentido, foram produzidas três plantas das cidades a partir da vetorização de imagens de satélite do Google Earth, complementado com informações do trabalho de campo. Para os fluxos aferidos pelos formulários, elaboramos seis mapas. Adverte-se que estes não foram padronizados para as respectivas cidades, pois optou-se por representar somente os fluxos mais significativos, os demais foram apenas comentados no corpo do texto.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado à análise teórico-conceitual, apresentando as principais dinâmicas econômicas gestadas a partir de 1970 no território brasileiro que afetam a estruturação da rede urbana, as interações espaciais e as pequenas cidades. Consideramos como importante: a) as novas dinâmicas dos

meios de transferências; b) desconcentração industrial e centralização espacial dos comandos; c) difusão do consumo; d) fortalecimento do agronegócio. No segundo momento, abordamos o conceito de rede urbana, com enfoque nas teorias da localidade central e da rede de cidades. O capítulo finaliza com a discussão sobre a noção de pequena cidade, e procura situar como ela se insere tanto na rede urbana como nas transformações que alteram essa rede.

O segundo capítulo faz uma apresentação e caracterização da rede urbana tocantinense e das pequenas cidades que estão diretamente sob o comando de Araguaína. No primeiro momento, destacamos o papel das cidades médias de Palmas, Gurupi e Araguaína, concentrando a atenção especialmente na última, não porque ela seja a mais importante do estado, mas por se incluir em nosso objeto de pesquisa. No segundo momento buscamos caracterizar as 26 pequenas cidades da região de Araguaína, analisando os aspectos econômicos e sociais.

Finalmente, o capítulo 3 apresenta os resultados do trabalho de campo. A análise foi organizada por cidade, primeiro, Campos Lindos, em seguida São Geraldo do Araguaia e, por último, Carolina. Para todas fizemos uma descrição do espaço urbano, para depois adentrarmos nas interações que estabelecem com outros centros (rede urbana). Ao término do capítulo, elaboramos um quadro comparativo entre as três cidades e levantamos os resultados mais significativos que a pesquisa alcançou. Nesse capítulo procurou-se evitar na redação do texto repetir a todo momento a expressão “trabalho de campo”, ela só foi utilizado quando havia um compartilhamento de informação do parágrafo com outra fonte.

CAPÍTULO 1

AS PEQUENAS CIDADES NA REDE DE CIDADES: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

1.1 Bases socioeconômicas para pensar as redes e os novos papéis das pequenas cidades

Alguns processos vêm sendo apontados com frequência por muitos autores na Geografia como sustentáculos de importantes mudanças na rede urbana e na urbanização brasileira a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI. Entre os quais discutiremos aqui estão: a) as novas dinâmicas propiciadas pelos meios de transferências; b) a desconcentração industrial e centralização espacial dos comandos; c) a difusão do consumo, notadamente entre os batalhadores e em menor grau na ralé; d) e o fortalecimento do agronegócio (essa divisão aparece com maior clareza em Sposito et al (2007)).

Com a análise desses processos buscamos subsídios teóricos à discussão conceitual levantada sobre as redes de cidades no item seguinte para, posteriormente, equacioná-los junto à definição das pequenas cidades e sua contextualização na rede urbana – quando alguns pontos dessa discussão serão retomados. Ressaltamos que os processos anunciados aparecem separados apenas em termos analíticos, pois estão inter-relacionados, já que a existência de um, não raramente pressupõe o outro e dele decorre. Atentos à essa questão, procuramos demonstrar em várias passagens (às vezes de forma tácita) a materialização interdependente desses processos. Ademais, algumas dinâmicas avaliadas têm fundamento direto quando pensadas na escala nacional, como no caso da concentração espacial, já outras, como as transformações nos meios de comunicação trazem um nível de abstração maior.

Os meios de transferência são definidos por Moreira (2015a, p. 51) como os “transportes, comunicações e transmissão de energia”. Como se sabe, esses meios foram fundamentais para o surgimento do capitalismo desde a Primeira Revolução Industrial, notadamente os transportes, e na segunda Revolução Industrial, com a energia elétrica. Já a comunicação ganha especial relevo a partir da segunda metade do século XX, não apenas pela

sua generalização “territorial e social”, mas pelas novas qualidades técnicas, científicas e informacionais que lhe passa a caracterizar e constituir.

Na Sociologia, Castells (2013) é um dos principais autores que notaram as mudanças socioeconômicas do final do século XX e início do XXI, a ponto de reconhecer a formação de uma sociedade em rede. O meio de transferência que mais ocupa atenção e espaço em suas pesquisas são as redes de comunicações informacionais, denominando o atual período como era da informação. Por seu turno, na Geografia, Santos (2012) trouxe notável contribuição ao propor como característica espacial do presente o meio técnico-científico-informacional, dedicando igualmente atenção aos novos meios de transferências comunicacionais.

Segundo Castells (2013), a sociedade em rede tem suas principais práticas e organizações fundamentadas no uso das redes informacionais, envolvendo as dimensões da economia, da política, da cultura, do espaço e do tempo. Em que pese alguns lapsos de exageros do autor, sua teoria trata de processos e práticas sociais dominantes, que no momento da elaboração se caracterizam pela insurgência. A economia da sociedade em rede é informacional, global e em rede:

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes [...] estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É *rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais (CASTELLS, 2013, p. 119, grifo do autor).

O autor adverte que “nem tudo é global na economia: de fato, a maior parte da produção, do emprego e das empresas é, e continuará, local e regional”. Ele argumenta que “embora a economia informacional afete o mundo inteiro e, nesse sentido, seja global mesmo, a maior parte das pessoas do planeta não trabalha para a economia informacional/global nem compra seus produtos” (Ibidem, 2013, p. 142 e 176).

A estruturação dessa economia, assentada nas redes de comunicação, não prescinde de ações políticas correspondentes. Como lembra Santos (2010, p. 12), “qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política”. Assim, a ação política ao se esforçar para esgarçar as fronteiras nacionais ao livre fluxo dos grandes capitais transnacionais e das informações hegemônicas exerceu um papel fundamental à existência dessa economia. Cumpriram a esse respeito função importante o

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que aproveitaram um contexto favorável de crise dos anos de 1970 e 1990 para socorrer economias falidas e impor suas medidas de austeridade econômica, entre outras, privatizando empresas e serviços públicos de países em desenvolvimento (CASTELLS, 2013; HARVEY, 2011).

Em condições assim desenhadas, as corporações multinacionais – nos segmentos da produção, serviços e comércio – passam por uma verdadeira dispersão geográfica em busca de recrutar maiores lucros. As grandes empresas conectam e colocam lugares de diferentes formações espaciais sincronizados (parcialmente, pois há sempre um contraponto, inclusive de natureza ontológica, conforme Santos, 2012) ao tempo do mundo², com processos que ora fazem adaptações à realidade local ou as desrespeitam, tornando a fluidez uma imperatividade e a mais valia, o motor único, no dizer de Santos (2010), uma realidade empiricizada.

Essas transformações encontram reciprocidade no surgimento do espaço de fluxos (e seu correspondente espaço de lugares) e do tempo intemporal. O primeiro pode ser definido como “*a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*” enquanto o espaço de lugar “é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física” (CASTELLS, 2013, p. 501-512, grifo do autor). Segundo o autor três conteúdos são apanágios do espaço de fluxos: o primeiro, é o impulso eletrônico, o segundo, diz respeito aos nós e centros de comunicação e, por último, a atuação das elites. A dissociação entre espaços de fluxos e lugares não é absoluta. Os espaços de fluxos não necessariamente prescindem de espaços de lugares porque as relações de proximidade física não foram completamente substituídas pela conexão, especialmente quando se trata de informações secretas referentes ao alto escalão das gestões. É possível também que nos espaços de lugares existam espaços de fluxos, ainda que subalternos. Tais categorias são de fato, em certo sentido, indissociáveis.

Seguindo os postulados do autor, a experiência do tempo se modifica substancialmente como decorrência da confusão sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos num dado contexto. Alguns exemplos ilustram essa compressão temporal: a atuação das grandes empresas que movimentam milhões de recursos financeiros entre lugares distantes em poucos segundos, possível graças à previsão do futuro no qual os investimentos

² “O Tempo do Mundo é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. O Tempo dos Estados-nação é o tempo dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais: são os únicos a poder utilizar plenamente o território nacional com suas ações e os seus vetores. Entre esses dois, haveria um tempo regional - o das organizações regionais supranacionais - e mercados comum regionais, e, também, das culturas continentais ou subcontinentais. A escala logo abaixo do Estado-Nação é a dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais”. (SANTOS, 2012, p. 137-138).

financeiros poderão ter rentabilidade; a instantaneidade dos acontecimentos antecipando o tempo da chegada da informação, e a simultaneidade dos fazeres, misturando tempo de trabalho, lazer e família.

Harvey (1998, p. 140) com proposição semelhante, mas com forte ênfase nas contradições do capital, traz a ideia da compressão espaço-tempo, na qual os “horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitam cada vez mais a difusão imediata dessas decisões” em um “espaço cada vez mais amplo e variegado”. O referido autor (1998) observa que é através do domínio do espaço, ou seja, do espaço de fluxos, que o capital aprofunda o domínio sobre o trabalho, amplamente preso aos lugares. Todavia, a mobilidade dos capitais através das redes, na perspectiva desse autor, é sempre limitada, pois respeita as diferenciações de mão de obra, recursos naturais e as condições herdadas, sem contar que elas próprias conduzem à diferenciações e desigualdades espaciais.

Essas mudanças nas comunicações e na nossa experiência do tempo e do espaço trazem implicações práticas ao nosso cotidiano que, tomado pela implantação de tecnologias flexíveis e dóceis, no dizer de Santos (2010), levou à instituição de uma cultura da virtualidade real que acaba por reforçar a nova economia. Castells (2013, p. 460-461) afirma que “o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação” tem grande “inclusão e abrangência de todas as expressões culturais”. O sexo, as trocas comerciais, o lazer, os relacionamentos sociais, a política (incluindo níveis de participação democrática), o ensino, a guerra, a saúde e a religião, são em algum grau capturado pela esfera da interatividade, tendo nela uma de suas formas de expressão mais acabada. Exemplo disso é o *e-commerce* – comércio eletrônico – e, em sentido mais amplo, os negócios eletrônicos, entendido, como “atividade cujas operações-chave de gestão, financiamento, inovação, produção, distribuição, vendas, e relações entre empregados e os clientes” são realizadas por/na internet (CASTELLS, 2004, p. 89). As empresas passam a renovar suas formas de atuação no mercado, tendo que fazer largo uso das redes informacionais. Há um componente dialético, pois algumas empresas não se adéquam propriamente, ao invés disso atuam na vanguarda e, caso não o façam, elas serão incapazes de fazer frente às concorrentes e no extremo, permanecer no mercado.

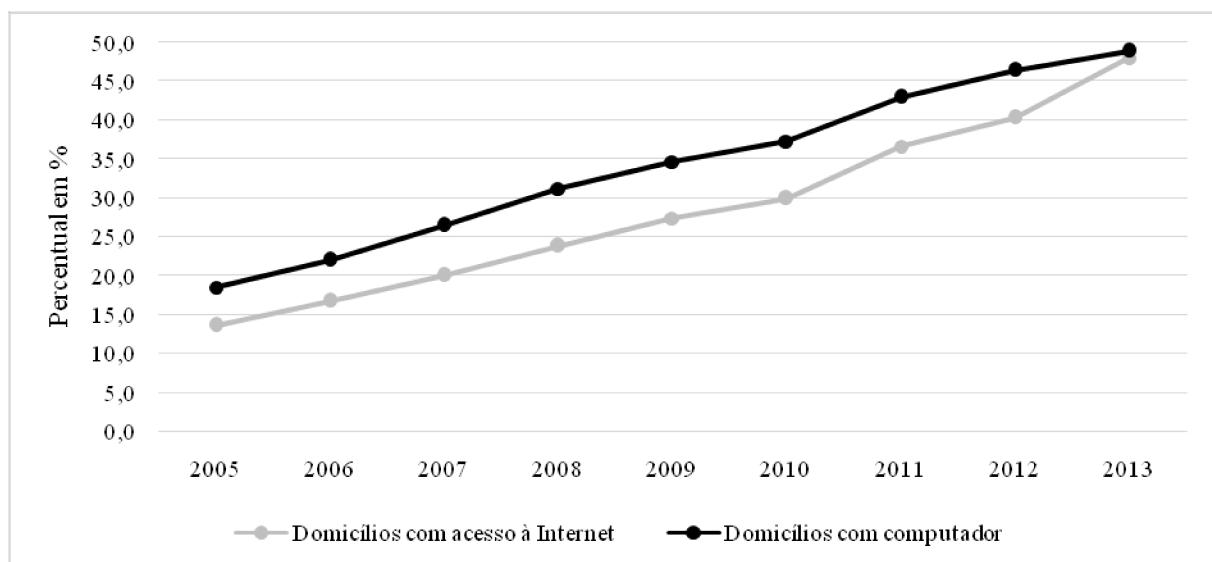
No Brasil verifica-se nesse contexto, o aumento exponencial do *e-commerce*, saindo de 0,54 bilhões de reais em 2001, para alcançar, em 2014, o valor de 35,80 bilhões de reais. Esse crescimento ocorreu principalmente no período de 2009 a 2014, cujo incremento foi de

25 bilhões de reais (E-COMMERCE, 2014). As cidades que mais consumiram no *e-commerce* em 2014, foram as grandes metrópoles, com destaque para São Paulo (6 bi), Rio de Janeiro (4 bi), Belo Horizonte (2 bi) e Brasília (1 bi). Enquanto isso, algumas regiões apenas começam a inserção nessas redes de compra e negócio, por exemplo, a única cidade da região Norte a figurar na lista das 30 maiores consumidoras foi Belém, que sozinha representava 67,46% das compras do estado do Pará (AS 30 CIDADES, 2015).

As ações de compras implicam toda sorte de objetos, normas, informações, conhecimento e interações, que acabam por ampliar o processo de urbanização, bem como as relações entre os centros. A colocação de Machado (1999, p. 131-132) é lapidar a respeito dessa relação entre as novas tecnologias e o espaço (ou a rede urbana): “a rede de telecomunicação tem sido um dos principais agentes de desenvolvimento de estruturas urbanas híbridas, hierárquicas e heterárquicas”, pois permitem “que vilas e cidades pertencentes aos níveis inferiores da hierarquia urbana possam conectar-se com qualquer outro lugar, desde que este participe da rede”.

Desde os anos 2000, a quantidade de domicílios e pessoas com acesso à internet no Brasil tem se avultado. Em 2005, apenas 13,6% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet. Em 2010, esse número subiu para 29,9% e alcançou os 48% em 2013. A conexão via internet foi possível graças à elevação dos computadores em domicílio que atingiu 48,9% em 2013. Como pode ser observado no gráfico 1, houve um estreitamento da relação computador-internet, isto é, a maioria das pessoas que possuem computador atualmente dispõe da interação em rede virtual.

Gráfico 1 - Brasil: domicílios com computador e acesso à internet (2005-2013).



Fonte: Brasil (2016). Organização: Reges Sodré (2016).

Os dados apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2015), na pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros corroboram com aqueles do gráfico 1, na medida que em 2014 cerca de 50% dos domicílios tinham acesso à internet, correspondendo a 94,2 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais de idade conectados. O uso do aparelho celular mais que triplicou entre 2011 e 2014, sendo preferido em 76% dos acessos, em seguida aparece o computador de mesa (54%), notebook (46%) e tablet (22%).

Conquanto esses números sejam positivos, as desigualdades por “classe de renda” e área persistem: na classe A, a proporção de domicílios com acesso à Internet é de 98%; na classe B, 82%; na classe C, 48%; e entre a classe D e E, 14%. Nas áreas urbanas, a proporção de domicílios com acesso à Internet é de 54%, enquanto nas áreas rurais é de 22%. Para as pessoas mais pobres e aquelas que moram no campo, o acesso pelo celular tem sido o principal dispositivo usado, permitindo um alcance maior dos beneficiados (CGI.br, 2015).

Esse quadro demonstra que o mercado brasileiro dos eletro-eletrônicos e da informática tem muito a crescer. Não por acaso as grandes mídias sociais veem no Brasil um dos seus principais alvos de investimento e crescimento nos próximos anos. Essa situação coloca, por outro lado, o Brasil entre os países menos avançados no quesito inclusão digital e acesso à internet. Consoante o CGI.br (2015), os desafios continuam sendo as desigualdades sociais, que não oportunizam a compra dos bens e serviços do acesso, caso o façam, as famílias de baixa renda comprometem o orçamento que viabiliza a alimentação; territoriais e regionais, já que em muitos lugares a cobertura é limitada e pouco eficiente; e, relacionada a primeira, está a habilidade em manusear os aparelhos de acesso, associado a baixa escolaridade e ao grupo de pessoas idosas.

Outros tipos de meios e fluxos que aumentam e se intensificam no Brasil foram estudados por Santos e Silveira (2008), quando avaliam a implantação dos sistemas de engenharias no território brasileiro e apresentam diversos números sobre o avanço dos portos, hidrovias e, sobretudo, das rodovias, aeroportos e redes de energia elétrica. Segundo os dados por eles apresentados, a malha rodoviária brasileira tinha em 1952 uma extensão de 302.147 quilômetros e em 1995 alcança 1.657.769 quilômetros, desse total apenas 8,94% eram pavimentadas. Em 2015, conforme a Confederação Nacional do Transporte (CNT) havia 1.720.607 km de estradas, incluindo federais, estaduais e municipais, dos quais 12,4 % eram pavimentadas, ainda assim, nos últimos 10 anos o crescimento das rodovias pavimentadas foi de 14,7%, o que corresponde a 8,5 mil km.

Esse desenvolvimento das rodovias foi acompanhado pelo crescimento da frota nacional de veículos, que em 1998 era de um pouco mais de 23 milhões, concentrando nos automóveis 70,01% e nas motocicletas 10,43% do total. Em 2015, os veículos somavam mais de 90 milhões, dos quais 54,94% eram automóveis e 22,29% motocicletas, a taxa de elevação do período 1998 a 2015 foi de quase 300% e com média anual de 8,36% (DENATRAN, 2016). Tais veículos contribuem para aumentar os fluxos entre cidades de diferentes portes e “eles próprios exigem esses fluxos”, referentes à manutenção, consertos, seguros, financiamentos, e também pontos fixos de vendas de produtos e serviços, que por sua vez, só funcionam mediante o imperativo da fluidez que lhe concede suporte.

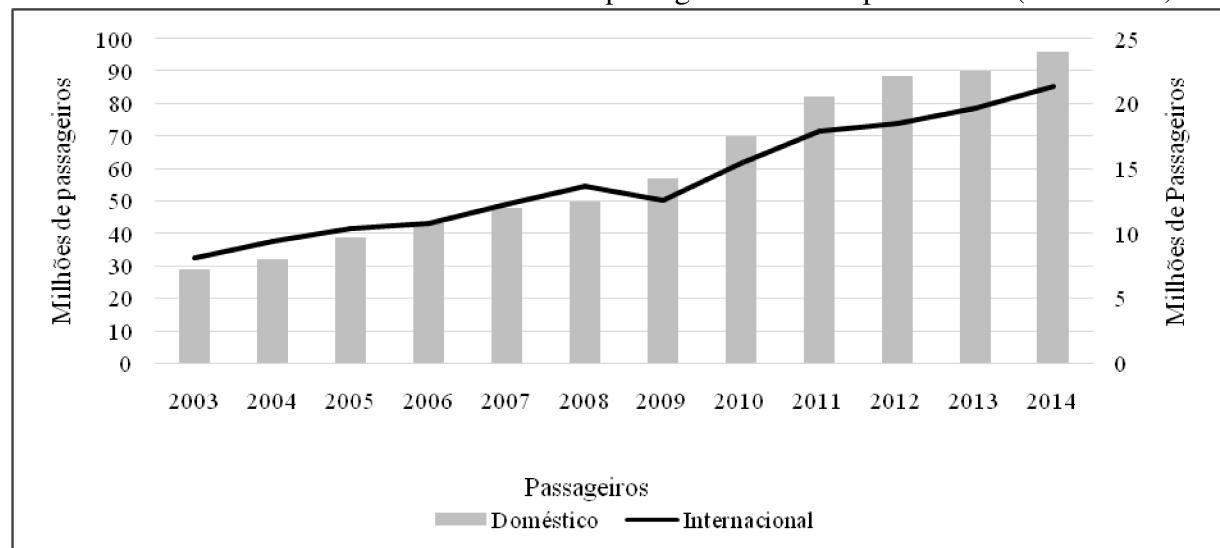
No tocante ao volume de passageiros transportados em ônibus de linha interestadual os números demonstram uma evolução significativa. Em 1980 eram transportados 80 milhões de passageiros em fluxos interestaduais, esse número se elevou em 2005 para um pouco mais de 140 milhões. A partir dessa data ocorreram leves decréscimos, alcançando em 2008 um total de 130.281.097 milhões de passageiros interestadual transportado. No primeiro momento o preço mais baixo das passagens rodoviárias; aumento e melhoria das linhas disponíveis; elevação da população urbana; e acentuado preço do transporte aéreo, foram os motores do crescimento dos fluxos de passageiros rodoviários. No segundo período (2005-2014), atuam como fatores contrários a intensificação dos fluxos aerooviários, o aumento do preço das passagens de ônibus, inclusive acima da inflação e a redução dos preços das passagens aéreas (SILVA, 2012). Aventamos a hipótese também de que o aumento do número de veículos individuais pode contribuir para tal quadro. Na esteira desse movimento o relatório da CNT (2015) alerta para os transtornos causados pela crescente pressão no volume do tráfego, favorecida pelo aumento dos veículos individuais, que eleva o número de acidentes e piora ainda mais as condições das rodovias.

Na contramão do setor rodoviário, o volume de passageiros domésticos do transporte aéreo cresceu exponencialmente. De 2003 a 2014 foram incluídos 80 milhões de passageiros nesse modal, atingindo nesse último ano a cifra superior a 117 milhões de pessoas em circulação, um recorde desde o início das primeiras contagens, sendo 95,9 em voos domésticos e 21,3 milhões nos voos internacionais (ver gráfico 2).

A demanda de viagens domésticas no Brasil, mesmo nos períodos de crises, como em 2009 e 2014 (o crescimento do PIB brasileiro para esses anos em relação aos anteriores foi respectivamente de -0,23 e 0,15) tem apresentado vertiginoso crescimento. Em verdade, o crescimento dos últimos 10 anos representou mais de 3 vezes o crescimento do Produto

Interno Bruto brasileiro e mais de 12 vezes o da população nacional. A magnitude adquirida pelo transporte aéreo confere desde 2010, ao avião, o principal meio de transporte utilizado pelos passageiros nas viagens interestaduais com distâncias superiores a 75 km, em comparativo realizado com o modal rodoviário. Há dez anos, a participação do transporte aéreo neste mercado era de 34,8%, contra 65,2% do rodoviário. Em 2014, o modal aéreo ampliou a sua participação e alcançou 63,0%, ante 59,4% no ano anterior. As viagens internacionais já se mostram mais suscetíveis à oscilações econômicas, apresentando entre 2008 a 2009 uma queda de 1 milhão de passageiros, conforme pode ser visto no gráfico 2. (ANAC, 2015).

Gráfico 2 - Brasil: crescimento do número de passageiros no transporte aéreo (2003-2014).



Fonte: ANAC, 2013, 2015. Elaboração: Reges Sodré (2016).

A redução no preço das passagens aéreas foi em grande medida responsável pela nova dinâmica no setor. Em 2005 o custo médio das passagens era de R\$ 648,53, enquanto em 2014 foi de R\$ 332,8. Ainda de acordo com a ANAC (2015), a maioria dos assentos das aeronaves comercializados em 2014 (59,3%) correspondeu à tarifas aéreas domésticas inferiores a R\$ 300,00. Em 2013, essa proporção foi de 55,8% e de apenas 14,3% em 2005. Destaca-se, ainda, que assentos comercializados com tarifas inferiores a R\$ 100,00 representaram 12,1% do total em 2014, enquanto elas representaram 8,4% em 2013 e apenas 0,2% das vendas em 2005.

As estimativas em voga são sempre modestas, pois não levam em consideração os voos de taxi aéreo que cresceram substancialmente nos últimos anos, e que são fundamentais segundo Ribeiro (1998) e Schor (2013), em regiões menos desenvolvidas como a Amazônia Legal. No setor rodoviário a situação se repete, pois, os transportes alternativos não entram na

contabilidade. Ainda assim, esses dados são suficientes para se ter um retrato da constituição dos fluxos rodoviários e aéreos de passageiros, que simbolizam o fortalecimento das redes, dos fluxos e do consumo dos e nos espaços urbanos brasileiro.

Esses processos são sustentados e estimulados por alterações no âmago da relação sociedade-consumo. Nesse sentido, a obra do sociólogo polonês Bauman (2008) apresenta uma interessante perspectiva de mudanças sociais mediadas e subsidiadas por transformações no capitalismo mundial a partir da segunda metade do século XX. Esse autor propõe o surgimento do consumismo, da sociedade de consumidores e da cultura consumista. O consumismo opera associando felicidade não tanto a concretização de desejos, mas à um volume e intensidade de desejos sempre crescentes, que pressupõe o uso rápido e a imediata substituição dos objetos destinados a satisfazê-los. Subjacente à esse pressuposto estrutural da insaciabilidade, somado à metamorfose do tempo de consumo, encontram-se indivíduos transformados em mercadorias que precisam a todo tempo renovar e aumentar seu valor diante das demandas que lhes são postas, tornando-se, pois, vendáveis (Ibidem).

A propósito, não é de se estranhar que o consumismo levasse a formação de uma sociedade de consumidores na qual “todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação”, sendo “um direito e um dever humano universal que não conhece exceção” (Ibidem p. 73). Nessa sociedade, o consumo não tem restrição de gênero, idade e classes (ainda que no caso das classes sejam resguardados os padrões de qualidade/quantidade a que elas podem pagar).

Tal contexto desemboca na cultura consumista, cujo axioma reside no consumo como padrão e termômetro das relações sociais. Isso indica que para uma pessoa ser aceita nas relações sociais é necessário participar consumindo as mais novas tendências apresentadas pelo mercado, como no caso da moda, caso contrário ganharão o “rótulo de ignorância, indolência, incapacidade ou inferioridade total” (BAUMAN, 2008, p. 128). Em suma, para se alcançar os “padrões de normalidade, ser reconhecido como um membro pleno, correto e adequado da sociedade, é preciso reagir pronta e eficientemente às tentações do mercado de consumo” (Ibidem, p. 159-160).

No entanto, é importante destacar que o prestígio social que todos nós buscamos no consumo tem ressonância diferente conforme, as classes sociais. Entre os pobres, especialmente na ralé, como chama provocativamente Souza et al (2009), o consumo surge com um peso muito grande, já que essas pessoas, destituídas de autoestima, reconhecimento e dignidade, tem no consumo imediato de bens não-duráveis um dos poucos meios que “lhe

empresta a sensação de dignidade” (ibidem, p. 138). Na classe média, além do consumo, o prestígio vem por todo um estilo de vida, fundado na sofisticação, “bom gosto” e no capital cultural, como falar línguas, apreciar vinhos, artes, música clássica, etc. O consumo de bens materiais é um entre vários meios de distinção social (SOUZA et al, 2009, 2012).

Cresce no bojo dessa sociedade de consumidores a importância do crédito que se difunde no território e se horizontaliza nas classes sociais. No primeiro recorte, trata-se de estímulo financeiro ao aumento dos negócios das empresas e expansão da infraestrutura necessária aos fluxos de pessoas e capitais. O segundo, diz respeito ao financiamento pessoal para compra, sobretudo, de bens duráveis. O Estado tem papel central nesse avanço da creditização através de seus diversos programas e bancos. Pensando nessas duas perspectivas, Bauman (2010) defende que uma das principais forças de expansão do capitalismo contemporâneo não está na expansão territorial, mas na conquista de novos hospedeiros, isto é, de novas pessoas para exploração.

Adquire relevo também as diversas formas de pagamento oferecidas pelas grandes lojas, capazes de atingir diferentes públicos (inclusive pela entrada no mercado de consumo e também do crédito de pessoas cada vez mais jovens), por meio de parcelamento da compra por diferentes vias: cartão de crédito; crediário; boleto bancário e cheques, etc. O desejo deve ser realizado de modo simultâneo, encerrando “a experiência de satisfação adiada” de que fala Castells (2013, p. 529), ou nos termos de Bauman (2010, p. 12) “com o cartão de crédito é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois!”. O corolário de quem acredita cegamente nos milagres do cartão de crédito pode ser funesto.

Em uma sociedade de consumidores e em rede, os centros urbanos são convocados a oferecer uma miríade de produtos que estão em voga e no desejo dos consumidores. Evidente que essa oferta, grosso modo, vai respeitar e fortalecer as diferenciações das cidades, mas sem dúvida a concentração da oferta (ao menos mínima) em múltiplos centros sub-regionais e regionais é premente para que essa sociedade se concretize. As cidades médias aparecem como nós espaciais que passam a suprir necessidade de amplo contingente populacional, sobretudo em regiões em que a rede urbana ainda se mostra rarefeita. Elas são capazes de oferecer não apenas produtos e serviços mais sofisticados, mas um estilo de vida que se aproxima da cultura consumista em sentido mais amplo, situação que as pequenas cidades não logram.

Inspirado em Sposito (2001) e nos trabalhos de campo, entendemos que os consumidores elevam seus deslocamentos, visto que suas demandas se multiplicam em

quantidade e qualidade, fortalecendo as interações entre as cidades de uma mesma rede urbana e de redes urbanas diferentes. Isso ocorre porque embora o *e-commerce* tenha se ampliado, ele ainda representa no Brasil e, principalmente na Amazônia, uma parcela pequena do consumo geral. Além disso, as compras na *internet* não substituem completamente os deslocamentos físicos por vários motivos, destacamos apenas três: primeiro, porque os deslocamentos físicos, dependendo do tipo de consumo que se busca, carregam simbolismos de *status* e liberdade (a própria ação em si mesmo de está em viagem já é vista como sinônimo de distinção social); segundo, uma gama considerável de consumidores prefere ver o produto que deseja antes de comprar, pois “desconfiam da *internet*”; terceiro, alguns serviços não podem ser vendidos *on-line*, como por exemplo, um tratamento em clínica especializada de beleza (os produtos, sim, são difundidos no espaço virtual, os profissionais e aparelhos de alto nível, não).

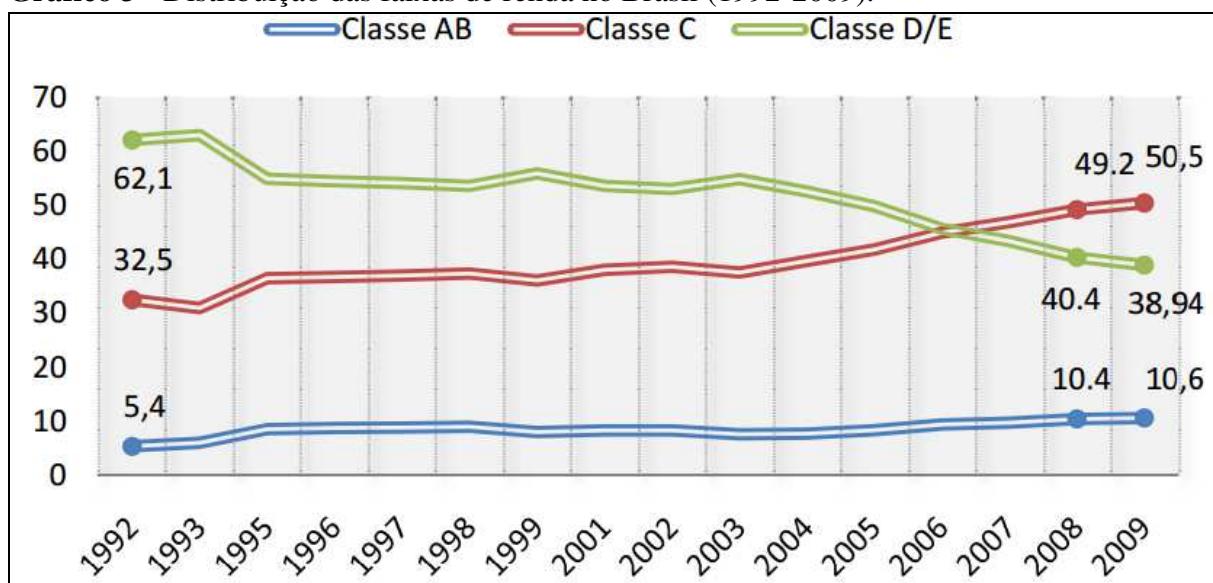
Se levada as suas últimas consequências, a ideia de sociedade de consumidores no Brasil parece encontrar contingências em decorrência das históricas desigualdades sociais. Conforme Pochmann (2014), é somente a partir dos anos 2000 que uma parte importante da base da pirâmide social brasileira logra ter acesso a um conjunto de consumo de bens duráveis e não-duráveis, fomentado por políticas públicas de valorização do salário e programas sociais de redistribuição de renda, coadunando ainda para esse cenário o contexto econômico mundial favorável.

A Ditadura Militar no Brasil obliterou a difusão do consumo de bens duráveis em favor da opção por blocos de grandes investimentos voltada a industrialização pesada que favoreceu a base econômica material. A estrutura social se manteve congelada por longo período, mas desde 2004, observa-se uma significativa mobilidade social nos segmentos de menor rendimento. Considerando uma divisão de “classe” em três níveis de renda individual: de até R\$ 188,00, de R\$ 188,00 a R\$ 465,00 e, acima de R\$ 465,00, constata-se que a participação do menor rendimento na estrutura social caiu 22% somente no período de 2005 a 2008, correspondendo a 11,5 milhões de pessoas inseridos em outro estrato de renda mais elevado (POCHMANN, 2014).

O gráfico 3 apresenta o movimento das faixas de renda de 1992 a 2009, ressaltando que 39,6 milhões de pessoas ingressaram na classe C, entre 2003 e 2011, cujos rendimentos mensais variam entre R\$ 1.200,00 até R\$ 5.174,00. Tal classe passa a ser o grosso da população brasileira com 55,05% da população total, que em números absolutos corresponde a 100,5 milhões de brasileiros. Mais uma vez os números reforçam que o período de

2003/2004 é o momento de impulso da distribuição da renda, sendo 2006 o ano da inflexão entre a participação da classe C e classe D/E.

Gráfico 3 - Distribuição das faixas de renda no Brasil (1992-2009).



Fonte: Neri, 2011, p. 27. Organização: Reges Sodré (2016).

Houve, portanto, na última década, combinação entre crescimento econômico e distribuição de renda, resultando na incorporação de “quase um quarto dos brasileiros no mercado de consumo de massa” (POCHMANN, 2014, p. 74). O consumo de bens duráveis como fogão, geladeira, aparelho de som, computador, televisão e meios de circulação se elevou expressivamente (*ibidem*, 2014).

Por sua vez, a elevação do consumo somada à desigualdade social em declínio, conduziu muitos (no meio acadêmico, tanto ala esquerda, quanto na direita, político, econômico e midiático) à um certo consenso do surgimento de uma nova classe média brasileira. Não corroboramos com esse pensamento, ao contrário, entendemos que se trata do aparecimento de uma nova classe trabalhadora, como defendido por Souza et al (2012) e Chauí (2013, 2014). Assim, não estamos endossando a visão economicista de Marcelo Neri (2011), nem confundido classe social com rendimento, mas utilizando de um dado de seu trabalho, reconhecidamente rico.

Segundo Souza et al (2012), dizer que surgiu uma nova classe média³ no Brasil é investir-se, de um lado, da visão liberal, que percebe e confunde classe social exclusivamente com renda, advinda do desempenho individual de cada indivíduo e, de outro, do marxismo

³ Não faremos uma discussão das origens do termo classe média, percorrendo toda a tradição marxista. O objetivo é esclarecer quem são esses novos brasileiros que ganharam poder de compra nos últimos 12 anos e que propiciou, ao lado de outras dinâmicas, novas questões para o estudo da rede de cidades.

enrijecido de cunho economicista que identifica a renda a partir do lugar ocupado na produção. Tais posições escondem “os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial” (ibidem, p. 22).

As classes sociais se constituem e se reproduzem não apenas pela transferência de renda entre as gerações, mas em primeiro lugar pela transferência de valores imateriais. A classe média, por exemplo, “se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível, porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precondições que irão permitir aos filhos dessa classe competir com chances de sucesso” na obtenção “e reprodução de capital cultural” (ibidem, p. 24). Em termos práticos, “o filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho ensinando os segredos do computador brincando com jogos”. (ibidem, p. 24).

Essas pré-condições fazem com que tais indivíduos chegam à escola com vantagens sobre aqueles que são oriundos de outro lugar social. A classe média se define, sobretudo, pela apropriação diferencial do capital cultural, fundamental para o sucesso em nossa sociedade organizada na racionalidade do mercado e do estado. O sucesso no mundo dos estudos e do trabalho são percebidos como méritos e talentos naturais, sendo guardado a sete chaves todas as pré-condições, como disciplina e concentração, fundadas em socializações familiares específicas, permitidas pelo pertencimento de classe (ibidem).

Para Souza et al (2012), o surgimento de cerca de 30 milhões de brasileiros incluídos no sistema econômico como produtores de bens e serviços valorizados, ou como consumidores crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta, fez surgir os discursos de uma nova classe média. Tal discurso faz crer que o Brasil se transformou finalmente num país de primeiro mundo, como os Estados Unidos, Alemanha ou França. Ao contrário, o que surgiu de fato foi uma nova classe trabalhadora batalhadora.

Essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (SOUZA et al, 2012, p. 50).

Ainda segundo a pesquisa, os batalhadores já incorporaram um maior nível de autocontrole e disciplina, fundamental para seu sucesso no mundo do trabalho, mas, insuficiente em si mesmo para se tornar uma classe média, já que lhes falta a transmissão do

capital cultural e econômico. A classe média tradicional se funda na ética dos estudos ao passo que em relação aos batalhadores haveria em primeiro lugar a ética do trabalho. No primeiro caso, estuda-se para trabalhar, no segundo, trabalha-se para estudar, já que as necessidades imediatas não deixam esperar a realização profissional. Portanto, “chamar essa nova classe trabalhadora de ‘nova classe média’ faz parte, precisamente, dessa estratégia de ‘eufemizar’ a dominação e silenciar o sofrimento – que fica literalmente sem palavras para se expressar – para melhor dominar” (ibidem, p. 364).

Com uma vida inteira de privação social (negar totalmente o prazer do presente em favor do futuro), aliado à inegáveis políticas de distribuição de renda dos governos petistas, essa classe de batalhadores consegue participar significativamente do mercado de consumo, comprando carros, motocicleta, computador, *smartphones*, viagens de avião, e outros. Em virtude dessas recentes melhorias das condições socioeconômicas no Brasil, Sposito (2015, p. 134) afirma que “o consumo [...] se torna central na estruturação do espaço urbano brasileiro (e mundial) com a expansão territorial dos grandes grupos econômicos do setor comercial e de serviços”, promovendo “escolhas espaciais na escala da rede urbana que a alteram profundamente”.

Outro elemento que contribui na redefinição dos papéis das cidades na rede urbana, em especial das cidades médias e pequenas, é o agronegócio. O conceito de agronegócio pode ser “compreendido como o processo de industrialização da agricultura” o qual “tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura”. (MENDONÇA, 2013, p. 140).

Em geral, na literatura científica do assunto, apenas a produção de grãos, cana-de-açúcar e a fruticultura são alvos de preocupações e análises mais acuradas no tocante às modernizações. É inquestionável que a produção, circulação e comercialização desses produtos sejam os mais atingidos pela modernização no campo brasileiro, justificando maiores esforços em compreendê-los. No entanto, considera-se, com base em Elias (2006a, 2006b, 2008, 2011), Mendonça (2013), Suzuki (2007), Contini (2001) e Oliveira (2015), que a pecuária pode e deve ser inserida nesse contexto – embora ela não seja a protagonista do processo de modernização nem essencialmente a precursora.

Esse posicionamento vai de encontro às dinâmicas econômicas presentes na região de nossa pesquisa, sendo que, simplesmente pelo viés da agricultura em si, não seria possível entendê-la. As modificações nas relações campo-cidade no segmento de rede urbana de

Araguaína são fruto indissociavelmente, dentre outros fatores, da expansão da produção de grãos e da reestruturação da pecuária, que se transforma e se insere a partir de 1990 nos mercados globalizados de produção e consumo de carnes. Assim, agronegócio é entendido nesse trabalho como pecuária e agricultura.

Segundo Santos (2010, p. 43), trata-se de uma agricultura científica globalizada, pois, a “produção agrícola tem uma referência planetária” recebendo “a influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica”. Nesse sentido, o agronegócio surge no contexto do processo de globalização, sendo um resultado e uma das variáveis que o caracteriza. A título de exemplificação, essa produção no campo não seria possível sem o aperfeiçoamento dos meios de transferências que ora abordamos, bem como pelos novos imperativos do consumo, incluindo-se os novos hábitos alimentares, com destaque para os *fast-foods*, os quais demandam crescentes consumos de carne industrializada.

Nas últimas décadas novos objetos e ações hegemônicas são verificados no campo brasileiro, levando “a reestruturação produtiva da agropecuária” que “atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor” (ELIAS, 2008, p. 2), assinalando novas contingências do habitar rural. Os espaços rurais passaram, assim, a ter sua base produtiva substituída por um receituário técnico das empresas multinacionais com a ideologia do incremento da produtividade, da rentabilidade e das benesses, “levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas” (SANTOS, 2010, p. 43). Os produtores que não usam as técnicas modernas oferecidas por empresas multinacionais do setor agrícola que chegam ao Brasil, são tidos como atrasados, arcaicos e, portanto, devem ser expropriados ou espoliados de suas terras e condições de vida em favor do capital hegemônico. Como dissera Santos (2010, p. 89), “é atender a tais imperativos ou sair”.

Elias (2006a) elaborou uma periodização com vistas a captar a gênese e as transformações na agropecuária científica do Brasil. Três períodos se destacam: o da substituição da base técnica produtiva (1950), industrialização da agropecuária (1960), e a integração de capitais industriais, financeiros e agrários (1970). Essa realidade é representada principalmente pelo Sudeste, pois no Tocantins e Amazônia Oriental, esses processos se verificam simultaneamente a partir de 1985.

Frederico (2013) também elaborou periodização para a modernização da agricultura brasileira, dividida em dois momentos: o primeiro, situado entre as décadas de 1960 e 1980, caracterizadas pela adoção do paradigma da Revolução Verde, pela constituição dos

complexos agroindustriais e pela centralidade da atuação do Estado; enquanto que o segundo se dá a partir da década de 1990, pautado no uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) no campo e na “desregulamentação” política e econômica. Esse último período marca, segundo Frederico (2013, p. 4), a emergência da “agricultura científica globalizada” no território brasileiro.

Nesse contexto, intensificaram-se as relações cidade-campo, tendo-se como um dos elos, a difusão do consumo produtivo agrícola, conceituado inicialmente por Santos (1993) e contido na perspectiva da agricultura globalizada, que inclui máquinas, implementos agrícolas, sementes transgênicas, biotecnologia, produtos veterinários, agrotóxicos, melhoramento genético, estudos do solo; assistência técnica com profissionais especializados, irrigação e informatização das atividades produtivas com a chegada da telefonia e da internet, que atuam de várias formas no espaço agrícola, etc. Segundo Frederico (2011, p. 6), “a concentração de serviços, para atender ao nexo produtivo do campo é o principal fator responsável pela urbanização da fronteira agrícola moderna”, porque “é nas cidades que ocorre o consumo dos serviços e o tratamento e retransmissão das informações oriundas de diversas partes do globo” (Ibidem, p. 7).

Adicionalmente Sposito (2015, p. 136) lembra que a dinâmica do agronegócio é relevante porque, ao propiciar o enriquecimento das camadas socioeconômicas mais elevadas, “requer ampliação na oferta de bens e serviços em cidades médias e grandes que estão distantes das metrópoles, melhor servidas no que concerne ao varejo”. Nesse sentido, o agronegócio enseja não apenas o surgimento do consumo produtivo, mas confere novas qualidades ao consumo consuntivo, aquele que “esgota em si mesmo” (SANTOS, 1993, p. 50).

Segundo Frederico (2011),

Dentre os serviços ofertados pelas cidades ao campo moderno destacam-se: a revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos; a prestação de consultorias agronômicas, logística, financeira e de mercado; o beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos; o armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas; o fornecimento do crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas); e a comercialização dos grãos (via corretores e *tradings*) (FREDERICO, 2011, p. 9, grifo do autor).

As corporações tornam-se as principais protagonistas dessa produção pautada no meio técnico-científico-informacional, fomentando a migração de mão de obra qualificada, que traz um saber técnico ancorado na eficácia produtiva (leia-se lucrativa). A forma de atuação dessas empresas procura aproximar o produtor rural das novidades tecnológicas

presentes no mercado, inserindo-o num constante processo de atualização e reinvenção de suas práticas produtivas (os meios de concretização são variados, desde feiras, festas, exposições, propagandas, visitas ao campo, reuniões com sindicatos e produtores no campo e na cidade, imposições de mercado, etc.). Estreitam-se os vínculos com a cidade, tida como lócus de resolução de demandas geradas na propriedade rural. Os meios pelos quais essas interações se materializam não precisam mais estar restritos ao deslocamento físico, mas o telefone, contatos por *e-mail* e as redes sociais (especialmente, *facebook* e *whatsapp*) podem fazer com que um técnico, agrônomo, engenheiro, administrador ou um zootecnista se comunique com o produtor e para sua propriedade possa se deslocar para prestar o serviço requerido.

Não se trata apenas do aprofundamento das relações campo-cidade, mas a própria escala de atuação e inserção das cidades nas redes (em especial a urbana) se transforma na medida em que os objetos que elas oferecem ao campo possuem origem e concepção distante, levando a intensificação das trocas materiais e de ideias, estas, aliás, inseridas no âmbito da ação, devem estar conectadas aos acontecimentos mercadológicos, a montante e a jusante da produção. Os intercâmbios se intensificam entre segmentos de uma rede urbana e regiões próximas, já que apenas algumas cidades concentram os meios técnicos necessários para colocar a produção em movimento e dos objetos e ações que tornam o cultivo mais rentável (SANTOS, 2012).

Abre-se com maior vigor a possibilidade de que pela força do agronegócio, contida nas ações de agentes privados e públicos e visíveis em objetos modernos, os segmentos de redes urbanas menos integradas às interações interescalares sejam interligados junto aos nódulos mais dinâmicos da economia brasileira. As distâncias para o acesso e o fornecimento de serviços começam a diminuir, pois as principais urbes (cidades médias e algumas pequenas) funcionam como verdadeiros pontos-suporte para as demandas do campo. Isso ocorre não apenas por dinâmicas e agentes que chegam até essas cidades, mas por lógicas econômicas que delas partem; os exemplos estão em empresas regionais que fazem frente (são, na verdade, complementares em muitas situações) às grandes corporações, às vezes com notórias desvantagens, pois oferecem serviços e produtos similares a essas, ainda que a força econômica e política sejam inferiores⁴.

A instalação dessas variáveis nos espaços de fronteira modifica suas formas pela atribuição de novos conteúdos e funções, autorizando ações e fazeres harmônicos com a

⁴Constatções oriundas de trabalho de campo, mas outros autores já chegaram à conclusões semelhantes para suas áreas de estudo. Fizemos observações similares em SODRÉ e RAMIRES (2015).

transformação espaço-temporal em curso, materializadas no território e vivenciadas pelos agentes envolvidos. Estes, por sua vez, experimentam os avanços em análise, de forma diferenciada. No seio da elevada monopolização da terra, cresce a precarização dos trabalhadores e dos expulsos do campo que tentam se reencontrar nas periferias das cidades, vilas e povoados, agravando os problemas sociais. Faz parte desse pacote a condição dos produtores locais, de maneira especial os pequenos, que têm sua produção cada vez mais subordinada ao mercado. “A oferta do crédito, da circulação e dos insumos necessários à produção são os principais instrumentos utilizados pelas empresas para subjugar os produtores e o próprio território aos seus desígnios” (FREDERICO, 2010, p. 3).

Elias (2006b) ressalta as contradições socioespaciais sob as quais o agronegócio se estruturou:

A reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disto, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo. (ELIAS, 2006b, p. 31).

Essas transformações na agropecuária brasileira, atreladas à expansão da produção agroindustrial e ao consumo produtivo no interior do Brasil se beneficiam e estão inseridas nos processos de desconcentração da atividade industrial e centralização dos comandos, responsáveis por aumentar os intercâmbios entre centros urbanos e as regiões brasileiras, fortalecendo papéis e funções de cidades médias e conferindo maior especialização há algumas poucas pequenas cidades. Todavia, não se trata aqui de fazer um levantamento do início e evolução do processo de industrialização do território brasileiro, aquém de nossa finalidade que se concentra nas principais dinâmicas de desconcentração industrial a partir de 1970, com foco nos rebatimentos espaciais nas classes de cidades.

Procurando delinear os conceitos dessa discussão, recorremos a Sposito (2004, p. 222-223) para quem, com base em Smith (1988), “a concentração espacial está associada à localização dos capitais, entendidos como infraestruturas”, ao passo que “a centralização espacial refere-se ao capital produtivo centralizado e não apenas ao capital fixo”. Dito de outro modo, a concentração espacial pode-se, e aqui tomaremos essa perspectiva, associar a uma dimensão quantitativa na medida em que é mensurada pela quantidade de empresas presentes em um espaço (filiais, e formas de associações de capital), enquanto a centralização

espacial está ligada aos comandos exercidos pelas empresas ante a sua localização espacial (matrizes).

Desconcentração seria a dispersão geográfica ou espraiamento das atividades produtivas, enquanto descentralização concerne à pulverização dos comandos. Apesar da natureza diferente, concentração e centralização se integram e se complementam em muitas situações. Não obstante, é necessário atentar que a vinculação das sedes de empresas a um local ou a uma cidade, no período atual, marcado pela globalização econômica, torna-se um procedimento temerário, já que elas podem ter várias sedes (CORRÊA, 1991; SASSEN, 1998).

Moreira (2015b) propõe que a evolução da divisão territorial do trabalho no Brasil possa ser seccionada em quatro períodos, assim resumida:

Até os anos de 1920 podemos falar de um espaço industrialmente disperso e indiferenciado. Entre os anos 1920 e 1950 temos um espaço progressivamente concentrado e ainda indiferenciado industrialmente. Dos anos 1950 aos anos 1970, o espaço é industrialmente concentrado e diferenciado. Nos anos 1970 [até os anos 2000] a industrialização toma conta da organização do espaço brasileiro liberando para a desconcentração e diferenciação regional das indústrias. (MOREIRA, 2015b, p. 124).

Segundo o autor, em 1970 a concentração industrial alcançou 80,8% na região Sudeste, atingindo seus limites com efeitos inversos a lógica que a presidia e sustentava. Então, o Estado toma a iniciativa da demanda de reorganização territorial da produção e põe em marcha o processo de desconcentração. Reolon (2013), sem discordar de Moreira (2015b), defende que a desconcentração da atividade industrial no Brasil pode ser dividida em dois momentos principais, o primeiro de 1970 a 1995, caracterizado pela forte atuação do estado, através, entre outros mecanismos, do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I, II, III).

É a partir de meados de 1980 que essa política estatal começa a dar sinais de retração, motivada pela crise econômica que o país passava, colaborando com o surgimento do segundo período, que é verificado de 1995 a 2005, (período estudado pelo autor, mas cujo conteúdo pode ser estendido ao presente) quando a redistribuição das indústrias é mais “espontânea”, isto é, menos condicionada por estímulos governamentais” (REOLON, 2013, p. 96).

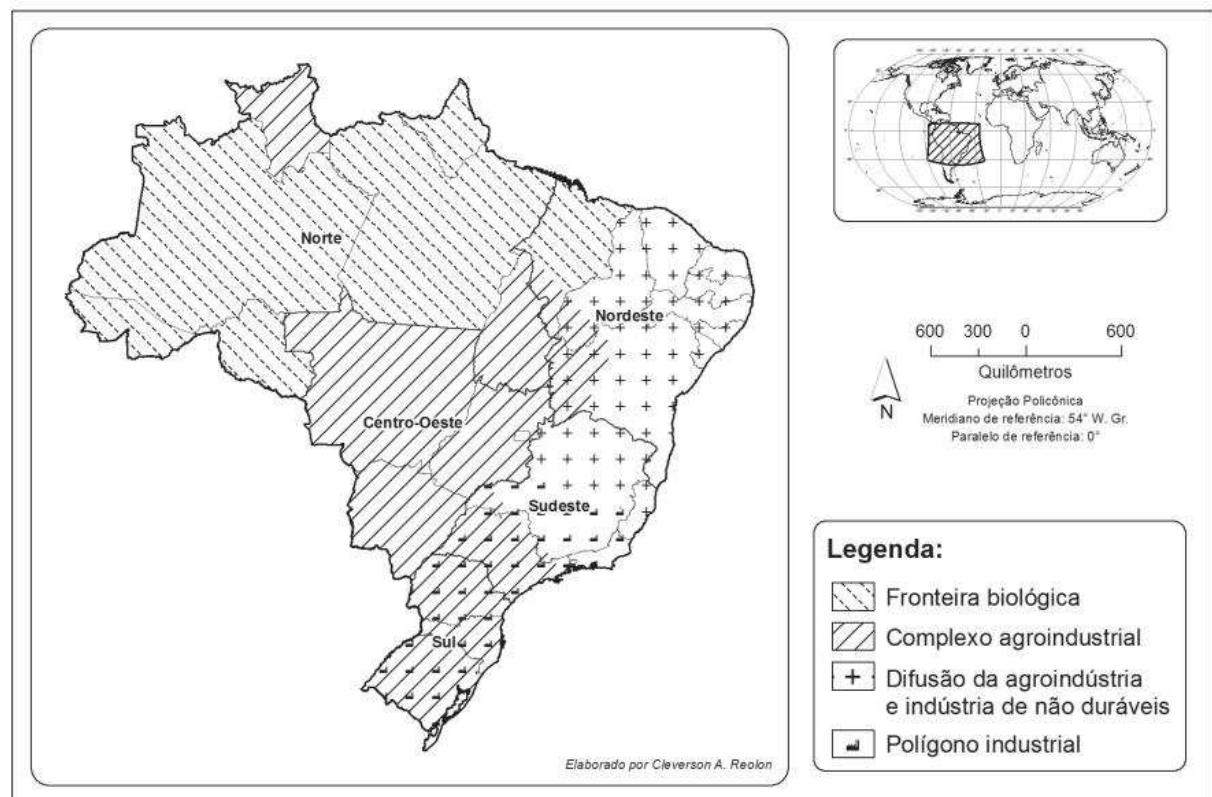
Nesse último período, as mudanças “dos padrões organizacionais das empresas assumiram um caráter primordial no âmbito do processo de reestruturação produtiva”, principalmente porque se apoiou “em novas estratégias locacionais, cujos horizontes estariam

sendo ampliados pelas novas possibilidades da tecnologia informacional” (Ibidem, p. 95-96), alicerçando, assim, o processo de desconcentração e centralização espacial.

Entretanto, o estado não sai completamente de cena, pois a descentralização dos recursos promovida pela Constituição de 1988, concedendo aos governos estaduais, e mesmo aos municipais, maior capacidade fiscal e autonomia sobre seus recursos, desencadeou uma guerra pela atração de investimentos, muitas vezes fragilizando economias que já eram pobres (ibidem).

No bojo dessas transformações, Moreira (2015b) argumenta sobre o surgimento de uma nova divisão regional do trabalho no Brasil (ver mapa 2), formada pela região do polígono industrial (Sul e Sudeste); região do complexo agroindustrial (envolve todas as regiões brasileiras); região da difusão da agroindústria e indústria de não-duráveis (Nordeste) e a fronteira biológica (Norte). Ao final do texto, numa proposição polêmica, o autor questiona as perturbações por que tem passado as regiões, chegando mesmo a questionar sua existência, em razão da crescente neoliberalização da economia brasileira, que dissolveria a natureza nacional dos espaços.

Mapa 2 - Brasil: divisão territorial do trabalho – 2004.



Fonte: Moreira (2004), elaborado por Reolon (2013, p. 91).

Em um nível de articulação escalar maior, com o objetivo de relacionar a (des)concentração e (des)centralização espacial com os novos papéis assumidos pelas cidades médias e de porte médio –, incluindo-se indiretamente também as pequenas cidades –, Reolon (2013) estudou a distribuição espacial de quatro ramos industriais: a indústria tradicional (transformação); indústrias de alta tecnologia (ex. química, informática, comunicações e fabricação de máquinas e veículos); indústrias extractivas (mineral, etc.); e de comando do capital (sedes de empresas, unidades administrativas locais e *holdings*). Os dados pesquisados sobre esses ramos dizem respeito ao número de estabelecimentos e total de empregos gerados, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A avaliação setorial colocada dessa maneira é fulcral para mitigar generalizações e apreender com maior precisão o processo em curso. A primeira observação derivada dessa partição é que a recente desconcentração da atividade industrial é verificada majoritariamente nas indústrias tradicionais, tanto no tocante aos empregos, quanto aos estabelecimentos. Em seguida, aparece o grupo industrial tecnológico que, embora tenha se desconcentrado, não atinge as proporções do grupo de atividade tradicional. Esse setor teve uma redistribuição mais abrangente em relação ao tecnológico que ficou mais circunscrito aos limites da região Centro-Sul. As atividades extractivas foram as mais afetadas pelo processo de desconcentração espacial, paradoxalmente expresso pela concentração do emprego no Sudeste e redistribuição dos estabelecimentos para outras regiões. Por outro lado, as atividades de comando se mostraram plenamente centralizadas na Região Sudeste (quando pensado em escala nacional), com uma pontual desconcentração dos empregos em favor da região Nordeste (cidade Salvador-BA), enquanto os estabelecimentos formais tiveram uma modesta dispersão para além do entorno imediato das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (*ibidem*).

Além de reafirmar a gestão da atividade industrial, “a tendência é [de permanecer] nas antigas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que, por diversas razões, demandem mão-de-obra de maior qualificação” (PECHECHO, 1999, p. 34). Dependendo do tipo de indústria às novas áreas de produção caberá fornecer em sua maioria mão-de-obra não qualificada, enquanto a qualificada é importada dos grandes centros – uma situação inversa é igualmente factível.

A despeito de a dinâmica espacial das atividades produtivas sinalizar um movimento de desconcentração, com destaque na indústria de transformação tradicional, assinalado pelo decréscimo de importância da Região Sudeste, especificamente do estado de São Paulo, frente aos ganhos de outras unidades da federação e regiões, são poucos os lugares ou áreas

contemplados por tais ganhos, quer dizer, é uma desconcentração que beneficia poucas cidades. Nos espaços onde os sistemas de engenharias são menos desenvolvidos os ganhos de empregos e estabelecimentos das atividades mais desconcentradas foram majoritários nas cidades médias, mostrando que elas são os espaços mais atrativos ao capital nessas unidades regionais. As pequenas cidades que se destacaram nos ganhos de indústrias de transformação foram aquelas da região Sudeste (REOLON, 2013).

De acordo com Pacheco (1999, p. 36), a trajetória de desconcentração industrial elucida a “crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias”. As ilhas de produtividade estão com frequência “voltadas para o comércio exterior” (PACHECO, 1996, p. 275), prescindindo das interações horizontais.

Reolon (2013, p. 133) critica o reforço do isolacionismo nas áreas mais dinâmicas da atividade industrial no interior do Brasil, que deixa de enfatizar a complexificação das redes, isto é, “contrapondo-se muito fortemente ao avassalador movimento de complexificação das redes conformadas no bojo das interações espaciais”. Em nosso entendimento, isso ocorreria porque não se trata somente de cidades que produzem de modo intrinsecamente isolado, essa produção, com frequência, exige interações espaciais com um conjunto de cidades no entorno da cidade média (ou pequena) e com outras regiões brasileiras, reforçando os papéis das mesmas em múltiplas escalas geográficas.

1.2 Localidades centrais e rede de cidades

A rede urbana situa-se num âmbito maior do espaço: o das redes geográficas, definidas como um conjunto de localizações territoriais interconectadas entre si por um certo número de ligações (CORRÊA, 1997a). São exemplos de redes geográficas as ferrovias, rodovias, abastecimento de água, transmissão elétrica, rede bancária/financeira e tantas outras. A rede urbana se insere como “a mais significativa das redes geográficas” sendo “uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam-se, finalizam ou passam pelas cidades” (CORRÊA, 2012, p. 204).

Admite-se a existência de uma rede urbana, segundo Corrêa (1989), quando três condições são satisfeitas: primeiro, uma economia de mercado, e a produção de um local é negociada com outra produzida no espaço exógeno à esse local; segundo, pressupõe-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios referidos são realizados; a terceira

condição refere-se à existência de um mínimo de articulação entre os núcleos. Essa economia de mercado aludida não está restrita ao modo capitalista de produção (embora, nele seja indubitável que essa condição atinja seu pináculo na história humana), pois a existência de uma rede de cidade data da Antiguidade, um exemplo, foi a construção centralizadora feita pelo Império Romano (SPOSITO, 1998).

Para Corrêa (1997a, p. 93), “a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Trata-se, portanto, de “um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses núcleos” (ibidem, p. 93). Adotando uma perspectiva semelhante, Domènec (2003, p. v,) afirma que as “redes de ciudades” referem-se “em el espacio en la cuales nodos son las ciudades, conectadas por vínculos de naturaleza socioeconómica (links), a través de los cuales se intercambian flujos de distinta naturaleza, sustentados sobre infraestructuras de transportes y comunicaciones”.

Santos (2008a, p. 68) acrescenta que “o sistema de cidades constitui o arcabouço econômico, político, institucional e sociocultural de um país”. Nessa perspectiva, é por meio das cidades que as ações políticas mais significativas são efetuadas, inclusive legitimando, institucional e politicamente, demandas de subespaços como o rural e congregando uma parcela importante do desenvolvimento sociocultural e econômico de um país. Por outro lado, é nas cidades que se encontram a maior porção de população pobre e miserável, que na esperança de dias melhores imigrou, mas não encontrou espaço no mercado de trabalho. Para alguns, como Castells (2014), aí reside o caldo de revolta necessário a transformação social (em especial nas metrópoles).

À luz dessas conceituações, as cidades não são entidades espaciais isoladas, elas mantêm através dos seus agentes, usando das infraestruturas disponíveis, relações sociais, culturais, econômicas, simbólicas e políticas com outros centros e localidades, que são cruciais à reprodução da vida e do capital, corroborando para que o processo de urbanização se concretize na forma como o conhecemos hoje, isto é, complexo e diversificado do ponto de vista das manifestações (formas-conteúdos) e dos veículos de reprodução. Conforme Souza (2003, p. 50), “seja no interior de um país, seja em escala planetária, nenhuma cidade existe totalmente isolada, sem trocar informações e bens com o mundo exterior; caso contrário, não seria uma cidade”.

Note-se que a rede urbana se constitui por meio das *interações espaciais*, que numa primeira aproximação são entendidas como “um amplo e complexo conjunto de

deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (CORRÊA, 1997b, p. 279). Esse autor aponta algumas de suas características, como: i) maior ou menor intensidade; ii) variar segundo a frequência de ocorrência; iii) variar conforme a distância e direção; iv) caracterizar-se por múltiplos propósitos; v) se realizar por diversos meios e velocidades.

As interações espaciais, no entanto, segundo Corrêa (1997b, p. 280) “devem ser vistas como parte da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço”. Nesse sentido, as interações espaciais se referem a um movimento complexo que conduz e é conduzido pela (re)produção do espaço, que não está circunscrita a dimensão da rede, embora nela tenha uma de suas expressões mais eloquentes.

É essa perspectiva da interação espacial que Catelan (2012) valoriza. Para ele “podemos vincular o conceito de interações aos processos de transformação da realidade espacial, que resultam das articulações entre os agentes que produzem o espaço”. Acrescenta-se que “não estamos tratando somente dos processos que se estabelecem no espaço, como também daqueles que produzem e são o espaço” (ibidem, p. 29).

A compreensão das interações nesses termos está relacionada ao modo capitalista de produção (entendido nas suas leis de funcionamento e como o ciclo de reprodução do capital) e suas várias fases de desenvolvimento, das quais se assinalou no item anterior, alguns de seus aspectos a partir de 1970, que concede base à complexidade e ao aprofundamento das interações. Além desse tempo histórico, as interações estão associadas ao tempo empírico⁵, na medida em que os inúmeros fluxos que interrelacionam “os fixos socialmente criados são caracterizados por lógicas que lhes conferem regularidades espaço-temporais que reportam à organização social e a seu desigual movimento de transformação” (CORRÊA, 1997b, p. 295).

A face mais nítida das interações espaciais reside na materialização da força do capital, mas a banalidade da vida ocorre sustentada nas interações, que nem sempre respeitam os desígnios do modo de produção; o ir e vir, os fazeres do dia a dia, estão sempre permeado de significados ligados à subjetividade, que mesmo assim, são importantes para mudanças e permanências em espaços e segmentos de rede urbana.

⁵ Segundo Santos (2012, p. 52), “as periodizações nos dão, sem dúvida, um tempo, mas apenas um tempo externo a cada subespaço faltando resolver a questão do seu tempo interno”. A técnica surge como elemento de empiricização do tempo, de forma que cada lugar tem seu tempo. “O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. (ibidem, p. 55).

Porquanto, a rede urbana é um conjunto de centros funcionalmente articulados, e as interações espaciais um conceito a ela imanente, há diversas teorias elaboradas que visam sua explicação. As várias teorias não constituem em pura subjetividade dos pesquisadores, mas derivam das múltiplas realidades existentes que exigem diferentes modelos de explicação (um dos mais claros impasses é a transferência de teorias de países desenvolvidos para os subdesenvolvidos criticados por Santos (2013, 2008b), além das transformações econômicas que tornam obsoletas teorias antigas). Nesse contexto, destacam-se algumas teorias como a dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008b) e da localidade central (CHRISTALLER, 1966). Uma reconstrução interessante dessa última teoria foi feita por Domènec (2003) e Catelan (2012), intitulada de rede de cidades, que comentaremos a seguir.

Acrescenta-se que essas teorias assumem feições variadas dependendo do espaço-tempo em que forem aplicadas, levando a adaptações em estudos empíricos, que resultam, variavelmente, num aperfeiçoamento da teoria original. Ademais, conforme Domènec (2003, p. 116), não existe “una única metodología ni un único tipo de datos para identificar de manera unívoca la red. El tipo de datos existente y el tipo de red que se busca influy en gran medida en la metodología de identificación”. Nosso interesse está, predominantemente, na teoria das localidades centrais e na rede de cidades, vendo-as como sistemas complementares de análise da rede urbana. Nada impede, porém, que outras teorias, ou mais propriamente alguns de seus elementos, sejam requisitados quando assim for conveniente para explicar a realidade aqui pesquisada.

Elaborada originalmente, em 1933, a teoria de localidades centrais de Christaller (1966) é ainda hoje uma das principais, senão a principal, referência dos estudos de rede urbana, depois de ter sofrido vários aperfeiçoamento e adaptações. A guisa de exemplificação, no Brasil a principal fonte de estudos da rede urbana são as publicações das pesquisas Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE, de 1972, 1987, 2000 e 2008, as três últimas foram elaboradas, conforme Ferreira (2010), sob as bases teórico-metodológicos da teoria da localidade central. Outros tantos estudos foram inspirados nesse modelo teórico e, muitos órgãos do Estado, nas esferas federal e estadual, estão organizados segundo um padrão hierárquico tipicamente christalliano, as próprias teorias do circuito da economia urbana e da rede de cidades são uma resposta às incompletudes da teoria da localidade central, tendo-a como inspiração.

De acordo com Bessa (2012), a teoria da localidade central surgiu em razão da crescente magnitude adquirida pelos centros urbanos no bojo da Revolução Industrial. Os

centros urbanos vão se diferenciando pela oferta de bens e serviços e evidenciando níveis hierárquicos inscritos nos respectivos espaços de atuação, “pois, em uma economia de mercado, a oferta e o consumo de mercadorias e serviços realizam-se de forma desigual e estratificada” engendrando “uma hierarquia entre os pontos” (BESSA, 2012, p. 153).

Na formulação de Christaller (1966), todos os núcleos urbanos são classificados como lugares centrais, dotados de funções centrais, isto é, de distribuição de bens e serviços à população sobre a qual o lugar central exerce influência. A centralidade, por sua vez, diz respeito ao grau de importância de suas funções centrais que definem, em síntese, a abrangência e o alcance territorial e social que os bens e serviços oferecidos por uma cidade possuem. A extensão da centralidade pode ser expressa pelos conceitos de alcance espacial máximo e mínimo. O primeiro é a área que os consumidores efetivamente se deslocam para consumir bens e serviços, enquanto o segundo compreende uma área entorno de uma cidade que tenha um mínimo de demanda que justifique, do ponto de vista do retorno financeiro, a instalação de bens e serviço (CORRÊA, 1989).

Em regiões onde os custos de transportes são reduzidos e a demanda é elevada, o alcance espacial máximo é grande e o alcance espacial mínimo é reduzido. Por outro lado, quando o custo de transporte é alto e a renda da população é baixa (demanda), o alcance espacial máximo diminui e o alcance espacial mínimo torna-se maior. No primeiro caso, um limitado número de pessoas contido em uma pequena área, com rendas médias e altas, é capaz de justificar a instalação de um serviço na cidade principal, embora pessoas localizadas a maiores distâncias transitem tranquilamente por essa rede, dado os baixos custos de transporte. No segundo caso, o fato de ser predominante a população com baixa renda, exige um maior número de pessoas e área a ser abrangida para que uma empresa se interesse em investir na cidade principal; quando a virtualidade não se concretiza o trânsito de pessoas ocorre num espaço limitado, insuficiente para a instalação do serviço (CORRÊA, 1997a).

Por essa ótica, os bens e serviços mais sofisticados que não são consumidos diariamente nem de forma frequente, ou caso os sejam, demande uma renda considerável, estão localizados em poucos centros. Esses, por oferecerem produtos raros gozam de posição hierárquica superior na rede urbana. Aquelas cidades que ofertam apenas bens e serviços consumidos mais frequentemente serão menos procuradas por consumidores e estarão contidas na área de atuação do centro que logra de maior densidade dessas variáveis. O centro com posição hierárquica superior é o fornecedor dos insumos que abastasse aquele localizado em estrato imediatamente inferior.

Quanto à espacialidade adquirida por esse sistema de organização da vida econômica em termos de distâncias percorridas, Ribeiro (1998) afirma que enquanto as necessidades elementares e frequentes não levam a um deslocamento considerável, uma vez que acontece a curta distância porque todas as cidades delas dispõem, como por exemplo, almoçar ou comprar arroz no supermercado, as necessidades sofisticadas e muito raras, como uma cirurgia de transplante de coração, só podem ser satisfeitas por reduzido número de centros, geralmente, situados muito distante um do outro. As cidades com funções básicas tendem, por conseguinte, a serem numerosas e mais próximas umas das outras, em contrapartida as cidades com consumo raro são menos numerosas, porque as demandas do consumo que oferecem são menos difundidas, ou a quantidade de pessoas que podem consumi-los é reduzida.

Sem deixar de reconhecer a validade da teoria das localidades centrais, Doménech (2003, p. 4) aponta algumas de suas deficiências mais patentes: 1) “no permiten la presencia de actividades avanzadas fuera de los centros de mayor rango de la jerarquía; 2) “Son modelos incompletos, al no recoger las relaciones horizontales ni las relaciones entre sistemas urbanos diferentes” (a seguir essas limitações são melhor explicitadas).

Tendo em vista superar essas deficiências estruturais da teoria de localidades centrais diante dos avanços do meio técnico-científico-informacional e da sociedade em rede, o autor discorre sobre os aspectos concernentes a teoria da rede de cidades, como proposta complementar e atualizada da problemática da rede urbana.

Las principales características de las redes de ciudades son la posibilidad de coexistencia de estructuras jerárquicas y no-jerárquicas, la cooperación entre ciudades y la generación de ventajas asociadas a la organización de la estructura urbana y la interacción entre sus nodos (DOMÈNECH, 2003, p. 17).

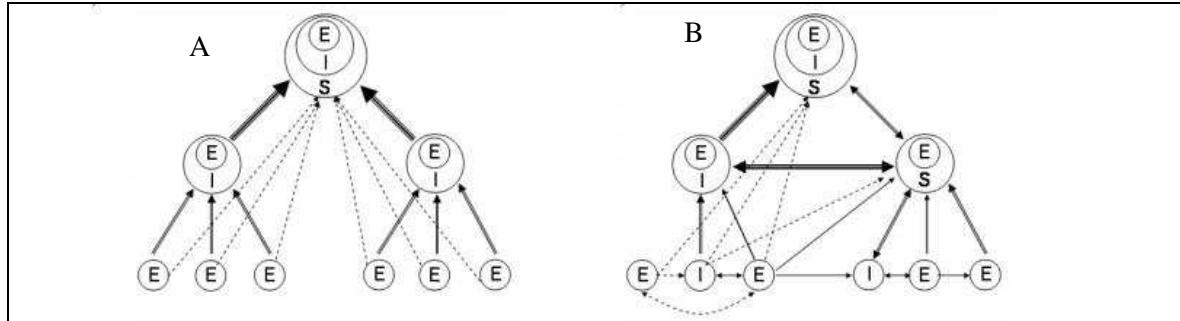
Adicionalmente, afirma que

Es posible diferenciar entre varias tipologías de redes, entre las que destacan las basadas en la articulación de la estructura urbana (redes verticales y horizontales), en la externalidad de red (redes de sinergia y complementariedad) y en la trasmisión de conocimiento (redes de conocimiento alto y bajo) (DOMÈNECH, 2003, p. 30).

A figura 1 ilustra o debate levantado, no lado A, a procura por bens e serviços se dá segundo um padrão tipicamente hierárquico. Nesse caso, os centros só se relacionam com pares distintos, quando um deles ocupando posição inferior na rede, necessita de objeto que não possui, o suprimento só se concretiza pela procura de outro centro de nível hierárquico superior, seja aquele imediatamente próximo ao centro local ou diretamente com o centro

cabeça de rede. Nas redes urbanas em que a primeira hipótese for o padrão dominante retrata a estrutura simples, imatura e incompleta da mesma, levando alguns autores como Cardoso e Azevedo (1982) até mesmo a rechaçar o termo hierarquia.

Figura 1 - Fluxos na teoria de localidade central e na rede de cidades.



Fonte: Domenech 2003, elaborado a partir de Hotelling (1929), Scott (1989) e Boix (2002).

No lado B tem-se a configuração de uma rede urbana mais complexa, onde as ligações se realizam entre centros de mesmo nível e interações podem ser mantidas entre uma cidade de nível hierárquico superior (onde pessoas procuram bens e serviços em centro especializado) com outra localizada em um estrato imediatamente abaixo; além de interações entre centros urbanos de redes diferentes. É crucial se atentar para o fato de que o modelo B não destrói a hierarquia urbana, observe que ela continua presente, mas foi sobreposta a fluxos e interações de natureza multi-vetorial e interescalares, tal como sugerido pela citação precedente.

A teoria da rede de cidades divide as interações e o padrão espacial daí resultante em dois tipos principais: a competitiva e de cooperação, nas primeiras, as hierarquias são mantidas, enquanto no segundo modelo elas são dissolvidas pelas complementaridades (centros com especializações distintas) e synergias (centros com mesmo tipo de especialização, ver figura 2).

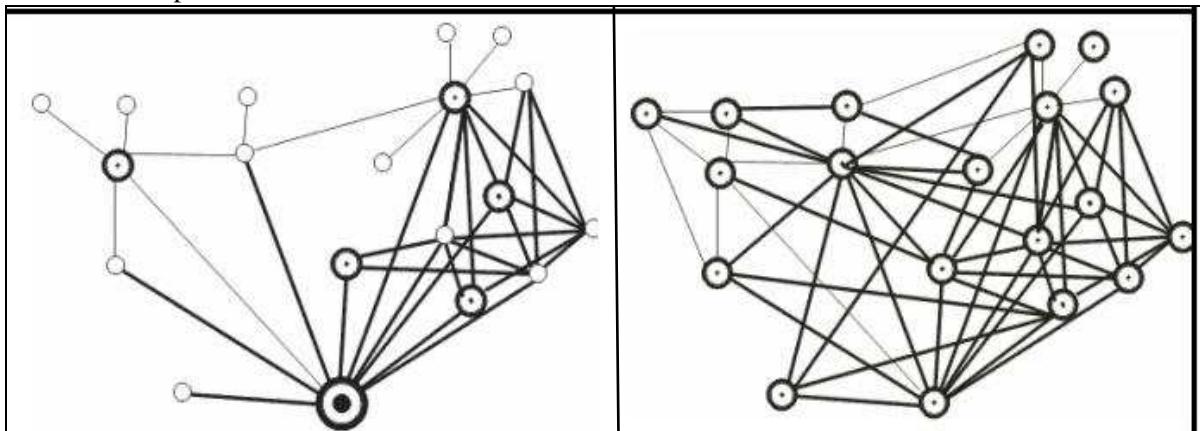
Catelan (2012, p. 62) se baseou na teoria da rede de cidades e a ela acrescentou contribuições teórico-metodológicas. Conquanto, sua preocupação principal tenha se endereçado às cidades médias, o escopo de sua contribuição “poderá ser posto à prova para além das tipologias das cidades”. Ele propôs o termo heterarquia urbana para denominar as articulações interescalares que extrapolam a estruturação hierárquica da rede urbana e que relevam e apoiam em grande medida os papéis e as funções dos centros regionais. Para Catelan (2012, p. 61), “o padrão hierárquico continua a existir, no entanto, torna-se insuficiente para explicar os conteúdos advindos do aumento das interações espaciais sob a

élide da globalização”. Nesse aspecto, a heterarquia urbana é uma ampliação do enfoque e não uma desconsideração da hierarquia urbana (*ibidem*).

Figura 2 - Padrão espacial da rede de cidades.

C: Redes competitivas

D: redes de complementaridades



Fonte: Doménech (2003).

As articulações interescalares não consistem somente em modificar a escala, a partir “da qual as dinâmicas vão ser estudadas, mas sim de articular entre si escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito simultâneo e concomitante” (SPOSITO, 2011, p. 127). Isso não implica que todas as escalas devam ser mobilizadas com a mesma importância na explicação de um objeto de pesquisa, a construção do mesmo é que vai indicar as escalas mais significativas (SOUZA, 2013).

Camagni (2005) ressalta a existência de uma estrutura mista ou de transição entre o modelo dos lugares centrais e da rede de cidades, perspectiva pertinente principalmente em países subdesenvolvidos. Para esse autor, a hierarquia urbana se mantém “en los niveles elevados de la estructura urbana, organizadas alrededor del mercado de las funciones terciarias avanzadas y de control”⁶ e, também, “en términos de áreas de mercado para los input de producción” (CAMAGNI, 2005, p. 124). Desse modo, pensar em uma rede urbana sem o mínimo de hierarquia no capitalismo parece um contrassenso. As hierarquias são destituídas amiúde (num sentido mais literal e completo) em casos de sinergias, quando, por exemplo, as administrações de um grupo de centros urbanos resolve criar grandes infraestruturas ou inovações territoriais que um dos núcleos individualmente não seria capazes de fazê-las (CAMAGNI, 2005).

⁶ É importante esclarecer que o autor está fazendo uma referência às grandes metrópoles ou mais propriamente cidades mundiais que comandam o setor financeiro e as inovações tecnológicas e não aos fluxos através dos quais esses setores ligam cidades em diferentes regiões do mundo.

Na ótica de Domènec (2003, p. vi), “la red [...] es la respuesta de los sistemas urbanos a las necesidades de dinamismo y flexibilidad em la actividad económica y en la implementación de políticas, em un contexto de cambio continuo y globalización”. A esse pensamento, Capel (2003, p. 43) afirma que transformações tem sido vistas “em la red de ciudades debido a las modificaciones en la inserción de cada país y región en el proceso de globalización”, levando “las redes urbanas se hacen más complejas com fluxos más intensos, diversificados y múltiples”. Diante disso, é possível “ocurrir que las ciudades no mantengan ahora relaciones solo com las próxi mas, sino también com otras lejanas em relación com la mejora de las redes de circulación”. Finalmente esse autor coloca que “toda la teoría de los lugares centrales se ve afectada por estos câmbios” (CAPEL, 2003, p. 44).

Portanto, as pesquisas sobre rede urbana acompanham o desenvolvimento do capitalismo e sua materialização no espaço, mostrando os crescentes níveis de complexidade por ele adquirido. É “natural”, então, que se ampliem as perspectivas de se estudar as funcionalidades dos centros urbanos e suas relações hierárquicas-heterárquicas. É notável que aqueles processos discutidos no item anterior levassem a consecução dessa maior complexidade nas redes de cidades, de sorte que sustentam e tipificam a distribuição de bens e serviços, a organização produtiva e os jogos de poderes entre elas.

É necessário sublinhar alguns pontos adicionais. As dinâmicas interescalares não atingem as redes urbanas de igual modo, uma vez que a rede urbana é uma dimensão da organização espacial, e essa é marcada por desigualdades regionais e territoriais. Há segmentos de rede que estão mais afeitos às interações heterárquicas, mesmo que sejam marcados por diferenças internas entre os centros, enquanto outros estão menos integrados.

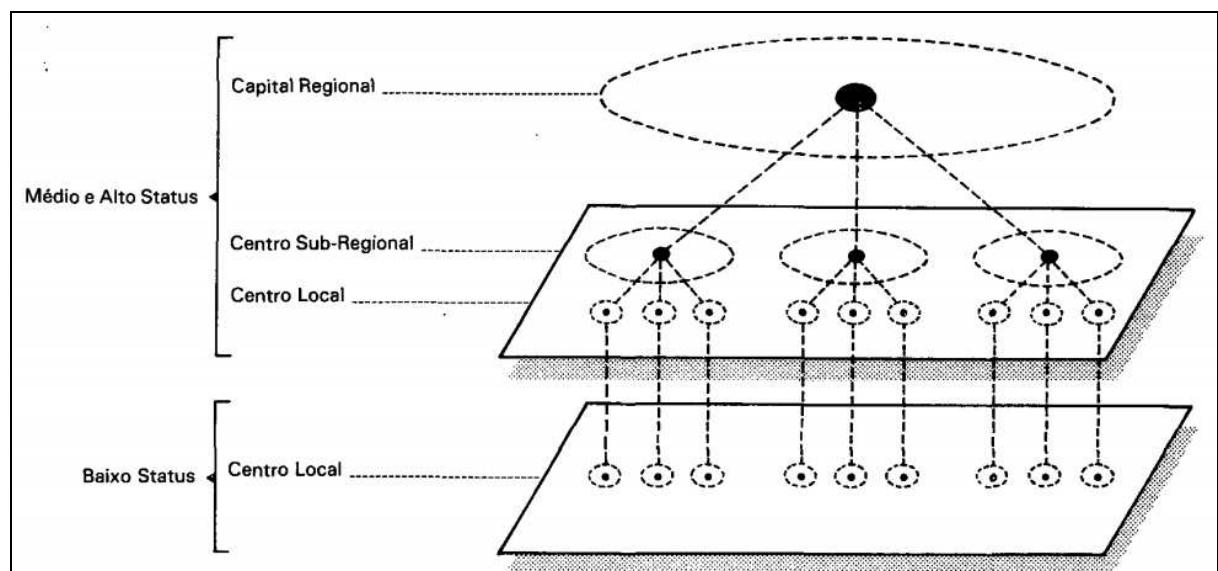
Além disso, é possível notar que os segmentos de redes urbanas menos integrados, possuem um movimento vetorial de interação espacial dos agentes econômicos muito mais no sentido externo-interno (global-local, e outros), ao passo que nas mais integradas, manifesta-se uma dialética entre esses pares, ainda que muitas vezes o primeiro seja de mais fácil identificação – neste caso estaríamos, pois, diante de uma verdadeira articulação intercalar das cidades.

Camagni (2005) salienta que o próprio termo hierarquia evoca uma relação assimétrica entre padrões e elementos de uma estrutura. Na rede de centros a circulação de bens e serviços não ocorre de forma gratuita, mas através da exploração e drenagem de renda entre as cidades maiores com as menores (padrão predominante), e delas em relação ao campo, através de seus agentes econômicos, políticos e sociais. Mesmo os agentes de

pequenas cidades ou intermediárias que se instalaram em urbes maiores ou de mesmo porte, sobressai o objetivo de drenar e concentrar recursos financeiros.

Segundo Santos (2011), o acesso aos bens e serviços depende essencialmente do lugar socioeconômico e geográfico ocupado pelo sujeito, de modo que, a rede urbana não existe, de fato, para um número considerável de agentes sociais e, dependendo da escala geográfica concebida, a situação se agrava. De um lado, têm-se aqueles sujeitos que podem utilizar todos os recursos presentes nos centros urbanos, de outro, os “pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para esses, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito”, mesmo que “também seja uma realidade objetiva” (SANTOS, 2011, p. 192)⁷. A figura 3 ilustra o comportamento espacial dos consumidores de acordo com a renda e a rede de localidade central.

Figura 3 - Rede de localidade central e nível de renda.



Fonte: Corrêa (1997a, p. 81).

Explicitando a proposição de Corrêa (2005), na projeção superior estão as classes de médio e alto *status* que usufruem dos bens e serviços oferecidos pelo centro local, sub-regional e regional, a capital regional aglutina as funções do centro sub-regional e local para essa classe. Por seu turno, a projeção inferior mostra que os serviços dos centros locais são usados preferencialmente pela classe de baixo *status* e os outros níveis hierárquicos servem essa população “apenas” como centro local. A aspa foi usada porque numa grande cidade as

⁷ Vale lembrar a forte advertência de Santos (2008a, p. 139): “mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Tecnicamente falando, “uma rede que se tornasse uma malha tão compacta a ponto de preencher todo um espaço deixaria de ser rede” (HAESBAERT, 1988, p. 63).

três classes mencionadas podem usar um mesmo serviço, que não necessariamente seja destinado aos pobres, como um hospital de referência pública ou uma linha de metrô, embora, isso não seja a regra geral que fundamenta a teoria.

Embora o esquema sintetize uma situação de rede hierárquica, a realidade não se difere no contexto das redes heterárquicas. As articulações interescalares existem, primeiramente, para as grandes empresas e para os agentes sociais que logram de renda elevada e capital cultural, pois “no mundo do pós-guerra espacial, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais em escala cada vez mais mundial” (BAUMAN, 1999, p. 16).

Nos países subdesenvolvidos tal quadro se mostra ainda mais patente, dado os níveis de renda da maioria da população ser compatível com o acesso a serviços consumidos muito frequentemente, encontrados nos níveis inferiores da rede urbana, situação que se agrava em regiões pobres dentro desses países. O corolário espacial imediato é o reduzido fluxo de pessoas entre uma cidade regional e “sua região”; o que dirá em relação a principal metrópole litorânea (São Paulo) do país e o interior.

Colocadas essas questões é necessário analisar, mesmo que resumidamente, alguns termos próprios das teorias da rede urbana: zona de influência; área de influência; região de influência; rede regional de influência. Questiona-se, pois, a equivalência e a atual pertinência de tais palavras. O termo zona e área de influência sugerem um espaço rigorosamente delimitado pela atuação de uma cidade, situação que como já vimos é questionável, dado a crescente pulverização da vinculação dos centros urbanos, através de interações espaciais interescalares. Mas aqui não se pode cair no extremo oposto de negação de um espaço minimamente reconhecível (delimitável) de atuação de um centro.

Catelan (2012) prefere usar o termo “rede de influência regional”, argumentando a insuficiência da denominação “área de influência”, que remete a um recorte territorial mais estático, não sendo coerente com o paradigma da rede de cidades. Portanto, para ele a rede de influência regional é a situação em que se conforma um espaço de influência de uma cidade, mas que se realiza como condição da articulação de escalas geográficas, ao mesmo tempo em que, as cidades que estão ao centro principal, parcialmente subordinadas, não se vinculam a ele exclusivamente, dependendo do tipo de demanda recorrem à outros núcleos urbanos, seja qual for o seu porte.

Uma situação mais empírica dessas dificuldades e limitações dos termos é encontrado em Rochefort (1998), que, estudando o espaço de atuação da cidade do Rio de Janeiro, aponta a impossibilidade de uma delimitação precisa. Tal situação o levou a elaboração de gradações; *pequena região*, onde ocorre uma atuação mais concreta do Rio de Janeiro (até porque se localiza no entorno da região metropolitana) e *grande região*, chamada de *zona de indeterminação* (localização nos limites do estado), pois nessa, os consumidores ora vão àquela cidade, ora vão à São Paulo e Belo Horizonte. Ao que parece, as palavras em itálico poderiam ser substituídas por área de transição, área de indeterminação, área de influência imediata e de grande influência, sem que se perdesse o objetivo de representação, que é o recorte territorial.

Pensar na *região de influência* é remeter ao próprio conceito de *região* em si. Segundo Haesbaert (1999), na geografia clássica, a região aparece como um espaço singular, específico, dotado de coesão e coerência interna, continuidade espacial, estabilidade temporal e ligada a meso-escala. A imposição da lógica reticular através de processos como a globalização colocou em cheque esses pressupostos, levando muitos a decretar o fim da região e mesmo do espaço. Santos (1994, p. 50), numa defesa da região, afirma que “não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais”.

Haesbaert (1999) propõe, então, uma atualização do conceito, levando em consideração três enfoques: a) hoje existe um grau de complexidade maior na definição dos recortes regionais, pois estão atravessados por diversos agentes sociais que atuam em múltiplas escalas; b) mutabilidade muito mais intensa, que altera rapidamente a coerência e/ou a coesão regional; c) e a inserção da região em processos simultâneos de globalização e fragmentação. Ao final do trabalho, o autor assegura que o avanço teórico está em continuar destacando a “coerência regional nos moldes dos territórios-zona, dotados de continuidade (porém, priorizando agora o nível local, especialmente em suas relações com o global), quanto se assumirmos uma nova análise regional a partir dos territórios-rede”, que são fisicamente descontínuos, “mas com fortes conexões internas (na conformação de ‘redes regionais’)” (HAESBAERT, 1999, p. 36).

De acordo com Santos (2012), o espaço pode ser dividido em “dois arranjos e duas segmentações”, que reforçam as novas dinâmicas pelas quais passam as regiões:

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos

reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. (SANTOS, 2012, p. 284).

Ainda conforme o autor, as regiões existem porque sobre elas se instalam arranjos organizacionais oriundos de rationalidades distantes que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição. Nesses dois recortes se estabelece uma forte luta política entre um fazer local e global, desse embate pode surgir contundentes solidariedades locais.

Assim, se a referência for a origem do conceito de região na Geografia, sua validade se torna opaca enquanto ferramenta explicativa do fenômeno reticular (e até mesmo um entrave), mas a reconstrução do conceito mostra toda sua riqueza, remetendo sempre a um conteúdo espacial próprio do período atual da globalização, homogeneizadores/heterogeneizadores, não excluindo a lógica areal e reticular, mas inserindo-as num complexo jogo dialético. De toda forma, nem toda região de influência das cidades é em sentido forte uma região. Trata-se muito mais de uma regionalização, um recorte do espaço enquanto instrumento metodológico.

Diante dessa discussão, os termos rede regional de influência e região de influência das cidades – e seus qualificativos – se mostram os mais adequados na teoria da rede de cidade. A exceção, talvez, seja um espaço em que coincide a atuação de uma cidade principal, com a formação de uma identidade regional, não havendo dúvida da preferência pelo termo região, que concede maior significado e força explicativa a realidade estudada, aglutinando a delimitação territorial (no caso da rede regional com descontinuidade), mas considerando a sua relatividade (instabilidade). Mais que isso, destacando que a escala regional é construída com interações que dela ultrapassam.

Região de influência da cidade e rede de influência regional aproxima o núcleo empírico, delimitação do substrato espacial material da pesquisa, do teórico, plano de articulação do pensamento que enseja a análise do objeto de pesquisa. O outro par de análises, zona e área, se volta mais (não exclusivamente) ao plano do recorte empírico do estudo com uma carga de estabilidade.

Não obstante, um problema persiste, relacionado diretamente à escala: a polarização de uma pequena cidade sobre outras de menor porte pode ser considerada uma região de influência? Rochefort (1998) afirma que uma região comporta uma zona de influência, mas

nem toda zona de influência diz respeito a uma região. Ainda segundo ele, a região de influência prescinde de uma escala territorial grande, mas não de uma importância expressiva da polarização dos centros urbanos. Porquanto, entendemos que o limbo inferior para uma verdadeira região de influência é o espaço de atuação de uma cidade média⁸, já que a pequena cidade dificilmente atinge esse nível de complexidade nas funções centrais.

Nada impede, porém, que existam níveis de influência dentro da região (a semelhança da proposta de Souza [2013] sobre os níveis de uma região), como um microrregional, ligados intrinsecamente a atuação das pequenas cidades. Pelas considerações feitas até agora, é lícito afirmar que, se o nível de desenvolvimento do recorte espacial adotado for considerável, os fluxos podem tornar inviável a identificação de uma região de influência microrregional; já nos casos em que há maior custo do transporte e pouca mobilidade, tal situação torna-se mais evidente. Aliás, essas distinções estão parcialmente de acordo com o estudo Regiões de Influência das Cidades (2008) que resguarda a classificação capital regional aos centros que logram de centralidade mais consolidada e centros sub-regionais e de zona aquelas urbes cujas centralidades são mais tênues.

Esses termos, que de início são axiomas, devem estar alinhados com o debate em torno do atual estágio do processo de urbanização, do qual as redes são uma de suas expressões, realçando os cuidados que devemos ter ao utilizá-los, sem, de um lado, descartar *a priori* ou usar com velhos significados.

1.3 Pequenas cidades: aproximações conceituais e perspectivas teóricas

De início cumpre situar o lugar ocupado pelas pequenas cidades nos estudos urbanos da Geografia brasileira. O interesse em estudar os centros urbanos segue os níveis hierárquicos por eles ocupados na rede urbana, com destaque para três grupos de cidades; metrópoles, cidades médias e pequenas cidades. As grandes metrópoles nacionais e regionais são os grandes centros de gestão (sede das grandes corporações nacionais/internacionais e do aparelho estatal), produção (indústrias tradicionais e modernas) e distribuição (os mais avançados bens e serviços) do país, além de apresentarem os maiores problemas urbanos, tais como violência, sócioambientais e de trânsito, etc. Estas requerem maiores reflexões para

⁸Sposito (2010), pensando em espaços muito urbanizados adverte que nem todas as cidades médias podem ser consideradas como propriamente regionais, haja vista os casos em que os interesses e fluxos extrarregionais se sobrepõem aos regionais e se tornam mais fortes, oriundos que são de atores políticos e econômicos hegemônicos. Em verdade, trata-se de processos extremamente contraditórios que se expressam de forma variada em formações espaciais distintas – e estão no limite do conhecível, ao menos no Brasil.

superações dos problemas e elucidação das dinâmicas em cursos, justificando-se desta forma porque são as mais estudadas. Também são os centros de maior importância na produção científica.

Em âmbito nacional, há a mais de 20 anos uma rede de pesquisa dedicada ao estudo das metrópoles, o Observatório das Metrópoles, que reúne atualmente 159 pesquisadores e 59 instituições. As metrópoles estudadas na rede são: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Vitória, Brasília e a aglomeração urbana de Maringá (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, s/d).

O segundo grupo de cidades mais estudado pela Geografia brasileira é as cidades médias. Os estudos dessas cidades ganharam relevo a partir de 1970, quando elas, adquiriram maior relevância na rede urbana e nas políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional como parte do processo de interiorização da urbanização brasileira. Entre os trabalhos pioneiros na temática estão o de Andrade e Lodder (1979), e Amorim Filho, (1978; 1984). Tais pesquisas foram acentuadas nas últimas décadas com a atuação da Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias – Recime⁹, na esteira da qual foram e estão sendo produzidos um importante volume de artigos, livros, dissertações e teses, sobre cidades médias de todas as regiões do Brasil.

Por seu turno, segundo Fresca (2010), as pequenas cidades foram até 1990 pouco exploradas pela Geografia e somente a partir de então cresce o interesse pelo seu estudo. Em verdade, de acordo com Melo (2008, p. 435) “a inserção da temática pequena cidade, no meio acadêmico, não é em si, efetivamente, recente”, pois, podem ser citados alguns trabalhos pioneiros, como os de Harris (1956), Azevedo (1957), Geiger (1963), Alegre (1970), Juanico (1977), Silva (1978), Santos (1979, 1993, 2004), Singer (1990) e Faissol (1994). O problema, segundo a autora, é que nesses trabalhos as pequenas cidades aparecem em meio a discussões mais amplas e os avanços conceituais, teóricos e metodológicos são modestos.

Há muitas razões que corroboraram para o aumento do interesse em estudar as pequenas cidades, relacionadas às intensas modificações na organização sócioespacial brasileira que levaram à transformações em vários segmentos da rede urbana nacional, permitindo o desempenho de novos papéis nessas cidades, através da realização de uma parcela importante da produção propriamente dita e inserindo-as em interações espaciais de

⁹ Mais informações em <<http://www.recime.org/>>. E em Sposito et al (2007). Sobre o Observatório das Metrópoles, ver mais em <<http://www.observatoriodasmetropoles.net/>>. Quanto às pequenas cidades não existe nenhuma rede de pesquisa articulada em âmbito nacional. Em termos de evento há o Encontro Nacional sobre Cidades Pequenas que, em 2016, vai para seu IV encontro e no estado da Bahia tem o Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia.

grande alcance (FRESCA, 2010). Ademais, Jurado da Silva (2011) ressalta que o movimento de interiorização das Universidades contribuiu para esse aumento dos estudos, bem como a inserção de estudantes advindos de pequenas cidades nos programas de pós-graduação em Geografia.

É oportuno destacar que o atraso nos estudos dessa categoria de cidade resultou em imprecisões conceituais e generalizações equivocadas, de sorte que “a discussão sobre as pequenas cidades encontra-se aberta e se apresenta como [...] riqueza de possibilidade de pesquisas” (PADINHA, 2010, p. 22). Por outro lado, como bem pontuou Endlich (2006, p. 31), “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana [...] como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana”. O estudo de tais espaços ajuda mesmo a explicar as funções e centralidades dos espaços localizados em nível hierárquico superior, como cidades médias (ENDLICH, 2006).

Nesse contexto, Melo (2008) aponta algumas dificuldades em conceituar e teorizar sobre tais cidades: i) fragilidade teórica e metodológica da Geografia e de outras áreas no tratamento do tema; ii) a própria diversidade da realidade sócioespacial brasileira constitui-se em um complicador; iii) coexistem pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e também são marcadas pelo esvaziamento gerado por processos migratórios; iv) há ainda pequenas cidades turísticas, industriais e algumas que têm as festividades religiosas, as manifestações culturais, as feiras, dentre outras, como elementos que as inserem em um contexto socioeconômico mais amplo; v) pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos, as quais se apresentam bastante diversas das demais.

Considerando essas dificuldades, as necessidades e potencialidades no estudo das pequenas cidades, Corrêa (2011) traçou um caminho de análise em seu estudo sobre esses centros no Brasil, tendo por base quatro recortes metodológicos que são relevantes em nossa discussão. Primeiro, ele fez uma delimitação conceitual dessas urbes, para, em seguida, situá-las no invólucro da década de 1950 e considerar na sequência as transformações que passaram e alteraram suas funcionalidades a partir de então, finalizando com uma proposição tipológica de pequenas cidades.

Desse modo, primeiro discutiremos a delimitação conceitual das pequenas cidades, para, depois, descrevermos algumas alterações na inserção das mesmas na rede urbana, fornecendo, assim, alguns elementos para debater seus principais papéis no presente. Finalmente, apresentaremos de forma resumida a própria tipologia que Corrêa (2011) elaborou.

A abordagem desses pontos colabora para mitigar as dificuldades na definição e na compreensão dos papéis e significados das pequenas cidades na rede urbana nacional, pondo em relevo duas categorias essenciais: o tempo e o espaço. Ressaltamos que um esforço conceitual de defini-las passa pela equalização do papel do tempo e dos contextos regionais em que estão inseridas. Nesse exercício, o trabalho busca o que nelas é geral para, em seguida, os apontamentos das particularidades.

Embora o tamanho demográfico seja um elemento importante na definição dessas cidades, mas não somente delas, veja-se os vários debates em torno da noção de cidade média e de porte médio, nesse sentido, procuraremos o caminho das relações interurbanas para uma aproximação conceitual, mas sem abrir mão da articulação com o intra-urbano, pois são dimensões indissociáveis. Desejamos que o enfoque econômico privilegiado não seja necessariamente economicista.

Essas cidades são centros locais que atuam sobre seu território (município = *hinterlândia*), formado por vilas, povoados e população que si dedicam as atividades agropecuárias. Todavia, é plenamente factível que pequenas cidades tenham em suas áreas de atuação e influência outros municípios, em muitos casos, aqueles que foram seus distritos e vilas (CORRÊA, 2011). Endlich (2006, p. 52) é enfática sobre esse assunto ao colocar que os “pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles”. De sorte que as “cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais” (ibidem, p. 52).

Seria o caso de questionar se não há necessidade de uma distinção conceitual entre esses dois tipos de cidades aludidos: pequenas cidades que atuam apenas na área de seu município e pequenas cidades que influenciam outros núcleos vizinhos (contíguos e descontínuos). Dito de outro modo, o que ambos os tipos de cidades tem rigorosamente em comum a ponto de serem colocadas no mesmo referencial teórico? Essa preocupação está inscrita nos marcos de uma reflexão que busca compreender as pequenas cidades em suas relações, isto é, na rede urbana, mas não precisa necessariamente a ela estar circunscrita, podendo outros pontos, além da centralidade e das interações espaciais, fazerem parte do arcabouço que fundamenta a proposição conceitual.

Encontramos na literatura poucas referências explícitas a inquietação enunciada no parágrafo anterior, em via de regra, pequenas cidades com e sem centralidade são postas no mesmo quadro teórico-conceitual. A principal exceção é o trabalho de Fresca (2010) que

defende, veementemente, essa distinção, mas os estudos de Bessa (2001), Soares et al (2004), Schor (2007), Schor e Oliveira (2011) e Roma (2008), não só fazem menção a essa situação como levantam propostas de conceituação. Todo esse debate é inspirado em duas publicações de Milton Santos: a primeira, de 1979, em texto intitulado “As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina”, a segunda, refere-se a seu livro “A urbanização brasileira”, de 1993¹⁰.

Santos (1979, p. 71) define cidade local “como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”. Em sua acepção, essas cidades são o patamar inferior da hierarquia urbana, abaixo desse porte não se pode mais falar de cidades. Pois bem, em 1993, o referido autor coloca que “as cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista”, dá espaço “à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos” e “o responsável pelos comércios especializados” (SANTOS, 1993, p. 56).

Nesse contexto, Fresca (2010) assevera que as cidades locais são aquelas que ofertam serviços mínimos a seus habitantes, enquanto as pequenas cidades seriam capazes de aglutinar um nível de oferta mais complexo, extrapolando o nível de atividades mínimas, sem que isso as conduzisse à condição de intermediação na rede urbana (cidade média ou de porte médio). Nessa diferenciação proposta pela autora, as cidades locais estão incluídas na classe de pequenas cidades, mas por sua vez, não se deixa confundir inteiramente com elas. No entender Fresca (2010),

Se Milton Santos (1982) [1979] considera a cidade local como o escalão de menor complexidade na urbanização brasileira, atendendo apenas demandas mais imediatas de sua população, a interpretação acima transcrita [ela se refere a publicação de 1993 discutida anteriormente], evidencia não tratar-se de cidades locais, mas de pequenas cidades cujas dimensões físico-territoriais, populacionais e controle de parcela da mais valia, por exemplo, são superiores às locais (FRESCA, 2010, p. 79).

Nessa mesma linha de raciocínio, Roma (2008), estudando as cidades de Mariápolis e Osvaldo Cruz, no estado de São Paulo, chega à conclusão de que ambas são pequenas

¹⁰ O debate empreendido por Schor (2007), Schor e Oliveira (2011) não traz correlação direta com a discussão de Milton Santos e os que a ele dão prosseguimento. No entanto, optamos por incorporá-la pelo caráter conceitual que possui. Há que se esclarecer que selecionamos apenas essas duas publicações, mas tal discussão é empreendida por esses autores em outros trabalhos, realizados no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira. Outro autor que se propõe a discutir os sentidos de “pequena cidade e cidade local” é Casaril (2010), mas acaba por não avançar na discussão, a não ser numa crítica ao critério populacional.

cidades, mas com funcionalidades diferentes, o que inviabiliza a classificação de ambas rigorosamente num mesmo patamar. Assim, a autora assinala que Mariápolis é uma cidade local, pois não desempenha “centralidade em relação a outras cidades, atendendo apenas as demandas de seus espaços rurais e agrícolas. Ou seja, o centro local é a pequena localidade que depende de outras aglomerações” (ibidem, p. 16). Por outro, Osvaldo Cruz gera “centralidade em relação às cidades locais, mas esse poder de atração é estritamente atinente à área de sua *hinterlândia*, não podendo, assim, ser classificada como regional ou média”, mas “não pode ser considerada cidade local, tomando-se esse nível como o inferior da rede urbana” (ibidem, p. 29, grifo nosso). A solução encontrada pela autora a leva a classificar essa cidade como um centro sub-regional.

Observando o mesmo fenômeno em uma realidade diferente e com outro ponto de vista há o trabalho de Bessa (2001), no qual ela propõe uma hierarquia ao segmento de rede urbana articulada e comandada por Uberlândia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Esse segmento seria formado por uma grande cidade média, cidades médias propriamente ditas, grande cidade local, cidade local e cidade pequena. Posteriormente, numa publicação em parceria com outros autores (SOARES, et al, 2004) fica mais claro sua proposição.

Na interpretação de Soares et al (2004), a intenção de Santos (1993) é conceituar um novo tipo de cidade local com funções que, fundamentalmente, estão acima de um patamar mínimo. Dessa forma, aquela cidade local definida em 1979 desapareceu e em seu lugar se encontra pequenas cidades, sem nenhuma centralidade além de seu município. Não obstante, as cidades locais insurgentes (com maior crescimento econômico, populacional e centralidade do que a cidade local conceituada em 1979) não “comungam” da mesma função e condição de (re)produção na rede urbana, a ponto de justificar uma distinção entre as que logram de maior centralidade (grande cidade local) das que estão mais ligadas ao fornecimento de insumos modernos ao campo (cidade local).

Seja num caso ou no outro essas autoras concordam que Santos (1979; 1993) não denomina “cidade local” meramente por uma preferência (conquanto o autor diga isso, mas a sequência de sua produção não condiz com essa posição), interpretação hegemônica nos textos que citam esse trabalho, mas por um conteúdo que tais espaços possuem e por um esforço metodológico de apreensão da realidade.

A dificuldade é que Santos (1993) não discorre mais sobre os centros que continuam tendo um patamar mínimo de papéis na rede urbana. Afinal de contas, se as cidades locais dos anos de 1979 modificaram o seu conteúdo, transformando-se em cidades do campo,

econômicas e dos notáveis, não resta dúvida que não foram em todas elas que esse processo aconteceu. Daí ficar um *gap* no que diz respeito a proposição sobre essas pequenas cidades, dando margem para inúmeras interpretações dos dois textos mencionados.

A elaboração de Schor (2007), Schor e Oliveira (2011) encontra sustentação num amplo trabalho empírico no estado do Amazonas, delineado a partir da verificação em cada cidade de um arranjo institucional (conjunto de variáveis pesquisadas). Nessa formulação, há “cidades pequenas de responsabilidade territorial” com importante papel na rede urbana, polarizando¹¹ e intermediando fluxo das “cidades pequenas dependentes/especiais”, as quais não possuem nenhuma centralidade na rede urbana e um limitado número de interações espaciais. A terceira categoria são as “cidades pequenas com dinâmica externa”, isto é, aqueles núcleos com pouco diálogo com seu entorno, com economia mais voltada à exportação.

Tendo em vista essas proposições, elaboramos o quadro 1 com uma síntese da proposta dos autores levantados. Estamos longe de um consenso em torno das terminologias a serem adotadas sobre as cidades que ocupam um patamar inferior na rede urbana. Pelo menos existe concordância que seus conteúdos não são iguais, havendo pequenas cidades que desempenham funções e papéis mais significativos do que outras. Os contrastes entre elas serão maior, quanto mais o for a escala cartográfica de referência.

Quadro 1 - Algumas propostas de conceituações de para pequenas cidades.

Proposta de Soares et al (2004) para classificação de cidades pequenas na rede urbana da bacia do Rio Araguaí	
Grande cidade local	Congregam taxas elevadas de crescimento populacional e índices igualmente elevados de urbanização e importante dinamismo econômico, especialmente pela presença de um setor terciário adaptado às demandas do campo modernizado, tanto no que se refere ao consumo produtivo exigido pelas próprias atividades agrícolas e pelas agroindústrias quanto ao consumo de suas populações.
Cidades locais	Apresentam crescimento demográfico positivo, importante processo de urbanização, concentração de atividades terciárias e ampliação de infra-estruturas associadas aos transportes e à comunicação.
Cidades pequenas	Estão situadas no nível inferior da rede urbana, ainda é o campo que comanda a vida econômica e social, sobretudo, nas regiões agrícolas. Essas cidades, apesar dos processos modernizantes do campo, permanecem com forma e estrutura de cidades pequenas, não incorporando elementos que indiquem a mudança da base técnica do seu campo.

¹¹ “Estas cidades não são simplesmente ‘cidades pólos’ como a literatura tradicionalmente as trata, pois sua importância vai além da sua dinâmica econômica, elas de fato exercem responsabilidade político-econômico-cultural e simbólico (sic)” (SCHOR, 2013, p. 82).

Proposta de Shor et al (2007) e Shor e Oliveira (2011) para as cidades da calha do Solimões-Amazonas	
Cidades pequenas de responsabilidade territorial	Essas cidades desempenham um papel importante na manutenção da rede em uma escala diferenciada. Exerce uma função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomerados humanos. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nessa tipologia de forma diferenciada, pois exercem um papel específico e constituem redes de relações próprias de abrangência internacional.
Cidades pequenas com dinâmica externa	Tem sua economia voltada para a exportação de algum produto (mineral, agropecuário, extrativista, ou de pequena indústria) para a cidade de porte grande. É pouco relevante na manutenção da rede urbana da calha.
Cidades pequenas dependentes ou especiais	Pela ausência de infraestrutura que possibilite exercerem plenamente as funções urbanas e por sua localização geográfica que torna mais complicada a relação delas com a calha central do rio, tornam-se dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.
Proposta de Fresca (2010) para uma “nova conceituação” entre cidades pequenas e locais	
Cidades pequenas	Exercem importante papel na rede urbana, sendo capazes de atender parte da demanda do campo moderno, como a oferta de insumos, e de parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos. Além disso, estão mais conectadas às redes técnicas, com uma população com maior poder aquisitivo, por isso, se inserido em interações interescalares e modificando qualitativamente seu terciário. Apresentam um setor industrial que por vezes se coloca como expressivo no âmbito regional e, quiçá, nacional para determinados produtos, envolvendo ainda significativa parcela da força de trabalho local e geração de rendas e impostos.
Cidades locais	Representam o patamar inferior às cidades pequenas. Oferecem os serviços mínimos a seus habitantes. Permite entender a dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade, e no caso, dos centros locais.

Fonte: Soares et al (2004); Shor et al (2007) e Shor e Oliveira (2011); Fresca (2010). Adaptação: Reges Sodré (2016).

Nesse trabalho não adotamos nenhuma destas propostas, por entender que as mesmas precisam ser melhor desenvolvidas, não por acaso, encontramos poucas dissertações e teses que levem a cabo tais proposições, nas suas últimas consequências. No entanto, faremos, quando necessário, alusão das diferenciações entre pequenas cidades com maior centralidade, que funcionam como núcleos sub-regionais e as pequenas cidades que tem sua centralidade muito mais restrita ao seu município (como as que estudamos nessa pesquisa).

Aproveitando o ensejo de delimitação conceitual, é importante colocar que a definição de patamares populacionais é insuficiente para determinar e, principalmente, conceituar pequenas cidades. No estado do Tocantins as cidades entre 20000 e 30000 mil habitantes exercem centralidade em nível microrregional, caso de Guaraí e Colinas do Tocantins. Em Minas Gerais, esse patamar demográfico diz respeito, em muitos casos, segundo o IBGE (2008), a centros locais, portanto, sem área de atuação além de seu município, como Tupaciguara e Monte Alegre de Minas. As pequenas cidades, quando

inseridas em regiões metropolitanas, o porte populacional tem pouco significado *a priori*. Sem embargo, o porte demográfico não deve ser descartado ao fim e ao cabo, mas equacionado ante a situação geográfica, formação sócioespacial, etc.

Qual seria, então, o limiar superior das pequenas cidades? Essa questão tem sido respondida por pesquisadores, poder público e instituições particulares, pelo recorte populacional, geralmente de 50 mil habitantes. Sem dúvida, é necessário ter um parâmetro, ao menos inicial, que viabilize a operacionalização de um estudo. As pequenas cidades podem ter contingente superior a 50 mil habitantes (BESSA, 2001), dependendo do segmento de rede urbana na qual ela está inserida, mas dificilmente vai ultrapassar 100 mil pessoas. Em outras circunstâncias, cidades com menos de 100 mil habitantes podem ser consideradas até mesmo como médias, veja-se caso de Catalão-GO (PIRES, 2009) e de Gurupi, no Tocantins, que consideramos cidade média (ver discursão no próximo capítulo). Não obstante, outros autores consideram inadequado o limiar de 50 mil pessoas. Esse é o caso de Olanda (2008), que definiu como parâmetro 20 mil habitantes para a rede urbana do estado de Goiás. A posição de Fresca (2010) é pertinente, pois somente a inserção de cada cidade nos segmentos de rede urbana e nas formações espaciais é que realmente pode indicar o limiar de uma pequena cidade.

A inserção dessas cidades no tempo do mundo (que pode ser visto pelo número e extensões das interações espaciais mantidas, nos marcos de uma especialização funcional, e não essencialmente pela centralidade exercida), congregando os objetos e ações que lhes são próprios, situa-se entre o nível de letargia e luminosidade. Ambos os termos devem ser relativizados, pois o primeiro não significa “está parado no tempo”, mas denota menor ímpeto e atualização da base técnica das atividades desenvolvidas. Igualmente, o segundo não implica uma efetiva gestão dos processos econômicos, sendo de natureza dependente e secundária (ENDLICH, 2006).

Inspirado na ideia de luminosidade e letargia, há que se entender que a centralidade das pequenas cidades e das articulações pelas quais participam na rede urbana, estão sob o jugo da efemeridade, seja para intensificação dessa característica ou sua rarefação, quando comparado com as cidades de nível hierárquico superior. Diversas pequenas cidades foram no passado importantes núcleos urbanos de suas regiões e sofreram forte declínio ao longo do tempo, motivado, sobretudo, por fatores externos. Acrescenta-se que muitas pequenas cidades dependem de uma única empresa ou grande projeto de construção de infraestrutura, que por um tempo proporciona dinamicidade ao seu espaço, mas que, se findado o estabelecimento,

ou mesmo em momentos de crise econômica, a cidade entra em declínio¹². Portanto, essa é uma condição que deve fazer parte dos esforços de conceituação dessas cidades e precisa ser melhor desenvolvida.

Nessa esteira analítica, reafirmando o caminho metodológico da relação pequena cidade e rede urbana, Endlich (2006, p. 29) afirma que “o olhar para as pequenas cidades não [deve estar] isolado do restante da rede urbana”, ao invés disso, “procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles”. Em seguida, ela ratifica que “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial”, sendo que “as pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana” (ibidem, p. 86, e 287). Nota-se que a dimensão relativa do espaço (HARVEY, 2012) não é restrita a rede urbana, pois o entorno espacial inclui as relações com o campo e o rural, seja em escala intramunicipal ou intermunicipal.

Estudar as pequenas cidades nas suas interações interurbanas pressupõe um intenso diálogo com as cidades médias e de porte médio. Relação essa que exige um conhecimento do conteúdo desses centros regionais (cidades médias), em sentido amplo e, especificamente daqueles que estão na área da pequena cidade que se estuda. É necessário, no plano teórico ter conhecimento da produção científica sobre os espaços de intermediação e dela fazer utilização quando for recomendável, mas não simplesmente transferi-la *ipsis litteris* à realidade das pequenas cidades.

Parte significativa dos moradores das pequenas cidades possui as cidades médias como referência para compra de bens e serviços, bem como única perspectiva de que os filhos possam cursar uma faculdade e conseguir um bom emprego. Como verificamos em trabalho de campo, é comum ouvir dos moradores que as cidades médias lhes “socorrem quando precisam”, projetando nelas um espaço simbólico de resolução de problemas e dificuldades, e, muitas vezes, escamoteando as relações capitalistas de exploração via rede urbana que existem entre esses centros (ressaltadas no item precedente). Essas relações são reforçadas, também, pela estrutura dos serviços públicos que segue uma hierarquia, como, por exemplo,

¹² A matéria “Dependentes de uma única empresa, cidades vivem síndrome de abstinência” do jornal Folha de São Paulo, e “Crise 'arrasta' cidades dependentes de uma única indústria” do G1, citam várias cidades que dependendo de uma única empresa, geralmente indústria, vivem situação de vulnerabilidade nos momentos de crise. É conspícuo que a dependência não atinge somente as pequenas cidades, um quinhão de cidades de porte médio são citadas pelas reportagens (VILLAS BÔAS, BRITTO, 2015; NAIME, 2009).

na área da saúde, com os planos diretores de regionalização da saúde, obrigando os moradores das pequenas cidades a se deslocarem frequentemente para as cidades médias.

A literatura sobre cidades médias tem documentado amplamente as motivações que orientam a localização e a atuação de empresas nessa classe de cidade, demonstrando que elas intentam não somente o público aí estabelecido, mas aquele que está em sua região de influência, que se encontra nas pequenas cidades. A atuação dessas empresas e sua rentabilidade não ocorrem somente pelo deslocamento de consumidores até a cidade média, adicionando-se o fluxo constante de representantes comerciais para as pequenas cidades com o objetivo de ampliar o mercado, estabelecendo redes de distribuição de produtos aos pequenos estabelecimentos ou ainda produzindo propagandas que anunciam serviços e produtos existentes nos centros regionais. Finalmente, é factível que as empresas com matriz em cidades médias atuem de modo mais direto ao abrir filiais e franquias nas pequenas cidades, como veremos em detalhe no próximo capítulo.

Melo (2008, p. 481), para além da perspectiva da inserção da pequena cidade na rede urbana num sentido mais econômico, mas dele não abrindo mão completamente, afirma que tais espaços podem ser definidos como aqueles:

- i) que aglomera um número pequeno de pessoas (variável conforme o contexto regional);
- ii) que exerce funções: administrativas (sede do poder local e de alguns órgãos da administração estadual e, em poucos casos, do Governo Federal); residenciais; econômicas (comércio e serviços que atendem apenas parcialmente às demandas da população e das atividades produtivas do município); políticas (mais pela atuação de elites locais e líderes de partidos políticos do que pela participação popular); sociais (educação formal básica, assistência à saúde para questões menos complexas, segurança pública); e, organizacional e de mediação (a partir de seus equipamentos e agentes organiza e intermedia as relações entre os indivíduos e grupos locais e destes com outros, exteriores);
- iii) que constitui o nível inferior da rede urbana regional e nacional;
- iv) que pode estabelecer relações com cidades de diferentes níveis da rede urbana regional e nacional, sobretudo com o fim de suprir as demandas locais de bens e serviços;
- v) que apresenta economia urbana frágil;
- vi) onde as transferências governamentais têm notável importância para sua manutenção;
- vii) onde seus moradores usufruem de tranquilidade nas relações cotidianas;
- viii) onde predomina o conhecimento íntimo, e as relações de proximidade e as de vizinhanças são intensas;
- ix) onde se mesclam modos de vida típicos do campo brasileiro e os estilos urbanos contemporâneos;
- x) que ocorre inserido em áreas agrícolas e/ou urbanas.

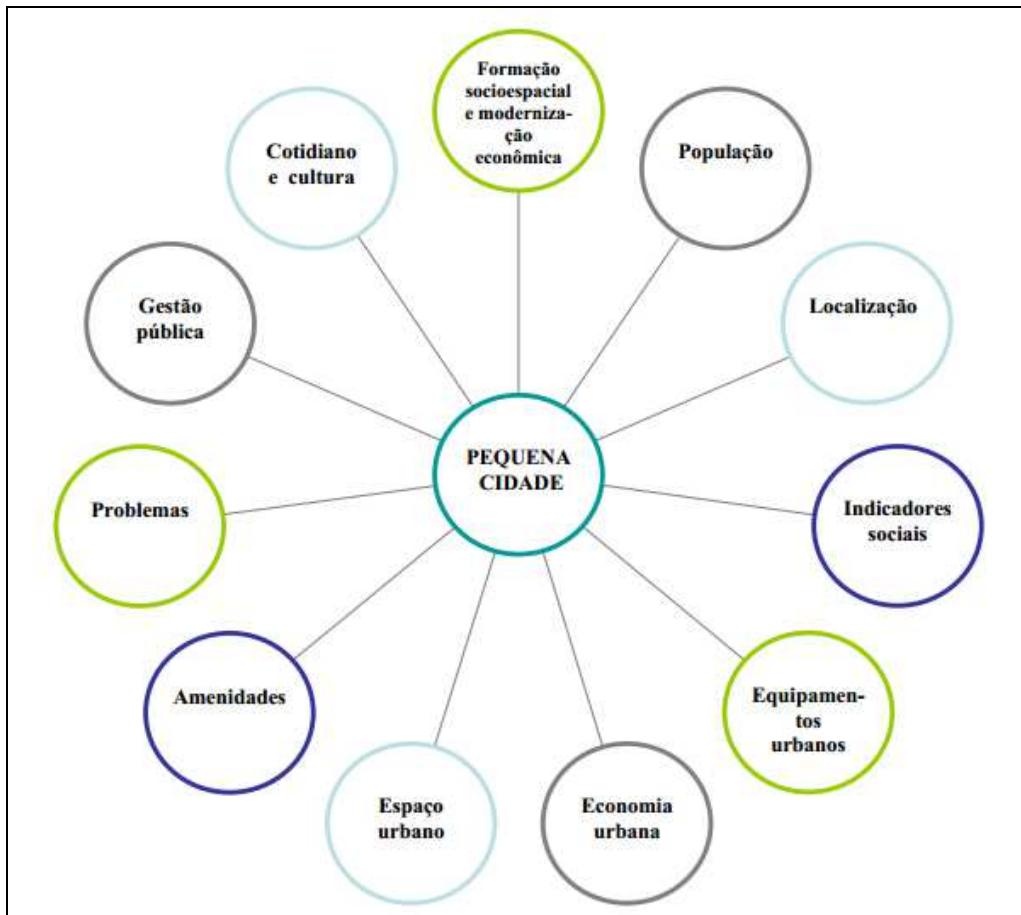
Nessa ampla definição parece nítida as principais características das pequenas cidades e os ritmos temporais que as presidem. Elas ocupam a base da rede urbana, mas se inserem com maior ou menor grau em fluxos que ultrapassam o local e o regional em busca de bens e serviços e da circulação da produção. Se muitos dos objetos modernos (aeroporto, cinema e hospital de alta complexidade) não se encontram nessas cidades, elas também estão menos suscetíveis de diversos problemas dos grandes centros urbanos e médios, como violência, falta de solidariedade e tranquilidade.

Por essa ótica, a compreensão dos papéis e das funções das pequenas cidades na rede urbana não se restringem às suas condições estritamente econômicas, sendo necessário ir além delas. O desenvolvimento social, a dimensão ambiental e cultural são elementos que influem diretamente nas interações e nos fluxos que chegam até elas e delas partem. Por exemplo: os atrativos turísticos cada vez mais fazem parte desses espaços, exigindo melhorias na infraestrutura da cidade ou do campo, (incluindo restaurantes, pousadas, hotéis, motéis, parques), e na acessibilidade, (seja em vias terrestres, aéreas e hidroviárias), ligadas as várias modalidades de turismo, que crescem constantemente. Assim, essas urbes e seus municípios são colocados em nível de relação com diversos lugares, ainda que às vezes restrinvidas às sazonalidades da atividade turística.

Melo (2008) elencou alguns elementos para o estudo das pequenas cidades da Microrregião de Catalão, trazendo uma notável contribuição teórico-metodológica (ver diagrama 1). Na avaliação da autoria citada, devemos ponderar sobre a formação sócioespacial e modernização econômica; população; localização; indicadores sociais; equipamentos urbanos; economia urbana; espaço urbano; cotidiano e cultura; gestão pública; problemas; amenidades e localização. A partir desses elementos é possível delimitar tipologias, apreender transformações, definir interações e funções, determinar especificidades e diversidades em estudos comparativos.

Em uma proposição metodológica mais vertical, a autora indica um caminho a ser percorrido no estudo das pequenas cidades a partir de dimensões e variáveis que foram elaboradas tendo por base seu estudo empírico – praticamente coincide com os elementos presentes no diagrama comentado. Deve-se levantar a dimensão demográfica, localização e acessibilidade, recorte territorial municipal, formação sócioespacial, populacional, relações com o entorno rural e interurbanas, economia urbana, organização do espaço urbano, equipamentos, infraestrutura, patrimônio ambiental, papel do Estado, cotidiano, cultura, modo de vida e patrimônio histórico-cultural.

Diagrama 1 - Elementos selecionados no estudo de pequenas cidades.



Fonte: Melo (2008, p. 470).

Essas propostas oferecem ferramentas metodológicas para se estudar as pequenas cidades em sua totalidade enquanto uma manifestação geral do fenômeno urbano, bem como do *lócus* de reprodução da sociedade. Como a totalidade é sempre momentânea, é possível nesse itinerário levantar os principais acontecimentos que desestruturam o espaço e aqueles que são responsáveis por cimentar um novo padrão e, mais que isso, entender como eles se combinam e se contradizem simultaneamente.

O território brasileiro tem passado por muitas transformações socioeconômicas a partir das décadas de 1950 e 1970, como destacamos em itens anteriores, o que expressa à intensificação do processo de urbanização, colocando novas dinâmicas às pequenas cidades. Observando o mapa 3, notamos que a malha territorial municipal em alguns estados foi forjada de 1960 a 2007, consoante a expansão da fronteira agrícola e, em outros, houve pouca modificação.

Em verdade, esse interregno representa a emancipação de 49,86% dos municípios brasileiros, equivalendo à quase metade das fragmentações territoriais. As décadas de maiores

desmembramentos foram 1960/70 com 1.186 municípios criados e 1991/2000 que teve 1.016 emancipações. No estado de Rondônia 96,15% de seus municípios foram criados depois de 1960; em Roraima 86,66%; no Tocantins, 75,53%; em Mato Grosso a porcentagem é 79,43%; e em Santa Catarina o percentual é de 79,91% (IBGE, 2011).

Observa-se, ademais, pelo mapa 3, que o leste do Pará, oeste e norte do Tocantins, leste da região sul, áreas do Maranhão, Piauí e Bahia, são as que mais se destacam na criação de municípios e suas respectivas cidades. Se o olhar for sobre os números absolutos, a leitura do mapa 3 se modifica, pois os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia com 367, 346 e 223 municípios criados, são os destaques.

Sem entrar no mérito da criação de cada um desses municípios, sabe-se que as condições sob as quais muitos deles foram erigidos variam muito, indo desde aqueles com recursos próprios que viabilizam sua reprodução, aos que se encontram totalmente condicionados as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outros rapasses constitucionais.

Nascimento (2014, p. 48) lembra que “a criação do município como unidade administrativa é regida por leis”. Mas, “muitas vezes, essas leis são permeadas por conteúdo político-ideológico que, geralmente, expressa o momento histórico, os interesses individuais ou de grupo, sobretudo a apropriação do poder” (*ibidem*, p. 48). Conforme o autor, a partir da Constituição de 1988 a criação de novos municípios passou a ser uma atribuição dos estados, ampliando o campo de manobras políticas que viabilizam as emancipações, não por acaso, no interregno da Constituinte de 1988 elevaram-se as emancipações.

Malgrado a criação dessa constelação de municípios, de modo geral, as pequenas cidades perderam importância na rede urbana brasileira (CORRÊA, 2011) e ainda estão perdendo (SPOSITO, 2015). O surgimento de cidades médias favorece essa realidade, já que muitas das funções que as pequenas cidades exerciam, agora aparecem com maior complexidade, aperfeiçoamento, diversificação e especialização naquelas urbes (as cidades de porte médio certamente contribuem para esse quadro, mas em menor grau).

Mapa 3 - Brasil: municípios criados no interregno de 1960 a 2007.



Fonte: IBGE (2007, 2011, 2015).

As pequenas cidades, na década de 1950, possuíam papéis mais importantes na vida econômica, social e política do município, enquanto as transformações gestadas a partir de então, ampliaram os espaços de fluxos, possibilitando que pessoas acessem com facilidade outras cidades a fim de satisfazer suas necessidades. Mas também abrem a oportunidade para que tais cidades se articulem com outros espaços e fortaleçam suas centralidades (CORRÊA, 2011).

Ademais, fatores como o anseio por melhores condições de acesso aos serviços urbanos, emergentes na segunda metade do século XX, e as novas ‘necessidades’ de consumo (por exemplo, de eletrodomésticos, de educação, de saúde, de informação etc.) também motivaram os movimentos migratórios no sentido campo-cidade e de pequenas cidades para médias e grandes, em todo o país [...]. O interesse por cursos profissionalizantes, superiores, atendimento médico especializado, trabalho nas indústrias e por uma experiência urbana levou muitas pessoas a migrarem. (MELO, 2008, p. 182).

Endlich (2006) ressalta que a acessibilidade¹³ é um elemento importante na compreensão da rede urbana, pois, fundada na difusão do automóvel, (mas não somente, pois a criação e duplicação de rodovias, construção de pontes na travessia de rios e níveis de declividade por onde passa a rodovia contribuem efetivamente para redução das distâncias), possibilita a interiorização da divisão territorial do trabalho com a ampliação de papéis de centros regionais, conduzindo “a perda, ao menos relativa, da centralidade das pequenas cidades, pois facilitou o acesso ao comércio nas cidades maiores, dotadas das grandes superfícies dos super e hipermercados, nem sempre presentes em localidades menores” (ibidem, p. 167).

Os recentes dados disponibilizados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), para o período de 2007 a 2013, apontam que está em curso uma interiorização da frota de veículos. São nas cidades com menor número de habitantes que mais se elevaram o consumo de carros; as vendas em cidades com menos de 5.000 mil habitantes cresceram 142%; nas de 5.000 a 10.000 pessoas o crescimento foi de 124%. À medida que as classes de cidades se aproximam do topo da pirâmide, o crescimento declina, de sorte que naquelas entre 10.000 e 500.000 habitantes a taxa é de 73% e, em São Paulo, única cidade com mais de 10 milhões de pessoas, o crescimento foi de 6% no período

¹³“A acessibilidade é contada menos pela distância em quilômetros e mais pela distância horária, ou seja, o tempo necessário com os meios de circulação disponíveis para ter acesso a tais localidades. Por exemplo, em estudo comparativo, Barreau e outros (1973) consideraram que localidades com até uma hora de afastamento de cidades com papéis regionais e impulsionadoras do desenvolvimento possuem um afastamento considerado fraco; de uma a duas horas seria um afastamento médio e mais de duas horas representam um afastamento forte” (Endlich, 2006, p. 167).

(SILVA, 2015). Em que pese as generalização desses números, eles assinalam a possibilidade de ampliação do intercâmbio entre as pequenas e médias cidades, o que pode fortalecer os papéis dessas últimas, em detrimento das primeiras.

Relacionada à acessibilidade está o isolamento que decorre, de um lado, da posição geográfica da cidade que se refere a suas infraestruturas e os fatores naturais e, de outro, as condições financeiras dos moradores que autoriza ou não a compra dos veículos automotores – constituindo em distância física e social que produz dinâmicas inversas àquelas da acessibilidade favorável (ENDLICH, 2006). Em regiões como a Amazônia Legal, muitas pequenas cidades não são ligadas por rodovias pavimentadas e as ribeirinhas, se quer, experimentam o transporte terrestre intermunicipal, com destaque especial ao estado do Amazonas, onde o rio ainda é uma das principais vias de transportes (SCHOR, 2013). Aliado a pobreza, essa situação de isolamento se agrava, pois quanto maior as desigualdades de certa cidade menor a mobilidade da maioria de seus habitantes. Por este viés, segundo Endlich (2006), observa-se que as pequenas cidades prosseguem imprescindíveis, conservando nesses casos os papéis de importantes centros de mercado e suportes para o consumo de uma população com pouca mobilidade

Quando se analisa os dados sobre classes de cidades por tamanho populacional, é notável um movimento de redução da representatividade dos pequenos núcleos urbanos no conjunto das cidades brasileiras, embora essa tendência não seja linear e os números absolutos não indicam declínio *per si*. Motta et al (1997), ao debater a dimensão urbana do desenvolvimento econômico, discute o crescimento das categorias de cidades no Brasil em dois momentos 1970/1980 e 1980/1991. O texto tem como ponto de partida o trabalho do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CNDU) de 1985, que teve como principal conclusão a de que, na década de 1970, houve um esvaziamento dos pequenos centros e as cidades com mais de 500.000 habitantes ampliaram sua participação relativa, excetuando São Paulo e Rio de Janeiro. Essa pesquisa apontou, ademais, que no final dos anos 1970 o sistema urbano brasileiro estaria atingindo um ponto de inflexão.

Na pesquisa de Motta et al (1997), são confirmados alguns pressupostos do estudo do CNDU, enquanto outros são questionados, a exemplo do postulado, segundo o qual as cidades com menos de 50.000 pessoas estariam em processo de esvaziamento. Esse grupo de cidades teve, entre 1970/1980, um crescimento de 2.8% a.a., bastante inferior à média geral das cidades, que foi de 5.2% a.a., mas significou um incremento superior a 6 milhões de pessoas. Na decomposição das classes desse grupo de cidades verifica-se que os centros com 10 mil a

20 mil habitantes cresceram 3,45% a.a., e os situados entre 20 mil a 50 mil habitantes, 4,5% a.a. Essas taxas são próximas a média geral, permitindo concluir que “um exame mais atento revela que o grupo compartilhou do dinamismo demográfico do sistema urbano da década” (MOTTA et al, 1997, p. 12).

Na década seguinte, a taxa de crescimento das cidades declina para 2,5% anual, revertendo a tendência de concentração excessiva nos grandes centros, orientada, no primeiro momento, pelos movimentos de expulsão de populações atingidas pela seca no Nordeste, pela modernização conservadora e pela concentração das atividades produtivas nas grandes cidades. De 1980 a 1991 as cidades com menos de 50 mil pessoas continuaram em processo de desaceleração. Passaram de uma taxa de crescimento anual de 2,84%, na década de 1970, para 2,54% no intervalo de 1980 a 1991, mas incorporaram 8,1 milhões de pessoas ao seu contingente populacional. Nesse período, foram as cidades com até 10 mil habitantes que mais cresceram no subgrupo. Nas regiões metropolitanas houve enorme desaceleração de 1,8% a.a. Entre as razões apontadas por Motta et al (1997) que explicam e diferenciam esse quadro demográfico estão a desconcentração geográfica da produção industrial; a crise dos anos 1980; a queda da fecundidade; a contrametropolização; e o surgimento de novas cidades do interior (*ibidem*).

Nas décadas seguintes a este estudo continua em curso a perda de representatividade das cidades com menos de 50 mil habitantes. Em 1991, elas tinham 34% da população total, em 2000 caiu para 32% e no ano de 2010 atingiu a menor participação desde 1960 com apenas 31%. Isso não significa que elas tenham reduzido seu contingente de pessoas, pois o acréscimo foi de quase 12 milhões entre 1991 e 2010. Observando separadamente o primeiro interregno (1991/2000), do segundo (2000/2010), nota-se que naquele houve um crescimento bruto de 6,4 milhões, acompanhado pela incorporação de 919 cidades nesse patamar devido a criação de novas municipalidades, não sendo justificativa do baixo desempenho a ascensão de cidades desse grupo para aquele imediatamente superior – de 50.001 a 100.000 mil habitantes. Já no segundo ínterim, o crescimento foi de 5,3 milhões e apenas 13 cidades foram adicionadas a esse grupo, enquanto a ascensão de cidades para a classe imediatamente acima foi maior, representando ao menos 2 milhões de pessoas, o que pode justificar em parte o baixo desempenho dessas cidades (IBGE, 2011a).

A tabela 1 retrata uma divisão em classe populacional a partir dos municípios e os resultados são semelhantes àqueles referidos somente às cidades. Os únicos grupos que apresentam crescimento percentual ininterrupto na série histórica de 1960 a 2010 foram os de

100.001 a 500.000, correspondendo as cidades de porte médio e aqueles com mais de 500.000 habitantes, mais relacionado as grandes cidades. Em 1960, as cidades (e seus municípios) de porte médio tinham 13,90% da população total. Em 1970 eleva sua participação para 15,45%; na década de 1980 atinge 19,20%; de 1991 em diante o incremento participativo foi menor, conseguindo em 2010, duas décadas depois, 25,45% do total. O crescimento populacional dessa classe de cidades foi alavancado, de um lado, pela aglutinação de 83 centros que atingiram o patamar de 100.001 ou mais habitantes, de outro, pelo crescimento que são capazes de sustentar, vegetativo ou migratório, esse incluindo a atração sobre os centros situados a montante e a jusante.

Tabela 1 - Brasil: municípios segundo as classes populacionais (1960-2010).

Anos	Participação (%) das classes de tamanho populacional			
	Até 50000	De 50001 a 100000	De 100 001 a 500 000	Mais de 500 000
1960	58,90	13,40	12,90	14,77
1970	54,46	11,05	15,45	19,02
1980	42,96	13,15	19,50	24,37
1991	38,58	13,19	21,83	26,39
2000	36,68	12,33	23,33	27,64
2010	33,55	11,69	25,45	29,28

Fonte: IBGE (2011b). Organização: Reges Sodré (2016).

A classe de municípios com 50.001 a 100.000 pessoas tem a menor participação percentual historicamente e tem mostrado oscilações ao longo do tempo, declinando especialmente a partir de 1991, quando saiu de 13,19% para 11,69% nas décadas seguintes. Esse cenário é resultado além dos fatores indicados, da queda da fecundidade e da migração de municípios para o grupo daquelas com mais de 100.001 pessoas, que foi de 83, bem superior aos ganhos de 41 municípios, configurando um saldo negativo de 42 centros.

Por fim, os municípios com menos de 50 mil habitantes são aqueles que possuem a maior porcentagem da população brasileira para as classes aqui consideradas, mas vem reduzindo sistemática e periodicamente sua participação no volume total. Em 1960, esses municípios tinham 58,90% da população brasileira, enquanto em 2010 reduziu seu quinhão para 33,55%. Em toda a série histórica seu crescimento anual não alcança 1% e com 53,88% é o menor percentual acumulado do período em relação aos outros tipos de municípios. Apenas nesse grupo verificaram-se perdas absolutas de municípios na última década que atingiram patamar de 50.001 habitantes, indicando o arrefecimento das emancipações, o que os sustentava em constante aumento, ainda assim, eles representam 89,07% dos municípios brasileiros.

Mas, como explicar essa realidade? Os apontamentos de Motta (1997) citadas anteriormente ainda são plenamente válidos, pois continua a tendência de desaceleração do crescimento populacional; as taxas de crescimento de 1991 a 2010 de todos os municípios foram de 1,38% a.a. apenas os intermediárias atingiram 2,21% a.a. e, mais uma vez o grupo com 0,64% a.a., o menor desempenho, foi dos municípios com pequenas cidades, confirmando seu fraco crescimento e seu declínio frente aos outros grupos.

Diante da perda de papel das pequenas cidades na rede urbana é necessário analisar a atuação do Estado no desenvolvimento econômico desses espaços. Numa primeira aproximação, observa-se que o Estado brasileiro não tem apresentado preocupações com o desenvolvimento urbano/regional desses núcleos desde os PNDs. Essas cidades ocupam reduzido espaço no debate público concernente a urbanização, permanecendo praticamente exclusiva das políticas públicas. Endlich (2006, p. 320) afirma que “nos documentos em que as pequenas cidades são mencionadas, constituem parte da explicação das razões do crescimento das grandes cidades”. Ressaltam-se as “espacialidades em esvaziamento, tendo em vista as espacialidades de concentração. Há uma perplexidade em relação às formas metropolitanas, densas de tudo, em especial de contradições” (ibidem, p. 320).

De acordo com Serra (1991), na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) durante o Regime Militar, definida pela Resolução nº 003 de 11 de setembro de 1979, os centros urbanos foram divididos em metropolitano, centro de porte médio e pequenas cidades. Sendo proposto para cada um deles um programa; Programa de Regiões Metropolitanas; Programa de Capitais e Cidades de Porte Médio; Programa de Cidades de Pequeno Porte. Mesmo que patentes as contradições e a inoperância da PNDU para todos os setores, o programa das pequenas cidades “jamais teve qualquer expressão” (ibidem, p. 85), inclusive na instância do debate sobre as políticas públicas da época.

Um exemplo da negligência do Estado com as pequenas cidades é o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que não contempla aqueles municípios com menos de 20 mil habitantes com a obrigatoriedade de planos diretores, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Estatuto prevê, no entanto, que todos os municípios, inclusive os com população inferior a 20 mil habitantes, devem elaborar planos diretores nas seguintes situações: integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou que deseje

utilizar de instrumentos de parcelamento do solo urbano previsto no art. 182 da Constituição Federal.

A irrisória preocupação do Estado no que diz respeito ao planejamento urbano para pequenas cidades é, em certo sentido, admissível, pois os grandes problemas estão nos centros metropolitanos como apontado no início desse item. Efetivamente não se podem equiparar os problemas desses dois tipos de cidades, mas, tampouco, seria razoável negligenciar que os centros pequenos também têm problemas e merecem ser solucionados. Nessa direção Soares (2008, p. 15), tratando sobre uma experiência de planos diretores em municípios do Triângulo Mineiro, adverte que todos os “municípios, não importando seu tamanho populacional ou territorial, apresentam desafios que precisam ser enfrentados e a diferença está na escala em que estes se apresentam, entretanto, todos demandam uma complexa solução”.

Segundo a já referida autora, a ausência dos instrumentos urbanísticos básicos é uma particularidade desses municípios, fomentando o crescimento de problemas urbanos, sentidos tanto no presente como abre possibilidade para que no futuro eles se tornem ainda mais danosos. Com efeito, não se trata de simplesmente transpor os planos diretores de núcleos maiores para essas cidades, que como vimos afirmando, o processo de urbanização tem uma manifestação específica, indicando que diversos “instrumentos jurídicos e urbanísticos não se aplicam a estes municípios, e desse modo, é necessário um repensar nos planos diretores para essas localidades, cujos administradores estão mais preocupados com a arrecadação e repasses públicos” (SOARES, 2008, p. 23).

Apesar do cenário desfavorável, uma fração das pequenas cidades tiveram seus papéis e significados na rede urbana ampliados como espaços de moradia (falamos em fração, porque seria difícil afirmar que isso aconteceu com todos esses centros). Isso ocorreu, de um lado, pela crescente expulsão de população do campo, que sede lugar a agricultura globalizada, (ENDLICH, 2006), bem como pela instituição de uma política habitacional de interesse social, com destaque para o Programa Minha, Casa Minha Vida (MCMV). Este Programa foi instituído pelo Decreto-Lei nº 11.977, de Julho de 2009, e assegurou no inciso III do artigo 2 “a oferta pública de recursos destinados à subvenção econômica ao beneficiário pessoa física de operações em Municípios com população de até 50.000 [...] habitantes”. Estava, portanto, incluso as pequenas cidades (e seus municípios, já que o programa contempla habitações no campo) no Programa de habitação federal. Isso não significa que todas elas ao atender o recorte populacional estão habilitadas a participar do Programa, os gestores precisam participar de um processo seletivo. Somente em agosto de 2013, a portaria

nº 363 destituiu a necessidade de seleção aos municípios de estrato populacional inferior a 50 mil pessoas, na modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Contudo, nessa portaria (mas também nas outras seleções do Programa 2009/2010 e 2011/2012) o governo limitou a oferta de unidades habitacionais: municípios com menos de 20 mil pessoas tinham direito a 30 casas; e municípios com população entre 20 e 50 mil, a 60 unidades residenciais.

Além do programa Minha Casa, Minha Vida, o governo federal atua através do Pró-Municípios. Este Programa é dividido em dois subprogramas, sendo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Municípios de Médio e Grande Porte. Esses programas foram implantados por meio da Ação Implantação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura em Municípios de Pequeno, Médio e Grande Porte. A forma de acesso ao Programa ocorre através de emendas parlamentares e depende do envio de proposta do poder público local nas seguintes modalidades: implantação ou melhoria de infraestrutura urbana; abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana; elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano; melhoria das condições da mobilidade urbana; produção ou aquisição de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos precários. As pequenas cidades beneficiadas são aquelas com menos de 100 mil habitantes em todas as modalidades (menos nas de esgotamento sanitário e abastecimento de água); os municípios com população inferior a 50 mil pessoas contam com o menor índice de contrapartida nos projetos, apenas 3% sobre o orçamento da obra empreendida (BRASIL, 2015, 2016).

Nas últimas décadas, algumas pequenas cidades ganham expressividade, também, pela especialização na produção industrial e agroindustrial, principalmente com indústrias classificadas como tradicionais. Esse processo acontece, ao menos sob três formas: primeiro, através da interiorização de unidades industriais de regiões metropolitanas e seus entornos (REOLON, 2013); segundo, por meio de iniciativas locais de produção que ganham relevo em nível nacional (VEIGA, 2007); terceiro, pela produção do agronegócio, onde algumas poucas pequenas cidades se tornam importantes produtoras e fornecedoras de insumo ao campo, (FREDERICO, 2010).

Desse modo, ao mesmo tempo em que os dados apontam para um movimento de esvaziamento dos papéis das pequenas cidades na rede, não se pode negligenciar os processos que lhes conferem novas funções e interações que ultrapassam os limites dos segmentos de rede urbana regional na qual está inserida. Não podemos afirmar que todas as pequenas cidades perdem importância a partir do avanço do espaço de fluxos e das novas demandas de

consumo próprias da sociedade de consumidores, algumas delas tiram, exatamente, desse cenário sua razão de dinamismo.

Tendo em vista as transformações da segunda metade do século XX que afetaram a rede urbana brasileira e a diversidade de pequenas cidades existentes, que lhes conferem, ora situação de declínio, ora de dinamismo, Corrêa (2011) elaborou uma tipologia das pequenas cidades no Brasil. O autor ressalta que “como tipos ideais podem ocorrer em forma pura, mas ocorrem, sobretudo, de modo combinado. Ou seja, uma cidade do tipo A pode conter características dos tipos B e C” (ibidem, p. 10).

Os cinco tipos de cidades pequenas brasileiras seriam: 1) lugares centrais que possuem como principal atribuição na divisão territorial do trabalho a distribuição de bens e serviços para as atividades agrárias; 2) centros especializados, subdivididos naqueles oriundos da refuncionalização de investimentos locais ou externos e aqueles criados e controlados pelas grandes empresas – *company town*; 3) reservatório de força-de-trabalho, formado por pessoas expulsas do campo, em razão de sua modernização ou decadência; 4) centros que vivem de recursos externos, que são aqueles centros decadentes que ocupam área em igual situação; 5) e, finalmente, subúrbios-dormitórios, como o nome sugere, são pequenas cidades usadas para pouso de trabalhadores que atuam em uma grande cidade próxima.

Dessa forma, no presente capítulo foi factível discutir modificações importantes na rede urbana e nas interações espaciais, engendradas por novos fatores econômicos, técnicos, culturais e sociais. O paradigma da teoria da localidade central precisa ser complementado com novas perspectivas, das quais as articulações de escalas geográficas se mostram fundamentais. A inserção das pequenas cidades no bojo dessas transformações não conforma um só caminho, pois, enquanto algumas “sucumbem” a ampliação do espaço de fluxos, outras, tem seu dinamismo retirado justamente dessa realidade. Seja num caso ou no outro, a perspectiva das interações espaciais interescalares torna-se fundamental para explicar o que acontece com os espaços situados, com maior ou menor grau, nos patamares inferiores das redes urbanas.

No próximo capítulo vamos discorrer sobre a região de influência de Araguaína, procurando destacar, de um lado, as suas funções, e de outro, as condições econômicas e sociais das pequenas cidades que estão diretamente sob sua influência na rede urbana. Os dados levantados nos darão uma dimensão dos limites e das possibilidades de interações das pequenas cidades e ao mesmo tempo podem ilustrar o poderio da cidade média de Araguaína no norte do Tocantins e imediações dos estados vizinhos.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE ARAGUAÍNA

2.1 Uma contextualização das cidades médias do Tocantins

A urbanização no estado do Tocantins é ainda recente e com a ausência da metropolização. Em tal contexto, as cidades médias de Araguaína, Gurupi e Palmas, ganham proeminência em vários indicadores, como veremos adiante. Antes disso, é necessário uma pequena contextualização para explicitar, de forma lacônica, as razões que nos levaram a afirmar que Palmas é uma cidade média, pois sabemos que nem de longe tal posição logra de consenso. Aliás, a classificação de capitais estaduais nesse estrato é bastante controversa, pois o que definiriam seus papéis seriam, em primeiro lugar, as funções administrativas, e não, efetivamente, os papéis no comércio e serviços.

Sposito (2009), em trabalho intitulado “*Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil*”, traz algumas contribuições que ajudam no esclarecimento dessa problemática. O texto visa analisar a difusão do consumo no Brasil nos centros intermediários, a partir da ampliação das escalas geográficas de atuação dos grandes grupos econômicos, tendo como universo as capitais regionais definidas pelo REGIC, que inclui Palmas.

Ainda que cidades contidas nos grupos ‘cidades sub-regionais’ e ‘centros de zona’ desempenhem, com certeza papéis de intermediação na rede urbana, escolhemos trabalhar com o grupo das ‘capitais regionais’ em função da escala mais ampla dessa intermediação. Essas seriam as cidades que não desempenham papéis metropolitanos, no âmbito da rede urbana nacional e das redes regionais, mas que seriam, em tese, as mais atrativas aos capitais internacionais e nacionais de grande porte, do ponto de vista das escolhas locacionais pelas grandes corporações (SPOSITO, 2009, p. 51).

Mais adiante, a autora coloca que as capitais regionais são cidades com “perfil que indicam o desempenho de papéis intermediários nas redes urbanas constitutivas do sistema urbano brasileiro” (ibidem, p. 58). Acrescenta ainda, que, deve-se tomar cuidado ao comparar

as escolhas das empresas em se localizar nas cidades capitais estaduais das que não são capitais. Diante disso, a autora não coloca em si mesmo nenhum problema *a priori*, em classificar uma capital estadual como cidade média.

Sobrinho (2013), defende a condição de Palmas como cidade média, por entender que a complexidade de seu espaço urbano e de suas funções na rede urbana estão associados aos espaços de intermediação e não aos metropolitanos. Mas adverte, que “por seu crescimento demográfico, suas funções administrativas de capital de Estado [...] não deverá permanecer por muito tempo na condição de cidade média. É iminente o tempo em que ela subirá para o patamar hierárquico das grandes cidades” (ibidem, p. 144). É bom lembrar que em 2013, o governo do Tocantins, através da Lei Complementar nº 90, instituiu a Região Metropolitana (RM) de Palmas, que abrange cerca de 15 municípios. A regulamentação de uma RM não a torna uma metrópole de fato, veja-se os casos das RMs de Londrina-PR, que é estudada pela RECIME e de Gurupi-TO, cidade com apenas 75.000 mil habitantes.

É irrefutável que parcela dos papéis de Palmas na rede urbana tocantinense derivam da sua condição de capital estadual, como acontece com qualquer cidade dessa natureza. Em decorrência disso, no segmento dos serviços administrativos, ela se torna de fato cabeça de rede no Tocantins, perdendo, pois, a condição de intermediação. No entanto, essa contingência não anula seus papéis urbano-regionais de fornecimento de bens e serviços, que não estão vinculados diretamente ao setor administrativo.

Ademais, Palmas está inserida e comandada na e pela rede urbana de Goiânia (IBGE, 2008), ou como defende Brito (2009), cada vez mais dependente de Brasília. Os dados desse autor, em nossa interpretação, demonstram que a cidade passou a articular um segmento de rede urbana próprio no Tocantins, mas aprofundou a integração da região às grandes cidades (exemplo de Goiânia, Brasília e São Paulo), confirmando sua condição de cidade média e não de grande cidade, mesmo que possa “atingir em breve” tal condição, ideia que compartilhamos com Sobrinho (2013).

Depois dessa breve consideração, podemos adentrar nos indicadores das cidades médias. Entendemos que a superioridade econômica desses centros tocantinenses sobre as pequenas cidades, em termos de evolução, é mais qualitativa do que propriamente quantitativa, não significando que as primeiras estejam crescendo exponencialmente *vis-à-vis* às segundas. Em verdade, alguns indicadores demonstram que sim, enquanto outros já trazem maior equilíbrio nas taxas de crescimento entre as classes de cidades. Igualmente, não se pode atribuir às cidades médias *per se* os avanços econômicos vivenciados no estado. Estes são,

sem dúvida, significativamente delas tributário, mas devemos considerar que o Tocantins, como um todo, tem sido alvo de expansão econômica em virtude da recente constituição de seu território, o qual oferece hiatos em que o capital pode encontrar grandes possibilidades acumulativas.

As cidades médias, em 1994, tinham cerca de 57,13% dos estabelecimentos formais de comércio e serviço do Tocantins. Em 2004, aumentaram sua participação para 59,09%, mas em 2014 teve 57,84% dos estabelecimentos, voltando praticamente à participação inicial (RAIS, 1994, 2004, 2014). Os dados do IBGE (2012), que incluem estabelecimentos formais e informais, demonstram uma concentração mais modesta, de modo que as três cidades médias, em 2006, representavam 44,32% dos estabelecimentos de comércio e serviços e, em 2012, 49,96%.

De acordo com o ranking elaborado pela empresa IPC Marketing Editora, que mensura o potencial de consumo dos municípios brasileiros, no estado do Tocantins, as cidades médias, no período de 1997 a 2013, tiveram um crescimento na participação do potencial de consumo de 14,55%. Em 1997, as três cidades médias representavam 33,30% do consumo estadual e, em 2013, subiu para 47,85%, reduzindo a participação das pequenas cidades.

Com isso, não é estranho que os serviços financeiros e o movimento de crédito tenham notável força nessas cidades. As três cidades médias concentravam 40,15% das agências bancárias do estado em 2014, com destaque para Palmas, com 32 agências, enquanto Araguaína e Gurupi tinham 12 e 8, respectivamente. Em 2014, 63,56%, cerca de 141.639.679,61 milhões de reais, do total de operações em crédito no estado concentravam-se nas cidades médias. Palmas, sozinha, tinha 40,89% das operações, quando somada à Araguaína, detinham 54,75%. Destacam-se os bancos Rabobank Brasil S.A, Banco Triângulo S.A, Banco BMG S.A e Banco Santander S.A., que estão presentes apenas em Palmas. As outras instituições bancárias instaladas nas três urbes são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco BM S.A., HSBC Bank Brasil S.A e Banco da Amazônia S.A. (BRASIL, 2014).

Entre as 50 maiores empresas do Brasil, em 2013, cuja atuação se dá em escala nacional e internacional, 25 estão presentes em cidades do Tocantins, todas com atuação nas cidades médias. Além disso, no quadro 2 aparecem 8 empresas, em negrito, que, além das cidades médias, localizam-se em outras cidades do estado. São elas, Ford, Correios, Claro, Odebrecht, Tim, Ambev, Telefônica e Bunge.

Quadro 2 - As maiores empresas do país presentes nas cidades médias do Tocantins (2013).

Empresas	Setor	Lucro ¹	Sede no Brasil	Origem do capital
Ipiranga Produtos	Atacado	426,7	São Paulo-SP	Brasil
Volkswagen	Autoindústria	NI ²	S. Bernardo do Campo-SP	Alemanha
Fiat	Autoindústria	172,6	Betim-MG	Itália
Telefônica	Telecomunicação	1.311,80	São Paulo-SP	Espanha
Via Varejo	Varejo	458	S. Caetano do Sul-SP	Brasil
Tim	Telecomunicação	705	Rio de Janeiro-RJ	Itália
Correios	Serviços	95,3	Brasília-DF	Brasil
Ambev	Bens de Consumo	3.031,30	São Paulo-SP	Bélgica
General Motors	Autoindústria	0	S. Caetano do Sul-SP	EUA
Claro	Telecomunicação	-510,9	São Paulo-SP	México
Telemar	Telecomunicação	171,5	Rio de Janeiro-R	Brasil
Mercedes-Benz	Autoindústria	0	S. Bernardo do Campo-SP	Alemanha
Globo	Comunicações	1.020,70	Rio de Janeiro-RJ	Brasil
Ale Combustíveis	Atacado	28,9	Natal-RN	Brasil
Ford	Autoindústria	0	S. Bernardo do Campo-SP	EUA
MAN Latin America	Autoindústria	0	São Paulo-SP	Alemanha
Odebrecht	Indústrias diversas	607,3	Rio de Janeiro-RJ	Brasil
Grupo Pão de Açúcar	Varejo	424,4	São Paulo-SP	França
JBS	Bens de Consumo	363,6	São Paulo-SP	Brasil
Tam	Transporte	0,5	São Paulo-SP	Brasil
Toyota	Autoindústria	0	S. Bernardo do Campo-SP	Japão
Atacadão	Varejo	0	São Paulo-SP	França
Renault	Autoindústria	95,6	São Paulo-SP	França
Gerdau Aços Longos	Siderurgia e metalurgia	385,4	Rio de Janeiro-RJ	Brasil
Gol	Transporte	-244,8	São Paulo-SP	Brasil
Bunge	Bens de Consumo	73,6	Gaspar-SC	Holanda

Fonte: Revista Exame (2013); Sites das empresas. Organização: Reges Sodré (2015).

¹ Lucro em milhões de dólares durante o ano de 2012.

² Nenhuma Informação (NI). Tal metodologia é parcialmente baseada em Sposito (2009).

Identificou-se, igualmente, que três empresas atuam somente em Palmas (Tam, Grupo Pão de Açúcar e Gerdau Aços Longos), enquanto outra apenas em Araguaína (JBS). Por esses dados fica inteligível como os grandes negócios têm como escolhas locacionais preferidas no estado do Tocantins às cidades médias, engendrando com suas instalações o avanço da centralidade interurbana dessas cidades e elevando a concentração espacial delas no estado.

A instalação dessas empresas nas cidades médias tem por base a área de atuação delas na rede urbana. Tais empresas levam em consideração para a instalação nessas cidades não somente seu potencial interno de consumo, mas a distância que os consumidores terão, quando do seu deslocamento para realizar suas compras. Não é à toa, que os dados comprovam que a cidade de Palmas, com maior centralidade, possui também mais empresas de grande porte apenas nela localizada (conta para isso também, é claro, a função de capital). Além disso, é importante destacar que as cidades médias logram de modernização de seus setores logísticos, em termos modais, e da proximidade com regiões agrícolas dinâmicas, na medida em que esses fatores para alguns tipos de empresas (do agronegócio, petrolíferas, atacadistas), são determinantes em suas escolhas locacionais.

Ainda que alguns grupos econômicos escolham manter sua logística em pátios multimodais fora das cidades médias, são nelas, sobremaneira, que situam os escritórios e os representantes. Exemplo disso é o grupo JC Distribuição, o qual está entre os 10 maiores atacadistas do Brasil, segundo a Revista Exame (2013). Tal grupo atua no Tocantins com representantes nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaína, ainda que nestas últimas adotem como ponto logístico os pátios multimodais de Colinas do Tocantins e Porto Franco (SITE DA EMPRESA). Outro grupo atacadista, o Markro Atacadista, do grupo holandês SHV Holdings, que figurou como o maior do Brasil nesta fatia de mercado, em 2013, está localizado na cidade de Palmas (EXAME, 2013).

Quando se refere aos varejistas, percebe-se que os 50 maiores grupos do Brasil em 2012, segundo o Ranking IBEVAR (2013), não estão pulverizados em todo o espaço nacional, havendo ainda relativa concentração no Centro-Sul. Mas, quando da sua presença no Tocantins, as localizações preferidas são as cidades médias, principalmente Palmas, promovendo forte concentração de serviços especializados e mais diversificados nessa cidade. Dos 16 mais importantes grupos varejistas do Brasil em 2013, localizados nesse estado, 50,00% estavam apenas em Palmas (Lojas Renner S.A, Lojas Riachuelo, Lojas Marisa, McDonald's, Grupos Mateus, Havan, Grupo SBF), os outros se localizavam, principalmente, em Araguaína e Gurupi (IBEVAR, 2013; Site das Empresas).

A chegada desses novos capitais promove nos espaços locais a fragmentação e em alguns casos fechamento e/ou aquisição de unidades comerciais e de serviços. Estas não logram da mesma variedade de produtos oferecidos, de acesso ao marketing nas mídias e de financiamento junto ao Estado, que os grandes grupos multinacionais, fazendo com que percam fatias de mercado diante da nova concorrência.

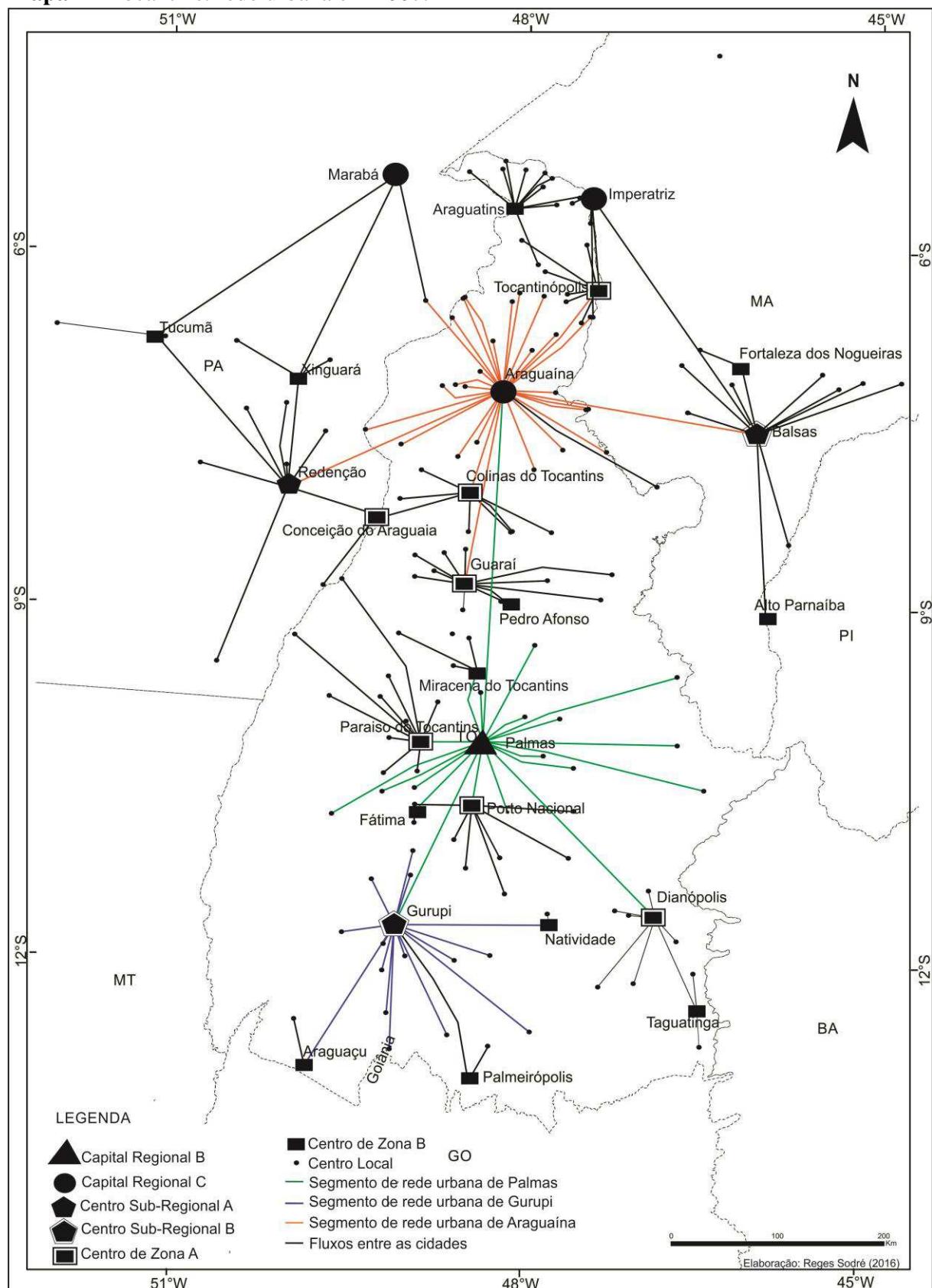
Convive também com esse quadro a competição que essas corporações estabelecem com grupos locais consolidados. Tais grupos, por sua vez, procuram alargar sua acumulação, expandindo-se com novas unidades nas cidades de origem e nas cidades do entorno. A título de exemplo do desenvolvimento de empresas endógenas, tem-se as lojas Nossa Lar, de Araguaína, e o Quartetto Supermercados, de Palmas, que, apesar da pressão sofrida, no primeiro caso, pela chegada das Casas Bahia e, no segundo, da presença do Pão de Açúcar e Carrefour, mantém a abertura de filiais no estado.

Outra decorrência da chegada das empresas multinacionais e nacionais, e a competição ocasionada com os agentes locais/regionais, é a gestação, diversificação e expansão direta (e certamente indireta) de serviços complementares às suas funções. Entre eles estão as terceirizações, serviços de manutenção em equipamentos eletrônicos, serviços gerais, segurança, alimentação e serviços especializados em contabilidade, advocacia, publicidade, *marketing*, transportadoras e outros.

Esses novos papéis atribuídos as cidades médias são fundamentais para a compreensão da rede urbana tocantinense, mas seu dinamismo e historicidade não se restringem a esse contexto. No centro-Sul formou-se um segmento de rede urbana mais complexo. Brito (2009) chama a atenção para a constituição da “rede urbana do entorno de Palmas”, da qual fazem parte Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins, além da ascensão de Fátima do Tocantins. Centros que conseguem prestar serviços acima de um patamar básico, criando uma pequena área de atuação. No Sudeste do Tocantins, a cidade de Dianópolis vem ampliando sua centralidade, enquanto Centro de Zona A, apoiada, entre outras atividades, na expansão do agronegócio de grãos, influenciando diretamente 6 centros locais e um centro de zona B. Outras cidades no Sul do estado que aparecem exercendo algum grau de intermediação com os centros locais e aqueles de maior nível hierárquico são Araguaçu e Palmeirópolis (ver mapa 4).

Em compensação a maior densidade da rede urbana no sul, no norte do estado tem-se a complexidade das interações que transcendem sua fronteira, com a influência de Araguaína se estendendo até a cidade de Redenção, no Pará, e Balsas, no Maranhão, que por sua vez, estão sob a influência de outras cidades médias dos seus estados, respectivamente, Marabá e Imperatriz. A influência de Imperatriz atinge o extremo norte do Tocantins, capturando as cidades de Araguatins e aquelas do seu entorno, e mais próxima de Araguaína, a cidade de Tocantinópolis, e os respectivos centros a ela diretamente ligados (ver mapa 4).

Mapa 4 - Tocantins: rede urbana em 2007.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. IBGE (2008).

Portanto, é bom frisar que a região de influência de Araguaína conforme o mapa 4 não abarca todo o norte do Tocantins. Essa centralidade se estende num quadrante restrito leste-oeste a partir de sua localização e numa extensão relativamente limitada ao norte (quando Imperatriz assume o comando, precisamente na cidade de Cachoeirinha), e mais alongada ao sul, chegando até a cidade de Colinas do Tocantins e Guaraí. Porém, essas cidades vêm apresentando um importante crescimento nos últimos anos e não dependem inteiramente de Araguaína para muitas atividades econômicas. Inclusive, Guaraí está mais próximo de Palmas do que de Araguaína, o que certamente a coloca diretamente na zona de atuação dessa cidade também (IBGE, 2008).

Mas, sob quais condições históricas e geográficas as cidades médias de Palmas, Araguaína e Gurupi foram gestadas? Seguramente, a compreensão passa diretamente pela intervenção federal na Amazônia Legal com os planos de desenvolvimento e integração nacional e pela criação do estado do Tocantins. Diante de nossos objetivos, depois de ter oferecido um panorama da rede urbana tocantinense, trataremos aqui, somente da ascensão da cidade de Araguaína, no norte do estado.

2.2 Araguaína e sua região de influência

Os primeiros indícios de ocupação de Araguaína datam do final do século XIX. O primeiro nome do povoado que viria a ser Araguaína foi Livre-nos Deus, em referência ao temor de animais selvagens. Posteriormente, deram-lhe o nome de Lontra, em virtude das numerosas espécies desse animal na localidade. A denominação foi finalmente modificada em 1949, para Araguaína, em uma homenagem ao rio Araguaia. O povoado se transformou em distrito de Filadélfia em 1953, conquistando sua independência oficialmente em 1958, cuja instalação se deu em 1959 (TOCANTINS, 2015).

Tal cidade “surgiu como pequeno entreposto comercial para os exploradores de ervas e caça abundantes na mata e para um pequeno comércio de gado curraleiro conduzido à pé pelo cerrado” (MACHADO, 1979, p. 101). Ainda segundo a autora, o primeiro impulso do povoado veio na década de 1940, com a descoberta e exploração do cristal de rocha em áreas próximas (Pium, Arapoema, Xambioá e Cristalândia).

O crescimento econômico de Araguaína foi subsidiado nos primeiros anos, efetivamente, pela construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960¹⁴. Antes da rodovia e nos

¹⁴ Esclarece-se “que a rodovia popularmente conhecida como Belém-Brasília é formada por várias rodovias federais e, dentre estas, compreende o trecho da BR 153” (BRITO, 2009, p. 77), como pode ser visualizado no

primeiros anos de sua existência, essa cidade era um pequeno e miserável núcleo rural, sem notáveis possibilidades de crescimento econômico, distante que estava da principal via de circulação da época, os rios, e com poucas ligações com os municípios vizinhos, a não ser por picadas no meio da mata e do cerrado (VALVERDE; DIAS, 1967).

Segundo Valverde e Dias (1967, p. 206), “o grande impulso [de Araguaína] veio, [...] há cerca (sic) de cinco anos, após a abertura da rodovia, com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos”. Doravante, a cidade centraliza importantes investimentos, com a expansão da população urbana, rural e total, com o incremento do número de empresas e dos serviços, bem como da atividade industrial e da geração de empregos (IPEADATA, 2015).

A rodovia Belém-Brasília é um marco na história de Araguaína e, portanto, a ação estatal mais lembrada quando se trata do crescimento desta cidade. Mas não podemos supervalorizar tal obra, se não fosse a existência de outros fatores ela não teria tido a repercussão que teve. A afinal de contas, se a rodovia tivesse um super poder em si mesma, os vários núcleos urbanos que surgiram no seu entorno tinham prosperado, mas nem todos cresceram. Então, por que justamente Araguaína?

Com base no trabalho de Machado (1979), entendemos que foi exatamente a ação pontual do governo federal que propiciou o crescimento econômico e populacional de Araguaína. Esse território foi beneficiado por duas ações federais específicas no invólucro de ocupação da fronteira: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agro Minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). O primeiro fortaleceu a cidade, entre outras coisas, pela liberação de mão-de-obra a partir da concentração de terras no próprio município e nos vizinhos.

Segundo a autora, à medida que o PROTERRA incentivava a aquisição de grandes porções de terras para o desenvolvimento da pecuária de corte, se concretizava a expulsão dos pequenos produtores, tornando-os mão-de-obra livre para a urbanização dos centros regionais. A negação do acesso à terra proletarizava também os imigrantes nordestinos, que chegavam persuadidos pelas propagandas de terras abundantes na Amazônia, para os homens sem terra

mapa 1 e 6 desta pesquisa. Alguns autores refutam chamar a estrada de Belém-Brasília, preferindo adotar apenas nomes de trechos oficiais, como BR-153. No entanto, temos usado a denominação Belém-Brasília desde 2011 (SODRÉ; BRITO, 2011), por entender que a explicitação do contexto histórico fica mais claro usando essa terminologia, coisa que os nomes formais não o fazem. Ademais, autores clássicos que trataram da fronteira agrícola adotam a terminologia Belém-Brasília, como Martins (2009), Becker (1990; 2007), Machado (1979) e Santos e Silveira (2008).

do Nordeste. Nesse contexto, a urbanização de Araguaína foi fomentada, tanto porque os trabalhadores se tornavam moradores da cidade, como pelo papel de circulação de força de trabalho que ela cumpria, para abertura de novas frentes de matas em empreendimentos agropecuários.

A segunda influência do PROTERRA foi fomentar o papel de Araguaína enquanto provedora de insumos para o campo e beneficiadora da produção bovina. Isso ocorreu com a instalação, no início da década de 1970, do Frigorífico e Matadouro de Araguaína (FRIMAR), que tinha entrepostos em Belém, Brasília, Goiânia, Manaus e Fortaleza. A multinacional estadunidense Dow Chemical, observando a expansão produtiva nessa região, pressionou a Agroquima, com sede em Goiânia, para abrir uma filial em Araguaína, que vendesse defensivos, sementes e aviões agrícolas, o que de fato acabou ocorrendo (MACHADO, 1979).

O investimento estatal para que a pecuária de corte fosse a principal atividade produtiva na ocupação do município de Araguaína pode, também, ser expresso nos créditos concedidos pela agência do Banco do Brasil dessa cidade. Em 1966, a pecuária tinha 77% dos recursos, a agricultura 12,04%, a indústria 0,06% e o comércio 10%. Passados mais de 10 anos, em 1977, houve alguma modificação com aumento da participação industrial para 19,5% e uma leve redução da pecuária para 70%, nada que a fizesse perder a hegemonia nos empréstimos (*ibidem*).

Quanto ao Poloamazônia, “embora o financiamento direto do governo seja pouco significativo em termos absolutos, constitue, (sic) em termos da fraqueza e insuficiência dos núcleos urbanos existentes, um forte estímulo à seu desenvolvimento (*ibidem*, p. 75). Segundo Machado (1979), no antigo norte goiano, Araguaína recebeu cerca de 40% dos investimentos, seguida por Tocantinópolis com 18%. Os recursos foram destinados a urbanização, armazenamento, discriminação e título de terras, promoção e assistência técnica, saúde, educação, transporte (construção de estradas), capacitação de recursos humanos, e finalmente, estudos e pesquisas.

Um terceiro programa empreendido pelo governo federal, em que pese todas suas limitações de concretização em razão dos limitados recursos, do qual Araguaína se beneficiou diretamente foi o Programa Cidades de Porte Médio (1978). Outra cidade escolhida no Tocantins foi Gurupi. As ações do programa visavam à interiorização do desenvolvimento e do processo de urbanização em centros estrategicamente localizados, os quais seriam responsáveis por conter fluxos migratórios para as metrópoles e propiciar maior equilíbrio na rede urbana (STEINBERGER; BRUNA, 2001).

A posição geográfica de Araguaína no norte do estado, aliada à prévia condição de entreposto e entroncamento de frentes de ocupação a oeste e norte, parece ter sido decisiva para que nela e não em outras, se concentrassem os investimentos aludidos. Assim, a cidade serviu como centro local “de comando da expansão capitalista na região: concentração de órgãos administrativos e indústrias, comércio de gado, de terras e de produtos importados do Centro-Sul” (MACHADO, 1979, p. 157).

Paralelo às funcionalidades ligadas ao campo moderno, começaram a se estruturar outros importantes serviços que, efetivamente, vão propiciar a condição de cidade média a Araguaína a partir de 1990. Em 1965, se instala na cidade a primeira instituição financeira, o Banco do Brasil, na década seguinte chegam o Banco do Bradesco (1973), a Caixa Econômica Federal (1974) e o Itaú Unibanco (1979), proporcionando à Araguaína a melhor infraestrutura de serviços financeiros do antigo Norte Goiano. Uma segunda etapa de instalação de agências pode ser observada com a criação do Tocantins. Nesse período, os bancos ampliam sua atuação na cidade com a abertura de novas agências e postos de atendimentos. Entre os bancos que abriram novas agências estão o Bradesco (2003, 2007), Caixa Econômica Federal (2013, 2014) e Banco do Brasil (2005), sem contar a chegada do Banco da Amazônia (1989) e do HSBC (1997) (BRASIL, 2014).

Em termos quantitativos, o comércio e os serviços tinham em 1970, somente 401 empresas atuando na cidade. Em 1985, esse número duplicou, alcançando a marca de 896. O maior salto ocorre a partir de então, com 1.492 empresas em 1995, 2.256 em 2006 e 3.606 em 2014. O aumento da quantidade de empresas pode ser traduzido na geração de empregos. Em 1975, o comércio e os serviços tinham apenas 689 ocupações, em 1980 subiu para 3.579, em 1991 eram 23.374; e, finalmente em 2010 atingiu a cifra de 55.293 pessoas ocupadas (IPEADATA, 1970-1995; IBGE, 2014).

Em relação ao setor industrial de Araguaína, nota-se que ele esteve historicamente ligado ao setor de transformação, seja da pecuária, madeireiro e/ou extrativista. Em 1970, haviam 42 unidades classificadas como indústria, na década seguinte foram 96. Em 1990, com a criação do Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA), e com a oferta de incentivos fiscais, por parte da prefeitura, a cidade atraiu mais unidades do ramo industrial. Assim, em 1995 já eram 187 empreendimentos e em 2014, a quantidade de indústrias do setor de transformação e extrativas era de 312, gerando 4.038 ocupações. Segundo Sousa e Lorryne (2014), das empresas em atividade no DAIARA, cerca de 35% são de nutrição animal, 10% frigoríficos, 31% centros de distribuição e 24% classificados como outros.

Entre as agroindústrias presentes no DAIARA, se destaca o frigorífico multinacional Minerva, instalado na cidade em 2007, com aquisição de unidades locais e ampliação do seu estabelecimento em 2009, cuja área atingiu 18,5 mil m², e possui capacidade de abate de 840 cabeças/dia, e desossa de 1.680 cabeças/dia. As operações destes frigoríficos se dão em dois turnos diários, que desossam 6.500 toneladas de carne por mês. Outra multinacional instalada em 2015 no distrito industrial é o JBS, com investimentos da ordem de 25 milhões e capacidade de abate de 700 cabeças diárias. As demais empresas de grande porte recentemente instaladas no distrito são a Librelato S.A Implementos Rodoviários e a Temper Vidros, que atua no mercado de vidros planos (REVISTA BRASIL ALIMENTOS, s/d; ARAGUAÍNA, 2014).

O comércio e os serviços da cidade também tem se dinamizado não apenas quantitativamente, mas pela incorporação de maior especialização e diversificação. Isso aconteceu, notadamente, a partir de 1990, de um lado, com a chegada de empresas de atuação nacional e internacional, seja com adoção de filiais ou de representação comercial, como no caso das franquias, de outro, com o crescimento de investimentos endógenos que, ao ganharem musculatura, se expandem para outras cidades do Tocantins e estados vizinhos.

No segmento automotivo, se destacam as concessionárias de veículos que revendem as marcas Fiat, Nissan, Toyota, Renault, Volkswagen, Iveco, Chevrolet, Mercedes, Volvo, Ford e Hyundai. Paralelo a essas empresas, existe uma considerável oferta de peças, acessórios e serviços voltados para atender a clientela motorizada, que envolve tanto a população local, como aqueles que passam pela cidade, especialmente via rodovia Belém-Brasília.

Para o consumo produtivo, foram implantadas as concessionárias da Meridional Máquinas - John Deere -, Comac – Massey Fergusson AGCO, Siremak - New Holland e Comagril – Valtra AGCO. Estas empresas abrangem os setores da pecuária, agricultura, jardinagem e florestal; comercializam colheitadeiras, escavadeiras, plantadeiras, tratores, pulverizadores, entre outros. Oferecem cursos, treinamento, manutenção e revisão das máquinas citadas. A bandeira Valtra começou a atuar em Araguaína a partir de 1983, enquanto a Jonh Deere no final de 2008 (SODRÉ, 2014).

Ainda no comércio, é importante notar as recentes dinâmicas que vem passando os setores de eletrodoméstico, vestuários, alimentos e supermercados/atacados. É evidente que alguns desses setores não ensejam centralidade, pois estão direcionados, em princípio, exclusivamente para os moradores da própria cidade, como os restaurantes. Mas propiciam,

no conjunto, ofertas que fortalecem a atração de toda a cidade, mormente para aqueles consumidores com maior poder aquisitivo.

As principais empresas com atuação no espaço araguainense no ramo de eletrodomésticos são as Lojas Nossa Lar, Liliani, Novo Mundo, Casas Bahia, Larissa Móveis, Lojas Americanas e a City Lar. Esse segmento teve uma notável expansão a partir de 2008, quando chegaram às lojas Novo Mundo. As Lojas Americanas abriram duas unidades, a primeira criada em 2011 no centro da cidade, e a segunda em 2014, no subcentro do Bairro Senador. Em 2013, as lojas Nossa Lar reinauguraram sua planta, atingindo um pouco mais de 7000 m². No ano seguinte, em 2014, instala-se a loja Casas Bahia, com investimentos orçados em 4 milhões. A rede de lojas Leolar, com sede em Marabá, se instalou no centro de Araguaína em 2008, mas fechou as portas em 2015. Esse fato indica a perda da concorrência para as lojas recém chegadas e/ou ampliadas, e também um mercado consumidor incapaz de sustentar a crescente oferta.

Existem em Araguaína 3 empresas que atuam em rede no segmento dos supermercados e atacadões, sendo duas de capital local, Campelo e Baratão, e o Atacadão, pertencente ao grupo Carrefour, instalado em 2015, juntos, praticamente monopolizam as vendas, com 8 unidades de atendimento. Essas redes de supermercado, tal como as conhecemos hoje, é uma realidade nova em Araguaína, apesar de estarem no mercado local a mais de 15 anos, Baratão e Campelo se consolidaram nos últimos 7 anos, com a criação de várias unidades pela cidade. Tais supermercados oferecem num mesmo local uma maior complexidade de serviços (principalmente o Campelo), que diferem dos tradicionais mercadinhos que a cidade conhecia até então. Eles agregam em seus estabelecimentos caixas eletrônicos, lotéricas, boutiques de roupas e de perfumes (como o Boticário), farmácias, revistaria, restaurante, padarias, etc. Possuem cartões de compra para seus clientes e vendem serviços a preços diferenciados, como ingressos para o Cinema. Logram de estacionamentos próprios, segurança privada e de ambiente climatizado.

O segmento de alimentação tem recebido timidamente, a partir de 2010, franquias de atuação nacional e regional, como Chocolates Brasil Cacau, Chiquinho Sorvetes, Giraffas, Book Coffe, Frutos de Goiás, Açaí no Ponto, Subway, Cacau Show e Mirixica Alimentação Equilibrada. Esses estabelecimentos oferecem e aprofundam um estilo de vida urbano na cidade média que a diferencia cada vez mais dos pequenos centros. São novas opções de consumo, socialização e lazer, para seus moradores e para aqueles que a visitam em função de outras demandas.

A chegada de empresas de vestuário de atuação nacional e internacional em Araguaína também é muito recente, data de 2005. Atualmente, são mais de 20 filiais/franquias do setor, com destaque para Carmen Steffens, Santa Lola, Arezzo, Colcci, Lojas Avenidas, Oxigênio Store, Hering Store, Cara de Criança e M. Office. Os produtos que elas oferecem são sofisticados e caros, dando distinção social a quem pode consumir, ou seja, eles são direcionados a um público de médio a alto poder aquisitivo. Esse fator é importante, pois a cidade consegue atender não somente a demanda por bens de consumo básico para a população das pequenas cidades, mas também oferece bens de consumo sofisticado para a elite regional que, ao invés de se deslocar para cidades maiores, ou mesmo para Palmas, encontram aqui suas marcas favoritas. A chegada dessas marcas amplia e complexifica as funções e os papéis da cidade de Araguaína (SODRÉ; PEREIRA, 2015).

Outros dois segmentos que são fundamentais para a constituição da centralidade de Araguaína são a saúde e a educação superior. Gaspar (2002) demonstra que os serviços de saúde começaram a se estruturar na década de 1970 com a existência de três unidades hospitalares: Hospital Dona Nelcia, Hospital da OSEGO e a Casa de Maternidade Dom Orione. Em 1980 somam-se o Hospital das Clínicas, o Hospital São João, o Hospital São Lucas e o Hospital de Doenças Tropicais. Foi nas décadas de 1990 e 2000, logo depois da criação do Tocantins, que a rede de atendimento em Araguaína se consolida, com a ampliação dos serviços e da infraestrutura hospitalar (*ibidem*).

O raio de ação da função saúde de Araguaína atingia no ano de 2000 cerca de 110 municípios, dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, em fluxos que variavam de alto a baixíssimo. Entre as pequenas cidades que mais encaminhavam pacientes para Araguaína estavam Wanderlândia, São Geraldo do Araguaia, Carolina, Santa Fé do Araguaia, Babaçulândia, Conceição do Araguaia e Nova Olinda (GASPAR, 2002).

No entanto, a expansão dos serviços de saúde em Araguaína não foi compatível com a crescente demanda. Fica claro o estrangulamento dessa equação, que desemboca em serviços prestados com menor qualidade. Pacientes nos corredores dos hospitais a espera de leitos e longas filas para agendamento de consultas são cenas corriqueiras (GASPAR, 2002). É bom lembrar que essa não é uma exclusividade de Araguaína, em praticamente todas as cidades do Brasil, que centralizam algum serviço mais importante de saúde, essa realidade está presente.

Observando os dados atualizados para 2016, verifica-se, de modo geral, que pouca coisa se modificou em relação às constatações de Gaspar (2002). As pequenas cidades diretamente influenciadas por Araguaína continuam com baixa quantidade de estabelecimentos de saúde, são cerca de 145 no total. A cidade com mais estabelecimentos é São Geraldo do Araguaia (17), depois aparece Carolina e Piçarra com 12 cada e Xambioá com 10 estabelecimentos. Por outro lado, a maioria das cidades tem menos que 5 unidades e ainda existem aquelas que chegam a ter apenas dois estabelecimentos, como é o caso de Muricilândia e Campos Lindos, essa última, conta apenas com Unidade Básica de Saúde e Polo Academia da Saúde, não tendo nem pasta direcionada a saúde – Secretaria de Saúde (CNES/ DATASUS, 2016).

A quantidade de estabelecimentos em se tratando de saúde, não é o principal, o mais importante é o tipo de estabelecimento e a complexidade dos serviços prestados. Assim, a maioria das cidades fica restrita a Unidade Básica de Saúde, Unidade de Vigilância e Centro de Gestão em Saúde (Secretaria de Saúde). Somente em seis cidades estão presentes hospitais, São Geraldo do Araguaia (Hospital Municipal), Carolina (Hospital Municipal), Xambioá (Hospital Regional de baixa complexidade), Arapoema (Hospital regional de pequeno porte), Ananás (Hospital municipal) e Goiatins (Hospital Municipal). A presença de um hospital tem relação direta com a quantidade de leitos para internação. Nesse sentido, apenas Piçarra que não tem Hospital oferta leitos (20), em uma Unidade Mista. Todos os outros 173 leitos estão vinculados aos centros com hospital, com destaque para Carolina e São Geraldo do Araguaia, com 53,63% de leitos do total das pequenas cidades da região de Araguaína (CNES/ DATASUS, 2016).

Na esteira do número de leitos e estabelecimentos de saúde, é necessário ponderar sobre a quantidade de profissionais existentes. Segundo CNES/DATASUS (2016), as pequenas cidades contam com 2.423 funcionários ligados a saúde, dos quais 133 são médicos e 190 enfermeiros (ver tabela 1). Em termos individuais Carolina tem 238, Xambioá 232 e São Geraldo do Araguaia 206 empregados na saúde, no outro extremo estão, Bandeirantes do Tocantins 37, Carmolândia e Pau d' Arco, com 39 cada.

Tabela 2 - Profissionais da saúde por pequena cidade da região de influência de Araguaína, 2016.

	Agente Comunitário de Saúde	Assistente Social	Auxiliar de Enfermagem	Ondotólogo	Enfermeiro	Nutricionista	Fisoterapeuta	Médico	Técnico em Enfermagem	Técnico em Radiologia	Outros
Aguiarnópolis*	14	1	3	3	4	1	2	2	11	-	19
Ananás	35	1	6	4	10	1	1	6	24	4	34
Angico	10	2	1	1	3	-	1	1	1	-	21
Aragominas	20	1	-	3	7	-	1	3	14	-	36
Araguanã	16	1	1	3	3	1	1	3	8	-	29
Arapoema	19	2	16	3	12	1	2	16	25	9	58
Babaçulândia	37	-	3	3	11	-	1	3	12	-	31
Bandeirantes do Tocantins	11	-	-	-	4	-	-	1	5	-	16
Barra do Ouro	12	-	-	2	2	-	1	2	6	-	15
Campos Lindos	26	1	3	2	4	-	1	5	12	-	45
Carmolândia	7	1	1	2	1	-	1	1	4	-	21
Carolina	74	1	11	8	25	2	2	15	37	3	60
Darcinópolis	16	1	-	1	3	-	-	3	10	-	15
Filadélfia	27	-	1	3	5	-	1	3	10	-	10
Goiatins	36	1	6	3	8	1	2	5	14	2	38
Muricilândia	10	-	-	2	3	-	1	3	8	-	24
Nova Olinda	41	3	4	3	6	2	-	5	15	2	25
Palmeirante	16	-	-	1	3	-	-	2	9	-	11
Pau d'Arco	14	1	1	2	2	1	-	2	4	-	12
Piçarra	46	-	4	4	7	1	1	9	23	1	35
Piraquê	14	1	1	2	2	-	1	2	8	-	20
Riachinho	13	-	4	2	3	-	-	3	4	-	14
Santa Fé do Araguaia	22	1	3	3	9	1	1	4	13	-	39
São Geraldo do Araguaia	71	1	-	5	17	1	4	11	36	1	59
Wanderlândia	28	1	-	5	13	-	2	6	22	2	27
Xambioá	31	3	19	13	23	2	6	18	44	9	64

Fonte: CNES/DATASUS (2016). Organização: Reges Sodré (2016). * Em destaque cidades sem médicos do Programa Mais Médicos

A falta de médico seria 30,07% maior se não fosse o Programa mais Médico¹⁵ (PMM), ou seja, ele disponibilizou 40 profissionais para as pequenas cidades. Antes do Programa, Barra do Ouro, Bandeirantes do Tocantins e Angico não possuíam médico. As cidades mais beneficiadas quantitativamente foram Carolina 8, Piçarra 4, Goiatins 3 e Wanderlândia com 3 médicos (CNES/DATASUS, 2016; BRASIL, s/d).

É em São Geraldo do Araguaia, Arapoema, Carolina e Xambioá que estão os maiores recursos humanos, considerando a atuação do PMM. A primeira tem 11 médicos, dos quais 1 pediatra, 1 ginecologista e 1 obstetra, além de 4 fisioterapeutas e 1 nutricionista. Arapoema dispõe de 16 médicos, incluindo anestesiologista, cardiologista, cirurgião geral, ginecologista e obstetra. Já a cidade de Carolina conta com 15 médicos, sendo um ortopedista e traumatologista e um anestesiologista. Por fim, Xambioá é a cidade com mais médicos, são 18, entre eles estão: cardiologista, cirurgião geral, pediatra, ginecologista e obstetra (ver tabela 2).

A existência de médicos especialistas é extremamente significativa para o atendimento do paciente, evitando muitas vezes um deslocamento até uma cidade maior. As cidades que os possuem exercem atração sobre as mais próximas, pois 15 delas dispõem apenas de clínico geral. Todavia, a distância das especialidades ainda é abissal nessas urbes, já que nenhuma tem otorrinolaringologista, oncologista, endocrinologista, pneumologista e oftalmologista, para citar apenas alguns exemplos. É de se admitir que não faria muito sentido a presença desses profissionais sem os devidos equipamentos nas unidades de saúde (equipamentos) (CNES/DATASUS, 2016).

Os médicos dificilmente trabalham em apenas uma pequena cidade, isso é mais acentuado quando se trata de especialistas. Eles atendem em 3 pequenas cidades, ou em duas delas e em Araguaína, reforçando as interações de subordinação da cidade média em relação a pequena, bem como de complementação, no caso dos pequenos centros. Os fluxos dos médicos revelam também circuitos de interações entre pares específicos de cidades, por exemplo, os médicos de Carolina, consultam também em Filadélfia e Riachão, enquanto os de Xambioá atuam em São Geraldo do Araguaia e Araguanã (CNES/DATASUS, 2016).

Em 2009, foi aprovado e implantado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) regional, com duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) em Araguaína. Poucos municípios foram contempladas com Unidades Descentralizadas (UDs), mas já representou

¹⁵ O Programa mais Médico foi criado pela Medida Provisória nº 621, de 2013. Posteriormente, foi instituído na Lei 12.871 de 2013. Tem como objetivo reduzir a carência de médicos em áreas prioritária do SUS, ampliar a oferta de serviços de atenção básica em saúde no país e aprimorar a formação de médicos.

um avanço nos atendimentos de pacientes críticos e graves nas pequenas cidades. As UDs foram implantadas nos municípios de Palmeirante, Goiatins, Filadélfia, Tocantinópolis e Colinas do Tocantins (TOCANTINS, 2012, p. 43).

Nenhuma pequena cidade oferece serviços de média e alta complexidade, não sendo sede de nenhuma regional da saúde definidas pelo Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Tocantins (PRST), por meio da resolução CIB nº 161 de 29 de agosto de 2012. O decreto nº 7.508 de 28 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde, define no art. 2, parágrafo I, Região de Saúde como o:

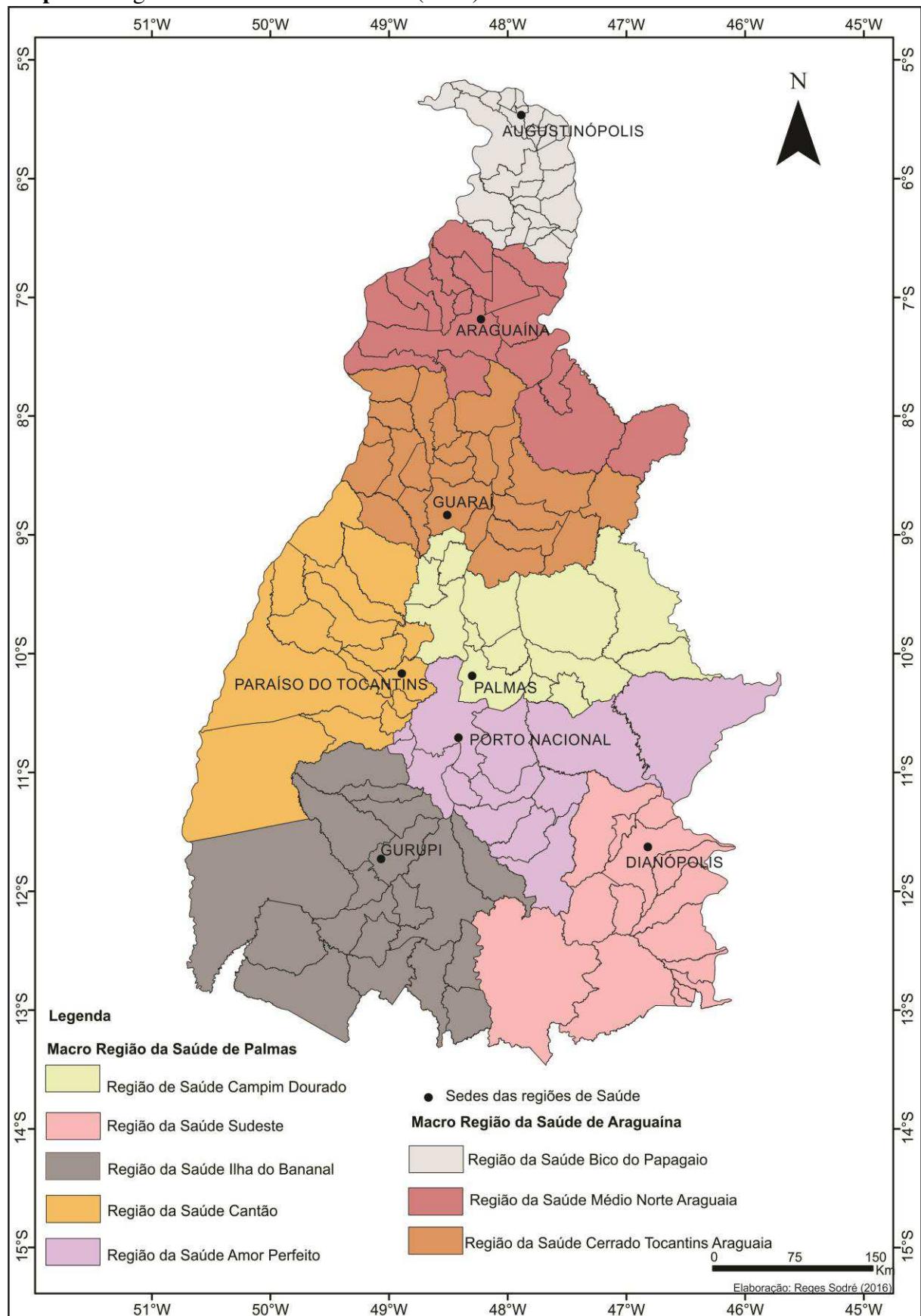
Espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

Conforme a legislação vigente, as regiões são organizadas hierarquicamente com oferta de serviços de baixa, média e alta complexidade. As cidades que dispõem apenas do primeiro nível de serviço necessitam viabilizar encaminhamentos, quando necessário, de pacientes àquelas que têm serviços de média e alta complexidade.

Nessa região de estudo Araguaína continua sendo o principal centro de saúde, o único a oferecer serviços de alta complexidade. Essa cidade é sede, também, da Macro Região Centro Norte de Saúde do Tocantins, com 64 municípios em sua hinterlândia, cuja população atinge mais de 600 mil habitantes e abrange todo o norte do estado do Tocantins, como pode ser visualizado no mapa 5 (TOCANTINS, 2012).

Essa constituição do Plano Diretor de Saúde, que coloca Araguaína comandando o norte do Tocantins não significa que sua influência seja hegemônica nessa região, ela esbarra com o domínio de outras cidades médias, Marabá e Imperatriz. Numa breve comparação entre Araguaína e Marabá, observa-se a disparidade de leitos para abril de 2016. A primeira cidade oferece 523 leitos, e a segunda apenas 267. Em relação aos estabelecimentos, o quadro se inverte, são 186 em Araguaína e 201 em Marabá. Por outro lado, na comparação da estrutura hospitalar entre Araguaína e Imperatriz, esta tem larga vantagem. Em abril de 2016, Imperatriz tinha 783 leitos e 363 estabelecimentos de saúde (CNES/ DATASUS, 2016). Sousa (2015) mostra a extensão da influência de Imperatriz nos serviços de saúde, atendendo parte do Tocantins (Augustinópolis, Araguatins, Bom Jesus do Tocantins, São Miguel do Tocantins, etc), do Pará e todo o sul do Maranhão.

Mapa 5 - Regiões da Saúde no Tocantins (2012).



Fonte: Tocantins (2012ab).

A cidade de Marabá, mesmo sem uma grande infraestrutura de saúde, atende fluxos que decorrem dos encaminhamentos públicos (mas não somente), uma vez que ela é sede da Região de Saúde de Carajás, regulamentada pela Resolução nº 083 de 2012, que engloba 17 municípios, entre eles, São Geraldo do Araguaia e Piçarra (NISPLAN, 2012). Gaspar (2002) coloca Marabá na região de influência de Araguaína para os serviços de saúde, pois ela ocupava a vigésima primeira posição nos encaminhamentos do total de 110 municípios. “Mesmo sendo Marabá a maior cidade em população [...] é Araguaína que concentra a maior estrutura física de equipamentos e recursos humanos na área da saúde” (ibidem, p. 167-168).

É importante esclarecer esse ponto: a cidade de Marabá não depende de Araguaína para nenhum serviço, é uma cidade média com dinâmica própria, articulando sua região de influência no sudeste do Pará. Inclusive, para muitos indicadores, essa cidade tem desempenho econômico superior a Araguaína. Gaspar (2002) não disse deliberadamente que havia dependência, mas suas colocações induzem a essa interpretação. Entendemos que os números apontados pela autora corroboram com a importância de Araguaína na área da saúde e não da centralidade (considerando outras variáveis) que essa cidade exerce sobre o espaço marabaense.

O fato de alguns municípios fronteiriços procurarem os serviços de saúde em Araguaína levou os governos do Tocantins, Pará e Maranhão a tomarem algumas iniciativas, como o repasse de recursos desses últimos ao primeiro, com vistas ao atendimento de alguns serviços referenciados, como oncologia, psicossocial, braquiterapia e radioterapia, nos termos da Portaria nº 3.213 de 1998 (QUALISUS, 2012).

Houve também iniciativa no âmbito do Governo Federal que criou nas atribuições do Ministério da Saúde (MS), o Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade de Rede de Saúde – QualiSUS, através da Portaria nº 396 de março de 2011. Constituiu objetivos do projeto, entre outros, a organização de uma Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), operacionalizada em articulação com o MS, estados e municípios, na criação de Regiões de Saúde que não necessariamente respeita limite administrativo entre estados. Tal projeto contou com recurso do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, pertencente ao Banco Mundial.

A Portaria nº 1.375, de julho de 2012 instituiu as regiões participantes ao projeto. Foi contemplado o norte do Tocantins, sudeste do Pará e o sudoeste do Maranhão, na região denominada Região Interestadual do Bico do Papagaio (TOPAMA). Na primeira etapa do projeto os recursos previstos foram de 17 milhões, um pouco mais de 5 milhões para cada

estado. Na Portaria nº 592, de 20 de maio de 2015, que assegura a renovação dos investimentos, os recursos destinados ao TOPAMA são de R\$ 9 milhões, sendo 2,9 milhões ao Pará, 2 para o Maranhão e 2,3 para o Tocantins. Conforme o Sub-projeto QualiSUS Topama (2012), participam da região 110 municípios – 65 no Tocantins, 22 no Pará e 23 no Maranhão, que juntos somam 2,3 milhões de pessoas.

Se as funções de saúde foram ensejadas logo após a construção da rodovia Belém-Brasília, não se pode dizer o mesmo sobre os serviços de educação superior. Esses tiveram sua efetiva implantação somente em 1985, quando da inauguração, da hoje extinta, Faculdade Isolada de Educação Ciências e Letras de Araguaína (FACILA), com cursos destinados a formação de professores. No início da década de 1990, chega à cidade, a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), ofertando também cursos de licenciatura, posteriormente a instituição adere ao ensino à distância. Em 1998, é a vez da instalação do Instituto Presidente Antônio Carlos (ITPAC), de iniciativa privada, que oferece cursos como Medicina, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Direito, Administração, Agronomia, entre outros (GASPAR, 2011; Sites das instituições).

No começo de 2003, foi criada a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que no Campus de Araguaína disponibiliza formação em licenciatura, cursos de tecnólogos em Turismo, Cooperativismo e Logística, e nas áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia. Em 2005 foi inaugurada a Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), contando atualmente com os cursos de Psicologia, Direito, Administração, Gestão Financeira e Gestão Hospitalar. Por fim, em 2012, é instituída a Faculdade de Ciência do Tocantins (FACIT), ofertando os cursos de Odontologia, Administração e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. O ITPAC, a FACDO e a FACIT oferecem cursos em algumas áreas de pós-graduação *lato sensu*, enquanto a UFT, disponibiliza também pós-graduação *stricto sensu* (GASPAR, 2011; Sites das instituições; MEC, s/d).

Os programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFT são em Ciência Animal Tropical (mestrado e doutorado), em Ensino de História (Mestrado Profissional), em Letras: Ensino de Língua e Literatura (mestrado e doutorado), em Sanidade Animal e Saúde Pública nos Trópicos (mestrado), em Estudos de Cultura e Território (mestrado) e os Mestrados Profissionais em Letras e em Ensino de Física (UFT, 2016).

Complementar a essas instituições presenciais, têm aquelas de Educação a Distância (EAD). Conforme dados apresentados por Gaspar (2011), são cerca de 7 pólos: UNITINS, FACIT, ESEA, UNIDERP, ISPEF, SOEST, ETALL e IMT. O interessante é que todas essas

instituições chegaram à cidade a partir de 2005, excetuando a UNITINS, demonstrando a emergência da EAD, mas, corroborando com o aumento da demanda por novos cursos em Araguaína.

Segundo Gaspar (2011), entre 1999 e 2009, o número de universitários cresceu 468% e de professores 275% em Araguaína, considerando apenas o ITPAC, FACDO e a UFT. Isto tem levado a dinamização econômica da cidade e ampliação de sua centralidade na rede urbana. Cerca de 65% dos alunos de ensino superior de Araguaína são de outras cidades, dos quais 49% de outros estados, reforçando a funcionalidade dessa cidade na rede urbana. A chegada desses estudantes, especialmente aqueles de ciências agrárias e da saúde, que usufruem de maior capital cultural e econômico, dinamiza o setor imobiliário, o comércio local e a oferta de serviços (*ibidem*).

Tentando ampliar o diálogo com Gaspar (2011), há de se reconhecer as contribuições insofismáveis de sua pesquisa para se compreender o papel da educação superior em Araguaína. No entanto, sua concepção de rede urbana, engessada na teoria da localidade central, a impede de perceber as relações de complementariedade e competição entre os centros urbanos (ou pelo menos deixar isso claro), o que a faz colocar Marabá e Imperatriz na região de influência de Araguaína (p. 92-93). O fato de uma cidade exercer algum nível de atração sobre outro espaço não significa que o mesmo se encontra subordinado e hierarquizado. As relações entre os centros urbanos não são de simples apreensão, mesmo uma cidade como Colinas do Tocantins situada à 100 km de Araguaína, e que de fato a ela está subordinada, exerce atração sobre estudantes dessa cidade, como pode ser comprovado pela circulação diária de ônibus para aquele município, com alunos indo estudar na Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas.

A influência que Araguaína exercia sobre Marabá e Imperatriz, no segmento educacional, notadamente nos cursos das áreas da saúde, se justificava porque no momento em que a autora escreveu (2011), tais cidades não tinham cursos de Medicina, situação que se modificou. Em 2013, a Universidade Estadual do Pará abriu o curso de Medicina em Marabá que, também, conta com o curso de Biomedicina. Destaca-se a previsão de um novo curso de Medicina nessa cidade para o início de 2017, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, instituição essa que foi criada em 2013. Já em Imperatriz, foi aberto em 2014, o curso de Medicina, na Universidade Federal do Maranhão (MEC, s/d, UFMA, CARAJAS NOTÍCIAS, 2013; POMPEU; VIEGAS, 2016).

De toda maneira, os agentes econômicos de Araguaína procuram consolidar o papel dessa cidade na oferta de ensino superior. Em 2013, o governo do Tocantins anunciou a doação do Hospital de Doenças Tropicais do Tocantins (HDT) de Araguaína para a Universidade Federal do Tocantins, através da Lei Complementar nº 87, de 02 de setembro de 2013. Em junho de 2016, a Universidade tomou posse oficialmente do HDT/UFT, tornando-se o primeiro hospital universitário do estado. Em maio de 2015, a UFT anunciou a abertura do curso de Medicina, com 60 vagas anuais, que ainda não foi efetivado. A expectativa é que isso ocorra no primeiro semestre de 2017 (PARREIA; LIMA, 2016; PARREIRA, 2016).

Um novo curso de Medicina na cidade proporcionará uma ampliação de suas funções centrais no segmento educacional. Não só isso, haverá ampliação dos serviços de saúde, em qualidade e quantidade. Segundo as informações de Parreira (2016), o primeiro concurso aberto para o hospital universitário aprovou profissionais nas áreas de urologia, nefrologia, neurologia, psiquiatria, medicina intensiva, medicina do trabalho, anestesiologia, gastroenterologia e médicos com especialidades de diagnóstico, como em ultrassonografia, radiologia e em ecocardiografia. Já está em andamento os cursos de residência em Medicina de Família e Comunidade, e previsão de abertura de mais 5 residências em 2017.

Uma das últimas ações da ex-presidenta Dilma Rousseff no exercício legítimo do seu mandato, foi a assinatura do Projeto de Lei 5274/2016, que prevê a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com sede em Araguaína. Segundo o projeto, o campus da UFT dessa cidade e de Tocantinópolis, se tornariam patrimônio da UFNT. Não há qualquer previsão para a efetivação da universidade, já que o projeto precisa passar pelo Congresso Nacional e no momento encontra-se parado. Diante das recentes contênes de gastos pelo novo governo, é provável que seja até mesmo inviável a implantação da UFNT. De toda maneira, é mais uma ação que pode fortalecer a centralidade de Araguaína na prestação de serviços de educação superior e ampliar o dinamismo econômico da cidade, uma vez que, como sede da instituição, terá a maior quantidade de cursos e concentração de investimentos.

Essas modificações na oferta de bens e serviços em Araguaína rebateram diretamente na rede urbana e no porte populacional da cidade, como capitou os estudos Regiões de Influência das Cidades. Segundo o IBGE (1972 e 1970), em 1970, Araguaína, com população de 37.780 habitantes, exercia a função de Centro Local A, no quarto nível hierárquico, influenciando 5 centros (Ananás, Arapoema, Colinas de Goiás, Itaporã de Goiás e Xambioá), cuja população chegava a 34.477 mil pessoas. De acordo com o IBGE (1972, p. 16), a atuação

deste tipo de centro “se faz na prestação de serviços procurados a curta distância: serviço bancário, ginásio, varejo comum [e] médico de clínica geral”.

Em 1980, Araguaína, com 72.138 pessoas, ascendeu à categoria de principal cidade do norte goiano, exercendo o papel de Centro Sub-Regional, subordinando 11 núcleos urbanos, cuja população chegava a 153.001 mil pessoas (IBGE, 1987, 1980). Isso significou maior diferenciação nas funções desempenhadas entre essa cidade e aquelas localizadas na região de influência. Apesar disso, a rede urbana continuava com pouca integração territorial, a começar pelo reduzida quantidade de centros urbanos e a distância que tinham um do outro, sendo também a infraestrutura de ligação entre as cidades, em sua forma material e informacional, um gargalo a ser superado.

Araguaína, em 1993, com 103.315 habitantes, ampliou sua região de influência a 40 centros, extrapolando os próprios limites do estado do Tocantins (IBGE, 2000). A ascensão dessa cidade na rede hierárquica foi, simultaneamente, condição para e reflexo da divisão territorial do trabalho imposta pelo capital nacional ao Tocantins e, a partir de 1990, também, da maior presença do capital internacional como acabamos de ver. Segundo Ajara *et al.* (1991, p. 40), nessa época “quase todas as atividades comerciais, administrativas e financeiras e os serviços sociais existentes na área” estavam em Araguaína. A referida cidade exercia “um forte processo de polarização sobre sua área de influência, em função de sua expressão econômica e demográfica, *vis-à-vis* a situação de miséria das demais vilas e cidades” (*ibidem*, p. 40).

Em 2000, a cidade alcançou a marca dos 105.874 mil habitantes. No último Censo eram cerca de 142.925 mil pessoas, e segundo projeções do IBGE para 2016, a população ultrapassaria 170.000 mil. Assim, em 2008, Araguaína foi classificada pelo REGIC como Capital Regional C exercendo influência direta e indireta sobre 79 cidades, a maioria centros locais, mas também centros sub-regionais do Pará, Tocantins e Maranhão, cuja população estava, em 2010, aproximando de 1 milhão de pessoas (IBGE, 2010).

Diante desse crescimento econômico de todos os setores e da ampliação da centralidade, o Produto Interno Bruto a preços correntes araguainense, saiu de R\$ 350 em 1999 para atingir, em 2013, a cifra de R\$ 2,8 milhões. Desconsiderando os impostos e a administração pública, a distribuição do PIB, em 2013, era de 76% para os serviços, 22% para indústria e apenas 2% para agropecuária. Por esses dados, e aqueles cotejados anteriormente, fica explícito que Araguaína sustenta seus papéis no comércio e nos serviços, com leve crescimento da participação industrial, ou melhor, agroindustrial.

A consolidação dos papéis de Araguaína na rede urbana regional se deu a partir de 1990, com a criação do estado do Tocantins. A expressão dessa consolidação está, entre outras coisas, na chegada de diversas empresas multinacionais, faculdades, agências bancárias, ampliação dos serviços voltados para o setor de automotores, serviços de saúde, etc. O setor produtivo ganha espaço definitivo na economia com a criação do Distrito Agroindustrial de Araguaína – DAIARA em 1990, e a instalação de importantes frigoríficos com atuação nacional e internacional.

Não obstante a esse desempenho econômico, é necessário apontar as fragilidades da cidade. Para ficar em dois exemplos de equipamento urbano, apanágio das cidades médias, inexistente em Araguaína, cita-se um Shopping Center e um Aeroporto com boas opções de voos. Em 2011 foi anunciada a construção de dois Shopping em Araguaína, cujo investimento seria de 250 milhões de reais. O Grupo Boa Sorte e a empresa Vértico criariam o Shopping das Nações, mas essa obra ainda não saiu do papel. Já o Grupo Skipton, prometeu construir o Araguaína Park Shopping este empreendimento concluiu o processo de drenagem e terraplanagem e iniciou a fundação das colunas, mas se encontra sem qualquer previsão para inauguração e com as obras paralisadas.

Em 2015, o aeroporto de Araguaína funcionava com três empresas, Passaredo Linhas Aéreas, Sete Linhas Aéreas e Azul. Essas duas últimas deixaram de operar, a primeira em razão de uma reestruturação de suas rotas e a segunda abandonou o mercado comercial. Atualmente, a Passaredo e a Latam operam com dois voos diários. A primeira tem voo para São Paulo, com escala em Palmas e Goiânia e a segunda com voos para São Paulo, com escala em Palmas, Brasília, Goiânia e Ribeirão Preto. Percebe-se que as opções de destinos são extremamente limitadas e os preços das passagens exorbitantes, se comparado com outros pontos de partida, como Imperatriz e Palmas. Não por acaso, muitos araguainenses preferem ir de carro até essas duas cidades e daí pegar o avião.

Numa rápida comparação dos embarques entre as cidades médias do sudeste da Amazônia Oriental em 2015, Araguaína é de longe a última colocada, com 44.644 passageiros embarcados, em seguida aparece Imperatriz 155.370, Marabá 186.033, e em primeiro lugar Palmas, com 310.532 passageiros embarcados (ANAC, 2015).

Em suma, a discussão estabelecida nesse item teve como foco demonstrar os principais atributos pelos quais Araguaína exerce o papel de cidade média no norte do Tocantins. Com efeito, isso não significa em hipótese alguma que tal cidade seja a terra

prometida. Os próprios números levantados demonstram que sua dinamicidade é contextualizada ao estado do Tocantins.

2.3 As pequenas cidades da região de Araguaína: formação territorial e dinâmica demográfica

No Tocantins, excetuando as cidades médias de Palmas, Araguaína e Gurupi, poderíamos dizer que todas as outras são pequenas cidades. Entretanto, há considerável diferenciação entre elas, seja em termos de época das quais são oriundas, seja na centralidade que exercem na rede urbana ou ainda do porte populacional que possuem. Observando ainda o mapa 4, que representa a rede urbana tocantinense em 2007, constata-se o quão numerosas são as cidades classificadas como centros locais e com incidência menor daquelas que desempenham a função de centro de zona, ou seja, indicando que são pequenas cidades com funções além de um patamar mínimo.

Das 139 cidades do Tocantins, foram classificadas 122 na condição de centro local (IBGE, 2008). O resultado é uma rede urbana (numa primeira aproximação) com reduzido número de *nós* que exercem algum nível de centralidade, o que coloca muitos centros locais em relacionamento direto com as cidades médias. Isso é mais representativo no norte do estado, onde simplesmente 26 cidades estão ligadas diretamente à Araguaína, sem intermediação de nenhum outro centro. Já no centro-sul do Tocantins, que a rede urbana é mais complexa, Palmas e Gurupi, têm cada uma, apenas 13 centros locais diretamente a elas conectados. Os demais centros locais estão subordinadas aos centros de zona (IBGE, 2008).

No bojo dessa diferenciação, não é aconselhável esquecer a desigual espaço-temporalidade do segmento de rede urbana do norte e centro-sul do Tocantins. Nesse último, especialmente na porção sudeste, os núcleos urbanos são mais antigos, afinal de contas, foi aí que se formaram as primeiras cidades do estado (NASCIMENTO, 2014; BRITO, 2009). Por outro lado, na porção norte os centros urbanos tem uma formação mais recente. Na região de influência de Araguaína, dos 26 centros que a compõe, 16 foram criadas a partir de 1990, ou seja, mais da metade da atual configuração da rede de cidades formou-se entre 1993 e 2007. Se o recorte for os anos de 1980, esse quantitativo é ampliado para 19 cidades.

No quadro 3, expõe-se todas as 26 pequenas cidades diretamente influenciadas por Araguaína, segundo classificação do IBGE (2008). Além disso, há informações a respeito do ano de emancipação, instalação e município que originou as novas unidades territoriais. Voltaremos a esse quadro em vários momentos do texto, pois à época de surgimento das

cidades é nosso ponto de partida para a caracterização das mesmas, conforme os procedimentos metodológicos explicados no início do trabalho.

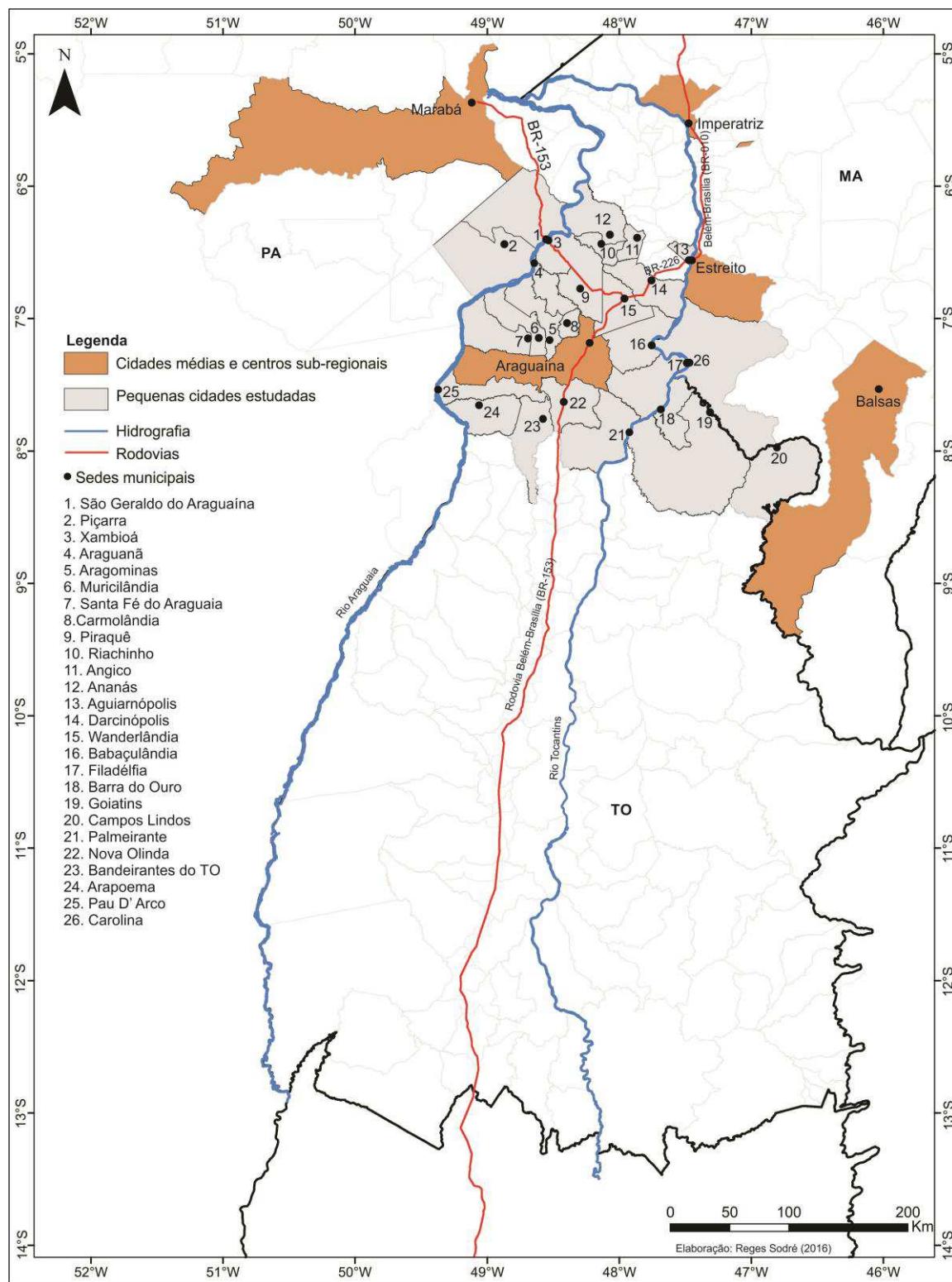
Quadro 3 - Data da criação das pequenas cidades da região de Araguaína, 2016.

Município criado	Município desmembrado	Ano da criação	Ano da instalação
<i>Primeiro Grupo de Cidades: as mais antigas</i>			
Ananás	Ananás	14/10/1963	01/01/1989
Arapoema	Arapoema	07/11/1963	01/01/1989
Babaçulândia	Babaçulândia	23/07/1953	01/01/1989
Carolina	Carolina	25/10/1831	01/01/1939
Filadélfia	Filadélfia	08/10/1948	01/01/1989
Goiatins	Goiatins	12/11/1953	01/01/1989
Xambioá	Xambioá	14/11/1958	01/01/1989
<i>Segundo Grupo de Cidades: as mais novas</i>			
Aguiarnópolis	Tocantinópolis	26/05/1994	01/01/1997
Angico	Nazaré	20/02/1991	01/01/1993
Aragominas	Araguaína	20/02/1991	01/01/1993
Araguanã	Araguaína	20/02/1991	01/01/1993
Bandeirantes do Tocantins	Arapoema	26/05/1994	01/01/1997
Barra do Ouro	Goiatins	26/04/1996	01/01/1997
Campos Lindos	Goiatins	20/02/1991	01/01/1993
Carmolândia	Araguaína	20/02/1991	01/01/1993
Darcinópolis	Tocantinópolis	20/02/1991	01/01/1993
Muricilândia	Araguaína	20/02/1991	01/01/1993
Nova Olinda	Filadélfia	10/06/1980	01/01/1989
Palmeirante	Palmeirante	20/02/1991	01/01/1993
Pau d'Arco	Arapoema	20/02/1991	01/01/1993
Piçarra	São Geraldo do Araguaia	29/12/1995	01/01/1997
Piraquê	Xambioá	20/02/1991	01/01/1993
Riachinho	Ananás	20/02/1991	01/01/1993
Santa Fé do Araguaia	Araguaína	20/02/1991	01/01/1993
São Geraldo do Araguaia	Xinguara	10/05/1988	01/01/1989
Wanderlândia	Wanderlândia	10/06/1980	01/01/1989

Fonte: IBGE (2011). Tocantins (2015). Organização: Reges Sodré (2016).

Para que o leitor possa se situar melhor, elaboramos o mapa 6, com a localização de todas as 26 pequenas cidades que compõe a região de influência de Araguaína e mais a própria Araguaína e as cidades médias de Marabá e Imperatriz, já que as mesmas foram e serão várias vezes citadas ao longo do texto. Além dessas três cidades, localiza-se Estreito e Balsas, importantes pequenas cidades, que denominamos de centros sub-regionais, as quais subordinam vários outros centros, e que serão apontadas no decorrer do texto algumas de suas relações com nossa área de pesquisa.

Mapa 6 - Região de influência de Araguaína e cidades importantes do entorno, 2016.



Fonte: Tocantins (2012a). Base Cartográfica IBGE (2015).

A seguir, adentraremos na discussão sobre a constituição das pequenas cidades, começando pelas mais velhas, com destaque especial para Carolina, que possui uma longa história e é crucial para o entendimento das novas hierarquias e articulações que foram desenhadas na rede urbana tocantinense a partir de 1960. Posteriormente, a atenção se voltará às cidades mais novas.

2.3.1 As cidades mais antigas: emancipadas entre 1831-1963

A cidade de Carolina, foi criada em 1831, embora os primeiros fluxos de pessoas para a localidade que se tornou seu território, ocorreu em 1809, com fazendeiros procedentes do município de Pastos Bons-MA, com frentes de ocupações oriundas da Bahia e de Pernambuco. Localizada à margem do rio Tocantins, principal via de circulação daquela época, o núcleo urbano foi crescendo lentamente e se consolidando como centro de abastecimento do sul do Maranhão e Norte do atual estado do Tocantins. O papel de Carolina até 1960, diante dessa dimensão econômica e da posição no sistema de circulação que a mesma desfrutava, foi de suporte a expansão da ocupação do território em escala regional, envolvendo o leste do Tocantins e o sudeste do Pará, e claro, o sul do Maranhão. (VALVERDE; DIAS, 1967; PEREIRA, 2015; CHAVES, 2009).

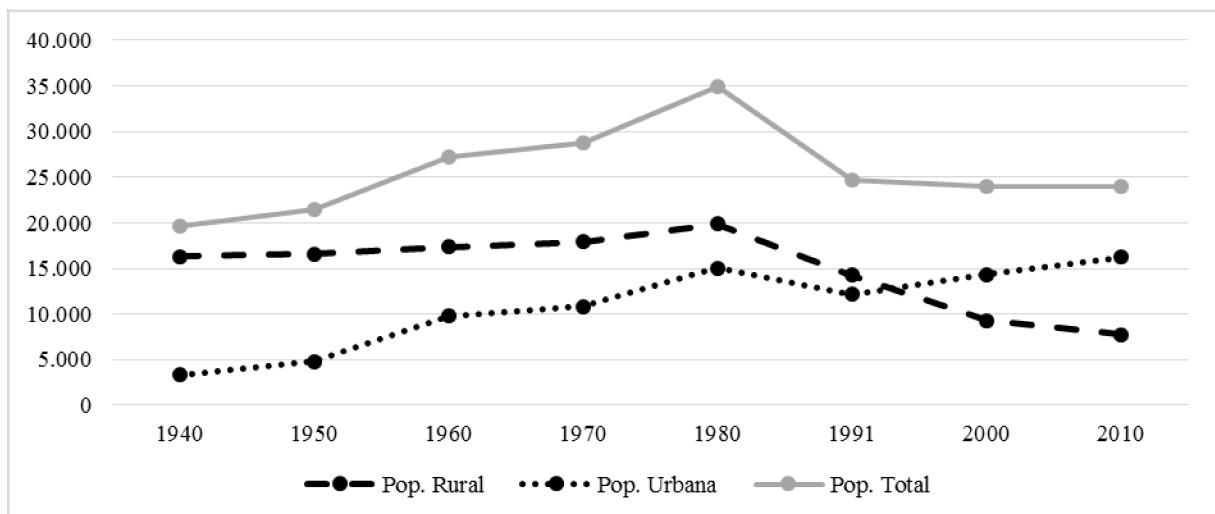
O período de maior importância de Carolina foi de 1930-1970, assegurado pela inauguração do aeroporto em 1937; instalação de energia elétrica, em 1939; teatros e cinemas criados em 1930, 1941 e 1959; circulação de jornais e criação de emissoras de rádio; instalação do Banco do Brasil em 1950; e as primeiras indústrias da região, que fabricavam tijolos, sabão, móveis e beneficiamento de arroz. O aeroporto de Carolina que chegou a ser o segundo mais movimentado do Maranhão, tinha ligações diárias com as cidades de Balsas, Barreiras, Goiânia, Conceição do Araguaia, Pedro Afonso, Araguatins, Santarém, Belém, São Luís, Grajaú, Alto Parnaíba e Imperatriz (VALVERDE; DIAS, 1967; REIS; PEREIRA, 2007; IBGE, 1959; BRASIL, 2014).

Conforme Chaves (2009), com a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, essa cidade entra em declínio, refletido no êxodo rural da população para as áreas servidas pela rodovia e na desarticulação de Carolina com sua região, ao passo que Araguaína se beneficia da construção da estrada e ascende hierarquicamente. Se, a primeira cidade, ocupava uma posição importante no contexto da navegação fluvial, seu isolamento terrestre se complica com a construção da rodovia, tornando sua posição geográfica um grave entrave ao desenvolvimento e a manutenção da centralidade precedente.

No âmbito econômico, depois de 1970, quando a rodovia Belém-Brasília entrava em processo de consolidação e algumas cidades ao seu entorno, como Araguaína, viviam o pleno crescimento, em Carolina “passou a verificar uma drástica fuga de investimentos financeiros, tanto do setor público quanto da iniciativa privada. Foi a partir dessa época que inúmeros empresários desistiram de investir”, fechando as portas ou transferindo “suas empresas para outros centros promissores, principalmente Imperatriz, Araguaína e Anápolis” (REIS; PEREIRA, 2007, p. 79).

Analizando a evolução populacional de Carolina, antes e depois da construção da rodovia Belém-Brasília, não é legítimo assegurar que houve êxodo da população para as áreas de construção da estrada a ponto de caracterizar um esvaziamento populacional, não que os autores tenham afirmado isso *ipsis litteris*, mas suas falas parecem sugerir a essa interpretação. A população rural, urbana e total cresceu no interregno de 1940 a 1980, especialmente a urbana, com incremento de 12 mil pessoas (ver gráfico 4).

Gráfico 4 - Evolução da população rural, urbana e total de Carolina (1940-2010)



Fonte: Ipeadata (2010). Organização: Reges Sodré (2016).

Esse dado estatístico certamente carrega um engodo, pois ele esconde que o atual município de Estreito-MA, até 1980, distrito de Carolina (IBGE, 2011), foi servido diretamente pela rodovia Belém-Brasília (ver mapa 6). Segundo Brito (2009), a cidade de Estreito se consolidou como ponto de passagem e “adquiriu” uma posição geográfica melhor do que a de Carolina. Nesse sentido, é plausível que Carolina tenha “perdido” população para o então distrito de Estreito, que os dados não foram capazes de captar, fazendo crer que a

dinâmica da primeira cidade continue semelhante pós-construção da rodovia. Mesmo assim, é indubitável que esse processo migratório não foi alarmante, nem se deu repentinamente.

A perda demográfica significativa que o município de Carolina teve foi no interregno de 1980 a 1991, justificado pela emancipação do distrito de Estreito. Confrontando o percentual populacional que Carolina mantém depois do desmembramento e o que tinha antes da rodovia, o resultado comprova que não ocorreu um esvaziamento demográfico, já que a mesma incorporou entre 1950 e 1991 cerca de 3.261 pessoas. Não obstante, a partir de 1991, Carolina vem perdendo população total a uma taxa de - 0,15% ao ano, já a população rural conheceu um relevante ponto de inflexão. Antes de 1991, vinha crescendo a taxa de 0,66% a.a, depois declinou anualmente na casa dos -3% a.a. Embora a população urbana tenha crescido 1,52% a.a de 1991-2010, ela conseguiu absorver somente entorno de 50% do êxodo rural (IPEADATA, 2010).

Alguns acontecimentos mais recentes podem influenciar na dinâmica populacional de Carolina, como a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, inaugurada oficialmente em 2012. Segundo Pereira (2015, p. 64-88), a construção desse empreendimento acelerou o êxodo da população, pois “as pessoas continuam a sair do município em busca de trabalho em outras cidades ou fora do estado pois o acesso à terra é cada vez mais restrito”. Através da população estimada para 2015, pelo IBGE, em relação à contada no Censo Demográfico de 2010, Carolina teve uma perda de 0,08%, uma estimativa irrigária. Contudo, se considerarmos que o Censo de 2010 apontou perda de 0,01% da população que existia em 2000, encaminha-se para uma aceleração de fluxos emigratórios no próximo Censo, de 2020. De todo modo, pensamos que é necessária muita cautela, pois só uma análise demográfica (aliada a outros indicadores) em médio e longo prazo, determinará o quanto realmente a usina contribuiu para o declínio demográfico (e econômico?) do município.

As demais cidades e municípios do primeiro grupo (mais velhos) que foram criados entre 1948-1963(ver quadro 3), não são todos frutos das mesmas frentes de ocupação do antigo norte goiano – atual Tocantins. Xambioá, Ananás e Arapoema surgiram da exploração de garimpos, diamante e cristal de rocha. Já os municípios de Filadélfia e Goiatins emergiram de frentes de ocupações vindas do Maranhão, influenciadas pelos municípios de Carolina e Balsas. Corroborou também para o surgimento/consolidação as funções que tinham na fronteira entre Tocantins e Maranhão de porto de fiscalização de mercadorias. Finalmente, Babaçulândia surgiu da produção de coco de babaçu nas margens do rio Tocantins, por volta de 1920. (BRITO, 2009; CHAVES, 2009; NASCIMENTO, 2011; TOCANTINS, 2015).

A tabela 3 ilustra o crescimento da população no grupo de municípios criados entre 1948-1963. Todos eles apresentaram crescimento contínuo da população total até 1980, quando passaram a ter oscilações, cujas razões variam. De início, todos os municípios sofreram desmembramentos, o que surge como um primeiro motivo das perdas populacionais. Mas o declínio populacional não está relacionado somente a isso. A migração para cidades médias em busca de emprego e estudo surge como um segundo elemento importante, notadamente na população mais jovem. Se bem observarmos, o período de declínio populacional (1991 a 2010) coincide com o de maior expansão das funções centrais de Araguaína, destacado anteriormente.

Tabela 3 - Região de influência de Araguaína: população rural, urbana e total dos municípios criados entre 1948-1963.

Cidades		1960	1970	1980	1991	2000	2010
Ananás	Pop. urbana		1.825	2.892	5.981	8.396	8.144
	Pop. rural	-	6.158	5.304	5.870	2.116	1.721
	pop. total		7.983	8.196	11.851	10.512	9.865
Arapoema	Pop. urbana		1.268	2.668	5.024	5.503	5.455
	Pop. rural	-	6.027	13.180	8.940	1.522	1.287
	pop. total		7.295	15.848	13.964	7.025	6.742
Babaçulândia	Pop. urbana	3.454	1.182	5.395	3.237	4.235	4.929
	Pop. rural	7.913	13.479	10.533	5.836	6.094	5.495
	pop. total	11.367	14.661	15.928	9.073	10.329	10.424
Filadélfia	Pop. urbana	3.440	2.455	6.089	2.780	4.043	5.538
	Pop. rural	7.932	12.429	12.885	8.249	4.175	2.967
	pop. total	11.372	14.884	18.974	11.029	8.218	8.505
Goiatins	Pop. urbana	4.146	1.225	1.693	3.183	4.241	4.949
	Pop. rural	9.510	13.451	13.287	14.981	6.795	7.115
	pop. total	13.656	14.676	14.980	18.164	11.036	12.064
Xambioá	Pop. urbana	1.433	3.469	7.207	9.170	9.677	9.738
	Pop. rural	3.317	4.984	4.470	2.586	2.460	1.746
	pop. total	4.750	8.453	11.677	11.756	12.137	11.484

Fonte: IPEADATA, 2015. Organização: Reges Sodré (2015).

Um segundo movimento geral que se observa nesses municípios é o declínio da população rural, excetuando Goiatins. Em Arapoema, Filadélfia e Ananás, a população urbana superou a rural depois de 1991. Mesmo em Babaçulândia e Goiatins, únicos com população rural maior que a urbana, testemunha-se uma acentuada aproximação entre as curvas de

crescimento da população urbana e rural, sugerindo que todos os municípios vêm se tornando lentamente mais urbanos a partir de 1991.

2.3.2 As cidades mais novas: emancipados a partir de 1980

O segundo grupo de cidades (mais novas), é originário do final de 1980/1990 (ver quadro 3). Sobre elas faz-se uma ressalva inicial: as cidades de Nova Olinda e Wanderlândia foram criadas em 1980, mas os dados demográficos só as contemplam no Censo de 1991, por isso a inclusão nesse grupo de cidades. Nova Olinda e Wanderlândia “são filhas” da rodovia Belém-Brasília, a primeira teve povoamento iniciado com o acampamento da construtora da BR, e a segunda, ligada a um entroncamento que dava suporte aqueles que passavam pela estrada. E é a rodovia que por muito tempo motivou o crescimento dos povoados e depois das cidades, sempre com a esperança de se transformar num grande centro urbano (BRITO, 2009; NASCIMENTO, 2011; TOCANTINS, 2015).

Os primeiros indícios do processo de ocupação de São Geraldo do Araguaia aconteceram na época do cristal de rocha de Xambioá, em 1950. A partir daí se formou um pequeno povoado na margem direita do rio Araguaia, e determinados moradores começaram a trabalhar na exploração de Castanha do Pará, na comercialização de pescados e na produção agrícola para subsistência, conseguindo sua emancipação política de Xinguara, em 1988 (SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, s/d).

Com o crescimento de São Geraldo do Araguaia e da economia do sudeste paraense, foi necessário abrir estradas de acesso ao espaço rural. Nesse ínterim, uma via foi construída até o lugarejo de Itaipava, travessia do rio Araguaia com o estado do Tocantins, localizada a sudoeste da sede de São Geraldo do Araguaia. A construtora adotou acampamento entre os dois pontos a ser conectados, nascendo o povoado de Piçarra, que depois conquistou a independência de São Geraldo do Araguaia (IBGE, s/d).

Os outros 15 municípios desse segundo grupo, localizados no Tocantins e emancipados em 1993 e 1997, merecem atenção especial diante das condições sob as quais eles surgiram. Na década de 1990, o então governador do estado, Siqueira Campos, tomou a iniciativa de criar 44 municípios e os deputados estaduais 16, totalizando 60 novas unidades territoriais (NASCIMENTO, 2014).

Tais municípios foram erigidos a partir de interesses políticos, respaldados em manobras jurídicas, com adulteração e ausência de documentos, desrespeito à Constituição em vigor, pareceres desconectados com a realidade dos povoados e distritos, e, finalmente,

discursos econômicos, sustentados na hipotética melhoria das condições de vida para os habitantes dessas localidades. Uma das atitudes de Siqueira Campos foi modificar a lei de criação de municípios, que previa a quantidade mínima de pessoas, renda, eleitorado, assinatura e prédios urbanos, ficando condicionada apenas a realização de plebiscito, e quando não era atingido o percentual “indispensável”, o juiz eleitoral viabilizava subterfúgios (NASCIMENTO, 2014).

De forma pessimista, Nascimento (2014, p. 118) defende que “as emancipações serviram apenas aos interesses políticos e empresariais locais e estavam diretamente ligadas ao controle dos territórios e do poder”. Afirma ainda que “as emancipações objetivavam fortalecer agentes políticos ou financeiros, seja de capital privado nacional e estrangeiro”, notadamente “empresas ligadas ao agronegócio e as multinacionais da área de construção de usina hidrelétricas e público federal” (ibidem, p. 118).

Em relação aos motivos apresentados oficialmente para as emancipações, recortamos aqueles que estão na área de nossa pesquisa, conforme o quadro 4. Interessante notar que 5 dos municípios emancipados não há motivação deliberada para tal. Coincidemente, esses foram os desmembrados de Araguaína: Carmolândia, Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Aragominas e Araguanã. Apenas duas emancipações foram justificadas pela possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas, Aguiarnópolis e Campos Lindos. Aparecem ainda municípios criados em razão de localização em faixa de fronteira, grande extensão, isolamento e abandono. Araguaína, com 5 emancipações, foi o município que mais deu origem a novos núcleos, depois aparecem Arapoema, Goiatins e Filadélfia, com dois cada.

Quadro 4 - As motivações de desmembramento na região de Araguaína depois de 1990.

Motivo	Municípios
Faixa de fronteiras	Barra do Ouro
Atividade econômica com perspectiva de desenvolvimento	Aguiarnópolis, Campos Lindos
Grande extensão	Riachinho, Bandeirante do Tocantins, Piraquê, Palmeirante
Isolamento e abandono	Pau D’Arco, Angico
Sem razões	Carmolândia, Muricilândia, Aragominas, Santa Fé do Araguaia, Araguanã
Sem condições econômicas	Darcinópolis

Fonte: Nascimento (2014, p. 105). Organização: Reges Sodré (2016).

Para decifrar a evolução populacional dessas cidades é necessário entender que o período de análise é reduzido (2000-2010), portanto, trata-se mais de tendências do que necessariamente de fatos consolidados. Assim, não foi exequível averiguar tempos

constituídos por regularidade de processos, levando à rupturas subsequentes, como no caso das cidades mais antigas, fundada em 1831 e na década de 1950/1960. Adicionalmente, os núcleos citados no quadro 4 foram instituídos com populações bastante inferiores a São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Nova Olinda e Wanderlândia.

A primeira tendência observada no segundo grupo de municípios foi o aumento da população urbana, ocorrendo em 16 das 19 cidades, acompanhado de perdas da população rural em 12 municípios. O aumento da população total também é uma realidade em 14 municípios. Apesar disso, o baixo crescimento predomina em todos eles, o principal destaque entre os 14 municípios criados depois de 1990 é Campos Lindos, assegurando o maior contingente populacional e também o maior crescimento absoluto (ver tabela 4).

Nova Olinda e Wanderlândia também se destacam pelo aumento da população, especialmente urbana. A localização dessas duas cidades, à margem da rodovia Belém-Brasília, desponta como importante elemento de seu dinamismo, que, aliás, já foram criadas com uma população significativa, se comparado às outras cidades emancipadas na sequência histórica.

2.3.3 Uma síntese

Em um esforço de síntese, na dimensão populacional, para todos os 26 municípios, é possível aferir ao menos 3 padrões de generalização: i) a maioria dos municípios, 18 de 26, possui população total inferior a 10 mil habitantes, dos quais 15 foram os últimos a se emancipar; ii) 19 municípios apresentam taxas de urbanização superior a 50%, enquanto 7 não alcançam os 50% de pessoas morando na cidade; iii) 18 cidades possuem contingentes populacionais abaixo de 5 mil habitantes.

Diante deste panorama, ressalta-se que essas cidades têm população efetivamente pequena, nenhuma delas atinge 20 mil habitantes. Nas cidades que as taxas de urbanização estão acima de 50%, apenas 3 delas alcançam índice superior a 80%. O campo tem grande participação no conjunto dos municípios com percentual populacional de 41%, e vem apresentando simultaneamente dois caminhos no período 2000-2010; em 12 municípios ocorreram crescimentos populacionais; enquanto nos demais, perdas.

Tabela 4 - Região de influência de Araguaína: população urbana, rural e total dos municípios criados a partir de 1980.

Cidades	Pop Urbana				População Rural				População Total			
	1991	1996	2000	2010	1991	1996	2000	2010	1991	1996	2000	2010
Aguiarnópolis	-	-	2.304	4.142	-	-	841	1.020	-	-	3.145	5.162
Angico	-	1.533	1.639	1.938	-	1.222	1.250	1.237	-	2.755	2.889	3.175
Aragominas	-	2.713	2.383	2.230	-	773	3.797	3.652	-	3.486	6.180	5.882
Araguanã	-	1.853	2.609	3.386	-	1.216	1.584	1.644	-	3.069	4.193	5.030
Bandeirante do Tocantins	-	-	1.203	1.685	-	-	1.405	1.437	-	-	2.608	3.122
Barra do Ouro	-	-	1.398	2.186	-	-	2.181	1.937	-	-	3.579	4.123
Campos Lindos	-	1.230	2.209	4.819	-	3.872	3.429	3.320	-	5.102	5.638	8.139
Carmolândia	-	1.389	1.550	1.824	-	221	458	492	-	1.610	2.008	2.316
Darcinópolis	-	1.842	2.372	3.489	-	2.063	1.901	1.784	-	3.905	4.273	5.273
Muricilândia	-	2.154	1.725	1.800	-	885	955	1.352	-	3.039	2.680	3.152
Nova Olinda	5.303	5.483	6.128	7.465	2.366	3.241	3.257	3.221	7.669	8.724	9.385	10.686
Palmeirante	-	720	1.302	1.926	-	3.049	2.308	3.028	-	3.769	3.610	4.954
Pau D'Arco	-	2.605	2.757	2.900	-	2.270	1.578	1.688	-	4.875	4.335	4.588
Piçarra	-	-	2.755	3.581	-	-	9.916	9.116	-	-	12.671	12.697
Piraquê	-	1.059	1.179	1.122	-	726	1.181	1.798	-	1.785	2.360	2.920
Riachinho	-	1.418	1.567	1.812	-	2.084	2.103	2.379	-	3.502	3.670	4.191
Santa fé do Araguaia	-	2.868	3.368	4.374	-	1.468	1.917	1.562	-	4.336	5.507	6.599
São Geraldo do Araguaia	8.802	11.061	11.933	13.590	29.738	25.010	15.713	11.997	38.540	36.071	27.646	25.587
Wanderlândia	5.123	5.356	5.273	5.868	4.137	4.918	5.000	5.113	9.260	10.274	10.273	10.981

Fonte: IPEADATA (2010). Organização: Reges Sodré (2016).

Apenas Goiatins, no grupo de municípios mais antigos, tem elevado a população rural, os outros 11 que tiveram crescimento, são aqueles municípios mais novos (ver tabela 3 e 4). Nossa hipótese é que isso ocorre em razão de novos fluxos de trabalhadores e pequenos produtores que migram para esses territórios recém instituídos (ao menos formalmente) na esperança de adquirir um pedaço de terra mais barato, alavancando a população rural. Ademais, não podemos superestimar esse crescimento da população rural, ele foi irrigário, sendo muito mais de cunho vegetativo, do que de atração de novos habitantes.

Em termos de singularidade, é admissível notar que as cidades mais populosas são Carolina-MA (16.237) e São Geraldo do Araguaia-PA (13.590). Essas cidades tiveram aumento populacional no último período intercensitário, embora a população total tenha decrescido, fruto do êxodo rural não absorvido completamente pela sede municipal. Por outro lado, tem-se Carmolândia e Piraquê no Tocantins, com 1.824 e 1.122 habitantes cada, como cidades menos populosas.

O fato das duas cidades mais populosas se localizarem no estado do Pará e Maranhão é sintomático das respectivas formações sócio-espaciais. Os estados do Pará e Maranhão são mais populosos que o Tocantins, principalmente o primeiro, e com melhor distribuição espacial da população. No Tocantins, 88%, no Pará 29% e no Maranhão 36% das cidades tem menos de 10 mil habitantes. Vê-se que em termos populacionais a rede urbana do Tocantins tem a predominância de pequenas cidades com estratos abaixo de 10 mil habitantes. Nesse estado, 46 cidades têm menos que 2.000 mil habitantes, denunciando suas fragilidades econômicas e colocando-as em situação de dependência de centros que não necessariamente sejam de médio porte (IPEADATA, 2010).

Nenhum dos 26 municípios se destaca em dinamismo de crescimento demográfico. Quando há uma elevação do número de habitantes em um período intercensitário, majoritariamente irrigário, a curva não é sustentável, a queda logo surge, assinalando limites de crescimento e denunciando que não conseguem atrair pessoas de outros municípios.

2.4 A dinâmica econômica das pequenas cidades

Se, em termos populacionais, a trajetória de Carolina na região não se mostrou tão reveladora e linear, é necessário confrontar outros dados. A evolução dos estabelecimentos empresariais e a geração de ocupações no comércio, serviços e indústria é um caminho interessante para melhor compreender o desenvolvimento dessa cidade. Encontramos de início uma primeira dificuldade, ao confrontar dados disponíveis no IPEATADA com aqueles

do IBGE, nos Censos de 1950 a 1980, isto é, antes e depois da construção da rodovia Belém-Brasília, pois lhes faltam simetria total. O IBGE revela notável declínio na indústria entre 1975 e 1980, nos serviços a queda coincide com a década de 1970, já o comércio apresentou crescimento contínuo, sendo o único a ter saldo positivo antes e depois de 1970. O IPEATADA aponta a evasão/fechamento contínuo e acentuado de estabelecimentos em todos os setores da economia urbana de sorte que nenhum apresenta saldo positivo. Entretanto, quando somados todos os estabelecimentos nas duas fontes, fica comprovado que houve redução pós-1970. (IBGE, 1956ab, 1966, 1974, 1975ab, 1979, 1980, 1981, 1984abc; IPEADATA, 2010).

Em um nível de detalhamento maior, a desagregação de dados do IBGE esclarece um importante elemento no comércio que também indica perda de funções centrais de Carolina. Em 1950, existiam 5 estabelecimento no setor atacadista. Nos de 1960 aumentou para 14, confirmando que a cidade vinha se consolidando enquanto centro distribuidor de alimentos e outras mercadorias no sul do Maranhão e norte do Tocantins. Em 1970, houve, praticamente, um esvaziamento dessa função, já que foram registrados apenas 3 atacadistas, mesmo que nos anos seguintes os dados tenham algumas anomalias, o quadro prevalece (IBGE, 1956, 1966a, 1975a, 1980).

De 1967 a 1980 consta que na cidade de Carolina foram criadas 10 empresas, configurando um processo de estagnação, ainda mais que elas podem ter sido implantadas no distrito de Estreito, que logo se tornara independente. No entanto, segundo o IBGE, em 1970 Carolina tinha 731 pessoas ocupadas, enquanto que em 1980 eram 930. Já para o IPEADATA (2010) eram 731 e 661, respectivamente, mostrando que as fontes se divergem no quesito empregos gerados. O detalhe importante é que segundo o IPEADATA (2010), o percentual de fechamento de empresas não foi similar a perda de postos de trabalho. Cerca de 96,22% das empresas de 1970 não existiam em 1980, mas somente 10,59% dos postos de trabalho foram extintos. Certamente, as empresas que fecharam geravam poucos empregos, em compensação, as sobreviventes, eram aquelas que efetivamente produziam ocupações.

Esses dados corroboram com a tese de que a rodovia Belém-Brasília contribuiu para um declínio das atividades econômicas em Carolina, mas a parca queda no nível de emprego ajuda a explicar, duplamente, porque a população do município não sofreu perdas drásticas e a urbana se ampliou expressivamente. Esses dados assinalam que o pináculo da decadência carolinense foi entre 1975 a 1990, e o auge da cidade, entre 1960 e 1970, justamente nos primeiros anos de rodovia Belém-Brasília.

Foi a partir de 1991 que Carolina voltou a apresentar indícios de dinamismo com novos investimentos no campo (soja e eucalipto), que não necessariamente beneficiam a cidade; crescimento da empresa PIPES, fomentando um maior desenvolvimento da indústria naval (mesmo que o PIB industrial não expresse isso, como veremos), e o aumento do turismo; além da incorporação de mais empregos pela prefeitura e investimentos do governo federal em instituições de ensino.

De 1991 a 2000 foram abertas 82 empresas e de 2001 a 2013 o número foi de 179 unidades. Isso não significa que a cidade recuperou quantitativamente o *status* de 1970. Naquele ano, Carolina tinha 416 estabelecimentos no comércio, serviços e indústria, enquanto em 2010 tinha 279, ou seja, “ela não voltou” ao patamar de 1970. Para uma reflexão coerente sobre o período de recuperação econômica de Carolina (1991-2015), é necessário se desvincilar do saudosismo. O contexto que a cidade está inserida é outro, não é admissível avaliar seu crescimento como se ela fosse ocupar novamente o posto de cidade mais importante do sul do Maranhão e norte do Tocantins. Muitas de suas funções eram tributárias de seu tempo e dois exemplos ilustram essa ideia: no campo da cultura não se vê mais uma pulverização de teatros e cinemas como naquela época; na viação, Brito (2009) argumenta que o fechamento de aeroportos se deve a uma reorganização do transporte aéreo, no qual as empresas passam a priorizar as capitais e cidades médias.

Dessa forma, mesmo que a cidade não tenha recuperado seu quantitativo de empresas, evoluiu em muito na geração de empregos. Em 1970, eram 731 empregos gerados, enquanto em 2010 foram 2.491, se for considerado a administração pública e trabalho agropecuário, o total de empregos sobe para 7.427. Quantitativamente tem menos estabelecimentos comerciais, mas, qualitativamente gera mais empregos, inclusive a indústria, com 279 ocupações, em 2010, atinge seu auge na geração de empregos.

Com efeito, não estamos dizendo que Carolina desfrutaria de uma situação de grande “conforto” e prosperidade, nem que está inserida em uma região de riqueza. A problematização descortina a falácia do passado maravilhoso e do presente nefasto, mas não cai de forma alguma no extremo oposto, do presente sem problema e do passado nebuloso.

Nas demais cidades antigas, criadas entre 1948-1963, mais uma vez as dificuldades com as fontes se colocam, pois os dados disponíveis pelo IBGE do número de estabelecimentos existentes não acompanham a série verificada para a população, e aqueles fornecidos pelo IPEADATA trazem disparidades incompreensíveis. Dessa forma, escolhemos trabalhar com o número de criação de empresas, elaborado pelo IBGE, capaz de apontar, com

todas as suas limitações, que ficarão explícitas adiante, os momentos de relativo dinamismo das cidades.

Analisando os dados de 1966 a 2013, fica claro dois períodos que essas cidades vivenciaram, um antes de 1990, com baixo dinamismo, vista na parca abertura de empresas, e outro, a partir de 1991, quando o crescimento torna-se notável (ver tabela 5). Por conseguinte, estabelece-se uma contradição, a população descresse no pós 1991 e as cidades aumentam o número de abertura de empresas.

Tabela 5 - Empresas abertas entre 1966-2013 nas cidades emancipadas entre 1948-1963.

	1966-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2013
Arapoema	1	1	14	35	71
Ananás	0	3	13	35	103
Babaçulândia	2	1	6	10	29
Filadélfia	0	2	8	12	47
Goiatins	0	0	5	11	59
Xambioá	0	3	8	22	124

Fonte: IBGE (2010). Organização: Reges Sodré (2016).

De início pode-se afirmar que isso se explica porque embora as cidades tenham perdido população total, o mesmo não ocorreu com a população urbana, que em todas elas aumentou entre 1991-2010. A exceção fica por conta de Arapoema e Ananás, que perderam população citadina no intervalo 2000-2010, mas paradoxalmente criaram significativa quantidade de empresas. Contribuem para justificar essa situação os papéis que essas cidades mantêm na interação com centros próximos. Arapoema exerce uma atração sobre Pau D'Arco e Bandeirante do Tocantins, na oferta de serviços básicos e assistência à saúde, e Ananás tem um relativo poderio em relação a Angico e Riachinho.

Os dados mostram que a cidade de Filadélfia não passa por um bom momento, embora tenha mais que dobrado sua população urbana de 1991 a 2010, foi à penúltima em número de empresas criadas. A perda “enorme” de população rural, não absorvida pela cidade, já era um presságio que a mesma não acompanhava as transformações em curso. Tal conjuntura conduz a serias dependências de fornecimento de bens e serviços de outras cidades, beneficiando diretamente Araguaína e Carolina.

Em se tratando do segundo grupo de municípios, os mais novos, eles tiveram um importante incremento de população urbana, em muitos deles superando a população rural. Isso tem conduzido a um maior dinamismo na criação de estabelecimentos comerciais, que aconteceu em todas as cidades de forma contínua e acentuada, mas com notável diferenciação

entre elas. São Geraldo do Araguaia aparece com folga com 253 empresas criadas desde sua emancipação, em seguida surge Nova Olinda (148), Wanderlândia (107) e Piçarra (104). Nas cidades mais recentes, instaladas em 1993, Santa Fé do Araguaia e Campos Lindos ganham proeminência. Riachinho, Palmeirante e Muricilândia são as menos dinâmicas, juntas, somam 79 empresas abertas.

Conforme Pereira (2010, p. 274), a presença de estabelecimentos de comércio e dos serviços, diríamos também da indústria, “é uma expressão da dinâmica socioeconômica, pois esse demonstra as potencialidades e fragilidades quanto à atração tanto de pessoas quanto de empresas”. Entretanto, como ressalta a autora, a dinâmica econômica depende também da ampliação da renda e da oferta de empregos, “que garantam às pessoas condições financeiras que permitam consumir além do básico e investir em qualificação profissional, lazer, entre outros setores que promovem a qualidade de vida” (ibidem, p. 274).

Dessa forma, entendemos que seja necessário igualmente verificar que tipos de empregos estão sendo gerados nessas pequenas cidades, pois, a oferta em si mesmo não quer dizer muita coisa. Quando consideramos todos os tipos de ocupações registradas pelo IBGE (2010), o trabalho sem carteira assinada aparece com 35,94% das ocupações. É importante destacar também os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que ocupam 26,41% e 13,75% dos postos de trabalhos (IBGE, 2010). Os trabalhadores por conta própria podem sugerir mais uma face da informalidade, pois aí estão incluídos aqueles que possuem o pequeno negócio, mas não chegam a ter licença para o funcionamento. Tal categoria teve sua participação absoluta e relativa diminuída entre 2000 e 2010, diferente dos empregados na produção para o próprio consumo, que viu sua participação elevada.

Em dados mais atualizados do quadro de empregos formais por cidade, de 2014, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Carolina e São Geraldo do Araguaia, mais uma vez estão na vanguarda, com simultaneamente, 1.877 e 2.319 postos de trabalho. Na primeira, a administração pública (1.143), e a indústria (415) são os maiores empregadores, enquanto na segunda à administração pública (1.049) e o comércio (607).

As menores taxas de vínculos formais são verificadas em Barra do Ouro (200), Piraquê (214) e Angico (223). Em 23 cidades o maior empregador é a administração pública, em 12 delas o índice de emprego público é superior a 70%. Os destaques são Muricilândia 95%, Angico 94% e Carmolândia com 94% dos empregos formais gerados pelo setor público.

Nesses centros a dependência do estado é quase que total e confirma a fragilidade dessas economias.

Quando se pondera o conjunto do município, isto é, empregos gerados na cidade e no campo, o setor agropecuário se destaca em vários deles com o maior número de empregos gerados. No entanto, o principal empregador em 17 municípios continua a ser a administração pública. Ela teve participação em todas as unidades territoriais de 40% dos empregos gerados. Em alguns casos essa taxa é bem superior, como em Angico (78%), Goiatins (67%), Barra do Ouro (65%), Carmolândia (60%) e Filadélfia (60%).

Em Nova Olinda e Aguiarnópolis, o maior gerador de empregos é o setor industrial, elas também são as que mais empregam nessa atividade para o conjunto das cidades em estudo. Essa última, aliás, aparece em 7º lugar em nível estadual na geração de empregos do setor industrial. As razões, a princípio, que explicam tais participações, são as mesmas em relação aos altos PIBs (sempre em comparação com as outras pequenas cidades em estudo) industriais (analisado a seguir), isto é, a presença de agroindústrias voltadas para avicultura e bovinocultura. Neste particular, a cidade de Xambioá, por ter unidade da empresa Votorantim, é sempre alardeada como geradora de empregos, mas os dados levantados não a coloca em nível de destaque regional.

Para encerrar a questão das ocupações, analisaremos as faixas de renda da população e o nível de escolaridade dos trabalhadores, visando um diagnóstico razoável do poder de compra dos moradores das pequenas cidades. Abrimos mão de comparar as faixas de remuneração entre os anos 2000 e 2010, porque seria necessário fazer uma atualização do salário mínimo dos respectivos anos, para que a analogia fosse coerente.

Em 2010, cerca de 59,79% dos trabalhadores ganhavam 1 salário mínimo, se o recorte for até 2 salários o índice sobe a 83,53% (ver tabela 6). Essa alta participação é grave, pois no Brasil, a média de ocupados nessas categorias salariais são, respectivamente, 25,62% e 53,39% (IBGE, 2010). Em outras palavras, a pirâmide das ocupações em nível nacional tem graduações menos abruptos, do que na região de Araguaína, abrigando a possibilidade de apropriação de renda mais elevada por maior quantidade de pessoas.

Tabela 6 - Região de Influência de Araguaína: distribuição de faixas de rendimentos, 2010.

Cidades	Até 1 sm ¹		1-2 sm		2-3 sm		3-5 sm		5-10 sm		10-20 sm		Mais de 20 sm	
	%	Abs ²	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
Aguiarnópolis	49.66	892	33.85	608	8.40	151	4.32	76	3.22	58	0.33	6	0.27	5
Ananás	56.07	1882	29.11	977	4.41	148	6.01	202	3.33	112	0.65	22	0.38	13
Angico	65.87	614	22.85	213	5.57	52	4.29	40	0.53	5	0.53	5	0.32	3
Aragominas	71.46	1550	19.67	405	2.85	62	3.36	73	3.22	70	0	0	0.41	9
Araguanã	57.76	974	25.56	431	8.36	141	2.43	89	2.43	41	0.17	3	0.41	7
Arapoema	58.71	1513	24.70	639	7.14	184	5.00	129	3.10	80	0.69	18	0.42	11
Babaçulândia	60.83	2021	26.67	886	5.74	191	4.33	144	2.04	68	0.18	6	0.18	6
Bandeirantes do Tocantins	53.29	413	28.12	218	11.61	90	3.61	28	3.35	26	0	0	0	0
Barra do Ouro	69.14	679	18.22	179	5.60	55	2.85	28	3.66	36	0.50	5	0	0
Campos Lindos	55.59	979	28.22	497	4.25	75	7.95	140	2.49	44	1.24	22	0.22	4
Carmolândia	51.81	429	32.97	273	6.88	57	5.55	46	2.29	19	0.24	2	0.24	2
Carolina	63.02	4681	23.92	1777	4.98	370	3.38	251	4.20	312	0.48	36	0	0
Darcinópolis	68.92	1189	18.84	325	6.14	106	3.47	69	1.27	22	0.17	3	0.63	11
Filadélfia	61.10	1296	23.99	509	5.13	109	5.42	115	3.72	79	0.61	13	0	0
Goiatins	61.75	1492	24.66	596	6.33	153	4.47	108	2.11	51	0.66	16	0	0
Muricilândia	58.77	412	30.81	216	5.56	39	2.13	15	2.71	19	0	0	0	0
Nova Olinda	61.52	2132	24.01	832	7.04	244	3.89	135	2.65	92	0.51	18	0.34	12
Palmeirante	64.62	749	25.10	291	4.57	53	2.24	26	2.93	34	0.34	4	0.17	2
Pau d'Arco	58.36	963	24.18	399	9.15	151	3.81	63	3.09	51	1.21	20	0.18	3
Piçarra	57.62	2109	30.10	1102	6.22	228	4.01	147	1.74	64	0.27	10	0	0
Piraquê	53.17	452	33.76	287	6.82	58	3.76	32	1.29	11	0.70	6	0.47	4
Riachinho	49.89	247	43.03	213	4.64	23	1.21	6	1.21	6	0	0	0	0
Santa Fé do Araguaia	59.40	1238	25.14	524	6.28	131	4.36	91	4.12	86	0.67	14	0	0
São Geraldo do Araguaia	58.61	4978	29.12	2473	5.52	469	2.77	236	2.87	242	0.89	76	0.21	18
Wanderlândia	60.79	2244	23.57	870	6.66	246	5.44	201	2.70	100	0.51	19	0.29	11
Xambioá	55.07	2096	28.48	1084	6.38	243	5.36	204	3.57	136	0.52	20	0.60	23

Fonte: IBGE (2010). Organização: Reges Sodré (2016)

¹ Sm: Salário Mensal. ² Ab: Absoluto

Diante dessa constatação, observamos duas realidades opostas nas pequenas cidades. Primeiro, que em algumas delas a clivagem social, em todas as suas possibilidades, é rarefeita, ou seja, não há um grupo de pessoas que estão no topo do rendimento aferido pelos órgãos estatísticos, em oposição aqueles que ganham menos, pois a maioria absoluta ocupa a base (ou próximo dela) das faixas salariais. Sabemos que isso é a regra geral do processo de acumulação, mas o que acontece nessas pequenas cidades, é que simplesmente não existem pessoas logrando dos maiores salários. Para se ter uma ideia, em 9 delas não havia em 2010 pessoas com remuneração superior a 20 salários, e em quatro, ninguém ganhava mais de 10 salários (ver tabela 6).

Em segundo lugar, as outras cidades têm um número extremamente limitado de pessoas ganhando mais de 20 salários mínimos, que não chega a representar 1% da população local. Nesse caso, as desigualdades são gigantescas, com o poder centralizado na mão de poucas pessoas, que diante de um espaço com reduzida complexidade, tendem a se tornarem donos do “pedaço”.

Essas duas situações tratam de rendas advindas de ocupações trabalhistas, não significando, portanto, que nesses municípios não existem pessoas com rendas elevadas. Isso ocorre em todos eles, visto nos grandes proprietários fundiários e nos empresários consolidados ou emergentes no espaço urbano. Os dados salariais ilustram uma parte da apropriação de renda, enquanto outra permanece encoberta.

Ademais, para as pequenas cidades, ter uma distribuição de renda percentualmente equilibrada, não enseja, necessariamente, demanda por uma maior oferta de bens e serviços diversificada, nem deve ser motivo de comemoração, pois a quantidade absoluta de pessoas nas faixas mais elevadas é fator preponderante. Dois casos exemplificam a questão: Bandeirantes do Tocantins tem 18,57% dos ocupados ganhando mais de 2 salários mínimos, que representa 144 pessoas e São Geraldo do Araguaia tem 12,26%, que equivale a 1.041 pessoas, mais do que seis vezes Bandeirante do Tocantins (ver tabela 6).

Por essa perspectiva, os municípios de São Geraldo do Araguaia e Carolina saem na frente dos demais, pois em quase todas as faixas salariais concentram o maior número absoluto de pessoas ocupadas. O desempenho de Campos Lindos é discreto, excetuando o fato de ser a única cidade a ter 1,24% das ocupações situadas entre 10-20 salários mínimos, traduzido em 22 pessoas.

Indissociável das baixas remunerações estão os níveis de instruções dos trabalhadores. Em 2010, nas 26 pequenas cidades, cerca de 93,23% dos trabalhadores não

tinham ensino superior completo, distribuídos da seguinte maneira: 57,20% sem instrução e fundamental incompleto; 15,31% com fundamental completo e médio incompleto e 20,72% com ensino médio completo e superior incompleto. Isto quer dizer que apenas 6,75% dos funcionários tinham ensino superior completo. As cidades que se destacam em termos percentuais e absolutos, com ocupações de nível superior, são praticamente as mesmas das maiores faixas de renda, discutido anteriormente. A exceção é Riachinho (12,25%) e Ananás (11,02%), que lideram percentualmente as ocupações com nível de instrução de curso superior (IBGE, 2010).

As pequenas cidades têm aumentado a abertura de empresas e as ocupações, mas prosseguem perdendo população e não conseguem ampliar a centralidade. Por quê? A abertura de uma razão social (empresa), registrada pelo IBGE e MTE, não quer dizer em si mesmo nada sobre a ampliação de funções das cidades. É necessário saber que tipo de empresa está sendo criada, qual serviço é oferecido, mão de obra absorvida e seu grau de instrução. A maioria das empresas abertas é de pequeno porte, fecham em pouco tempo, agregam pouca mão-de-obra qualificada e não oferecem bens e serviços especializados. Assim, das ocupações geradas, somente 23,13% são com carteira assinada, mostrando o absoluto predomínio da informalidade. Soma-se o baixo nível de instrução dos trabalhadores e a ampla dependência do setor público. Além do que, o ritmo de crescimento não é capaz de acompanhar o das cidades médias, que além de crescer em vários indicadores mais que as pequenas cidades, são capazes de incorporar mais qualidade na oferta (origem de capital, mão-de-obra, tecnologia, normas e objetos).

Evidentemente que as pequenas cidades do Tocantins não são espaços inertes, estão criando condições de reprodução social a seu ritmo. Elas tampouco são iguais, o que conduz a diversos relacionamentos entre elas, ora com característica de complementariedade, ora caminhando para interações hierárquicas, que não chega a se constituir o padrão dominante, dada fragilidade das economias. E é desse cenário de fragilidades, que as cidades médias se beneficiam, como é o caso de Araguaína, drenando recursos desses centros.

Em se tratando da distribuição do PIB por setor da economia (agropecuário, industrial e serviços), os dados mostram que em 22 municípios predominam o setor de serviços. Todavia, essa preponderância não é expressiva, pois, somente em 7 deles a participação dos serviços é superior a 60%. Em segundo lugar aparece o setor agropecuário como mais importante (tabela 7). Em apenas 4 municípios o ramo industrial surge na segunda posição: em Xambioá, devido a existência de uma unidade de fabricação de cimento da

Votorantim; em Wanderlândia, impulsionada pela unidade de fabricação de couros da Durli; na cidade de Nova Olinda, pela existência do frigorífico Masterboi; e em Aguiarnópolis, com as instalações da Bonasa (marca do grupo Asa Alimentos). Nesse município está localizado a maior produção de galináceos do Estado do Tocantins, superando a marca de 1,3 milhões de cabeças (BRASIL, 2015; IBGE, 2014).

Tabela 7 - Municípios da região de influência de Araguaína: PIB em 2012.

Cidades	PIB Primário ¹	PIB Indústria	PIB Serviço	Total
Aguiarnópolis	4.238	19.676	41.553	65.467
Ananás	15.516	6.673	52.042	74.231
Angico	4.925	2.885	16.029	23.839
Aragominas	18.345	3.908	26.821	49.074
Araguanã	15.263	4.073	27.319	46.655
Arapoema	25.181	5.800	42.340	73.321
Babaçulândia	12.455	7.841	44.405	64.701
Bandeirantes do Tocantins	23.594	16.079	20.644	60.317
Barra do Ouro	15.420	2.880	20.956	39.256
Campos Lindos	147.210	40.861	127.138	315.209
Carmolândia	8.636	1.923	14.231	24.790
Carolina	74.162	13.118	85.713	172.993
Darcinópolis	21.901	3.716	30.443	56.060
Filadélfia	17.169	6.920	45.935	70.024
Goiatins	52.343	7.772	59.414	119.529
Muricilândia	12.546	2.426	17.203	32.175
Nova Olinda	13.237	34.492	100.109	147.838
Palmeirante	17.611	3.579	25.437	46.627
Pau d'Arco	17.715	3.664	24.071	45.450
Piçarra	66.867	8.738	46.979	122.584
Piraquê	16.409	2.709	15.313	34.431
Riachinho	5.567	2.981	21.630	40.178
Santa Fé do Araguaia	24.167	5.142	37.829	67.138
São Geraldo do Araguaia	70.594	14.762	107.922	193.278
Wanderlândia	13.267	12.937	59.048	85.252
Xambioá	20.778	61.750	72.793	155.321

Fonte: IBGE (2012). Organização: Reges Sodré (2015).

¹ PIB a preços correntes. Valores adicionados brutos em mil reais.

Nos municípios de Piçarra, Bandeirantes do Tocantins, Piraquê e Campos Lindos, o principal setor da economia é o agropecuário. Esse último município aparece com o maior PIB entre aqueles estudados da área de influência de Araguaína, em razão de ser o principal produtor de soja do estado do Tocantins, tendo sua economia impulsionada nos últimos anos

pela produção de grãos. Em 2014, a área plantada foi de 73 mil hectares e 232.140 mil toneladas produzidas (IBGE, 2015).

Aparece como segundo maior PIB o município de São Geraldo do Araguaia-PA e em terceiro Carolina-MA. Eles têm nos setores de serviços e agropecuário as maiores gerações de riquezas, sendo o ramo industrial irrigório, não participando da balança comercial de seus respectivos estados como exportadores. Com a instalação de um frigorífico em São Geraldo do Araguaia, a tendência é que o município aumente o PIB industrial. No outro extremo, têm-se os municípios de Carmolândia e Angico, cuja soma dos PIBs não alcançam 25 mil reais a preços correntes em cada um deles.

Carmolândia e Angico não se constituem em exceções à regra, ao contrário, 19 municípios têm PIB inferior a 100 mil reais a preços correntes (tabela 7). Pode-se interpretar que tais municípios são os mais fracos economicamente da região de influência de Araguaína, com contribuição iníqua para a geração de riqueza.

Um elemento fulcral concernente ao PIB desses municípios é a participação do Estado na composição dos valores referentes aos serviços. Recentemente, o IBGE divulgou uma nova desagregação do PIB (que tomamos conhecimento apenas no final dessa pesquisa), na qual é possível observar a participação do setor público na composição dos serviços e da própria riqueza gerada no município. O que os números revelam reforça nossas constatações do quanto subordinado são esses municípios a presença estatal, fortalecendo, outrossim, a dependência que seus moradores possuem das cidades médias para realizar consumo.

No conjunto dos 26 municípios, o Estado participa com 35,09% do PIB total, se mostrando um valor expressivo. Riachinho (66,61%), Angico (61,07%) e Aragominas (57,32%), aparecem como os mais dependentes da administração pública, em oposição, têm-se os municípios de Campos Lindos (15,66%), Xambioá (20,84%) e Bandeirantes do Tocantins (20,86%). Carolina tem 24,10% e São Geraldo do Araguaia 29,62% do PIB advindo do setor público.

Em relação aos serviços, a representatividade da esfera pública sobe para 59,75%, nos 26 municípios, em alguns deles o índice é opulente, como em Babaçulândia (83,76%), Muricilândia (83,38%) e Aragominas (82,83%). Campos Lindos mais uma vez aparece com pouca dependência, com apenas 37,73%, superado apenas por Nova Olinda (35,39%). Os serviços nos municípios de São Geraldo do Araguaia (49,39%) e Carolina (45,39%) também não se mostraram tão atrelados a atividade pública.

É nítido a tendência de quanto maior o dinamismo econômico menor a dependência percentual do estado, mas isso não significa, em todo caso, irrelevância, em termos de presença de serviços públicos, como vimos em relação a Carolina e São Geraldo do Araguaia, cidades com melhores infraestrutura de saúde e educação. Por outro lado, Campos Lindos é o município que menos depende do funcionalismo público, na composição geral do PIB e em segundo lugar na fração dos serviços, mas é o que mais padece da ausência de um Estado capaz de ofertar serviços de saúde, educação e saneamento para sua população. É verdadeiro também que uma grande participação percentual não condiz com oferta de serviços público de qualidade, nem amplo, veja-se o exemplo de Aragominas e Riachinho.

Percebe-se a importância do setor agropecuário em diversas variáveis levantadas (PIB, população rural, formação sócioespacial), colocando em relevo a dinâmica das relações campo-cidade como um dos elementos definidores de tais núcleos, o que conduz ao questionamento de quais culturas produtivas neles se sobressaem. Os dados de 2014, da Produção Agrícola Municipal e da Pecuária, indicam que a criação de gado se destaca na maioria dos municípios (99%) em análise, como principal produto do campo, especialmente em São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Bandeirante do Tocantins, Arapoema e Santa Fé do Araguaia (IBGE, 2014).

Os municípios com maior produção agrícola de grãos são, por ordem de importância, Campos Lindos, Carolina, Goiatins e Palmeirante (IBGE, 2015). Neles a soja e o milho tem tido grande expansão nas últimas décadas, impondo novas relações e papéis aos seus espaços urbanos, principalmente pelo aprofundamento das relações campo-cidade e pela internacionalização da produção e do produto, via empresas multinacionais.

Pereira (2014) afirma que o território carolinense é reserva para a expansão de eucalipto e soja. Em 2014, Carolina tinha 733 hectares de área plantada de eucalipto, número bastante reduzido (IBGE, 2014). Tal plantação ou parte dela, pertence segundo Pereira (2014), a multinacional Suzano. Essa empresa tem um Projeto Florestal no sul do Maranhão, que abrange 21 municípios, entre eles Carolina, e prevê o plantio de 60 mil hectares de eucalipto e investimento inicial de R\$ 352 milhões. Assim, é provável que nos próximos anos, essa cultura se expanda para novas áreas do município carolinense (SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A, 2010).

Por outro lado, a soja já é uma realidade nesse município. Em 2014, foram plantados 35 mil hectares do grão, sendo cerca de 27 mil hectares a mais em relação a 2004, levando Carolina a tornar-se o sexto maior produtor de soja do Maranhão. A inexistência de

infraestrutura de consumo produtivo no espaço urbano esconde a pujança do campo, isso ocorre porque os investidores são de municípios vizinhos, e Balsas, comanda a oferta de bens e serviços.

Em vista da crescente territorialização desses plantios ligados ao grande capital, culturas alternativas da pequena produção, como banana, feijão, melancia, maracujá, mandioca e laranja, não aparecem com índices importantes nesses municípios, nenhum deles se destacam produtivamente nos seus respectivos estados. A exceção é Campos Lindos, com produção de arroz, Piçarra com produção relativamente significativa de mandioca e Xambioá, na produção de banana. Lima (2014), estudando a expansão do agronegócio no Tocantins, demonstra que em Campos Lindos, depois de 1997, com a expansão do plantio de soja e milho, ocorreu um encolhimento da produção de alimentos, o arroz, a banana e o feijão, praticamente deixaram de existir (no próximo capítulo vamos tratar da implantação da soja nesse município).

Se agronegócio está em franca expansão em alguns municípios, citados alhures, o funcionamento do sistema financeiro nas sedes municipais é bastante deficitário e vulnerável. Somente em 8 delas existem agências bancárias, geralmente do Banco do Brasil ou do Bradesco. Mais uma vez as cidades que vem se destacando nas variáveis anteriores aparecem bem colocadas em número de agências, São Geraldo do Araguaia (3), Xambioá (3) e Carolina (3). Em Campos Lindos, Palmeirante e Aguiarnópolis, que tiveram relevantes números no setor produtivo, não tem nenhuma agência bancária, o que relativiza o papel dessas cidades enquanto fornecedoras de serviços, e reafirma suas especialidades no agronegócio.

Na inexistência de agências bancárias, algumas cidades são servidas por Posto Avançado de Atendimento (PAA). Segundo o Banco Central (s/d), esse tipo de serviço só pode ser instalado em cidades que não tenham uma agência da instituição financeira proponente. O PAA oferece serviços de acordo com os critérios estabelecidos pelo banco que representa, diferentemente da agência, que é obrigada a oferecer todos os serviços daquele banco.

Nas pequenas cidades também existem os Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE). Nesse tipo de serviço, os usuários tem acesso a saques, depósitos, pagamentos, saldos e extratos de contas, transferências de fundos e fornecimento de talonário de cheques. O atendimento ao cliente é efetuado por meio de transação acionada exclusivamente com inserção de senha privativa, ou seja, não existe qualquer tipo de contato com funcionários do banco pertencente ao PAE. Caso ocorra algum tipo de problema nas

operações, o usuário deverá se deslocar para uma agência ou um PAA, desde que esse ofereça o tipo de serviço solicitado (BANCO CENTRAL, s/d).

Os Correios colaboram no atendimento das demandas financeiras através do Banco Postal, marca que designa sua atuação como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional. Os principais produtos a disposição são abertura de contas, empréstimos, cartão de crédito, pagamento de benefício INSS, etc. Todas as 26 cidades tem unidades do Banco Postal (CORREIOS, 2015).

Em síntese, as pequenas cidades tem uma estrutura econômica pouca dinâmica, em praticamente todos os indicadores relacionados. A informalidade na geração de empregos decorre e fortalece esse quadro econômico. A maioria dos municípios sustenta sua economia na produção da pecuária de corte extensiva, dos repasses de recursos federais e do funcionalismo público.

2.5. Indicadores sociais das pequenas cidades: avanços e fragilidades

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁶, para o ano de 2010, dos 26 municípios da região de influência de Araguaína, estão abaixo da média nacional e estadual, se aproximando mais da última do que da primeira. Em média, tais municípios tiveram um IDHM de 0,617, enquanto o nacional foi de 0,727 e o tocantinense de 0,699. O município de Araguaína com índice de 0,752 teve desempenho superior à média dos outros municípios e do recorte estadual e vernáculo.

Cerca de 10 municípios estão classificados com IDHM baixo, sendo a pior posição de Campos Lindos. Esse município teve o penúltimo IDHM do Tocantins em 2010, superando apenas a vizinha Recursolândia. O pior indicador de Campos Lindos está na educação, 0,377, enquanto o melhor está na renda, 0,578. Como se trata de renda per capita, algumas poucas pessoas que ganham muito compensa os indicadores daqueles que ganham menos, tendo reduzido significado em termos de padrão de vida da população.

¹⁶ O IDHM é uma adaptação para a realidade brasileira do IDH global, baseado no censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. É expresso pela soma dos indicadores de Renda, Longevidade e Educação. A renda é a soma dos ganhos de todos os residentes naquele município, dividida pelo número dos mesmos – renda per capita. A longevidade é dada pela expectativa de anos que um pessoa nascida em determinado lugar viveria a partir do nascimento, se mantidas as mesmas condições do momento. Por último, o indicador educação surge da frequência escolar e de anos de estudos concluídos na educação básica de crianças, jovens e adultos (ADHB, 2013). Quanto maiores esses indicadores estiverem num território, melhor colocado ele estará. A escala de leitura do IDHM pode ser assim expressa: de 0-0,499 muito baixo; de 0,500-0,599 baixo; de 0,600-0,699 médio; de 0,700-0,799 alto; e acima de 0,800 muito alto.

No polo oposto está Arapoema (0,680) que teve IDHM mais elevado, incluindo o melhor desempenho na educação. Tal município foi acompanhado por Xambioá (0,671) e Ananás (0,671), que também tiveram boa desenvoltura na educação, para o contexto desses municípios. Carolina com IDHM médio (0,634) e São Geraldo do Araguaia, com baixo (0,595), não surgem como destaque se comparado a relevância que possuem no campo econômico (ver tabela 8).

Não obstante, os 26 municípios tiveram um importante salto de 0,349 no IDHM entre 1991 a 2010. Eles elevaram o desenvolvimento em cerca de 130,22% nesse período, e o Brasil apenas 47,46%. De 1991 a 2000, o IDHM desses municípios era considerado muito baixo, mesmo que as municipalidades já se aproximassesem da classificação baixa. Xambioá era o único município que atingiu tal patamar, com IDHM de 0,504, no ano de 2000. Acrescenta-se, que 1991, foi o único ano em que os municípios tiveram um índice de desenvolvimento no mesmo estrato de classificação nacional (muito baixo). Posteriormente, mesmo melhorando o percentual mais que a média brasileira, não foi suficiente para alcançá-la, pois o ponto de partida se deu próximo de zero.

A evolução por município dos índices de desenvolvimento, denúncia as condições nas quais aqueles mais novos foram instituídos. Quando criados tinham precária oferta de serviços públicos em saúde, educação e uma economia com fraca produção de renda. Veja-se o caso do município mais antigo, Carolina, e do mais novo, Barra do Ouro. O primeiro tinha o maior IDHM em 1991, demonstrando que apesar de muito baixo desenvolvimento, oferecia para seus habitantes as melhores condições sociais entre os municípios, classificação que não conseguiu manter nas décadas ulteriores. Já Barra do Ouro, surge com o terceiro pior desenvolvimento em 1991, elevando sua posição para décimo quarto lugar entre os municípios em 2010.

O IDHM de renda foi o que menos se desenvolveu entre 1991 a 2010, em todos os municípios, reforçando a constatação feita no item anterior, de que a economia desses territórios são fracas. No entanto, é interessante notar que as “melhorias na distribuição de renda” (mesmo que isso não dirima contradições, já que é derivada da renda per capita, como se ressaltou anteriormente) foram mais acentuada entre 2000-2010 (14,31%), do que entre 1991-2000 (13,13%).

Tabela 8 - IDHM e GINI dos municípios da região de influência de Araguaína (1991-2000-2010).

Cidades	IDHM			IDHM Renda			IDHM Longevidade			IDHM Educação			Índice de Gini		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Aguiarnópolis	0,295	0,466	0,657	0,480	0,513	0,618	0,550	0,666	0,804	0,097	0,297	0,571	0,45	0,62	0,48
Ananás	0,295	0,496	0,671	0,457	0,547	0,621	0,585	0,669	0,804	0,096	0,334	0,605	0,58	0,55	0,48
Angico	0,235	0,485	0,648	0,379	0,531	0,576	0,562	0,659	0,773	0,061	0,327	0,612	0,41	0,52	0,47
Aragominas	0,320	0,402	0,593	0,470	0,463	0,611	0,604	0,667	0,739	0,115	0,21	0,461	0,42	0,55	0,54
Araguanã	0,280	0,388	0,604	0,436	0,571	0,617	0,609	0,667	0,756	0,083	0,153	0,473	0,42	0,72	0,54
Arapoema	0,318	0,480	0,680	0,517	0,592	0,645	0,586	0,678	0,810	0,106	0,275	0,601	0,50	0,62	0,51
Babaçulândia	0,265	0,397	0,642	0,424	0,453	0,589	0,523	0,659	0,792	0,084	0,21	0,568	0,49	0,56	0,49
Bandeirantes do TO.	0,282	0,445	0,638	0,524	0,592	0,570	0,642	0,664	0,797	0,067	0,224	0,571	0,50	0,63	0,55
Barra do Ouro	0,170	0,360	0,603	0,396	0,431	0,557	0,565	0,656	0,760	0,022	0,165	0,517	0,46	0,62	0,55
Campos Lindos	0,138	0,343	0,544	0,480	0,527	0,578	0,553	0,607	0,738	0,010	0,126	0,377	0,56	0,70	0,67
Carmolândia	0,239	0,447	0,640	0,458	0,493	0,621	0,586	0,684	0,810	0,051	0,264	0,521	0,39	0,53	0,48
Carolina	0,353	0,476	0,634	0,464	0,541	0,600	0,617	0,685	0,802	0,154	0,291	0,529	0,56	0,64	0,55
Darcinópolis	0,208	0,410	0,581	0,418	0,467	0,597	0,524	0,652	0,764	0,041	0,226	0,429	0,46	0,46	0,51
Filadélfia	0,327	0,447	0,621	0,478	0,540	0,578	0,637	0,664	0,792	0,115	0,249	0,522	0,63	0,60	0,54
Goiatins	0,264	0,347	0,576	0,438	0,458	0,541	0,553	0,636	0,765	0,076	0,144	0,462	0,54	0,73	0,61
Muricilândia	0,331	0,386	0,596	0,500	0,509	0,543	0,523	0,655	0,745	0,139	0,173	0,524	0,51	0,63	0,54
Nova Olinda	0,326	0,467	0,631	0,503	0,574	0,614	0,537	0,652	0,765	0,128	0,273	0,535	0,55	0,62	0,52
Palmeirante	0,205	0,326	0,571	0,403	0,426	0,564	0,566	0,659	0,756	0,038	0,123	0,436	0,42	0,62	0,57
Pau d'Arco	0,281	0,426	0,661	0,518	0,548	0,621	0,642	0,664	0,792	0,067	0,213	0,587	0,47	0,69	0,52
Piçarra	0,208	0,370	0,563	0,421	0,543	0,561	0,632	0,724	0,792	0,034	0,129	0,402	0,41	0,54	0,52
Piraquê	0,271	0,431	0,621	0,433	0,532	0,593	0,647	0,708	0,792	0,071	0,213	0,511	0,39	0,7	0,52
Riachinho	0,157	0,361	0,572	0,358	0,405	0,503	0,515	0,628	0,760	0,021	0,185	0,490	0,41	0,62	0,53
Santa Fé do Araguaia	0,263	0,439	0,616	0,468	0,531	0,604	0,564	0,663	0,804	0,069	0,241	0,482	0,45	0,57	0,54
São Geraldo do Araguaia	0,256	0,415	0,595	0,448	0,564	0,594	0,633	0,748	0,793	0,059	0,170	0,447	0,51	0,62	0,53
Wanderlândia	0,346	0,474	0,638	0,483	0,518	0,619	0,562	0,655	0,748	0,153	0,313	0,561	0,47	0,46	0,51
Xambioá	0,344	0,504	0,671	0,533	0,576	0,648	0,564	0,697	0,818	0,136	0,319	0,570	0,52	0,60	0,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB, 2013). Organização: Reges Sodré (2016).

Em relação ao IDHM de educação dos municípios, esse foi o que mais evoluiu entre 1991 e 2010, embora ele ainda seja o maior gargalo, entre os índices de desenvolvimento humano (ver tabela 8). Em 1991, cerca de 17 municípios tinham desempenho próximo a zero na educação, com praticamente todos os habitantes sendo analfabetos e com reduzida frequência nas escolas. Entre 1991 e 2000, considerando todos os municípios, o IDHM Educação elevou-se a taxa bruta de 176,5%, já entre 2000 e 2010 houve pequena redução no ritmo do desenvolvimento, ficando com 129,46%.

Se em escala nacional o IDHM de longevidade é o mais desenvolvido, nos municípios em estudo não é diferente. Elas têm média de 0,779, mostrando elevação de 15,00% de 1991 a 2000 e 16,79% de 2000 a 2010. Os municípios de Xambioá (0,818), Carmolândia (0,810) e Arapoema (0,810) concentram as melhores expectativas de vida, à medida que as piores estão em Campos Lindos (0,738), Aragominas (0,739) e Muricilândia (0,745).

Os municípios da região de influência de Araguaína apresentaram em 2010 Índice de Gini¹⁷ médio de 0,53, melhor que a média nacional, que foi de 0,60. Assim, tais municípios são menos desiguais que o Brasil, mas alguns superam a média nacional, como é o caso de Campos Lindos. Tal município é o mais desigual dentre os 26 estudados, com Gini de 0,67, confirmando que a renda é apropriada por poucos. Outros municípios bastante desiguais são Xambioá (0,61), Goiatins (0,61) e Palmeirante (0,57). São Geraldo do Araguaia (0,53) e Carolina (0,55) situam-se em um nível intermediário, mas com percentual melhor que a média nacional (ver tabela 8).

Dois períodos são identificáveis no que diz respeito a evolução do Índice de Gini nesses municípios: entre 1991 e 2000 houve notável concentração de renda praticamente em todos os municípios; no período seguinte, entre 2000 e 2010, houve uma leve redução, incapaz de alcançar os primeiros números de 1991. Esse resultado acompanhou em parte o que ocorreu em nível nacional, cujos percentuais foram 0,63, 0,64 e 0,60, para os respectivos momentos. O que explica esse quadro parece ser, no segundo interregno, uma relativa política de distribuição de renda realizada nos governos petistas, depois de muitos anos de desvalorização do trabalho, como argumentamos no capítulo 2.

Não obstante, entendemos que a explicação da distribuição de renda, via política pública, sozinha, é insuficiente para entender o baixo Índice de Gini nos municípios em estudo. Quando esses municípios foram criados, as clivagens sociais não eram significativas, isto é, o

¹⁷ O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o nível de concentração de renda, entre as pessoas mais pobres e mais ricas. Numericamente, varia de 0 a 1, onde o zero representa completa igualdade (renda dividida igualmente entre todos) e 1, total desigualdade. Assim, a medida que se aproxima do número 0, melhor a situação de distribuição de renda, o inverso é verdadeiro (ADHB, 2010).

padrão de renda dos habitantes era semelhantes. Na medida que avançou o processo de ocupação e crescimento econômico, as desigualdades foram surgindo, fazendo com que as mesmas se acentuassem em 2000. A partir de então, a intervenção de políticas públicas colaborou com uma leve redução das desigualdades, mas essas não regressaram ao nível de 1991, destacando-se que o Coeficiente de Gini foi em 1991 de 0,48, e em 2010, de 0,53.

Para que as pequenas cidades sejam melhor compreendidas é necessário descrever outros indicadores, que de uma forma mais ou menos indireta, corroboram com os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e do Coeficiente de Gini. Iniciamos pela Educação, a que mais se desenvolveu entre 1991 e 2010, conforme visto anteriormente.

Em se tratando do número de escola no ensino fundamental e ensino médio, nota-se que as primeiras estão mais presentes nas pequenas cidades e seus municípios, seguindo o padrão nacional (MEC, 2014). Parte expressiva dos municípios tem mais de 5 escolas de ensino fundamental. Destaca-se Carolina, com 46, São Geraldo do Araguaia, com 40, e Piçarra, com 30 escolas. Os municípios com menor número de unidades são Riachinho (2) e Angico (3). Em relação à quantidade de matrícula no ensino fundamental em 2015, os maiores índices praticamente acompanham a distribuição de escolas, sendo registrado em São Geraldo do Araguaia 4.434 matrículas, seguido por Carolina (3.908) e Goiatins (2.951). Os municípios de Muricilândia (555) e Angico (626), surgem com as menores quantidades de matrículas no ensino fundamental (ver tabela 9).

A maior carência de escolas está no ensino médio, onde cerca de 16 municípios tem apenas 1 unidade, o que pode acabar sobrecregando-as, ao menos onde o número de matrículas é mais elevado. O município com maior número de escolas de nível médio é Goiatins (6), em seguida aparece São Geraldo do Araguaia e Carolina, com 3 cada uma. No tocante as matrículas, são esses mesmos municípios que aparecem com maior quantidade, modificando-se apenas a ordem, já que São Geraldo do Araguaia tem 1.023, Carolina 1.252 e Goiatins 571 matrículas (ver tabela 9).

O setor público, na esfera municipal e estadual, oferta sozinho a educação do Ensino Médio. No Ensino Fundamental esse monopólio estatal é trincado (não que isso tenham algum problema), já que as cidades de Carolina, São Geraldo do Araguaia, Nova Olinda, Xambioá, Santa Fé do Araguaia e Wanderlândia, possuem 8 escolas particulares, correspondendo a 1.001 matrículas em 2015 (ver tabela 9). As escolas particulares são restritas em decorrência do reduzido poder aquisitivo dos moradores locais para financiar os estudos. O baixo número de matrículas, por sua vez, reforça essa constatação.

Tabela 9 - Municípios da região de influência de Araguaína: indicadores de educação, 2015.

Municípios	Escolas de ensino fundamental		Escolas de ensino médio		Ensino Fundamental matrículas		Ensino médio matrículas		IDEB	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Observado	Projeção
Aguiarnópolis	4	-	1	-	1056	-	226	-	3,9	4,7
Ananás	9	-	2	-	1973	-	525	-	4,3	4,8
Angico	3	-	1	-	626	-	145	-	3,2	4,7
Aragominas	4	-	1	-	1049	-	261	-	3,3	4,6
Araguanã	7	-	2	-	923	-	275	-	3,9	4,9
Arapoema	4	-	1	-	1031	-	357	-	4,3	5,1
Babaçulândia	7	-	2	-	1391	-	367	-	4,0	4,5
Bandeirantes do Tocantins	4	-	1	-	582	-	126	-	4,2	4,6
Barra do Ouro	5	-	2	-	1049	-	235	-	4,2	4,6
Campos Lindos	14	0	1	-	2208	0	456	-	3,0	4,3
Carmolândia	3	-	1	-	433	-	97	-	3,4	4,4
Carolina	46	3	3	-	3908	545	1023	-	3,5	4,4
Darcinópolis	5	-	1	-	1024	-	211	-	3,6	4,5
Filadélfia	15	-	1	-	1449	-	344	-	3,4	4,8
Goiatins	21	-	6	-	2951	-	571	-	3,8	4,2
Muricilândia	7	-	1	-	555	-	141	-	3,9	4,6
Nova Olinda	9	1	1	-	1924	182	429	-	3,4	4,4
Palmeirante	5	-	1	-	1000	-	228	-	3,5	4,3
Pau d'Arco	4	-	1	-	747	-	278	-	3,9	4,9
Piçarra	30	-	1	-	2577	-	492	-	3,5	3,9
Piraquê	5	-	1	-	474	-	113	-	4,4	4,4
Riachinho	2	-	1	-	874	-	238	-	2,9	4,3
Santa Fé do Araguaia	9	1	3	-	1276	47	321	-	3,8	4,6
São Geraldo do Araguaia	40	1	3	-	4.434	99	1252	-	3,9	3,7
Wanderlândia	11	1	2	-	1437	44	450	-	4,0	4,8
Xambioá	10	1	3	-	950	84	538	-	4,3	4,6

Fonte: IBGE (2015) e MEC (2015). Organização: Reges Sodré (2016).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹⁸, em 2015, ficou abaixo da projeção nacional que era de 4,5. Quem mais se aproximou desse percentual foi Piraquê. Aliás, esse município foi o único a atingir a meta estabelecida para o mesmo, que era de 4,4 (ver tabela 9). Entretanto, cerca de 6 municípios tiveram nota igual ou superior à média nacional observada de 4,2, são eles, Bandeirantes do Tocantins (4,2), Barra do Ouro (4,2), Arapoema (4,3), Xambioá (4,3), Ananás (4,3) e Babaçulândia (4,4).

Na comparação entre os 26 municípios com a média de seus respectivos estados, constata-se que no Tocantins, os mesmos que tiveram nota igual ou superior à média do Brasil, superam a estadual, que foi de 4,0. No estado do Pará, o município de São Geraldo do Araguaia teve média superior a estadual (3,9 contra 3,6), enquanto Piçarra ficou com percentual inferior (3,5 contra 3,6). No estado do Maranhão, Carolina teve desempenho abaixo da média estadual (3,5 contra, 3,7).

As opções de curso superior são bastante limitadas nas pequenas cidades, nem por isso desrespeitável. Parte significativa dos cursos oferecidos são de licenciatura e técnicos, predominando a modalidade de Educação a Distância. A cidade de Carolina é a que dispõe de melhor infraestrutura de ensino superior e técnico, ofertados nos campus/pólos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Maranhão (IFMA). Em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UBA)¹⁹, são oferecidos os cursos de informática no IFMA, Administração Pública na UEMA, e Matemática na UFMA. A UEMA oferece ainda as licenciaturas em História, Letras, Física, Biologia, Matemática, Química e Filosofia. Já o IFMA, disponibiliza de forma presencial o curso de Informática.

Através da Universidade Aberta do Brasil encontram-se, em Ananás, os cursos de Administração Pública e Matemática, administrados pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), e ainda os cursos de Letras Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas

¹⁸ O Ideb foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas de melhoria do ensino. Em tal indicador, as notas variam de 0, totalmente ruim, a 10, que seria a quase perfeição. A meta brasileira é alcançar 6,0 pontos em 2022, taxa dos países desenvolvidos. Os resultados são decorrentes do rendimento dos alunos (índice aprovação escolar) e do desempenho em provas específicas, no caso dos municípios, a Prova Brasil (BRASIL, s/d). Na tabela os resultados são referentes aos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas.

¹⁹ Tal sistema foi criado em 2006, através do decreto nº 5.800. Entre os objetivos estão: “I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância” (Art. 1º). O sistema se operacionaliza por meio de “(...) regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com pólos de apoio presencial” (Art. 2º).

literaturas, ofertados pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Na cidade de Nova Olinda são ofertados pela UBA, os cursos de Administração Pública e Matemática (UFT), Computação, Pedagogia e Letras Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Respectivas literaturas (UNITINS).

A exceção aos cursos de licenciatura mais notável está em São Geraldo do Araguaia, que dispõe dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Gestão da Produção Industrial e Serviços Penais, na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Esse polômetro foi inaugurado em 2015. Nenhum dos demais municípios oferecem ensino superior autorizados pelo MEC, o que obriga os alunos da procuraram outras cidades, principalmente Araguaína, seja através dos deslocamentos diários ou a mudança definitiva.

Outro importante indicador para se avaliar o quadro social e ambiental dessas cidades é o saneamento básico. Nesse sentido, a tabela 10 ilustra dados sobre a situação e o entorno dos domicílios particulares permanentes²⁰, apresentando a existência das seguintes variáveis: rede geral de esgoto ou pluvial, pavimentação, esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros.

O serviço que se mostrou mais precário foi a rede geral de esgoto ou pluvial (definida quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta). Em 2010, somente 8,67% dos domicílios particulares permanentes das pequenas cidades tinham banheiro e sanitário ligado à rede geral de esgoto. Para piorar a situação, em 14 cidades, o índice não alcança 1% dos domicílios. As cidades de Barra do Ouro, Piçarra e Piraquê, simplesmente não dispõe de rede de esgoto. Já em São Geraldo do Araguaia, Ananás, Aguiarnópolis e Darcinópolis, o índice ultrapassa a casa dos 20%. Carolina e Campos Lindos embora não tenham indicadores invejáveis, estão razoavelmente bem colocadas, a frente de 20 cidades (ver tabela 10).

O principal destino do esgotamento sanitário nessas urbes são fossas classificadas como rudimentares, ou seja, quando o banheiro/sanitário está ligado a um poço, buraco negro, sem qualquer tratamento ou decantação. Além disso, a insuficiência/inexistência de rede coletora, leva em muitos casos o despejo de esgoto a céu aberto nas ruas, em valas e terrenos baldios da cidade, onde crianças poderiam estar (e as vezes estão) brincando. Paradoxalmente, algumas urbes melhor servidas pela rede de esgoto (exemplo, Ananás e Aguiarnópolis) são as que também têm mais entorno domiciliar com esgoto a céu aberto. De toda maneira, há

²⁰ Segundo o IBGE (2011, p. 18) domicílio particular permanente “foi construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas”. São adequados aos objetivos desse item, que visa caracterizar a situação da população residente e não dos empreendimentos, discutido no item anterior, que engloba domicílios coletivos.

predominância dos baixos números, sendo que oito cidades, não tinham nenhum entorno de domicílio com esgoto a céu aberto (IBGE, 2010, 2011).

Tabela 10 - Região de influência de Araguaína: situação e entorno dos domicílios particulares permanentes nas pequenas cidades, 2010.²¹

Cidades	Rede geral de esgoto ou pluvial ¹ (%)	Pavimentação %	Esgoto a céu aberto (%)	Lixo Acumulado nos logradouros (%)
Aguiarnópolis	26,61	45,02	28,42	2,53
Ananás	26,01	65,70	33,60	13,82
Angico	0,39	78,41	-	0,19
Aragominas	0,46	77,41	0,15	-
Araguanã	1,39	95,28	1,39	0,42
Arapoema	1,08	69,50	0,19	-
Babaçulândia	0,48	91,84	-	4,24
Bandeirantes do Tocantins	0,82	68,45	1,85	0,20
Barra do Ouro	-	16,39	-	-
Campos Lindos	2,74	9,30	0,35	-
Carmolândia	1,13	82,38	1,13	-
Carolina	10,00	60,72	14,37	4,43
Darcinópolis	34,27	54,92	1,57	0,31
Filadélfia	1,23	46,59	-	-
Goiatins	1,09	35,36	1,56	0,39
Muricilândia	0,37	55,13	0,95	0,76
Nova Olinda	0,62	36,66	-	1,29
Palmeirante	0,20	33,89	0,42	19,70
Pau d'Arco	0,61	83,51	-	-
Piçarra	-	11,74	-	-
Piraquê	-	84,46	7,44	-
Riachinho	0,40	76,34	11,61	0,62
Santa Fé do Araguaia	0,97	62,80	0,38	-
São Geraldo do Araguaia	30,39	29,09	5,67	0,58
Wanderlândia	0,37	35,62	-	-
Xambioá	0,55	55,22	3,29	0,25

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Reges Sodré (2016).

Os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2014) apontam uma ausência muito maior de rede de esgoto do que as informações disponibilizadas pelo IBGE. Apenas as cidades de Aguiarnópolis, Ananás,

²¹ Não apresentamos os números que fecham os percentuais (100%) em razão do interesse está apenas nas variáveis colocadas. No caso da primeira coluna, os outros destinos do esgoto são fossas sépticas, fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar, e outros. Na segunda coluna, em oposição as ruas pavimentadas há as não pavimentadas. Na terceira coluna, os domicílios que não tem esgoto a céu aberto no entorno fecha o percentual (100%), o mesmo se aplica ao caso da quarta coluna, ou seja, existe e não existe lixo acumulado nas ruas.

Darcinópolis e São Geraldo do Araguaia possuem rede de esgoto, abrangendo respectivamente, 38,96%, 53,71%, 11,82% e 54,68% dos domicílios.

É importante lembrar que “entre os serviços públicos disponibilizados aos domicílios brasileiros, a rede de esgoto ainda é o que tem a menor taxa de acesso, apenas 51%” (ITB, 2012, p. 40-41). No caso das pequenas cidades em estudo, a situação beira a inexistência, não acompanhando os índices nacionais. Dessa forma, seja no caso das fossas rudimentares ou do esgoto a céu aberto, em que a destinação do esgoto sanitário ocorre de forma inadequada, pode trazer sérios problemas ao meio ambiente e a população. No primeiro caso, com a poluição do solo e do lençol freático, e no segundo, com o aumento de doenças, como diarreia, febre tifoide, amebíase, ancilostomíase, esquistossomose, teníase, ascaridíase, etc. (ITB, 2012).

Ainda fazendo uso da base de dados do SNIS (2014), é importante apontar que o índice de abastecimento de água nas pequenas cidades é elevado, em 20 delas o percentual é superior a 98% dos domicílios atendidos. Somente em Goiatins (96%), Araguanã (89%), Ananás (97,9) e São Geraldo do Araguaia (89,9%) os números são inferiores (não encontramos dados sobre Piçarra e Aguiarnópolis no SNIS). Mas a existência de Centrais de Tratamento de Água (CTAs), está limitada a 10 cidades (Ananás, Arapoema, Babaçulândia, Carmolândia, Goiatins, Riachinho, Xambioá, São Geraldo do Araguaia e Carolina), e nas demais, é feito somente uma simples desinfecção com cloro.

A ausência de água tratada pode levar a muitas doenças como cólera, febre tifoide, leptospirose, giardíase, amebíase, hepatite infecciosa, diarreia, entre outras. Tudo isso aumenta os gastos com saúde pública, reduz a produtividade do trabalho e do ensino. A Organização Mundial da Saúde adverte que a cada 1,00 R\$ investido em saneamento básico, economiza-se cerca de 4,00 R\$ na área da saúde (ITB, 2012). Isso é muito mais grave nessas pequenas cidades, que como vimos, possuem um sistema de saúde deficiente e uma economia pouca dinâmica para novos investimentos.

Outro serviço destacado na tabela 10 é a pavimentação, que está mais difundida nessas cidades que a rede de esgoto, de sorte que 52,36% dos domicílios eram beneficiados. Em algumas cidades, como Babaçulândia e Araguanã, a pavimentação está presente em mais de 90% do entorno domiciliar da área urbana. Entre as cidades de porte populacional maior, Carolina é a melhor colocada, com 60,72% de pavimentação, enquanto São Geraldo do Araguaia tem desempenho fraco, com 29,09%. As piores colocações estão com Campos

Lindos (9,30%) e Piçarra (11,74%), onde o pavimento só chegou às ruas do centro e no seu entorno.

No trabalho de campo que fizemos, a questão da pavimentação é uma reclamação constante dos moradores, pois, a inexistência do asfalto traz vários transtornos, poeira, lama, sujeira e empecilhos ao acesso de veículos. Está também conectado a autoestima das pessoas, pois dá visibilidade a pobreza, e não à toa é um dos itens que faz grande sucesso em campanhas políticas, ao contrário do saneamento, “invisível”.

O lixo acumulado nos logradouros é o melhor indicador das 26 pequenas cidades, apresentado na tabela 10, estando presente em apenas 3,08% dos entornos domiciliares. Tal resultado favorável foi possível pela inexistência de lixo no entorno domiciliar em cerca de 11 cidades, entre elas Campos Lindos. Apesar disso, em Palmeirante, o valor chega a quase um terço dos domicílios e em Ananás ultrapassa os 10%. Carolina tem 4,43% dos domicílios com lixo no entorno, sendo a segunda cidade em números absolutos, isto é, 192 domicílios, perdendo apenas para Ananás com 301.

Para finalizar essa avaliação dos indicadores sociais, analisa-se a disponibilidade de bens de consumo duráveis nos domicílios, tendo por base a Pesquisa por Amostra de Domicílio, do Censo Demográfico (IBGE, 2010), cujos dados abrangem a escala municipal. Na tabela 11 estão relacionados os seguintes bens: rádio, tv, máquina de lavar, geladeira, telefone celular, telefone fixo, computador (com e sem internet), motocicleta e automóvel.

O rádio está presente em 55,56% dos domicílios. Esse objeto ficou fora de moda, diminuindo sua importância e popularidade, com o surgimento da televisão e outros meios de comunicação, o que de certa forma explica seu baixo índice nessas cidades, em analogia ao Brasil, que teve média de 81,42% em 2010. Essa justificativa isolada é postiça, e não serve ao contexto dessas cidades, pois elas nunca alcançaram a difusão que o rádio teve em nível nacional. Há um movimento na contramão, enquanto o nacional cai, no espaço regional está aumentando a difusão do rádio. Muitas pessoas ainda não têm televisão, não usam computador e nem internet, então o rádio acaba sendo o único meio de acesso a informação e entretenimento.

Tabela 11 - Bens duráveis nos domicílios dos municípios da região de influência de Araguaína, 2010.

Cidades	Rádio %	Televisão %	Máquina de lavar roupa %	Geladeira %	Telefone celular %	Telefone fixo %	Computador %	Computador com Internet %	Motocicleta %	Automóvel %
Aguiarnópolis	51,02	91,15	7,48	88,43	83,14	5,82	13,07	8,08	29,62	17,08
Ananás	68,66	90,98	4,96	90,45	86,58	6,29	11,21	6,93	29,06	14,74
Angico	32,85	90,00	3,57	88,69	79,04	5,47	7,97	2,38	28,80	15,95
Aragominas	64,40	87,19	13,69	88,01	71,25	5,72	6,02	3,12	34,29	10,80
Araguanã	47,23	90,30	17,73	86,21	78,17	6,81	10,33	6,74	18,95	11,91
Arapoema	60,12	91,17	4,13	90,71	84,54	9,22	11,83	7,59	35,69	20,55
Babaçulândia	67,74	76,12	2,39	80,00	58,16	10,89	6,90	4,75	38,84	14,97
Bandeirantes do Tocantins	54,58	87,11	8,07	88,97	75,21	12,22	10,26	4,14	37,66	17,46
Barra do Ouro	44,14	66,07	5,11	75,22	63,61	5,30	5,80	2,35	33,43	11,99
Campos Lindos	48,39	62,15	2,73	66,11	45,77	10,43	7,60	3,80	36,93	11,83
Carmolândia	72,82	93,99	10,36	93,39	83,18	6,90	13,21	8,40	38,73	16,96
Carolina	63,63	72,26	19,01	75,44	58,32	14,60	11,69	8,60	31,09	14,05
Darcinópolis	39,87	76,85	8,09	75,10	67,88	7,42	8,02	4,72	23,34	14,91
Filadélfia	63,96	77,40	9,41	78,02	56,17	13,83	7,22	4,46	28,67	14,84
Goiatins	49,84	56,65	7,40	56,08	50,15	9,55	7,74	4,96	28,32	12,77
Muricilândia	57,06	78,58	10,02	80,41	74,48	7,17	7,85	1,93	34,85	12,18
Nova Olinda	54,71	86,95	9,31	89,67	88,60	5,66	10,79	7,91	32,98	13,64
Palmeirante	60,91	57,01	5,87	65,83	70,16	3,82	6,24	2,86	34,16	15,13
Pau d'Arco	45,77	83,95	5,17	87,37	81,74	7,52	8,89	4,63	39,61	13,84
Piçarra	43,94	70,98	8,45	72,61	61,76	3,74	5,25	3,39	48,97	10,36
Piraquê	57,87	80,55	6,94	83,10	80,90	4,16	3,93	2,66	30,90	13,19
Riachinho	76,36	73,41	0,69	75,15	82,88	5,21	8,25	2,78	24,06	11,72
Santa Fé do Araguaia	47,70	85,72	4,70	89,44	75,27	5,68	11,81	8,26	31,12	16,13
São Geraldo do Araguaia	50,15	80,30	8,42	82,54	63,38	3,13	8,82	5,46	33,15	14,43
Wanderlândia	58,36	87,07	14,36	83,53	73,11	5,76	9,77	6,20	26,06	14,02
Xambioá	54,60	90,91	12,53	89,78	80,04	11,15	13,15	10,02	24,93	13,75

Fonte: IBGE, 2010. Organização. Reges Sodré (2016).

A televisão estava presente em 79,17% dos lares, bastante inferior ao índice nacional de 95,05%. Isoladamente, nenhum município alcançou esse número em 2010, o melhor colocado foi Carmolândia com 93,99%. Campos Lindos (62,15%) e Carolina (72,26%) estão abaixo da média geral, enquanto São Geraldo do Araguaia (80,30%) um pouco acima. Chama a atenção que Goiatins e Palmeirante não têm 60% dos domicílios com acesso à televisão. Além da condição social, que inviabiliza a aquisição da TV, a ausência de energia elétrica ainda é um sério problema, já que ela estava presente somente em 64,63% e 78,32% dos domicílios de Goiatins e Palmeirante. Basta lembrar que no Brasil mais de 98% dos domicílios tem energia, nessa região de Araguaína a média é de 89,46 % (IBGE, 2010).

Segundo Pereira (2015), tratando da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, que afetou terras de 12 municípios (Estreito, Carolina, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins), a grande produção de energia não é para as populações pobres desses municípios, mas para grandes multinacionais, especialmente aquelas que exploram a mineração. A instalação desses empreendimentos alardeia propagandas do desenvolvimento e da inclusão social, para no fim das contas, as pessoas pobres continuarem morando ao lado da produção de energia e a ela não ter acesso (*ibidem*).

Não é apenas a ausência de energia que incomoda, a qualidade dos serviços prestados também é criticada por moradores. O problema mais frequente é a queda de energia, que às vezes atinge toda a cidade, ou grande parte do campo, notadamente em época de período chuvoso. Por seu turno, os empresários reclamam da fragilidade da mesma para uso de objetos que demandam grande consumo. Tudo isso compromete o acesso a vários bens duráveis, fazendo com que certos municípios apareçam em praticamente todos os indicadores com números irrisórios.

Em 80,54% dos domicílios tinham geladeira, no Brasil são 93,67%. Os piores índices ficaram com os municípios de Goiatins (56,08%) e Palmeirante (65,83%), limitados que são pelo elevado percentual de falta energia elétrica. As maiores cidades, São Geraldo do Araguaia (82,54%) e Carolina (75,44%), não tem destaque, enquanto as com menores populações, como Arapoema (90,71%) e Carmolândia (93,39%) aparecem bem situadas (ver tabela 11). Os mais afetados com a ausência de geladeira são os peões e pequenos produtores rurais, especialmente aqueles que moram distante da cidade. Trata-se de pessoas que costumam fazer a compra dos bens de consumo imediato (ou “feira”, como gostam de dizer) apenas uma vez por mês, ficando privados de consumir alimentos que precisam de

refrigeração (a resolução imediata seria reduzir o intervalo das compras, nem sempre possível, diante do baixo rendimento).

Em relação à máquina de lavar roupa, que é um importante item de uma casa, facilitando especialmente a vida da mulher e maximizando seu tempo, estava presente somente em 9,24% dos domicílios desses municípios²². No Brasil, o percentual da existência deste equipamento era de 47,21% dos domicílios em 2010. Em Babaçulândia, Riachinho e Campos Lindos a porcentagem não chega a 3%. As melhores cifras estão em Carolina, Araguanã e Xambioá.

A difusão de objetos que permitem a fluidez espacial, seja material ou imaterial, tem alguma representatividade para certos meios, e para outras, nem tanto. Nos 26 municípios, 69,14% dos domicílios tinham telefone, já o telefone fixo estava em apenas 7,80%, seguindo, em termos de perspectiva, a tendência distributiva nacional, de 83,19% e 40,79%, mas distante em termos relativos. Apesar dos dados da amostra por domicílio não revelarem a evolução dos tipos de aparelhos, é razoável conjecturar que o baixo número de telefone fixo nesses municípios é resultado de sua tardia incorporação no meio técnico-científico-informacional, ocorrendo algo parecido com o caso do rádio (visto anteriormente). Se no Brasil há tendência para redução dos telefones fixos, na região de influência de Araguaína ele nunca esteve difundido. As cidades com maiores percentuais de telefone celular foram Nova Olinda (88,60%) e Ananás (86,58%). São Geraldo do Araguaia, Carolina e Campos Lindos estão com números abaixo do quantitativo regional, especialmente a última cidade.

Conquanto, em todas as cidades exista o sinal de celular, o número de operadoras é limitado e o serviço oferecido é de péssima qualidade. Somente nas cidades de Xambioá e Carolina atuam as 4 empresas de maior destaque no ramo – Oi, Tim, Vivo e Claro (ANATEL, 2015). O que caracteriza a baixa qualidade é a oscilação no sinal, dificultando a realização de ligações e, os serviços ficando “fora de área”.

Além dos telefones, outro importante objeto que possibilita interações com descontinuidade territorial é o acesso à internet. Infelizmente o IBGE não mensura os acessos feitos por meio de celular, que certamente nos daria um quadro mais dinâmico e atualizado. De toda maneira, o número de microcomputadores com acesso à internet já é suficiente aos

²² O relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2013, p. 53), destaca que, “tendo em vista que são as mulheres ainda as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, a posse de determinados bens que facilitem a realização das tarefas domésticas é um relevante indicador para mensurar a redução do tempo gasto pelas mulheres com essas tarefas”. Dessa forma, segundo o relatório, a presença de uma máquina amplia o tempo que a mulher pode dedicar ao trabalho produtivo no mercado, mas adverte para as grandes desigualdades que existem no acesso a esse bem, entre as mulheres do sudeste e do nordeste e entre as mulheres negras e brancas.

escopos dessa pesquisa. Para começar, apenas 9,26% dos domicílios tinham microcomputador, e com acesso à internet eram 5,87%, no Brasil são 38,30% e 30,73%, respectivamente.

Vê-se que a carência é exponencial, fazendo com que essas cidades ocupem as últimas posições no ranking nacional da inclusão digital. Isso reflete os contextos regionais nos quais estão inseridas, já que Tocantins, Maranhão e Pará estavam, em 2010, entre os estados brasileiros com menos acesso domiciliar, segundo o Mapa da Inclusão Digital, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

Observa-se na tabela 11 que nenhuma cidade tem índices altos de computadores e acesso à internet. Nesse cenário, Xambioá se destaca com 13,15% de computador nos domicílios, dos quais 10,02% com acesso à internet. Entre as cidades estudadas nessa pesquisa, Carolina tem os melhores indicadores, com 11,69% microcomputadores por domicílio e 8,60% com acesso à internet, em seguida está São Geraldo do Araguaia (8,82% e 5,46%) e, por último, Campos Lindos (7,60% e 3,80%). Um grupo muito restrito de pessoas tem acesso a esses meios de comunicações, limitando as possibilidades de interações espaciais dessas cidades.

Para se ter uma noção mais precisa da qualidade das interações espaciais realizadas na internet, é interessante saber qual tipo de conexão as pessoas estão usando. Os dados do Ministério das Comunicações, apontam que as pequenas cidades tinham em julho de 2016, cerca de 13.728 conexões de banda larga fixa, o que representa elevação de 4,06% em relação a janeiro de 2014. Tal crescimento está abaixo da média nacional para o mesmo período, que foi de 9,03%. Para se ter um parâmetro do quanto baixo é o número de conexões das pequenas cidades, Araguaína, sozinha, detinha mais de 47.000 conexões em julho de 2016. Portanto, a internet com alta velocidade ainda está distante para boa parte dos usuários dos pequenos centros.

Impressiona, que nesse período (2014-2016), 13 pequenas cidades reduziram suas conexões, cuja explicação é difícil de se encontrar. Aventamos que a migração para banda larga móvel (dado indisponível na escala municipal) e a recente crise econômica que assola o país, possam justificar, ao menos parcialmente, a queda de usuários. A primeira hipótese é razoavelmente frágil, pois, dessas 13 cidades, 6 não tem cobertura por banda larga móvel (3G). No total, 12 centros não tem cobertura 3G, entre eles Campos Lindos (BRASIL, 2016).

O maior número de usuário de banda larga fixa está em Carolina (4.104), Nova Olinda (1.083), Ananás (1.023) e Xambioá (1.017). As cidades de Piçarra (12), Barra do Ouro

(78), Muricilândia (114) e Aguiarnópolis (159) figuram no polo oposto, com as menores taxas de usuários de banda larga. São Geraldo do Araguaia com 354 e Campos Lindos com 255 conexões, tem também números reles (BRASIL, 2016).

Por último, a tabela 11 retrata os meios de deslocamento feitos por carro e motocicleta, ligados às interações com contiguidade territorial. Aqui, encontramos pela primeira vez um elemento favorável às pequenas cidades, com 32,24% dos domicílios possuindo motocicletas, frente à média brasileira de 19,45%. Araguanã (18,95%) é o único município que não atinge o patamar nacional. A motocicleta nessas regiões é usada, sobretudo, para deslocamento a pequena distância, geralmente entre as pequenas cidades, do rural para o urbano e nos percursos casa-trabalho-escola.

Isso com frequência facilita a geração e manutenção de irregularidades, seja com equipamentos obrigatórios ou pagamento da documentação, uma vez que a fiscalização de trânsito ou policial nas pequenas cidades beira a inexistência. Ir a uma cidade média pode conduzir a apreensões, tanto por órgãos de trânsito como pelas blitz policiais, dificultando posteriormente a retirada do veículo, pela obrigatoriedade de multa. A ausência de regularização é motivada pela carência de recursos que os condutores usufruem. Exemplo disso, segundo o IBGE (2010), 61,88% dos domicílios de Piçarra (cidade com maior percentual de motocicletas) que tinham motocicletas, a renda era inferior a 2 salários mínimos.

Em razão do maior valor agregado de compra e da manutenção exigida, os automóveis são menos difundidos que as motocicletas, com cerca de 14,04% dos domicílios, ficando bem abaixo da média nacional, que é de 39,49%. Arapoema (20,55%), Bandeirantes do Tocantins (17,46%) e Aguiarnópolis (17,08%) aparecem na frente.

As condições sociais também influenciam no papel das pequenas cidades na rede urbana. Se elas não apresentam bons indicadores, dificilmente serão atrativas, tanto na manutenção de sua população, como nos fluxos migratórios. Igualmente, a verificação da existência de bens duráveis nos dá uma noção da inserção no meio técnico-científico-informacional, ou da chamada urbanização da sociedade, que implica diretamente na existência de fluxos de natureza diversa.

Vimos nesse capítulo que Araguaína exerce efetivamente o papel de cidade média no Tocantins, pela oferta de bens e serviços para um conjunto de pequenas cidades. Essas, por sua vez, logram de uma economia frágil, embora esteja sendo redefinida por novas dinâmicas, como a chegada do agronegócio, especialmente de grãos. É nas áreas de saúde e educação que

as pequenas cidades possuem maior carência, obrigando seus moradores a procurar com frequência a cidade de Araguaína.

No próximo capítulo, vamos adentrar nos resultados do trabalho de campo, realizados nas cidades de Campos Lindos, Carolina e São Geraldo do Araguaia, com vistas a consecução final dos objetivos dessa pesquisa. Será realizado uma descrição dos espaços urbanos dessas cidades e, posteriormente, o mapeamento dos fluxos efetivados pelas empresas e moradores. Ao final, procurou-se escrever uma síntese analítica dos dados trabalhados.

CAPÍTULO 3

INTERAÇÕES ESPACIAIS E AS PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE ARAGUAÍNA

3.1. Campos Lindos: das precariedades locais às interações globais

3.1.1. O espaço urbano de Campos Lindos: infraestrutura e equipamentos comerciais

Conforme Cifuentes (2013), a literatura oficial assevera que o município de Campos Lindos foi criado pelo governador José Wilson Siqueira Campos, em 1991 e instalado em 1993. Foi ele que “escolheu o lugar hoje ocupado pela cidade. Sob o seu comando foi elaborado a planta da cidade e aberta suas ruas, instaladas as redes de abastecimento de água e de energia elétrica”, contando como fator decisivo para tal atitude “a potencialidade econômica dos solos da região, aliado à secular beleza paisagística” (TOCANTINS, 2015a, p. 8).

Mas as coisas não foram bem assim, já que, a única obra realizada na cidade foi a retirada da cobertura vegetal e abertura das ruas. Não houve a instalação de qualquer tipo de serviço ou obra de infraestrutura urbana mais adequada no curto prazo. Usou-se como estratégia para o povoamento inicial a doação de lotes para quem desejasse se mudar para “cidade” e concessão de cestas básicas como incentivo adicional (CIFUENTES, 2013).

A cidade e o município não foram instalados num espaço vazio, ali já existia um território, oficialmente pertencente ao município de Goiatins. As primeiras ocupações datam de 1970, quando pequenos agricultores chegaram e começaram a produzir para subsistência, acompanhado pelo surgimento de um incipiente comércio de abastecimento. No local que a cidade foi instalada, a partir de desapropriação de uma fazenda, existiam 22 pessoas morando, em 1991, formando um pequeno povoado (CIFUENTES, 2013).

Segundo o referido autor, Campos Lindos até o final do século XX era uma localidade isolada, estabelecendo suas principais interações com o estado do Maranhão,

especialmente com as cidades de Riachão, Balsas e Carolina, onde os pequenos produtores vendiam seus excedentes. As relações com outros municípios tocantinenses eram parcias devido à ausência de estradas. Para o autor, tais cidades maranhenses ainda são as que Campos Lindos mantêm as principais interações atualmente. Será mesmo? A construção de rodovias e a projeção de cidades médias em nada alteraram essas interações, por quê? Voltaremos a essas questões!

Em 1997, quatro anos depois da emancipação, o governo estadual instituiu um decreto que desapropriava uma área do município tida como de interesse público, para a instalação de um projeto agrícola. Ao todo foram 600 pessoas expropriadas de modo absolutamente arbitrário – pequenos produtores. Em 1999, realizou-se a distribuição de terras para grandes produtores iniciarem o plantio de soja, a maioria dos quais vinham de outros estados – São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina. As contendas na justiça duram até hoje, entre desapropriados, produtores de soja e estado (CIFUENTES, 2013).

Cumpria-se, pois, o propósito de criação desse território, destinado à exploração do agronegócio, desde suas primeiras concepções. Para uns, o agronegócio da soja é matriz do desenvolvimento local/regional, para outros, sinônimo de exploração e precarização das condições de vida. Para o bem e para o mal, é a soja que coloca esse município no foco das preocupações políticas, sociais, econômicas e acadêmicas. Todos os discursos que envolvem o município evocam, em algum grau, essa produção agrícola.

A cidade de Campos Lindos deixa nítido em sua paisagem a pobreza que a estrutura. Existem muitas casas inacabadas, ou seja, possuem alvenaria, mas sem o reboco, indicando que o morador começou e não teve as condições de finalizar adequadamente a edificação. Essas pessoas esperam a próxima oportunidade (se é que essa oportunidade vai aparecer) de fazer economia, acumular certo dinheiro, para concluir a construção da residência. Existem ainda aquelas casas que foram construídas com argila e cobertura de palha de babaçu (chamadas de casas de barro), localizadas nas bordas no perímetro urbano.

Não é só a aparência externa que evidencia a pobreza, quando entramos nessas casas, por ocasião das entrevistas, observamos que o inacabado permanece. Quase nunca possuem chão com cerâmica, predominando o cimento queimado em estado de degradação, e em certas ocasiões apenas um cimento rústico. As paredes sem reboco fazem com que o ambiente suje com facilidade, dificultando a manutenção da limpeza.

Na cidade foram construídas 30 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) do governo federal. Essas casas se encontram numa das posições

mais afastada do centro da cidade (ver mapa 7), onde estão os equipamentos de uso público, como posto de atendimento bancário e unidade básica de saúde. O terreno no qual as casas estão alocadas possui leve declividade, o que pode favorecer processos erosivos e intempéricos no futuro, causando transtornos aos moradores. A construção das unidades foi interrompida há dois anos e nenhuma foi entregue a comunidade.

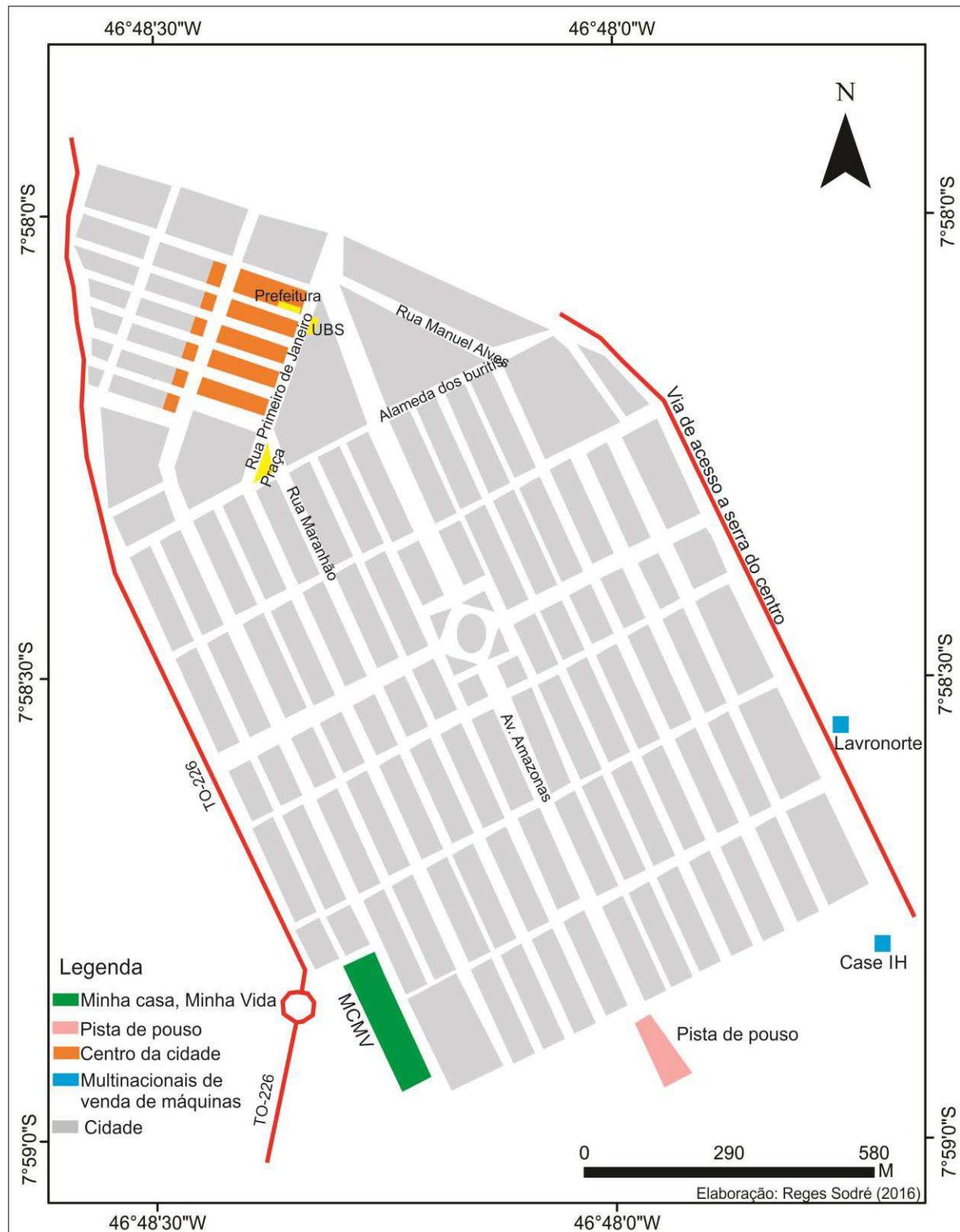
Em razão do baixo crescimento populacional, o perímetro da cidade não sofreu expansão nos últimos dez anos, permanecendo como foi delimitado pelo governo estadual na época de sua criação em 1991/1993, mesmo que a topografia seja favorável à expansão na direção leste e sudeste. Ao invés disso, a produção da cidade nesse período proporcionou um adensamento da área urbana, já que as casas foram construídas nos espaços vazios já demarcados, excetuando o empreendimento do MCMV, que ocupa uma área excêntrica no sudoeste da mesma (ver mapa 7).

Ainda sobre a questão habitacional, há algumas poucas casas que já mostram um maior padrão de segregação, com muros altos e cerca elétrica. Estão localizadas próximo ao centro da cidade e logrando de ruas com asfalto. Algumas famílias advindas do Paraná possuem terrenos (não sabemos se comprado ou doado pelo Estado) que chegam a ocupar todo um quarteirão, onde constroem além da unidade habitacional, espaços de comércio e serviços.

Parte das ruas da cidade não possui asfalto, a poeira, a lama e os processos erosivos fazem parte do cotidiano das pessoas. Segundo a Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos do Estado do Tocantins (s/d), estão sendo investidos em Campos Lindos, com recursos do governo estadual e federal, R\$ 6.181,330,00 em pavimentação das vias. De fato, notamos na cidade uma placa com referência aos investimentos do governo federal e obras em processo de execução, todas próximas ao centro.

A questão ambiental é outro problema na cidade. A mesma é em muitos pontos bastante suja, com lixo descartado em lugar inadequado. Inclusive observamos máquinas agrícolas, usadas no plantio e colheita da soja, abandonadas no perímetro urbano, numa clara metáfora que a cidade é, a princípio, um espaço desprezível para a grande produção do agronegócio.

Mapa 7 - Campos Lindos: estruturação do espaço urbano, 2016.



Fonte: Google Earth (2015). Trabalho de Campo (2016).

O centro urbano da cidade é pouco definido, com estabelecimentos que geram centralidade em vários locais, como supermercados, loja de materiais para construção, oficinas

de moto e carro, 1 correspondente bancário, cartório, estabelecimentos de máquinas e serviços destinados à produção agrícola. Em parte, esse processo de pulverização da centralidade se explica pelo baixo poder aquisitivo de alguns empreendedores, que abrem o estabelecimento comercial junto à residência, geralmente à frente ou ao lado, mas decorre também em razão da cidade ser pequena, podendo quase qualquer ponto ser capaz de exercer uma atração sobre a clientela, que a rigor, tem poucas opções.

Apesar desse contexto, identificamos uma área que pode ser chamada de centro, com uma aglomeração mais nítida (ver mapa 7), onde estão as principais lojas de eletrodoméstico, correio, lotérica, supermercado, farmácia, biblioteca municipal, revendedora de moto, lojas de vestuário, loja que vende produtos eletroeletrônicos, consultoria rural, casas de produtos agropecuários, prefeitura, câmara municipal e Unidade Básica de Saúde (UBS). Não obstante, nenhuma porção da cidade apresenta caráter especializado.

Encontramos uma quantidade razoável de botequins localizados nos limites do perímetro da cidade; esses locais são frequentados por moradores, trabalhadores urbanos e rurais, que aí encontram uma forma de lazer e divertimento, com o uso de bebidas alcoólicas, cigarros, e jogos de bilhar, conhecido na região como sinuca. Essa é uma importante rede de exploração, pois os proprietários desses estabelecimentos compram os produtos em centros regionais como Araguaína e Balsas e revendem com significativo ganho por unidade. Junto a essas “casas”, frequentemente tem-se outra rede de exploração ligada ao sexo – os prostíbulos.

Na rua onde localiza-se a Prefeitura e a Câmara Municipal é notório o movimento de pessoas nos horários de início e fim do dia, comprovando como o poder público é o grande empregador da cidade. Outro ponto que gera movimento é a Lotérica, com longas filas, reunindo pessoas do campo e da cidade, que vão retirar o benefício do programa Bolsa Família, e que usam esse espaço para realizar movimentações financeiras, que poderiam ser feito em agências do Banco do Brasil ou Caixa Econômica, caso elas aí existissem.

É no centro que existe uma pizzaria que centraliza o modesto movimento noturno na cidade, já que às 21:00 horas o silêncio impera pelas ruas, fruto das poucas opções de lazer oferecidas aos moradores. A exceção é uma quadra de futsal, localizada próximo ao centro, que funciona até por volta das 22:00 horas, reunindo considerável quantidade de jovens, somado a dois campos de futebol, que devido à falta de iluminação findam as atividades com o alvorecer da noite.

Identificamos no espaço urbano 82 estabelecimentos, que, majoritariamente, oferecem bens e serviços básicos a população local. No comércio varejista (supermercados) as formas de

pagamento estão quase restritas as notinhas, baseadas nas relações de confiança. Essa realidade não abrange os estabelecimentos ligados aos serviços agropecuários de atuação regional, os quais comungam das mais recentes inovações técnicas, científicas e informacionais nas suas transações comerciais.

Alguns estabelecimentos comerciais já incorporaram as máquinas de passar cartão, que segundo nossos levantamentos, foram adotadas a partir de 2010. Essa combinação de meios de pagamentos mais modernos, com os “arcaicos”, é indispensável para que os estabelecimentos atinjam os diversos públicos, desde os mais pobres, àqueles que estão mais inseridos na “creditização”. Além disso, “o interesse na venda pelo cartão revela um volume relativo de vendas mais elevado, já que o convênio com os bancos exige o pagamento de uma porcentagem em cima das vendas, o que nem sempre vale a pena se este volume de vendas for baixo” (SOUZA, et al 2012, p. 295).

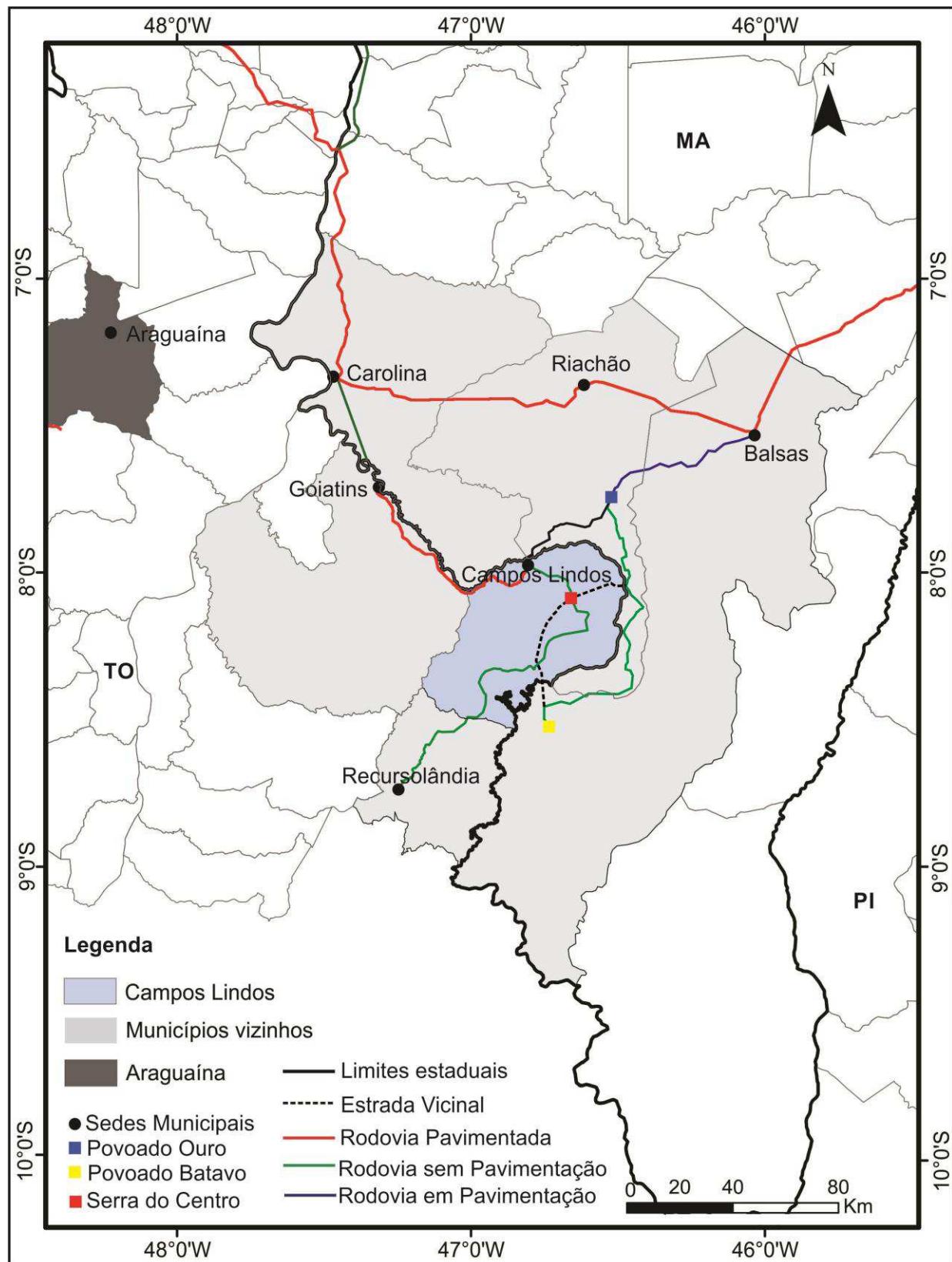
Todos os comerciantes entrevistados apontaram que seus principais clientes são os funcionários públicos, aposentados, funcionários de fazendas, pequenos produtores rurais, e em menor proporção, pedreiros e participantes da Bolsa Família. Segundo um proprietário de uma loja de eletrodoméstico, “as pessoas que compram aqui estão na faixa de 2 a 3 salários mínimos [...] nós temos muitos clientes professores” já “o pessoal da soja, os da classe A, não sustenta a loja, eles consomem fora”.

Como o consumo na cidade é reduzido, alguns comerciantes apontam que as maiores dificuldades da empresa na cidade residem na questão da logística. Os pequenos volumes de mercadorias comprados acabam onerando os frentes. É interessante notar, como já se ressaltou, que algumas grandes empresas atacadistas com atuação nacional mantêm centros de distribuição em Imperatriz, Araguaína e Palmas, o que segundo os empresários locais facilita a compra de mercadoria.

3.1.2 Do espaço urbano a rede urbana

Campos Lindos não exerce centralidade sobre nenhum território vizinho, e todos os comerciantes entrevistados relataram que atendem apenas a demanda da população urbana e rural do próprio município. A estrutura comercial da cidade, relatada no subitem anterior, é compatível com tal assertiva, somada à sua posição geográfica, visto que ela está relativamente distante de outros centros pequenos e regionais, e as ligações com os espaços exógenos não favorecem seu acesso, pois apenas a rodovia (TO-226) que dá acesso a Goiatins é asfaltada (ver mapa 8).

Mapa 8 - Campos Lindos: posição geográfica, 2016.



Fonte: IBGE, 2015; DNIT (2013); Google Earth (2015). Elaboração: Reges Sodré (2016).

A ligação com Araguaína é feita através de rodovia pavimentada, envolvendo trechos da BR-010, TO-226, TO-130 e TO-222, com percurso de 238 km e 03:30 horas de viagem. O trecho que liga Campos Lindos a Goiatins foi inaugurado em 2006 com investimentos de R\$ 35,6 milhões, e recuperado em 2014 (VIDAL, 2006; GONÇALVES, 2014). Atualmente, é o melhor percurso da rodovia com destino a Araguaína. As razões apontadas pelos órgãos públicos para os cuidados despendidos com essa rodovia se devem a soja, vez que parcela da mesma é escoada por esse trajeto.

A ligação com Balsas é feita através da rodovia MA-140, que se encontra em pavimentação até o entroncamento com a MA-007, no povoado Ouro, do município de Riachão (ver mapa 8). O trecho restante até a sede de Campos Lindos representa 39,37% do total, sobre o qual não há previsão de pavimentação. Essas obras visam atender o chamado Anel da Soja, que inclui além de Balsas, Riachão, Carolina, Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, que juntos plantaram, em 2014, mais de 391 mil hectares de soja. A distância até Balsas é de 127 Km e 02:00 horas de viagem (OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, 2016; IBGE, 2014).

Há que se ressaltar, contudo, que o projeto de pavimentação do Anel da Soja, visa asfaltar a MA-007 até o povoado Batavo²³, no sul de Balsas (ver mapa 8), o que vai beneficiar diretamente o escoamento e o fortalecimento das relações entre os municípios (incluindo-se Riachão), já que quase toda a produção de soja de Campos Lindos se concentra na sua porção leste²⁴. Tal fato tende a fortalecer as relações do campo com outro município e não com a própria cidade. De toda forma, a ligação entre essas cidades foi facilitada em 2006 quando da construção de uma ponte sobre o Rio Manoel Alves (rio que demarca a divisa entre Tocantins e Maranhão), com extensão de 100 metros e investimentos de 2 milhões (VIDAL, 2006).

Em razão da fraca infraestrutura comercial, a população que consegue se deslocar para buscar bens e serviços em outros municípios o faz com regularidade. Alguns moradores usam a cidade somente para necessidades imediatas, que não podem ser proteladas. Para eles, a cidade não tem quase nada, e as exigências do que falta são mais precisas e objetivas. Por

²³ Trata-se de uma localidade no sul de Balsas, que dá suporte a moradia de trabalhadores precários e armazenagem de grãos, como os silos da multinacional Bunge. O mesmo ocorre com a Serra do Centro no município de Campos Lindos (ver mapa 8).

²⁴ O trabalho de Melo et al (2015) mostra as áreas de concentração de soja no município de Campos Lindos com recursos do Sensoriamento Remoto, enfatizando a expansão da área plantada da safra 2000/2001 a 2010/2011. A área de maior concentração de soja abrange os limites da estrada vicinal, com a Serra do Centro, ilustrada no mapa 8, até a fronteira com o Maranhão. Sobre a questão do benefício das rodovias, o secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca o Maranhão, ressalta que ‘O Anel da Soja é importante não só para o nosso estado, mas para toda a região do MATOPIBA [Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia], propiciando o escoamento de uma enorme produção’ (OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, 2016, s/p).

outro lado, há os que se encontram “totalmente prisioneiros” das carências locais, nesse grupo é comum encontrar respostas que não denunciam as deficiências da cidade; quase tudo está bom e não falta nada.

Em matéria de saúde, apenas uma pessoa disse não se deslocar para outro município, pois segundo ela nunca adoeceu. O principal destino é a cidade de Araguaína, e lá são feitos cirurgias, exames médicos simples e complexos, bem como atendimento médico especializado. Os moradores que logram de maior condição, tem seus planos de saúde vinculados a essa cidade e praticamente não utilizam dos serviços disponíveis em Campos Lindos. Não ficam refém dos processos de encaminhamento realizados pela UBS, que podem levar de 2 a 3 meses para a concretização, dependendo da urgência. As pessoas despossuídas dos meios de deslocamentos ou do recurso necessário ao pagamento de consultas, passagens e estadia em Araguaína, dependem dos encaminhamentos públicos, feito em ambulância, nos casos mais graves.

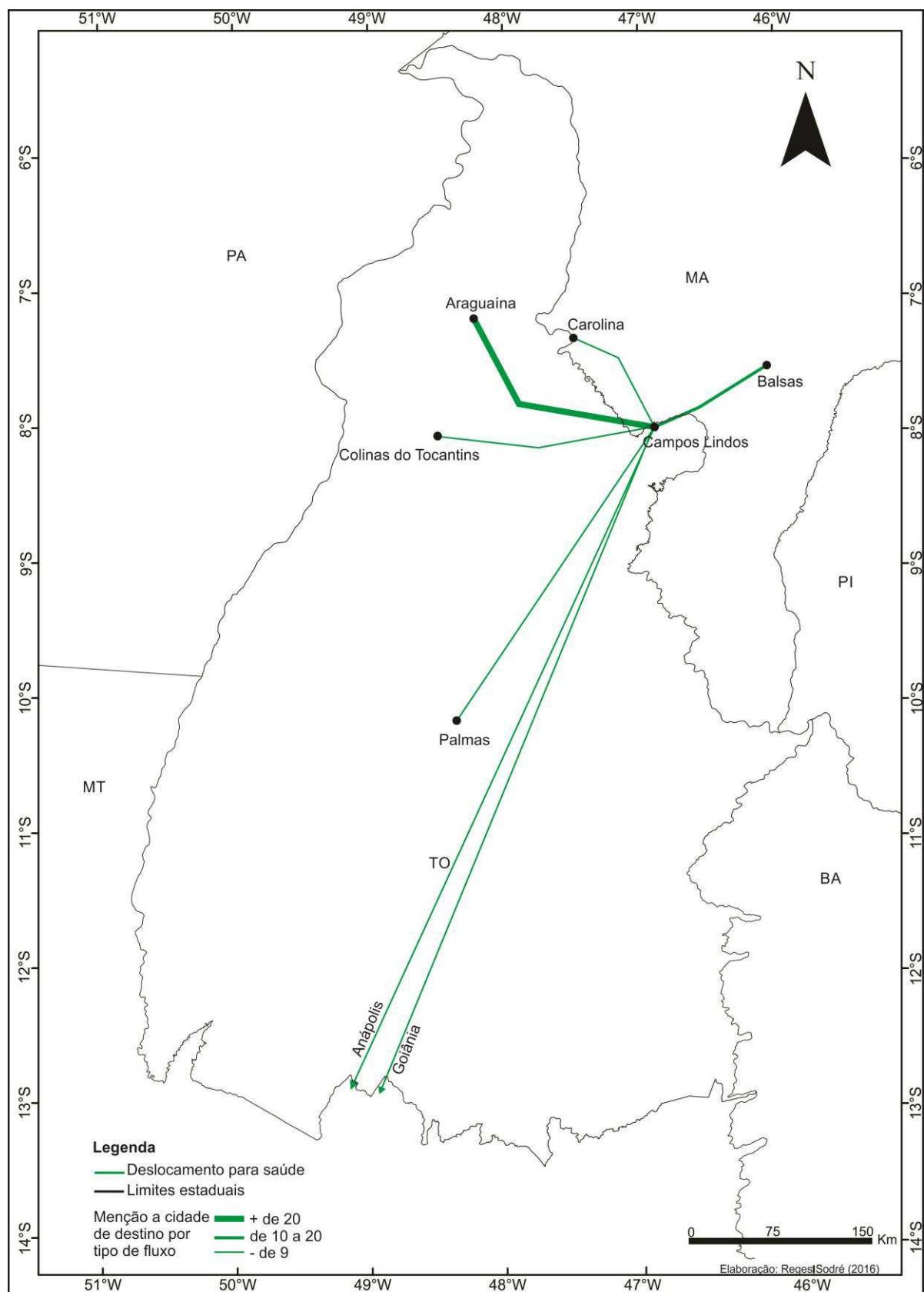
Balsas é a segunda cidade mais procurada na área da saúde, notadamente nas modalidades exames e cirurgias. Os deslocamentos para essa cidade são feitos com recursos próprios, já que não ocorre encaminhamento pelo poder público, pois a cidade está localizada no Maranhão. Parte das pessoas que viagem para Balsas dispõe de relações de parentescos ou de amizades que facilitam a estadia nesse local. A cidade de Balsas dispunha em abril de 2016, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES, 2016), de 219 leitos (157 SUS e 62 não SUS), 117 estabelecimentos, sendo 3 hospitais gerais, 13 policlínicas, 15 unidades de apoio a diagnose e terapia, 19 clínica/centros de especialidade, e outros.

O terceiro tipo de fluxo identificado para saúde foi aqueles com destino para Palmas, Goiânia e Anápolis, cidades fora da região de influência de Araguaína (ver mapa 9). Em relação à cidade de Anápolis, podemos considerar uma exceção, pois o que explica o deslocamento é, em primeiro lugar, a relação de parentesco do informante. Já as outras duas cidades exercessem de fato influência na região. Palmas mais ligado a questão oficial (encaminhamentos), enquanto Goiânia se confirma como o grande centro metropolitano desse segmento de rede urbana.

Sem nenhuma agência bancária, Campos Lindos tem sérios problemas nessa área também. Em uma época que praticamente todas as ações dependem de dinheiro, nas suas mais variadas manifestações, essa situação dificulta o funcionamento da economia local. Em termos práticos, sobrecarrega os estabelecimentos como Correios, lotéricas, posto de

atendimento bancário (do Banco do Brasil e Bradesco) e, compele os municíipes ao deslocamento para outras cidades.

Mapa 9 - Campos Lindos: Interações geradas pelos serviços de saúde, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo, 2016.

Os mais afetados são aqueles que fazem transações com certa frequência. Um entrevistado expressou essa questão colocando que “[aqui] precisa de um Banco do Brasil, pois só tem o Correio, pra gente transferir 10 mil, passamos 10 dias depositando de pouquinho”. A população local busca esse serviço em várias cidades da região, com destaque para Balsas e Araguaína, depois aparece Filadélfia, Goiatins, Carolina e Colinas do Tocantins. Os deslocamentos para Filadélfia se justificam porque a agência de muitas pessoas de Campos Lindos foi criada no Banco do Brasil daquela cidade, que atualmente se encontra em reformas devido a assalto.

As interações motivadas pela compra de eletrodomésticos, computadores e alimentação (compra mensal) são reduzidas em analogia com os fluxos de saúde e financeiro. Existem 3 lojas de eletrodomésticos na cidade que conseguem atender a demanda, mas algumas pessoas preferem comprar em Araguaína e Balsas, em razão do preço ser mais baixo e das opções serem mais variadas.

Há também aqueles que compram pela internet, contando para isso, o preço do produto e o custo do deslocamento até a cidade maior. Essa forma de compra virtual é preferida quando o assunto são as aquisições de computadores, motivado pelo preço mais barato e ausência de opções em Campos Lindos. Houve ainda menção a compras nas cidades de Balsas, Araguaína, Carolina e Goiatins.

As compras mensais são feitas majoritariamente em Campos Lindos, porque um deslocamento até um município próximo pode onerar o valor da alimentação (incluindo passagem, gasolina e, eventualmente, peças para quem vai de carro próprio). Nesse segmento, a cidade de Balsas é soberana sob os fluxos existentes e isso acontece por causa da atuação do Grupo Mateus, que nessa cidade possui o Hiper Mateus com 3.414 m² de área de venda, inaugurado em 2000 e um Mix Mateus (atacarejo), criado em 2007 (QUEM SOMOS, 2016).

É relativamente trivial, entre os mais pobres de Campos Lindos, principalmente os moradores do campo, a realização de compras fora da cidade com uma quantidade de alimento que possa perdurar por até 5 meses. Lamentavelmente, essa dieta os priva de uma alimentação rica, por exemplo, em verduras e frutas, já que essas têm tempo de vida reduzido, mas permite economia com deslocamentos periódicos e/ou semanais.

As aquisições de veículos e sua manutenção são realizadas na cidade de Araguaína, já que a infraestrutura nesse segmento em Campos Lindos é precária, com poucas oficinas e

nenhuma concessionária, nem mesmo de multimarcas. Com 12 concessionárias e um importante nicho de peças ofertadas no entorno da rodovia Belém-Brasília (perímetro urbano), Araguaína consegue ser uma referência nessa região. Corrobora, adicionalmente, um conjunto de serviços que essa cidade oferece, então, os moradores campolindenses viajam e realizam diversas atividades de uma só vez, num reduzido espaço de tempo.

Apenas uma pessoa declarou fazer deslocamentos para lazer, isso pode ser indicador do baixo poder aquisitivo da população local, sendo que de todas as viagens, ninguém afirmou fazê-lo de avião. Os deslocamentos diários para estudo também se mostraram reduzidos, justificado pelas distâncias que Campos Lindos estar dos maiores centros regionais e sub-regionais – Araguaína e Balsas.

O principal meio de transporte usado nos deslocamentos são van, carro particular, ônibus, moto própria e ambulância. Para Araguaína existem 3 vans do transporte alternativo, cujo preço da passagem é de R\$ 40,00. Duas delas saem de Campos Lindos às 05:00 horas, e a outra às 13:00 horas e a quantidade de passageiros transportados por viagem varia de 30 a 40. As linhas de ônibus e vans não se sustentam apenas com a demanda de Campos Lindos. No percurso elas atendem as cidades de Goiatins, Barra do Ouro, Bialândia (distrito de Filadélfia, que tinha em 2010 segundo o IBGE, 695 pessoas na área urbana), e o povoado Morro Grande, localizado no município de Barra do Ouro. Para Balsas três ônibus fazem linha, com passagem custando R\$ 25,00, sendo que um deles passa por Campos Lindos vindo do distrito Batavo, no município de Balsas, local de produção de soja²⁵.

O principal desejo dos moradores quanto a melhoria no comércio e nos serviços da cidade refere-se à existência de um atacadão, ou supermercado grande. Aparecem também menções a verdurão, açougue, feiras, loja de roupa, de materiais esportivos, farmácia, academia, auto-peças para carro e Shopping Center.

Sobre o shopping, nos chamou a atenção a fala de uma entrevistada, ao afirmar que gosta de Araguaína por que lá tem Shopping Center, embora admita que nunca pisou no mesmo. Na verdade, essa cidade não tem e nunca teve qualquer centro de compras digno desse nome. Talvez esse imaginário da entrevistada tenha sido construído ao mesmo por três fatores: primeiro, porque existiu o chamado “Moreira Shopping”, que não passava de uma galeria de 2 andares; segundo, pelas frequentes notícias de que nessa cidade iria se construir

²⁵ Em 26 de outubro de 2016 o dólar fechou em 3,142 R\$.

tal espaço; terceira, em alguns pontos de Araguaína existem placas indicando o local que o suposto shopping está construído.

No âmbito dos serviços públicos, deseja-se melhorias na saúde, com a construção de um hospital e ampliação dos atendimentos realizados na UBS. Na infraestrutura urbana, é reivindicado a pavimentação de todas as ruas da cidade, limpeza dos espaços públicos e saneamento básico. Houve ainda reclamação quanto a educação e a segurança. Essa última, segundo os moradores está cada dia mais deficiente, com assaltos constantes praticados por menores infratores.

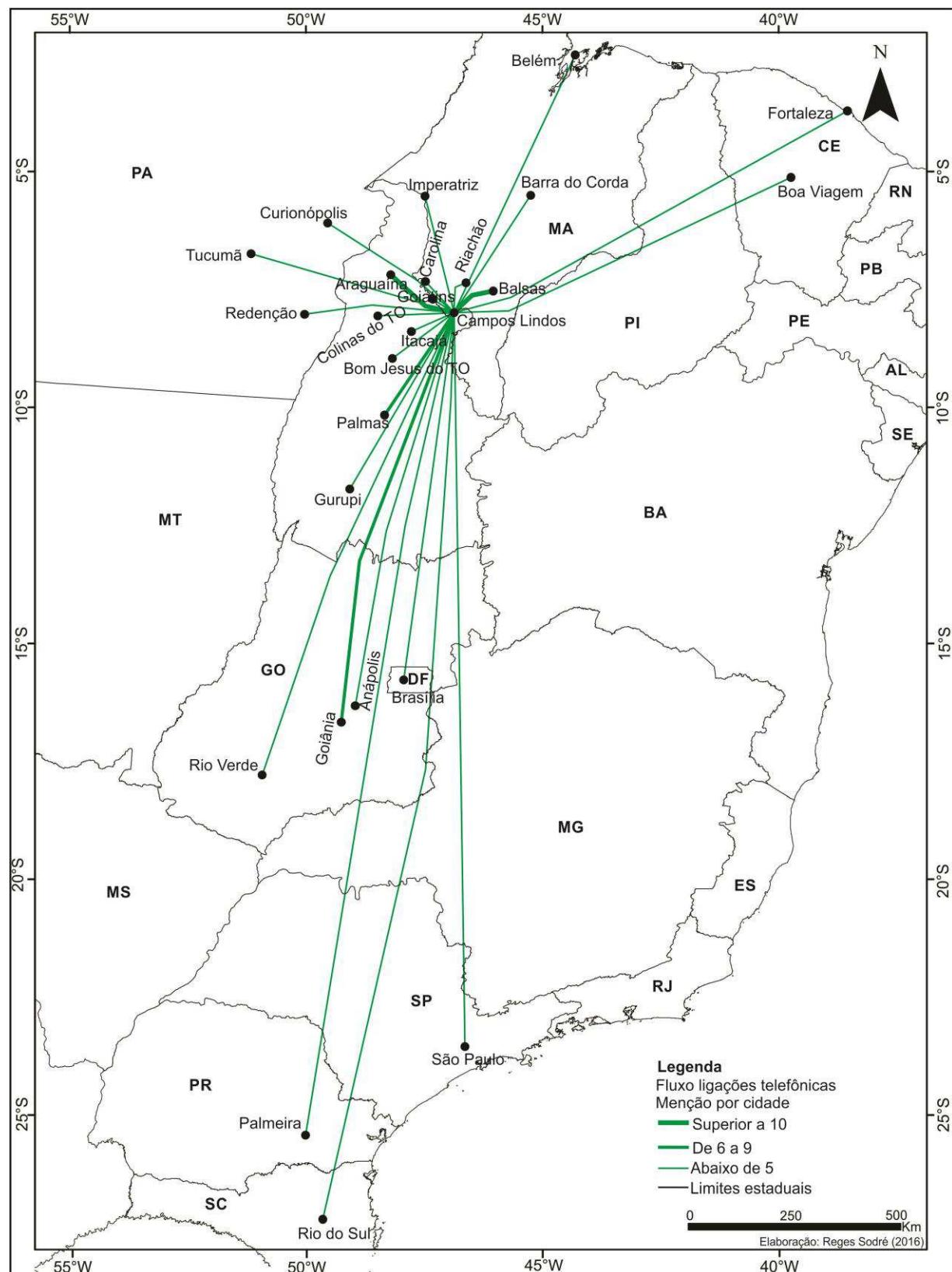
Esses dados demonstram que a cidade de Goiatins, fundada em 1953, não foi capaz de sustentar uma influência sobre seu antigo distrito. Essa cidade poderia funcionar como um centro que exercia importante papel nessa região leste/nordeste do Tocantins, atraindo pessoas de Campos Lindos, Barra do Ouro e Carolina. As interações que existem entre Campos Lindos e Goiatins estão circunscritas às relações de parentescos entre seus habitantes (em razão de ter parentes na cidade, as pessoas vão até Goiatins, os visitam, e aproveitam para resolver algumas demandas, o inverso é igualmente factível, ir resolver problemas e ver a família). Em termos econômicos está em curso um processo de interações ligado a soja, com prestação de serviço dos estabelecimentos de Campos Lindos.

No tocante à comunicação por telefone e internet, constatou-se que a primeira é mais difundida que a segunda, seguindo a tendência dos números gerais para o Brasil. Acrescenta-se que há sobreposição dos fluxos de internet e telefonia, quanto aos destinos e motivações, razão que nos levou a optar pela representação cartográfica dos fluxos telefônicos (mapa 10). Os contatos predominantes são com as cidades de Balsas, Araguaína, Palmas, Goiânia e Brasília. Observando o mapa 10, construído a partir de informações coletas nas entrevistas com moradores, temos quatro áreas de ligações: uma formada pelo centro sul, com destaque para Goiânia e Brasília; a segunda, constituída pelas interações com a região nordeste; a terceira indica a interiorização de relações com o sudeste do Pará, e por último, a organização de interações entre municípios vizinhos/próximos.

Não obstante, o que insere esse município nas interações espaciais interescalares com maior nitidez é a soja. A partir do Projeto Agrícola Campos Lindos (1997), tal município tornou-se o maior produtor de soja do Tocantins, conforme dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2014). Essa produção é investida de técnicas modernas aplicadas no setor agrícola, visando sempre elevar a produtividade e baixar os custos, que em suma, significa aumentar os lucros dos produtores. Grandes empresas começaram a se

instalar em 2003 e a partir de então tem cada vez mais ampliado sua atuação (BRASIL, 2003-2015).

Mapa 10 - Campos Lindos: fluxos de ligações telefônicas, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo, 2016.

As empresas atuam desde a compra de terras e produção da soja propriamente dita, até o beneficiamento da mesma, e o fornecimento de insumos (CIFUENTES, 2013). Através dessas multinacionais o município estabelece interações espaciais de âmbito internacional, seja pela exportação dos produtos, ou das normas que os produtores devem seguir, ditadas pelo mercado mundial, ou ainda pelo constante acompanhamento das bolsas de valores para verificação do preço das *commodities*, por meio de redes informacionais, notadamente a internet.

A Cargill foi a primeira a se instalar no município em 2002. Em 2003 chegou a Bunge Alimentos e em 2004 a Uniggel Agroindústria de Algodão. A participação em exportações seguiu nas mãos dessas empresas até 2008, quando o grupo Algar Agro instalou um armazém com capacidade de armazenamento de 50 mil toneladas. A partir de 2009 a Ceagro Agronegócios também se instalou no município. Em 2015, após adotar a marca Agrex do Brasil, a Ceagro passa a atuar com 3 unidades exportadoras (SITE DAS EMPRESAS; BRASIL, 2002-2015; TOCANTINS, 2015b).

Foi justamente com a instalação dessas empresas que Campos Lindos começou a exportar sua produção em 2002. Nesse ano as exportações foram destinadas apenas a dois países, Bélgica e França, cujo valor foi de US\$ 5,9 milhões. Passado mais de 10 anos, em 2015, eram 13 países importadores e US\$ 128 milhões em volume de negócios. Isso não significa que no decorrer do tempo não tenha existido oscilações, tanto nos valores, como nos destinos das exportações (MDIC, 2002-2015).

No âmbito do espaço urbano, os serviços destinados à lavoura de soja começam timidamente a se estruturar para atender tanto os produtores locais, como aqueles de fora do município. Isso ocorre quando empresas multinacionais e regionais resolvem adotar unidade comercial física na cidade. Mas os entraves a essa expansão residem no baixo investimento realizado na infraestrutura urbana e na localização próxima ao pólo sojicultor de Balsas²⁶, que acaba por centralizar uma parte da oferta de serviços da lavoura da região sul maranhense e leste do Tocantins.

Assim, das oito empresas não locais identificadas no perímetro urbano, seis são do segmento ou pertencente à produtores de soja. Esse é o caso da maior loja de materiais de construção da cidade, ligada a um sojicultor com fazenda em Balsas e Campos Lindos, vindo da região sul do Brasil. Mesmo nos setores comerciais que não possuem vínculos com a soja, os

²⁶ Sobre a modernização de Balsas e a estrutura produtiva do município ver Sousa (2015). Em 2015 fizemos uma visita a essa cidade e pudemos conferir como a dinâmica de seu espaço urbano é em parte tributária do consumo produtivo.

empresários relataram que vieram investir na cidade por acreditarem no desenvolvimento patrocinado pelo agronegócio.

Balsas com três estabelecimentos é a cidade com mais empresas na cidade de Campos Lindos, seguida por Araguaína, Palmas, Luís Eduardo Magalhães, Carolina e Guaraí (ver mapa 11). Os maiores destaques são as concessionárias Uniggel Máquinas, que vende equipamentos e implementos agrícolas da multinacional CASE IH e, a Lavronorte, que comercializa tratores e máquinas da John Deere, inaugurada em outubro de 2013 (ver fotos 1 e 2). Ambas as concessionárias possuem sedes em Balsas e Palmas, ligadas a grupos com atuação no Tocantins, Goiás, Pará, Mato Grosso, Piauí, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Foto 2 - Campos Lindos:
Concessionária Uniggel, 2016



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Foto 1 - Campos Lindos: Concessionária
Lavronorte, 2016.

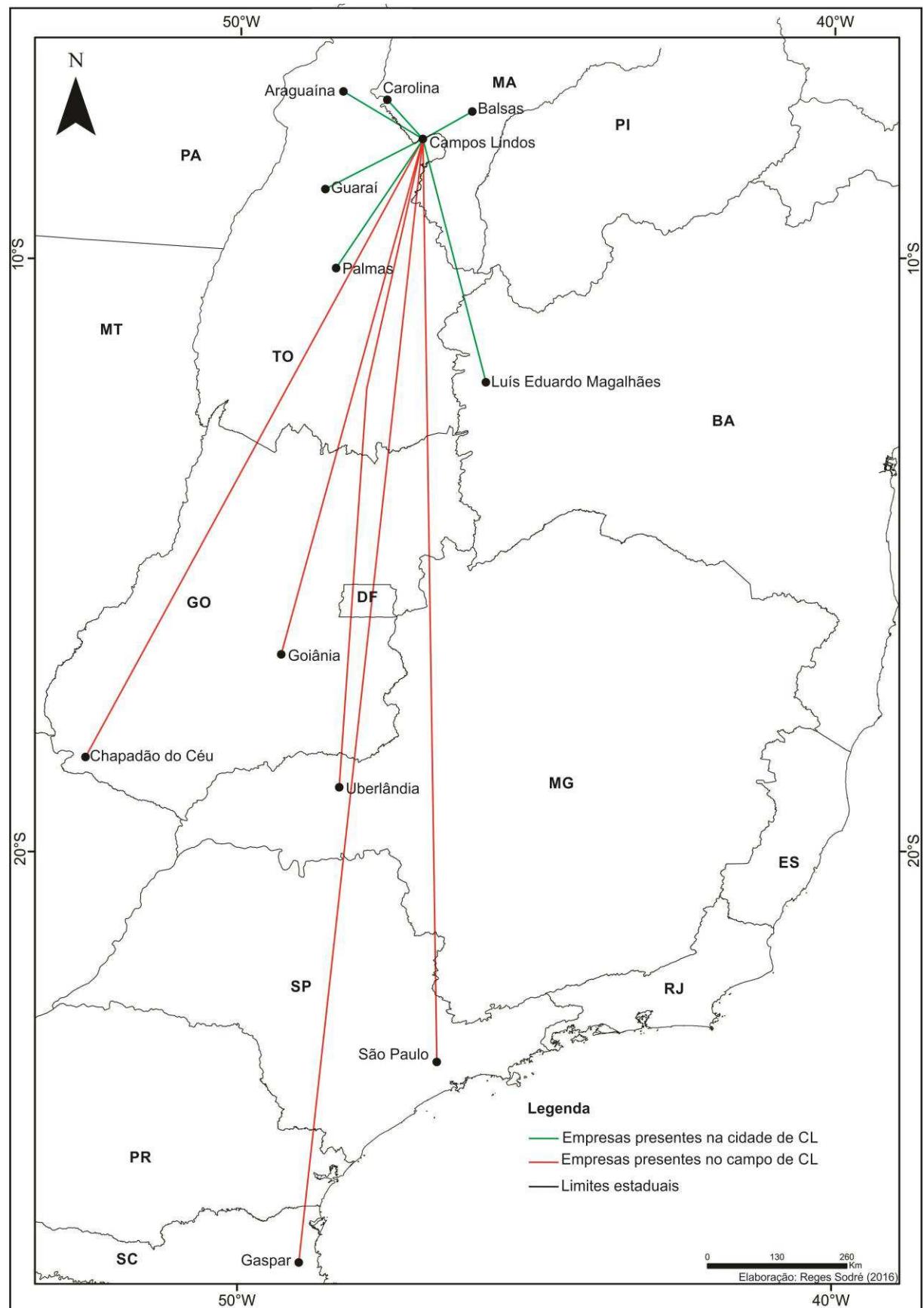


Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Foram nos últimos 3 anos que se instalaram todas as empresas mais importantes ligadas diretamente ao agronegócio no espaço urbano. Se esse processo continuar nos próximos anos, a cidade poderá se tornar um pequeno pólo na prestação de serviços ao campo. Como nos relatou um administrador de empresa de consultoria rural, “o potencial de consumo dos produtores rurais e as possibilidades de crescimento e melhoria da lavoura são grandes”.

No mapa 11 podemos observar a conformação de interações espaciais criadas na cidade e no campo. As empresas presentes no campo tem sede mais distantes se comparadas com as localizadas na cidade, a maioria são corporações multinacionais envolvidas diretamente na produção e no armazenamento dos grãos. As empresas instaladas na cidade, que não se restringem a oferta de produtos e serviços para produção de soja, embora tenham procurando o município atraídas pela expansão do agronegócio, tem interações a curta distância, com capitais nacionais e regionais.

Mapa 11 - Campos Lindos: local de origem das empresas, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo, 2016. Sites de Empresas. Revista Exame (2015)

Portanto, sublinha-se que essas condições apenas começam a surgir. Quem chega à cidade (principalmente pela BR-010 ou MA-153) pela primeira vez é tomado pelo sentimento de que está no lugar errado, pois os equipamentos comerciais destinados a soja ocupam reduzido espaço na paisagem, essa não expressa de modo algum à riqueza do agronegócio local. Se o visitante estiver desavisado, corre o risco de voltar sem saber se quer da existência das concessionárias de máquinas, já que estão localizadas no entorno do perímetro urbano, conforme pode ser visto no mapa 7, apresentado anteriormente. Esse padrão de localização se dá em virtude do público alvo desses estabelecimentos morarem no campo ou em outras cidades (a maior parte), facilitando o acesso para os mesmos, e da necessidade de amplo espaço físico.

Diante de tudo isso, identificamos em Campos Lindos três circuitos de interações espaciais tecidos pelos moradores. O primeiro situa-se na base da pirâmide social, caracterizado por pessoas que concretizam poucas demandas (ainda que elas sejam grandiosas), já que seu nível de renda e de capital cultural é reduzido. Seus deslocamentos são limitados, com a maioria das necessidades sendo satisfeita sem viagens interurbanas. Nessa fração da população, se quer ligações com os familiares são realizadas constantemente, pois não possuem crédito no celular nem os planos de ligações. Os celulares de que dispõe raramente são digitais, em verdade o mundo em rede não chegou até essa população, que se encontra quase completamente excluída das interações materiais e imateriais.

Inspirado em Santos (2010), em relação ao papel da técnica, e a vivência do campo, podemos colocar que essa população vê as redes virtuais como um misto de mistério e admiração, não entendem muito bem como funciona e possui certo medo do que dela possa emanar, mas também manifestam talante de participar desse mundo, não o fazem por ausência de condição financeira e as vezes conhecimento e informação.

Os que conseguem usufruir de interações espaciais pela internet, têm aí a possibilidade de fazer compras, muitas vezes inviabilizada, pois além de não lograrem de recursos, não desfrutam, principalmente, de cartão de crédito, pré-requisito para compras na maioria dos sites. É bem verdade que o acesso pela internet via celular é a possibilidade mais próxima dessas pessoas de participar das interações on-line, coisa que com o computador se mostra mais difícil, dado seu elevado preço.

Para essa camada social mais pobre o conhecimento da geografia regional é próximo de zero. De um lado, eles viagem muito pouco, de outro, eles não tem acesso a informações veiculadas pela mídia regional. Essa realidade os levam a afirmar muitas vezes que Campos

Lindos é a melhor cidade do Tocantins (justificando em seguida que é única que conhecem no estado), ou simplesmente se calam diante da questão 13 de nosso roteiro de entrevista - que versa sobre qual a cidade mais importante do Tocantins na opinião do entrevistado - por falta do conhecimento necessário a sua resposta.

Todavia, se engana quem pensa que essa população não contribui com o consumo na cidade. Embora ela não seja o foco do comércio local, nem o que o sustenta, tem sua parcela de consumo contabilizada na fatia dos lucros desses empresários, tendo a Bolsa Família um papel importante. Martins (1997, p. 14) ressalta que “rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”. Portanto, eles não estão fora da sociedade, das relações econômicas, sociais e culturais, mas de suas perversidades resultam, “para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico” de modo que para eles “não há senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 17-26).

O segundo circuito de interações é composto por pessoas que possuem um padrão de consumo um pouco mais amplo, donos de pequenos supermercados, funcionários públicos e privados. Esses estão mais inseridos na dinâmica das redes, ao disporem de carros particulares, motocicleta, dinheiro para pagar passagens em ônibus e vans, e frequentar com maior intensidade os centros regionais – são em certo sentido os batalhadores.

O terceiro circuito identificado é a dos grandes empresários da soja, cuja relação com a cidade e a região não é simples de decifrar. De início eles se distinguem do restante da população pelos suntuosos carros que andam, pelo sotaque do sul, cor da pele, e pela cultura que trazem de seus lugares. O observamos, por exemplo em nossos trabalhos de campo, pessoas tomando chimarrão e conversando sobre a produção de soja. As atividades que desenvolvem têm reduzida dependência da cidade, pois só recentemente ela começa a oferecer insumos agrícolas ao campo. Segundo um administrador entrevistado, os grandes fazendeiros possuem aviões de pequeno porte, colocando-os em intenso processo de interação espacial e “prescindido da cidade”. Ressalta-se que não encontramos nenhum aeródromo em Campos Lindos na lista disponibilizada pela Anac (2016). A hipótese provável é que as pistas de pouso não estão regulamentadas por essa agência, ficando, portanto, fora da lista.

Uma característica perversa e marcante da forma de organização da produção agrícola imposta em Campos Lindos é a de que **as grandes fazendas que foram montadas para a produção de soja não têm interações comerciais (sic) nem outros vínculos com a cidade, nem com a população local [...]**. Segundo relatos de moradores o único vínculo dos sojeiros com o município é o apoio e até o financiamento das campanhas dos

seus candidatos nos processos eleitorais para o Executivo e o Legislativo municipais (CIFUENTES, 2013, p. 222, grifo nosso).

Não considero que os vínculos que os produtores ou que a soja tem com a cidade de Campos Lindos sejam insignificantes nem que o conexão ocorra apenas em épocas eleitorais, eles são tênues, especialmente na manifestação da paisagem. Acontece que, através da Associação Planalto, localizada no espaço urbano, esses produtores exercem uma forte atuação política junto ao município, em busca de ampliar a infraestrutura do campo, com pontes e estradas vicinais, bem como em buscar construir um consenso ante a sociedade local e os pequenos produtores de que a soja traz benefícios para todos. Mais que isso, as pessoas devem ser gratas aos produtores, afinal de contas, são eles que trabalham, produzem renda, riqueza e prosperidade no local, nada mais justo que o devido reconhecimento²⁷. Quando esse consenso não é possível de se fazer, através do discurso, e mesmo que seja não atendem a seus interesses, eles têm nas mãos os aparelhos repressivos e jurídicos que entram em ação.

Outro momento representativo é a festa da soja, realizada no centro da cidade desde 2005, com ampla participação dos produtores e da população local, que se diverte nos shows de cantores regionais pagos com recursos da Prefeitura Municipal e emendas parlamentares. Sequiosa de qualquer tipo de lazer, esse momento é comemorado pela população e, pelos comerciantes, que aproveitam para ampliar a margem de lucro. Essa festa é o momento de socialização entre os produtores, a realização de negócios e, talvez, o principal, a demonstração de pujança do setor agrícola.

A terceira frente de interação entre cidade e campo é a oferta de mão-de-obra barata e sem qualificação, para a produção agrícola nas épocas de safras, quando um ônibus chega a fazer o transporte de trabalhadores campo-cidade. Os cursos de formação destinados ao trabalho agrícola restringem-se ao de técnico agrícola, e são ofertados sazonalmente por instituição de Balsas, mas também é uma forma de interação.

Uma quarta frente de interações é verificada na existência de alguns estabelecimentos, na cidade, cujos proprietários são de origem sulista e ligados a produção agrícola, como restaurante, hotel e auto-peças. Aí os produtores encontram apoio e suporte, daqueles que comungam de seus “códigos culturais” e interesses na localidade. É emblemático o nome de uma oficina chamada “Tornearia Paraná”, uma das mais movimentadas da cidade, com trânsito de camionetas modelo Hilux, por exemplo, sujas de

²⁷ “O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como ‘inferiores’, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas [...]. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade, não existe dominação social possível” (SOUZA, 2015, p. 181).

argila, dirigidas por homens brancos altos e mulheres com iguais características. Esse nome além de indicar a origem do proprietário traz a carga simbólica de quem chega de fora com poder cultural e financeiro e vai muito além de uma delimitação territorial.

Essas relações ocorrem no limite do humano, quando distintas temporalidades se encontram no acontecer da fronteira (MARTINS, 2009). Notamos em muitas conversas e práticas espaciais dos cidadãos, que existem no espaço urbano um preconceito e sentimento de superioridade entre “os de fora” em relação aos “de dentro”. Então, pessoas do centro-sul que moram nessa cidade se referem, amiúde, aos de dentro como “povos sem cultura”, “não sabe o que é bom”, “não gostam de trabalhar”, “aqui não temos amizade com ninguém, se pudesse ia embora”, “olha o tipo de música que esse povo escuta”.

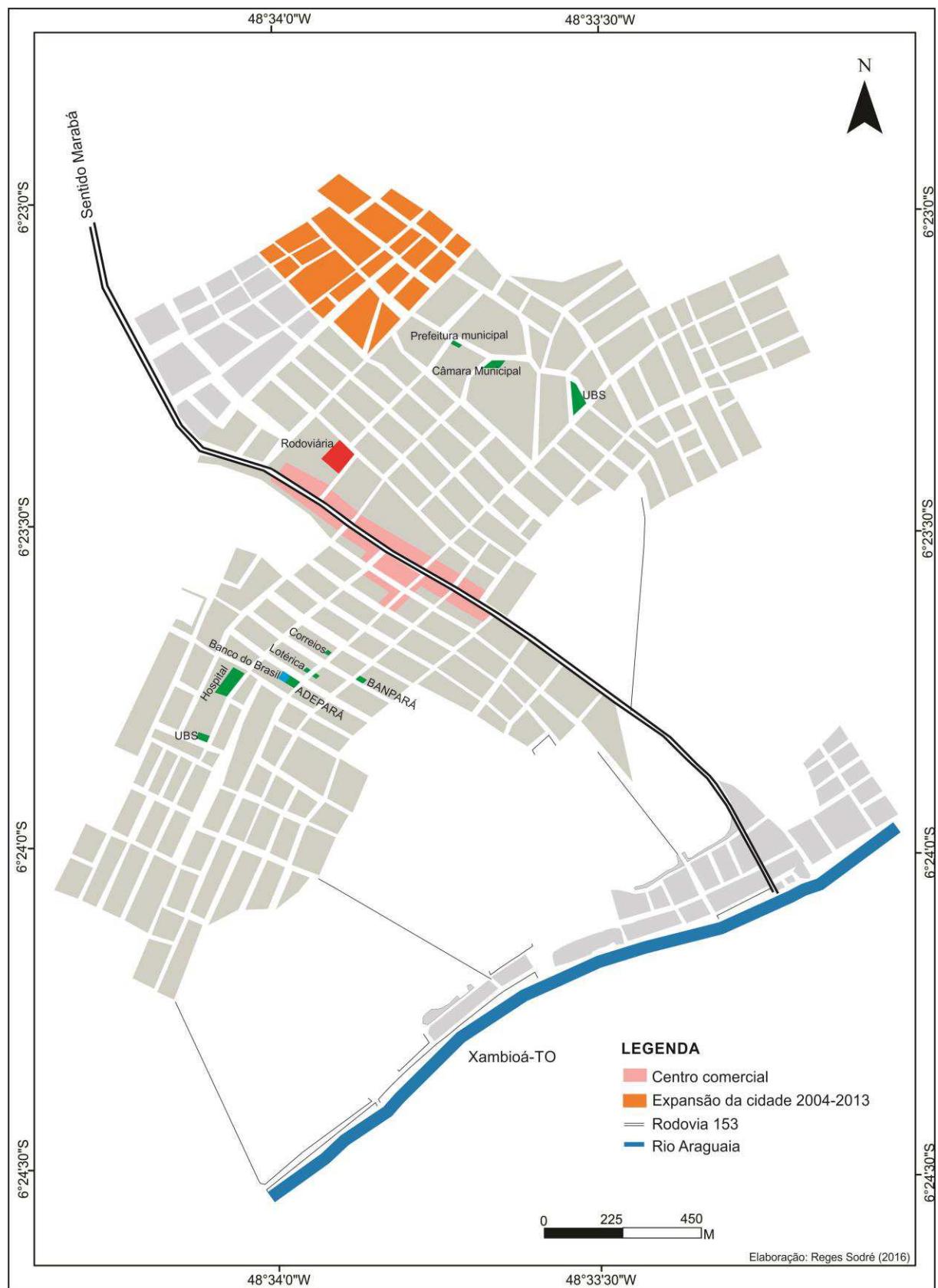
3.2. São Geraldo do Araguaia-PA: da riqueza no campo à pujança do comércio

3.2.1 O espaço urbano de São Geraldo do Araguaia: infraestrutura e equipamentos comerciais

A cidade de São Geraldo do Araguaia, no Pará, localiza-se a margem esquerda do rio Araguaia, fazendo divisa com a cidade de Xambioá no estado do Tocantins. Apesar da localização próxima ao rio Araguaia, a maior porção do tecido urbano de São Geraldo do Araguaia se estruturou a cerca de 1 km de distância do mesmo (ver mapa 12). Não houve ocupação desse espaço entre o rio e a cidade porque se trata de uma área bastante úmida, com nascentes e algumas lagoas. A cidade se estabeleceu numa parte mais alta, sobre terra argilosa.

Isso não significa que a cidade não tenha relações com o rio, mas se distingue das cidades ribeirinhas, por exemplo, do Baixo Tocantins no estado do Pará, estudadas por Trindade Jr. et al (2011). A travessia do rio é feita por balsa e canoa, na primeira, a passagem dura em média de 28 minutos, sendo, de 10 a 15 minutos dentro do rio e os outros são despendidos com embarque e desembarque. Ressalte-se que cronometramos diversas viagens e anotamos a quantidade de veículos por viagem, cujo resultado mostrou que quando há maior número de caminhão o tempo de travessia tende a ser de 20 minutos dentro do rio, mas parece que algumas embarcações possuem velocidade mais elevadas que outras. Infelizmente, não tivemos receptividade para coleta de dados na direção da concessionária das Balsa.

Mapa 12 - Espaço urbano de São Geraldo do Araguaia, 2016.



Fonte: Google Earth (2004; 2013); Trabalho de Campo (2016).

Nas canoas, o tempo de passagem é de 3 a 5 minutos e o preço da tarifa varia de acordo com a quantidade de passageiros. Mais de 5 ocupantes o preço é de R\$ 3,00 e, menos que isso, o valor sobe para R\$ 5,00. Segundo informações dos proprietários das canoas, o tempo de passagem depende da quantidade de passageiros transportados, que varia de 1 a 10, bem como da velocidade do vento. No dia do trabalho de campo, do lado de São Geraldo do Araguaia, tinham 13 embarcações em operação, já do lado tocantinense, em Xambioá, tinham 24.

Atualmente, quatro balsas fazem a travessia do rio durante o dia, indicando o forte movimento que existe entre os dois estados. Em média cada embarcação leva 16 veículos e 3 a 4 caminhões e/ou ônibus (além de motos, pedestres e bicicletas). No final de 2015, o Ministério Público Federal instaurou inquérito para investigar o serviço prestado pela concessionária proprietária das balsas, e constatou as seguintes irregularidades: “não existe banheiro na embarcação, nenhum mecanismo de acessibilidade para deficientes físicos, não há coletes suficientes para todos os passageiros e nenhum para crianças, nem local para se guardarem malas” (INQUÉRITO, 2015, s/p).

O debate sobre a construção de uma ponte fazendo a ligação entre os dois estados é uma demanda antiga da população local e já foi alvo de promessas em diversas campanhas políticas e gestões. Apesar disso, a ponte nunca saiu do papel. Na esfera oficial foi aberta licitação para construção da ponte em 2010, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vencida pela Egasa-CMT. No entanto, o Tribunal de Contas da União detectou diversas irregularidades no orçamento, com sobrepreço de R\$ 73.716.521,95 milhões, e na infraestrutura, com deficiências no projeto básico quanto à falta de detalhamento das estruturas de concreto armado (SOUZA, 2012).

No início de 2016, o Ministro dos Transportes garantiu que um novo edital será lançado com vistas à concretização do projeto, que custará R\$ 160 milhões, com ponte de extensão de 1.721 metros (FRANÇA, 2016). A principal reivindicação da construção é o escoamento da produção tocantinense e a intensificação do intercâmbio entre os dois estados (Pará e Tocantins).

O rio portador do tempo lento, ligado à liturgia da natureza, se constitui como uma contradição do tempo rápido representado pela rodovia, o ronco dos motores dos carros, no transcurso do rio se opõe as batidas da água nas laterais da embarcação, como quem adverte o hibridismo dos tempos coexistentes no mesmo espaço (TRINDADE JR et al, 2011). O rio é na fala dos moradores um entrave à circulação e à fluidez. O desejo de subversão do tempo

lento é constante, e frases como “estamos enrolado na balsa”, “a balsa atrasou”, “se tivesse ponte era tudo diferente, essa balsa atrasa a vida da gente”, dão a dimensão de urgência dos fazeres que não podem esperar o tempo do meio natural.

Alerta-se que a aversão ao rio é estritamente de obstáculo a circulação, pois o mesmo tem valor de uso para crianças que nele brincam, adultos que nele tomam banho, pescadores, e mulheres pobres que lavam suas roupas. Igualmente existe um valor de troca elevado, notadamente na época de praia – Praia da Gaivota, que ocorre no mês de julho, quando muitas pessoas o utilizam para ganhar dinheiro. Veja, nem mesmo aqui o valor de uso é dissipado, uso e troca, convivem contraditoriamente.

No entorno do rio Araguaia, do lado de São Geraldo do Araguaia, se forma um pequeno aglomerado, com posto de fiscalização, hotel, restaurantes, supermercado, e outros serviços, que são oferecidos a quem faz a travessia do rio. É nessa região que se encontram os prostíbulos na cidade, organizados juntos à botecos, que tocam músicas em volume alto durante todo o dia e a noite. Há quantidade significativa de vendedores informais (crianças e adolescentes) próximo ao porto da balsa, comercializando CDs e DVDs piratas, Pen Drive, Castanha do Pará, cupuaçu, água mineral, suco, comida, açaí e outros produtos.

A construção da ponte vai representar uma libertação das amarras do tempo lento do rio, para a velocidade da cidade, mas retirará de muitos pobres as condições de reprodução social advinda desse comércio informal na beira rio. Duas tendências, ao menos, podem emergir: a primeira consiste no fortalecimento da cisão entre a cidade distante do rio e aquela das suas proximidades, mas essa área pode se valorizar com uma eventual “limpeza da informalidade”.

Como o leitor pôde observar pelo mapa 12, diferentemente de Campos Lindos, o traçado das ruas de São Gerado do Araguaia é tortuoso, indicado que a produção e consolidação do espaço não obedeceram a um planejamento. O crescimento do tecido urbano ocorreu nos últimos 12 anos na porção nordeste, onde a ocupação já transpôs os morros que dificultam a expansão a norte da cidade (ver mapa 12). Essa área da cidade possui construções bastante precárias e inacabadas, com pessoas com baixo rendimento.

A infraestrutura da cidade é débil, com apenas 40,96% das vias urbanas pavimentadas (a média brasileira é de 81%). Esses números se tornam mais problemáticos quando se observa que o pavimento está presente preferencialmente no centro e entorno imediato e nas áreas onde residem pessoas de maior renda, no extremo noroeste e nordeste da urbe, esse índice cai para 3,29% e 3,06% respectivamente (IBGE, 2010, Trabalho de Campo, 2016).

Em algumas ruas, o esgoto corre a céu aberto, onde o mau cheiro é forte, causando sérios transtornos aos moradores. A situação é tão caótica que em alguns pontos os moradores construíram pequenas “pontes”, para conseguir entrar e sair da residência (ver foto 3). Essa situação também se repete em ruas onde a erosão criou pequenas voçorocas. Ainda assim, segundo o IBGE, (2010) somente 5,66% dos domicílios tinham esgoto correndo a céu aberto, média melhor que a brasileira de 11%.

Foto 3 - Cidade de São Geraldo do Araguaia: esgoto a céu aberto, 2016.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Paralelo o problema do esgoto a céu aberto, emerge a questão da distribuição de água potável, que expressa a mercantilização desse recurso em terras onde ele é abundante, e a crescente precariedade de sua distribuição. O serviço é feito pela Odebrecht Ambiental e, segundo os moradores, todos os dias há racionamento de água e a mesma é de péssima qualidade, com muito cloro, suja e forte odor, etc. Outra reclamação dos moradores é o elevado preço da mesma, que custa R\$ 31,10 para quem consome entre 0 e 10 metros cúbicos, colocando a água da cidade como uma das mais caras do Pará, com índice superior, inclusive, ao da cidade de São Paulo, que é de R\$ 20,62 para quem consome entre 0 e 10 metros cúbicos. Tal realidade compromete o orçamento das famílias pobres são-geraldenses, dependentes da Bolsa Família, o que as leva a consumir água de qualidade ainda mais duvidosa em poços e no rio Araguaia (TRABALHO DE CAMPO, 2016; FERNANDES, 2015).

O centro comercial da cidade está estruturado no entorno da rodovia BR-153, que foi pavimentada na década de 1990. Convivem nessa área atividades do circuito superior e inferior da economia urbana, onde de um lado, tem-se importantes lojas de eletrodomésticos,

supermercados, atacarejos²⁸, produtos agropecuários, materiais para construção, casas lotéricas, hotéis, posto de gasolina, restaurantes, farmácias, financeira (correspondente do Banco BMG), escritório de advocacia, borracharia, oficina de carro e moto. De outro lado, os vendedores ambulantes se organizam dentro e no entorno de uma área denominada rodoviarinha, na frente e ao lado dos estabelecimentos citados. Outros pontos que encontram-se em áreas da cidade também geram centralidade, como as agências do Banco do Brasil, Bradesco e Ban Pará, Prefeitura, Câmara Municipal, hospital e as UBS, além da ADEPARÁ (Agência de Defesa Agropecuária do Pará), ver mapa 12.

O movimento no centro da cidade tem participação direta do campo e dos fluxos que chegam das vilas, povoados e de Piçarra. A estadia na cidade nos levou a observar que especialmente entre 09:30 - 15:00 horas, é momento de maior fluxo de pessoas e carros no centro. Esse período coincide diretamente com a chegada dos veículos que transportam pessoas do campo e das vans que partem da cidade para os centros regionais. Os carros sujos de argila e os homens de chapéu de palha, botas do bico fino, denunciam sua origem do campo.

Apesar do movimento e do centro está estruturado no entorno de uma rodovia, o trânsito da cidade não tem a devida regulamentação prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro, com reduzida sinalização vertical, seja de indicação, regulamentação, advertência, e horizontal. Cena trivial é ver pessoas dirigindo na contra mão, estacionando em local proibido, parado no meio da rua, interrompendo o trânsito, e motociclistas sem capacetes. Tudo isso ocorre com a presença do DENTRA-PA e do Departamento Municipal de Trânsito Urbano (DMTU), que embora façam blitzs, os motociclistas e demais condutores não respeitam a legislação.

O DMTU foi criado pela Lei Municipal nº 290 de 2007. Em 2014, o Ministério Público Estadual (MPE) expediu recomendações a Prefeitura para sua estruturação, que funcionava sem prédio próprio, com quatro guardas municipais e sem área para alocação de veículos apreendidos. O MPE recomendou ainda a elaboração de um projeto de sinalização de trânsito do município (PALHETA, 2014), que até o fechamento dessa pesquisa não tinha sido posto em prática.

Para finalizar esta caracterização do centro, cumpre destacar que a vida noturna da cidade é bastante limitada, mas com alguma dinâmica superior àquela observada em Campos

²⁸ Em São Geraldo do Araguaia alguns supermercados adotaram o sistema varejista e atacadista. O cliente que deseja comprar na modalidade atacadista, com preço inferior ao varejista, deve consumir uma quantidade mínima de determinado produto, e não apenas 1 unidade como habitualmente se faz no consumo varejista.

Lindos, com destaque para os bares, pizzaria, e uma quantidade exponencial de igrejas pentecostais. Os cultos são realizados diariamente, chamando à atenção a quantidade de pessoas a caminhar pelas ruas com destino aos templos no início da noite.

Em São Geraldo do Araguaia foram identificados 252 estabelecimentos de comércio, serviço (a maioria no centro) e indústrias (na periferia e fora da área urbana). O comércio da cidade, além de oferecer produtos básicos aos moradores, tem no segmento de vestuário uma oferta diferenciada, através da atuação de boutiques e do Saga Shopping. Em entrevista com uma proprietária de boutique aberta em 2011, cujos principais clientes são fazendeiros e funcionários públicos, ou nas palavras dela um público “médio e alto”, ela foi taxativa ao nos dizer: “aqui não vendemos preço, vendemos marcas, qualidade”. Contradictoriamente, deixa escapar que ainda vende através de notinhas, em razão de ter muitas amizades na cidade, o que dificulta uma forma de pagamento mais moderna – no cartão de crédito. Admite, todavia, que esse formato de venda deve ser o quanto antes superada, já que traz inconvenientes.

O Saga Shopping é um empreendimento pertencente ao Grupo A. Cavalcante que possui outro shopping na cidade de Tocantinópolis-TO, chamado Shopping Boa Vista, de maior porte do que o de São Geraldo do Araguaia. Assim, no Saga Shopping, as principais marcas comercializadas são Miss Bella, Dimy, Dona Florinda, D'metal, Sallo, Zinco, Poloche, Lince, Carmen Steffens e outras (ver foto 4).

Foto 4 - São Geraldo do Araguaia: Saga Shopping.



Fonte: Saga Shopping (2014).

Andar vestido e utilizando acessórios dessas marcas vai além de um valor de uso, pois o simbolismo de tê-las é uma forma de exibição e distinção social. Assim, mesmo reconhecendo que o Saga Shopping nem de longe se configura como um Shopping Center,

seja qual for o aspecto considerado, ele representa um elemento imponente na estrutura urbana do centro da cidade, com capacidade de atrair um público com maior poder aquisitivo, de São Geraldo do Araguaia e de cidades vizinhas (ver foto 4). O fato desse estabelecimento está em operação há mais de 4 anos indica que existem pessoas com maior poder aquisitivo capaz de sustentar um consumo de vestuário na cidade, já que nesse setor existem outras lojas locais e em rede atuando.

A observação precedente é apenas uma primeira aproximação, pois o público de menor poder aquisitivo também é atraído, a partir das formas de pagamento parcelado em até 10 vezes no carnê e no plano pula-pula, em que o cliente só começa a pagar com 90 dias decorridos da compra. Isso demonstra a expansão do consumo atingindo os mais variados segmentos sociais, como se argumentou no capítulo 1.

Quanto à estrutura dos supermercados de São Geraldo do Araguaia, essa é digna de nota, se comparada a de outras pequenas cidades que estamos estudando, pela quantidade (considerando os de maior porte tem o Supermercado Paulista, Santa Clara, Caçula, Peg Pag Açaí e o Raysa, com dois endereços), tamanho, variedade de produtos e serviços oferecidos, e condições de acesso a clientes com veículos, isto é, estacionamentos – oferecido na área externa do Atacarejo Raysa e um de maior dimensão no térreo do Atacarejo Caçula. Essas duas unidades foram inauguradas em 2013 e centralizam significativa parte das vendas do ramo. No meio da tarde nota-se uma aglomeração de pessoas com pilhas de caixas, esperando transporte na frente do estabelecimento, com destino as áreas rurais e cidades vizinhas.

Essas condições não são suficientes para que esses estabelecimentos sejam equiparados aqueles das cidades médias, como Araguaína, e não podem ser considerados grandes superfícies comerciais, mesmo que eles se destaquem na paisagem local e exerçam centralidade interurbana. A título de exemplificação, vejamos as dimensões físicas de 4 estabelecimentos nas duas cidades: o Atacadão da rede Campelo em Araguaína tem 100 x 71 m; e o Atacadão do Grupo Carrefour tem 113 x 124 m, já em São Geraldo do Araguaia, os maiores atacarejos, Raysa e Caçula, tem respectivamente, 53x 20m e 59 x 21 m (Google Earth, 2013, 2014, 2015). Tais números demonstram as disparidades que há entre os supermercados da pequena e da média cidade²⁹.

As formas de pagamento variam desde o cheque, ao cartão de crédito, mas o forte continua sendo a nota promissória, na qual é firmado um compromisso, entre as partes para

²⁹ A respeito das grandes superfícies comerciais o leitor encontrará no trabalho de Pereira (2014) uma interessante análise de suas características. Quanto a técnica utilizada aqui de identificação das superfícies comerciais através do Google Earth, baseou-se no trabalho de Oliveira (2011).

pagamento dentro de um prazo, geralmente 30 dias ou mais. No supermercado Paulista não corre juro quando ultrapassa 1 mês, mas no Raysa isso já acontece. No atacarejo Caçula, o pagamento é feito somente à vista, na maioria das vezes com dinheiro em espécie, pois parte do público, principalmente o advindo do campo, não possui cartão de crédito.

No ramo de eletrodoméstico, dois grupos, um com sede em Araguaína (D1) e outro em Tocantinópolis (D2)³⁰ concentram considerável percentual das vendas (a outra grande loja do ramo, que tinha na cidade, sediada em Marabá, encerrou as atividades em 2015, como parte de um processo de reestruturação da empresa). Em entrevista realizada com os dois gerentes das lojas de eletrodoméstico D1 e D2, eles relataram que a principal motivação da abertura de uma filial em São Geraldo do Araguaia, foi respectivamente, por ser um local estratégico para atuação da empresa e a riqueza do município, ligada a pecuária.

A empresa D1 tem grande mercado no Tocantins, marcando presença em 8 cidades, as mais importantes do estado, cidades médias e pequenas, essas são verdadeiros centros sub-regionais. Recentemente expandiu sua atuação para cidades da Bahia e do Maranhão e tem previsão de abertura de mais uma unidade no estado do Pará. São cerca de 2.000 mil trabalhadores em todas as lojas da empresa. A menor cidade que o grupo tem loja é justamente São Geraldo do Araguaia, que valoriza a ideia de potencial de consumo que o município possui, a mesma foi aberta em agosto de 2001. O estabelecimento tem uma importante logística na cidade, com um centro de distribuição com dimensões de 65 x 29 m (Google Earth, 2014; Trabalho de Campo, 2016) e entrega dos produtos a domicílio no campo ou na cidade, sem taxas adicionais aos clientes.

Tal empresa trabalha com um forte *marketing*, propagandas em carros de som, rádio, TV, internet, patrocínio de eventos, etc. Oferece facilidades de pagamento voltado para um público de baixa renda, embora o gerente assevere que “quem mantém a loja D1 é a classe média”, sabemos que não se trata conceitualmente de classe média, está muito mais para os batalhadores. A loja atinge também todos os níveis de renda, como nos relatou o informante, um grande fazendeiro, com propriedade situada a 80 km da cidade, tinha comprado 15 dias antes da entrevista, mercadorias, cujo valor alcançou 30 mil reais.

Ainda em relação à forma de pagamento, o gerente nos disse que não interessa vender predominantemente a vista, eles estão preocupado em manter o cliente sempre indo a loja – “o importante é manter o cliente mês a mês”. O ir pagar o boleto ou carnê todos os meses faz parte da estratégia da loja, pois segundo ele, ao entrar no estabelecimento a pessoa

³⁰ A fim de preservar o nome da empresa, atribuímos um código a cada uma, facilitando a redação, sem que tenhamos de ficar repetindo o nome das cidades de que são sedes.

fica olhando outros produtos e já coloca na lista de compras, que ocorrerá, assim ou próximo que o débito atual for encerrado. Ampliando a frase de Bauman (2010, p. 15) para esse contexto³¹, pode-se afirmar que “o ‘devedor ideal’ é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas”.

A empresa D2 é oriunda e tem como foco as pequenas cidades, assim relacionadas: Tocantinópolis (sede), Angico, Ananás, Araguatins, Darcinópolis (TO), São Geraldo do Araguaia (abertura em 1995), Vila Nova, Paraíso (distritos de São Geraldo do Araguaia), Piçarra, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá (PA) e Estreito (MA). Essa empresa faz uma propaganda relativamente forte, mas aquém da loja D1, por exemplo, não tem *site* e nem propaganda na TV. Oferece formas de pagamento que facilitam o consumo dos mais pobres, no entanto, alguns entrevistados relataram que os prazos são menores e as parcelas maiores que na loja D1, fazendo com que eles a prefiram no momento das compras.

Esses elementos demonstram porque as duas empresas dominam o mercado são-geraldense, no ramo de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, deixando pouca margem de atuação aos grupos endógenos, que desprovidos dos recursos financeiros não conseguem fazer frente as condições de venda oferecidas e a construção do *marketing* que alcançam as empresas de atuação regional.

Outro elemento do espaço urbano que não pode passar despercebido são as formas-conteúdo de apoio ao agronegócio da pecuária de corte e dos pequenos produtores. Nesse ramo, foram identificados 23 estabelecimentos, localizados principalmente no centro comercial, que oferecem ferramentas, sementes, produtos veterinários e nutrição animal, não apenas de bovino, mas de aves e suíños, sendo um exemplo a Casa do Milho. Nos últimos anos nota-se a chegada de serviços modernos, como consultoria rural, planejamento rural, contabilidade rural, agrimensura e georreferenciamento rural. Por outro lado, a oferta de máquinas agrícolas é inexistente, o máximo que existe são oficinas de manutenção e conserto de tratores. O consumo de máquinas é feito nas concessionárias de Araguaína e Marabá.

Destaco no segmento de ferramentas a existência de um ponto de venda próprio da multinacional Stihl Ferramentas Motorizadas, criada em 1926 em Stuttgart na Alemanha, e hoje com matriz em Waiblingen no mesmo país. No Brasil tem sede em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Comercializa motosserras, roçadeiras, podador, cortador de grama, lubrificantes, pulverizadores, entre outros equipamentos (SITE DA EMPRESA). Esse tipo de

³¹ O autor coloca essa frase tratando dos bancos e empresas de cartão de crédito, e não a lojas de eletrodoméstico. Guardadas as particularidades desses setores, penso que nesse caso, como manifestou o gerente, pessoas estarem sempre devendo (mas pagando mensalmente) é ótimo para a empresa, que além de ganhos com juros, tem a possibilidade de novas compras.

estabelecimento é fundamental numa região como a Amazônia, onde os produtores, grandes e pequenos, precisam constantemente dessas ferramentas para derrubar floresta, cortar madeiras e roçar pastos.

Ainda sobre as formas-conteúdo do agronegócio, identificamos 3 escritórios de compra e venda de bovinos: Bom Jesus, Mafripar e a Minerva Foods. Essa última trata-se de uma multinacional brasileira com sede em Barretos-SP. Na região norte tem planta industrial em Araguaína e Rolim de Moura-RO. Já o Mafripar é uma empresa criada em Xinguara, no Pará, em 1999, com ampla atuação em todo estado (Trabalho de Campo, 2016; Site das Empresas).

3.2.2 A inserção de São Geraldo do Araguaia na rede urbana

Por essa apresentação do espaço urbano de São Geraldo do Araguaia, aparecem elementos que configuram funções que estão num limite superior às necessidades mínimas citadas no início desse trabalho, como definidoras de pequenas cidades que ofertam serviços apenas para seus limites municipais. De fato, essa cidade reúne condições de oferta de bens e serviços que a conduzem ao fortalecimento das interações espaciais e um exercício de centralidade na rede urbana, de sorte que seus moradores pouco se deslocam para consumo de bens e serviços frequentes e em certo grau não-frequentes.

Assim, apenas 2 entrevistados apontaram que realizam as compras mensais em Araguaína e Marabá. Isso acontece com pouca frequência e está associado ao aproveitamento de viagens com outras finalidades. As compras nas cidades médias são justificadas pelo preço menor dos produtos, pela maior diversidade e qualidade dos mesmos. Uma entrevistada que compra em Araguaína disse fazer uma economia em média de R\$ 200,00 se comparado ao gasto em São Geraldo do Araguaia. Nesse caso específico, trata-se de pessoas com maior poder aquisitivo e que estão inseridas efetivamente na dinâmica das redes e das mobilidades (sublinhe-se, na escala nacional).

Em relação às aquisições de eletrodomésticos, as duas únicas menções feitas a deslocamentos citaram Araguaína e Marabá como destinos e apenas uma pessoa disse preferir comprar pela internet. Ao contrário, ouviram-se elogios às lojas desse ramo na cidade, tidas pelos municíipes como “grandes lojas”. Isso não significa que as compras *online* sejam irrigúrias, pois, quase metade dos entrevistados que usam a internet apontaram por ela realizar consumo. Entre os sites mais utilizados aparecem Americanas, Mercado Livre, Netshoes, Submarino, Ponto Frio, Doce Beleza, AliExpress e Peixe Urbano.

Um dos empecilhos em comprar pela internet está no tempo percorrido pela mercadoria até São Geraldo do Araguaia, sempre superior a 10 dias, e majoritariamente leva mais de 15 dias e às vezes alcança 1 mês. O produto, quase sempre oriundo do sudeste, vai até Belém, e somente depois é encaminhado para seu destino final, percorrendo 699 km entre as urbes. Um entrevistado nos relatou que por ter uma casa em Xambioá-TO, coloca esse endereço nas compras, pois o produto chega mais rápido, elucidando a diferença entre as duas fronteiras estaduais.

A aquisição de computadores, carro e motocicletas segue esse mesmo itinerário, ou seja, são realizadas preferencialmente em São Geraldo do Araguaia, aparecendo, em seguida, as cidades de Araguaína e Marabá (para a compra de computadores à internet aparece em segundo lugar). A lista de cidades é, no entanto, maior para esses consumos: Novo Repartimento, Brasília, Recife, Xambioá, São Domingos do Araguaia e Foz do Iguaçu, são citadas ocasionalmente.

Apontou-se no item anterior que existem na cidade 3 agências bancárias, só que a agência do Banco do Brasil e do Bradesco não estão em funcionamento, em razão de roubos realizados, no mês de fevereiro de 2015 e 2016. Os entrevistados relataram que é recorrente essa prática no município, inclusive as agências que estão reconstruídas hesitam em abrir as portas, porque já foi dado aviso prévio que haverá outro roubo. Diante dessa situação, os moradores são obrigados a se deslocar para Xambioá, a cidade mais próxima, que também sofreu roubo de caixas eletrônicos em 2015. Quando os serviços estão em normalidade esse tipo de fluxo é quase nulo, a não ser para aqueles que buscam serviços na Caixa Econômica Federal, que precisam procurar Araguaína ou Marabá.

A segurança dos sistemas financeiros nas pequenas cidades é vulnerável. Os assaltos são recorrentes, a bancos, lotéricas, correios e correspondentes bancários. Até novembro de 2014, tiveram 48 registros de ocorrência no estado do Pará, dos quais 72,4% ocorreram no interior do mesmo (AUMENTA NÚMERO, 2014). Segundo Endlich e Fernandes (2014), “as quadrilhas aproveitam a ausência de serviços públicos de segurança, a facilidade de acesso e deslocamento por rodovias pouco fiscalizadas, entre outros fatores, para amedrontar e aterrorizar as pequenas localidades”. A citação refere-se a um contexto mais amplo, de aumento da violência em pequenas cidades brasileiras, mas se estende ao setor financeiro.

É importante pensar nas dificuldades que se impõe aos moradores mais pobres, que obrigados a se deslocar para outra cidade, podem acabar por comprometer parte do

orçamento. Aqueles que moram no campo ou no município de Piçarra (que não tem agência bancária) a situação fica ainda pior, pois o deslocamento para outra cidade pode não viabilizar o retorno no mesmo dia, levando a gastos com estadia e alimentação fora de casa.

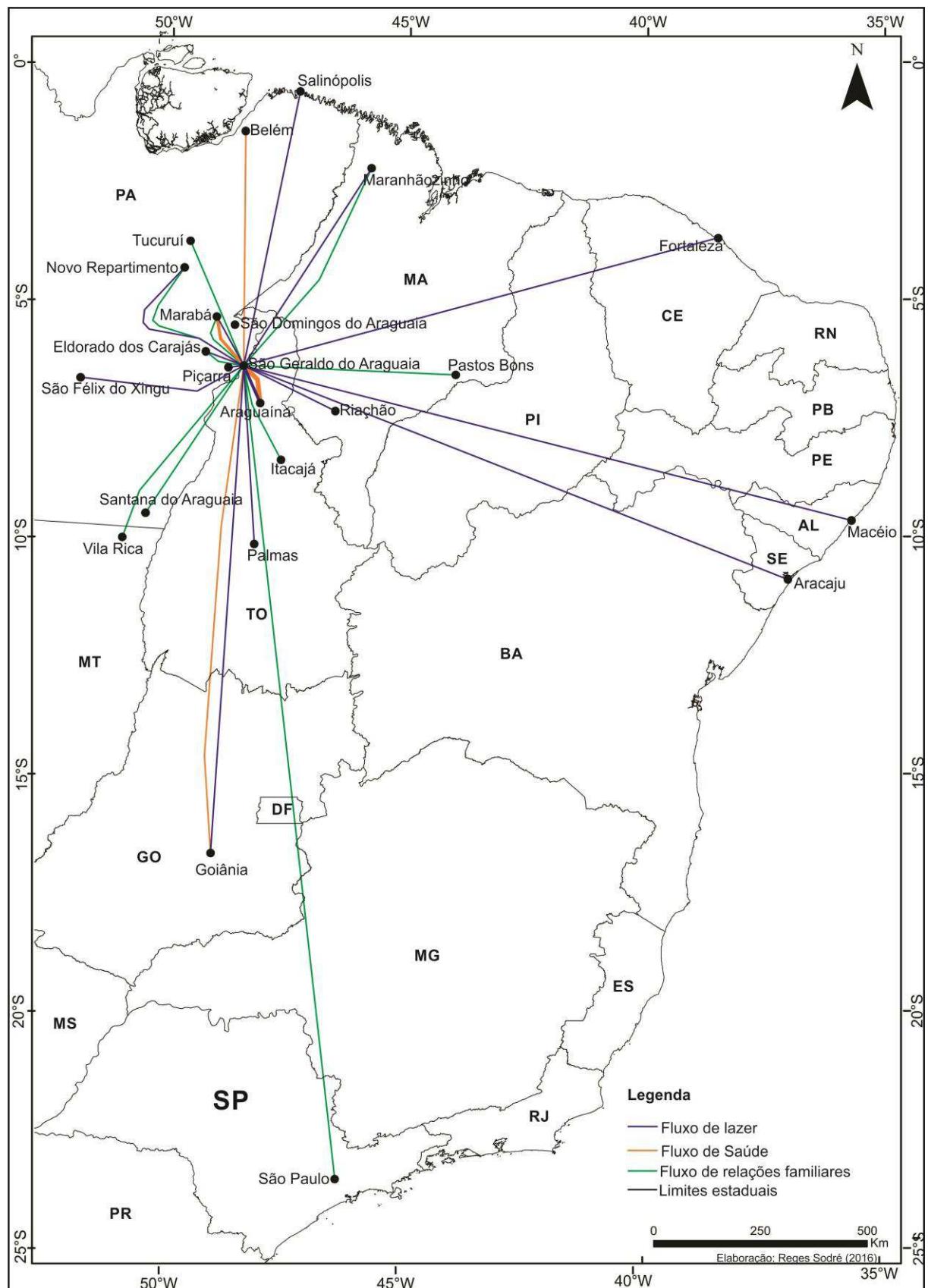
O município de São Geraldo do Araguaia, apesar da importante produção na pecuária, não sedia unidade do Banco da Amazônia (BASA), o que configura como um gargalo ao setor. Os produtores quando precisam de financiamentos, especificamente do Basa, procuram atendimento em Xambioá, Marabá, Araguaína ou Parauapebas. Segundo um entrevistado, a unidade de Xambioá devia ser instalada em São Geraldo do Araguaia (inclusive chegou-se a fazer audiências públicas nessa cidade), não o foi, em razão de uma manobra política de um ex-senador do Tocantins.

Quanto ao principal meio de transporte usado nas viagens interurbanas, constatou-se que são vans, ônibus e carro particular. Mais de 90% das opções de vans e ônibus são restritas aos itinerários para as cidades médias – todas as localidades do percurso podem ser conectadas. A quantidade de linhas para Araguaína e Marabá é grande e o fluxo intenso, em média 1 van por hora, no período de 06:00 h às 18:00 h. Ônibus são mais restritos, tendo qualidade inferior a das vans, sem ar condicionado, cintos de segurança, velocidade menor e maior número de paradas. Para a cidade de Piçarra existe somente tráfego de ônibus e para Eldorado dos Carajás, o monopólio é das vans.

Os destinos de deslocamento para saúde ratificaram a pesquisa de Gaspar (2002), que coloca São Geraldo do Araguaia com forte ligações de alta frequência para Araguaína. Dos 51 entrevistados, 40 disseram procurar serviços de saúde nessa cidade, desses, 12 requisitam também Marabá. Ainda aparece na lista as cidades de Goiânia e Belém (ver mapa 13).

Em relação à cirurgias realizadas, a cidade de Araguaína aparece mais uma vez em vantagem, com 9 menções, mas São Geraldo do Araguaia com 8 menções consegue atender a uma importante demanda, na área de parto e outras pequenas intervenções. São mencionadas ainda as cidades de Marabá, Belém, Goiânia e Teresina. Quanto a realização de exames básicos, são feitos majoritariamente em São Geraldo do Araguaia, com 43 menções e apenas 8 em Araguaína. Com participação mínima foram citados Xambioá, Marabá e Goiânia.

Mapa 13 - São Geraldo do Araguaia: fluxo de saúde, familiares e lazer, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo (2016).

Em suma, aqueles que podem pagar por serviços de saúde se direcionam, ao menos num primeiro momento, ao estado do Tocantins, especialmente para Araguaína, pois dependendo da gravidade do problema e aliado ao poder aquisitivo, eles se destinam diretamente aos grandes centros, como Goiânia e Teresina.

É interessante observar a miríade de interpretações postiças elaboradas pelos sâo-geraldenses sobre Araguaína, que acabam por influir nos deslocamentos, e com a saúde não é diferente. Uma entrevistada, ao ser perguntada porque não prefere ir para Marabá, disse que “lá é muito violento, perigoso, tenho medo. Em Araguaína não, ando tranquila, com bolsa de lado, conversando no telefone, sem preocupação”. Essa opinião em nada condiz com a realidade e com a percepção de quem mora nessa cidade.

Segundo Silva et al (2012, p. 107), “está claro em nossa pesquisa que a violência existe e que tem aumentado consideravelmente e de maneira muito rápida”, com o cidadão araguainense sentido na pele “os furtos, os roubos, as lesões corporais, os assédios, os abusos de autoridades, os estupros, os atentados, os homicídios, enfim, crimes que nos aguardam todos os dias ao sairmos de nossas casas” (*ibidem*, p. 97). Engodo similar ao da entrevistada, é colocar Araguaína na lista das cidades mais violentas do país, não é isso que estamos afirmando, nem dizendo que ela tem índices iguais a Marabá. Mas não é plausível imaginar que a segurança é um referencial em tal espaço, como comprova os resultados da pesquisa de Silva et al (2012).

Outra entrevistada disse: “na Araguaína parece que a medicina é mais avançada. No Marabá é mais lotado”. Essa percepção assentada certamente na experiência do sujeito e nos discursos que ouve, pode até fazer sentido no primeiro caso, mas não temos pesquisa que prove isso. Mas, no segundo, dos espaços menos lotados, é questionável. Basta observar o noticiário em Araguaína sobre as várias disputas em torno de vagas nos hospitais, de pessoas que ficam meses pelos corredores sem ter quarto para ser internado, para imaginar a fragilidade da afirmação precedente.

Os deslocamentos para lazer foram significativos, incluindo locais reconhecidamente turísticos, como Fortaleza, Maceió, Salinópolis e Aracaju (ver mapa 13). Por outro lado, é difícil explicar viagens para lazer em cidades como Riachão, São Felix do Xingu, Palmas, Goiânia, Novo Repartimento, Maranhãozinho, Piçarra, Eldorado dos Carajás e Araguaína. Aliás, essa última foi a que concentrou a maior parte dos fluxos ditos de lazer. É difícil porque essas cidades oferecem (excetuando Palmas e Goiânia) opções de banho, algo encontrado facilmente em São Geraldo do Araguaia, especialmente no âmbito

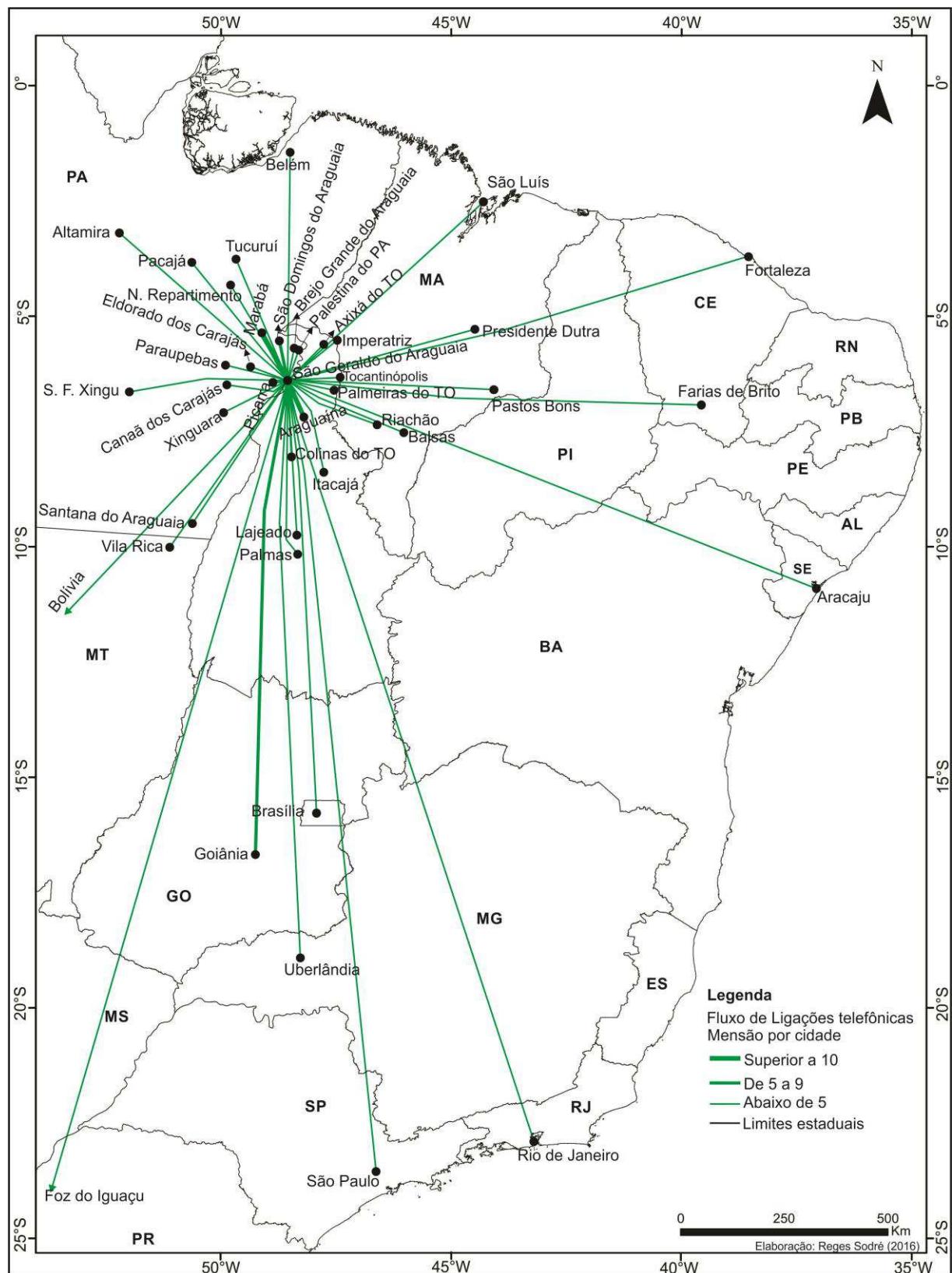
do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, e da Praia da Gaivota. Há sempre nuances do que efetivamente seja lazer, variando entre pessoas, o que pode indicar a explicação dessa realidade. As questões familiares, de amizade, certamente permeiam esses deslocamentos aparentemente sem sentido. De toda forma, chama a atenção para o poder de mobilidade que parcela da camada social em estudo logra, especialmente os que viajam ao Nordeste.

As cidades visitadas por razões familiares foram São Paulo, Itacajá, Santana do Araguaia, Novo Repartimento, Vila Rica, Tucuruí, Maranhãozinho, Eldorado dos Carajás e Pastos Bons (ver mapa 13). Quando se observa os fluxos de ligações telefônicas (ver mapa 14), os quais são capitados quase exclusivamente por motivações familiares, vê-se que a amplitude espacial dos vínculos é maior do que os deslocamentos físicos evidenciam.

Os estados do Pará e Tocantins concentram mais da metade das cidades que participam da rede de interações telefônicas. Mais uma vez Marabá e Araguaína aparecem como destinos mais citados pelos moradores entrevistados. Olhando o mapa 14, fica patente a posição que São Geraldo do Araguaia ocupa entre as duas cidades, a norte e sul. As ligações externas ao Pará e Tocantins, são dirigidas para o Maranhão e outros estados da região nordeste; em seguida, surgem os do centro-sul, excetuando o papel relevante de Goiânia. Houve 1 ligação internacional com a Bolívia, em razão de uma família de São Geraldo do Araguaia ter seus filhos fazendo medicina nesse país. Essa é uma prática comum na região, quando os filhos não conseguem aprovação nos vestibulares federais ou particulares do Brasil, e se o faz, o pai não tem condições de sustentá-los, eles são enviados ao país vizinho, onde os custos com mensalidade e moradia são inferiores ao Brasil.

Os fluxos das ligações deixam implícito um movimento de interiorização do processo de urbanização e de expansão da fronteira agrícola. Muitas pessoas de São Geraldo do Araguaia tem parentes que migraram para as novas regiões do interior do Pará, como São Felix do Xingu, Tucuruí, Pacajá, Altamira, Canaã dos Carajás e Parauapebas. Nesse contexto de interiorização, ouvimos relatos de que as novas gerações estão migrando em busca de terras mais baratas ou trabalhar em grandes empreendimentos, como hidrelétricas e na mineração. Pequenos produtores, com 150 hectares e menos, vendem suas propriedades em São Geraldo do Araguaia e conseguem comprar o dobro ou triplo dependendo da “região interiorana”.

Mapa 14 - São Geraldo do Araguaia: fluxos de ligações telefônicas, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo (2016)

Nessa cidade as comunicações por internet se sobrepõe, quanto aos destinos, àquelas de ligações telefônicas, mas se mostram menos difundidas. O uso da internet transcende os contatos familiares, tendo nas compras e nos negócios, um importante papel. As pessoas vão ao local de compra na cidade e, posteriormente, pesquisam o preço na internet, onde for mais barato realizam suas compras.

No que tange às melhorias que na visão dos moradores são prementes no comércio e serviços particulares, a principal reivindicação foi a criação de um Shopping Center. Veja: os moradores não reconhecem o Saga Shopping como um *Shopping*, mas a simples presença desse estabelecimento aguça o imaginário de um verdadeiro, funcionando como uma espécie de lembrete do grande consumo. A presença do Saga Shopping parece fazer crer que a cidade comporta um *Shopping*, encobrindo e levando ao esquecimento das suas limitações para suportar um equipamento dessa envergadura.

A segunda maior reivindicação dos moradores diz respeito a inexistência de clínicas médicas, faculdades e cinemas. As duas primeiras surgem de um imperativo, melhorar as condições de saúde e ter a oportunidade de estudos e ascensão social. Já o cinema, aparece como aspiração do entretenimento e da vida urbana. A lista reivindicatória segue com lojas de autopeças, eletroeletrônicos, aparelhos celulares e de informática, clubes, hortifrutigranjeiros, maior diversificação dos produtos nos supermercados, e agência da Caixa Econômica Federal.

Nos serviços públicos, as necessidades apontadas foram de melhoria na saúde, na educação, infraestrutura urbana (basicamente pavimentação), saneamento básico e na segurança. Em seguida aparece a questão da distribuição da água, iluminação pública, atendimento no hospital, parque de diversão, existência de sede do Procon, limpeza das ruas, maior presença do estado, sinalização no trânsito, cuidados com prédios públicos e a coleta de lixo.

Em todas as entrevistas que realizamos com os empresários, gerentes e responsáveis por estabelecimentos comerciais e de serviços, foi citado de forma constante a atração que suas unidades exercem sobre a população externa ao município. As urbes mais citadas foram Xambioá, Piçarra, Araguanã, e em menor grau São Domingos do Araguaia. Sobre essa última pesa como fator de rarefação da centralidade de São Geraldo do Araguaia a própria ausência de maior infraestrutura econômica dessa e a proximidade daquela com Marabá. De Marabá a São Domingos do Araguaia a distância é de 56 km; já de São Geraldo do Araguaia a São Domingos do Araguaia é de 104 km. Destaco que houve uma menção a cliente da cidade de Marabá, o que não significa em hipótese alguma que São Geraldo do Araguaia exerce atração

sobre esse centro. O que provavelmente a resposta preconiza, são compras ocasionais e capturadas por relações de parentesco, seja com o dono da loja ou pessoas da cidade.

A atração de São Geraldo do Araguaia a uma cidade como São Domingos do Araguaia, ainda que seja pequena, é possível através da atuação das maiores empresas da cidade, que possuem sede em Araguaína, pois elas visam um mercado que geralmente está num raio de 100 km. No caso das lojas de eletrodoméstico, a realização de entrega nessa órbita facilita a compra das mercadorias, já que o consumidor não terá dispêndio com frete. Outro campo de atuação de São Geraldo do Araguaia é por meio da abertura de filiais de empresas. São duas unidades, uma do ramo de supermercado e outra ligada a produtos agropecuários. As relações aqui são muito mais de complementaridade do que de subordinação.

A atuação de São Geraldo do Araguaia sobre Araguanã, não parece ter vínculos intensos. O primeiro aspecto que sustenta a afirmação diz respeito ao fato de que não foram todos os comerciantes que citaram ter clientes nessa cidade. O segundo aspecto é a distância, que entre as cidades é de 29 km, com duração aproximada de 30 minutos, mas em razão da balsa, esse tempo se eleva para 60 minutos (evidentemente tem-se a opção da voadeira, mas essa é inconveniente para quem vai realizar compras). Por outro lado, devemos lembrar que Araguaína está a 97 km de Araguanã, com percurso estimado em 1 hora e 25 minutos, ficando quase equivalente o tempo entre o deslocamento para essa cidade e São Geraldo do Araguaia. O terceiro elemento considerado é a inexistência de fluxos de saúde de Araguanã para São Geraldo do Araguaia, segundo os dados da QualiSUS (2012). Não se trata, portanto, de uma efetiva subordinação de São Geraldo do Araguaia sobre Araguanã. Certamente a construção da ponte sobre o rio Araguaia consolidará essa influência embrionária.

No caso das interações com Xambioá, podemos notar em visita a essa cidade, que a mesma tem um comércio inferior ao de São Geraldo do Araguaia, com apenas 1 supermercado de grande porte (sempre em relação as pequenas cidades), 2 lojas de eletrodoméstico médias, segmento de vestuário pouco diversificado, reduzida oferta de insumos agropecuários, de auto peças, borracharias e oficinas. Nas ruas é possível notar *outdoors* de lojas são-geraldenses e outras propagandas, ratificando que as empresas visam essa cidade como mercado consumidor, o inverso não se constatou.

Houve ao longo do tempo uma inversão das relações comerciais entre essas cidades. São Geraldo do Araguaia até o final da década de 1970 não passava de um povoado que buscava no comércio de Xambioá seu abastecimento. Atualmente, ocorre o oposto, muitos

xambioenses procuram os supermercados, as lojas de eletrodomésticos e de vestuário de São Geraldo do Araguaia. Mas isso não significa que São Geraldo do Araguaia subordine a cidade de Xambioá, num sentido de hierarquia na rede urbana. A relação estabelecida entre as duas cidades é de complementariedade.

Essa compreensão deriva do fato de que se a primeira urbe tem um comércio mais forte, por outro, Xambioá tem serviços públicos mais eficientes. A estrutura de serviços públicos de São Geraldo do Araguaia é extremamente deficiente; falta com frequência material para realizar operações básicas, como emitir um documento de identificação. Outros serviços que Xambioá oferta a São Geraldo do Araguaia são os de saúde, financeiro (especialmente financiamento para agropecuária no Banco da Amazônia), na educação, através da unidade do SENAI, e no comércio, com a distribuição de cimento.

A cidade de Piçarra está a 44 km de São Geraldo do Araguaia, percurso feito em mais de 01:00 hora de estrada de terra. Tal cidade não é cortada por nenhuma rodovia pavimentada e as únicas linhas de transporte que existem na cidade são estabelecidas com Araguaína e São Geraldo do Araguaia. Oferece poucos serviços e tem um comércio com baixa dinâmica, de sorte que seus moradores procuram consumo frequente e não frequente (compra de eletrodoméstico, por ex.) em São Geraldo do Araguaia, fato captado em todas as entrevistas com os empresários. As relações aqui são de subordinação e não de complementação, pois São Geraldo do Araguaia não depende de nada do município de Piçarra. Soa contraditório que Piçarra e não São Geraldo do Araguaia esteja classificado no REGIC (2008) entre as áreas de influência de Marabá e Araguaína. Piçarra está numa posição de isolamento, e mais distante de Marabá do que São Geraldo do Araguaia.

Recentemente, a centralidade de São Geraldo do Araguaia foi reforçada pela chegada de um frigorífico com sede no Recife e de atuação na região Nordeste e Norte. A unidade está situada a 8 km da cidade, no sentido de Piçarra, e foi inaugurada no mês de julho de 2015. Os frigoríficos se instalaram em municípios estratégicos, que além de serem grandes produtores de matéria prima (carne bovina), estejam inseridos numa região que possa oferecer tal produto em abundância. Isso ocorre, porque nesse tipo de atividade um único município não é capaz de prover toda a matéria prima necessária ao funcionamento da agroindústria (uma exceção notável no estado do Pará é o município de São Félix do Xingu, que sozinho tem rebanho superior a 1 milhão de cabeças (IBGE, 2014). Essa situação estimula os fluxos entre a cidade na qual se localiza a unidade de beneficiamento e a região produtora.

Outra característica dos frigoríficos é sua instalação fora do perímetro urbano, em função da ampla área que necessita e do constante trânsito de grandes veículos – as carretas de boi vivo e os caminhões que transportam a carne beneficiada. Essa conformação reforça as relações entre a cidade e a área rural, com o fluxo de trabalhadores diariamente entre os dois espaços, mas também de eventuais produtos e serviços que possam ser demandados do urbano. Por outro lado, os frigoríficos ao estarem ligados às redes informacionais, reúnem as condições para interações que não dependem da cidade à operação. Podem no plano material apenas por ela passar, mesmo que às vezes essa simples passagem enseje funções de suporte, como restaurante, oficinas e hotéis.

Nesse sentido, com o frigorífico em pauta não é diferente. A unidade adquire bovinos no próprio município e em Piçarra, Xambioá, Araguanã, Eldorado dos Carajás, Marabá, São Domingos do Araguaia e Tucuruí. A competição com outros frigoríficos é grande, principalmente quando se aproxima das cidades de Marabá, Xinguara e Araguaína, as quais também comportam agroindústrias da carne.

No frigorífico de São Geraldo do Araguaia são abatidos cerca de 600 a 650 cabeças por dia, mas a capacidade é de 1.200 cabeças diárias. Os principais destinos da carne exportada são Alemanha e Japão. Trabalham na unidade cerca de 500 funcionários, com estimativa de que 50% tenham vindo de outras cidades. Durante o dia, 2 ônibus da empresa transporta trabalhadores entre unidade produtiva e cidade.

Em São Geraldo do Araguaia identificamos três circuitos de interações espaciais: o primeiro é formado de funcionários públicos (apenas uma parcela), do comércio, do baixo escalão do frigorífico, pequenos comerciantes, agricultores familiares e autônomos. Estabelecem interações em nível eminentemente regional, com as pequenas cidades do entorno e as cidades médias, especialmente com Araguaína. Frequentemente estão conectados à internet, usando-a especialmente para comunicação em rede social, e menos para compras ou negociações financeiras.

O segundo nível de interação é constituído por funcionários públicos concursados, seja no Fórum, no Banco do Brasil, e em alguns cargos na Prefeitura; grandes fazendeiros, funcionários do Banco do Bradesco, Ban Pará; e empresários locais. As relações que engendram não dependem necessariamente de uma única cidade média, e pouco de outras pequenas, no sentido da provisão, e não da extração de mais valia. Quando precisam comprar um produto ou serviço, pelos contatos e conhecimento que possuem, procuram saber onde é mais rentável, em Araguaína ou Marabá. As entrevistas indicaram que há certa preferência

por Araguaína. Quando se trata de saúde, por exemplo, dependendo da gravidade do problema vislumbram centros de grande porte, notadamente Goiânia e Teresina. Se para os mais pobres Araguaína é a última opção, depois da cidade que habita, para eles essa cidade é a primeira alternativa, daí partem para outros horizontes.

É preciso fazer uma observação sobre a composição desse circuito, acerca dos funcionários públicos. Diferente de Campos Lindos, aqui eles são mais numerosos e ocupam posições de maior prestígio, graças à presença de instituições que não existem em Campos Lindos, como bancos, hospital, Fórum, e agência de defesa agropecuária. Portanto, quando se fala que funcionários públicos sustentam o consumo em pequenas cidades, é fundamental definir de que tipo de funcionário se trata e do volume do mesmo, pois isso pode fazer toda a diferença na potencialidade do consumo e nas interações estabelecidas.

Um terceiro circuito é vivido pelos incluídos precariamente nas condições de reprodução digna da sociedade. Não é necessário repetir, pois, suas características, já que são as mesmas daquele primeiro grupo, discorrido para Campos Lindos. Diria apenas que em São Geraldo do Araguaia, fazem parte dessa categoria, um grupo considerável de pessoas que trabalham no mercado informal precário, seja na beira do rio, no centro da cidade ou na rodoviária, e peões de fazendas.

3.3 Carolina-MA entre passado e futuro: um diagnóstico do presente

3.3.1 O espaço urbano de Carolina: infraestrutura e equipamentos comerciais

Assim como São Geraldo do Araguaia, a cidade de Carolina se localiza as margens de um rio, o Tocantins, fazendo divisa com o estado do Tocantins, representado pela cidade de Filadélfia. A travessia do rio Tocantins atualmente é feita por balsas da mesma concessionária que atua em São Geraldo do Araguaia, e canoas. O movimento na passagem do rio é reduzido, e duas balsas são suficientes para fazer o percurso e somente em horários de pico elas têm sua capacidade total preenchida. Nos outros horários são transportados em média três carros por viagem. O tempo de travessia do rio, mais estreito que o Araguaia, gira em torno de 7 a 10 minutos. Mas, se um viajante chegar e a embarcação tiver acabado de sair, esse tempo não será inferior a 30 minutos, pois há uma razoável espera da segunda balsa que chegara, na possibilidade de reunir fluxos satisfatórios para novo percurso.

O corolário do reduzido movimento de pessoas e mercadorias na travessia do rio, pode ser visto no setor informal, são apenas dois e às vezes três vendedores de água, CDs, DVDs, etc. dentro das balsas e nenhum nos locais de embarcação. Ao término do

desembarque tem uma quantidade significativa moto-taxistas à espera dos pedestres, insistindo veementemente por uma corrida. Serviço oferecido pelas poucas oportunidades que os trabalhadores encontram nessas cidades, mas sintoma, de um lado, da distância que o núcleo urbano de Filadélfia ganhou em relação ao rio após a construção da UHE de Estreito, de outro, a extensão do perímetro urbano de Carolina, no sentido leste-oeste e norte, alcançando em alguns pontos 3,5 km em linha reta (ver mapa 15). O preço da corrida custa R\$ 5,00, mas pode ser negociado com o proprietário da motocicleta.

Não há especulações, promessas e reivindicações em estado avançado que indiquem a construção de uma ponte. Quando os empecilhos a circulação rápida estão diretamente fora do eixo do agronegócio, especificamente da soja e milho, a questão da fluidez torna-se, pois, secundária na fronteira agrícola. A rota da soja está pavimentada – foi construído rodovia entre Campos Lindos e Goiatins e ponte no município de Barra do Ouro e em Estreito. Igualmente corrobora a força política do proprietário das balsas, nascido em Filadélfia e residente em Carolina, é tido por muitos como herói e orgulho local. Por via terrestre a cidade é servida por 3 estradas, que a ligam com Balsas, Estreito (rodovia transamazônica – BR-230), Araguaína (TO-222) e Goiatins (BR-010, sem pavimentação).

Carolina também possui ligações aéreas, via Aeroporto Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues, que aliás, é tido pelos moradores e gestores, como um dos trunfos para o desenvolvimento local. Está situado no norte da cidade, com pista de 1.800 metros de cumprimento e 45 metros de largura (TRABALHO DE CAMPO, 2016; ANAC, 2015). Foi reformado em 2015 com recursos do governo federal e incentivos do governo estadual, que reduziu o ICMS sobre querosene, visando atrair empresas de aviação para os voos regionais. (APÓS 39 ANOS, 2015; GARRONE, 2015).

Depois de 39 anos ele voltou a funcionar com voos comerciais. A Sete Linhas Aéreas passou a operar no aeroporto em junho de 2015, com voos segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira, para Goiânia, com escala em Brasília, Palmas e Araguaína. Isso levou a cidade a viver um júbilo, com um pequeno protagonismo no cenário regional. Regozijo que durou pouco, no final de dezembro do mencionado ano, a empresa anunciou que em razão da crise econômica deixaria de operar suas linhas regulares. Atualmente o aeroporto encontra-se em funcionamento apenas para voos particulares (SETE LINHAS AÉREAS, 2015; AEROPORTO DE CAROLINA, 2015; TRABALHO DE CAMPO, 2016).

Mapa 15 - Carolina: espaço urbano, 2016.



Fonte: Google Earth (2013); Museu de Carolina (2015); Trabalho de Campo (2016)

Cidade do século XIX, hoje, o espaço urbano de Carolina pode ser dividido em duas partes, mas cujas diferenças entre o velho e novo vão além das funções e das formas. De

acordo com Reis e Pereira (2007, p. 86-7) “a parte antiga representa o centro da cidade, onde se encontra grande número de casarões coloniais construídos com adobe – tijolo cru. De pouco movimento, as principais ruas são arborizadas e largas [...].” Acrescentam ainda que a “economia urbana carolinense hoje se restringe a um tímido comércio varejista de secos e molhados, confecções e calçados oriundos de outras praças, algumas lojas de eletroeletrônicos, materiais de construção e farmácias”, localizados “em várias ruas da parte antiga da cidade, não se configurando a existência de um centro comercial” (ibidem, p. 85).

Em nossa pesquisa de campo foram identificados 232 estabelecimentos de indústrias, comércios e de serviços na cidade. De fato, no comércio e serviço nenhum setor se destaca. Os supermercados são todos de pequeno porte e mercearias, com exceção do Supermercado Tocantins. No ramo de eletrodoméstico tem-se 4 principais empresas, ainda que importantes, não tem dimensões dignas de nota. O segmento de vestuário e material de construção tem pouco destaque, com lojas pequenas e apenas uma (loja de vestuário) voltada para um público de maior poder aquisitivo.

O setor de autopartes, oficinas de carro, motos e ferramentas em geral, é incipiente, mas tem tendência de crescer na parte sul da cidade, no entorno da rodovia transamazônica. Aí já se concentra um importante fluxo de veículos de pequeno e grande porte, oficinas de moto, carro e bicicleta, borracharia, casa do campo, centro de distribuição de alimentos, concessionária de venda de moto, etc.

A existência de estabelecimentos que ofertam consumo produtivo conta com apenas 7 estabelecimentos, dos quais somente 1 trabalha com projetos e consultoria rural, os demais vendem produtos e serviços para a pecuária. Esse fraco desempenho se justifica em razão da produção bovina municipal ser pequena. Em 2014 foram contabilizados apenas 80 mil cabeças de gado.

No segmento industrial e agroindustrial se destacam as empresas PIPES e Marka Florestal. A Pipes, criada em 1973 é a maior empresa da cidade como apontou Reis e Pereira (2007). São empresas do grupo Pipes: Pipes Empreendimento, Pipes Transportes Manutenção e Comércio, Produtos Cerâmicos Pipes, Pipes Complexo Turístico Pedra Caída, Sistema Pipes de Comunicação, Revendedora de Gás Pipes, Pipes Agronegócio e J.F.E Santo Serviços. Todas essas empresas abrangem as seguintes áreas de atuação: construção de embarcações de médio e grande porte; transporte por navegação fluvial de veículos e passageiros; extração e fornecimento de areia, brita e cascalho; serviço de mecânica e lavagem de veículos; serraria e carpintaria; fabricação de produtos em cerâmica; retífica de motores; comércio de

combustível; manutenção de aeronaves; borracharia, alinhamento e balanceamento; edificações residenciais e comerciais; aluguel de imóveis; lazer e turismo (CARVALHO e CARVALHO, 2015).

Relatar que essa empresa é a maior empregadora da cidade, por dedução, depois da prefeitura (REIS e PEREIRA, 2007) é insuficiente para explicar a realidade local. É preciso avaliar a média salarial, as condições de trabalho e as profissões que a mesma agrupa. Assim, teremos uma perspectiva analítica que vislumbra rebatimentos nas demandas do espaço urbano, inclusive na questão habitacional.

Os dados da tabela 12 considera 5 classes salariais em 4 eixos de atuação da PIPES em Carolina, para o ano de 2014. São cerca de 519 funcionários empregados, 496 classificados, dos quais 53,22% ganham menos que 1,5 salário mínimo; se o recorte for até 2 salário mínimo, o percentual sobe para 77,82%. Os setores que menos incorporam trabalhadores na base da pirâmide salarial são aqueles relacionados ao transporte aéreo: atividades auxiliares dos transportes aéreos e manutenção e reparação de aeronaves. No extremo oposto estão os setores de construção de edifícios, transporte por navegação de travessia e fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção. Por sua vez, o setor de construção de embarcações e estruturas flutuantes tem uma distribuição decrescente dos valores salariais e absorve em números absolutos o maior contingente de empregados nos extremos da pirâmide salarial e no nível intermediário.

Majoritariamente a produção industrial da PIPES envolve trabalho com baixa remuneração, trabalhadores não qualificados, sem escolarização e precarizados. Mas, por outro lado, consegue capturar profissionais com níveis de qualificação profissional técnico e alguns casos altamente qualificados, como engenheiros. São cerca de 19 profissionais que ganham acima de 5 salário mínimo, o que é sem dúvida relevante no contexto de uma pequena cidade do interior maranhense.

Tabela 12 - Carolina: Faixas de remuneração na empresa PIPES por setores de atividade em 2014.

Setores de Atividade \ Salário Mínimo	Até 1,5	1,51 a 2	2,1 a 3	3,1 a 5	Acima de 5,1	Não identificado	Total
Construção de embarcações	183	71	35	27	9	13	338
Fabricação de produtos cerâmicos	26	4	8	3	0	4	45
Travessia de rio	29	24	11	0	0	6	70
Manutenção e reparação de aeronaves	4	4	2	1	3	0	14
Construção de edifícios	22	19	1	0	0	0	42
Atividades aux. dos transportes aéreos	0	0	1	2	7	0	10

Totais	264	122	58	33	19	23	519
--------	-----	-----	----	----	----	----	-----

Fonte: Rais (2014). Organização: Reges Sodré (2016).

A Marka Florestal é uma empresa que atua no ramo de produção de mudas certificadas de eucalipto, tendo como principal cliente a multinacional Suzano, que conta na região com uma fábrica em Imperatriz. Instalada em 2008, a empresa chegou a produzir em 2010 mais de 40 milhões de mudas de eucalipto (CARDOSO, 2013), e é a segunda maior empresa empregadora do município, com 264 empregos formais, dos quais 79,92% ganhavam na faixa de 1,1 a 1,5 salário mínimo em 2014. As profissões que agregam maior remuneração são de técnicos florestais e administradores (RAIS, 2014).

Retomando a questão da estruturação do centro, as coisas não são como aparecem na imediatidate do olhar. Carolina tem dois centros, o histórico e o comercial (ver mapa 15). Pereira (2015) fez menção a centro histórico e centro, mas não desenvolveu a discussão, pois esse não era seu objetivo, colocando como coincidente os dois centros. O centro histórico é delimitado/tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão. Conforme Pereira (2015, p. 72) “abriga edificações remanescentes e representativas dos primórdios da ocupação do médio Tocantins, construídos no período de apogeu de Carolina”.

Por seu turno, o centro comercial envolve parte do histórico, não a totalidade (ver mapa 15). A sobreposição ocorre pela atribuição de funções novas a formas antigas, que deixam de servir a finalidade para qual foram construídas, passando a atender os desígnios do presente, e, portanto, refletindo uma nova estrutura social. Esse é o caso de uma movimentada academia, instalada na estrutura de um prédio do início do século XX, que funcionava um clube de baile (ver foto 5). A tensão entre velho e novo causa frequentemente conflitos, entre os que desejam preservar a cidade antiga, respaldando-se na Constituição do Patrimônio, e os que estão mais preocupados em conceder um “uso moderno ao espaço”, a começar por suas formas.

Quando não é possível adaptar as formas antigas aos escopos contemporâneos, as novas lojas se expandem além dos limites do centro histórico, notadamente no trecho da rodovia 230, a principal rua do centro. No centro comercial, as ruas apresentam movimento, dentro do contexto citadino, o mesmo não ocorre com todas as ruas do centro histórico, notadamente a pacata Avenida Getúlio Vargas.

Foto 5 - Carolina: academia instalada no antigo Clube Ideal, 2016.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Na área da cidade mais velha, datada do século XIX e primeira metade do século XX, está concentrado a maior parte dos serviços e do comércio, além da melhor infraestrutura urbana. Nesse trabalho, a Carolina Velha é compreendida não somente pelos centros, mas parte daquilo que Pereira (2015) chama de zona portuária, e áreas imediatamente próximas ao centro (ver a delimitação no mapa 15³²). A outra parte da cidade, que vamos chamar de Nova Carolina, caracteriza-se pela pobreza, pouca infraestrutura, casas construídas pela metade (mas também casas de alto padrão, com muros elevados e cerca elétrica), ocupação rarefeita (espaços vazios para especulação), informalidade no comércio, com quantidade significativa de mercearia, botecos, e outros comércios e serviços construídos junto à própria residência. Contudo, é nessa área da cidade que estão localizados importantes serviços como escola, Fórum e os polos/campus universitários.

Na Velha Carolina 95,91% dos domicílios particulares permanentes tem pavimentação e 82,74% não tem esgoto a céu aberto (ver tabela 13). Na Nova Carolina apenas 43,79% dos domicílios particulares tem pavimentação asfáltica, em compensação 86,12% não

³² “A zona portuária situa-se na porção mais baixa, às margens do rio Tocantins e compreende o atracadouro de embarcações, a rampa de acesso à cidade, uma praça [já centro histórico em nossa definição], em cujo entorno desenvolvia-se um comércio de produtos típicos, e o estaleiro da empresa PIPES” (PEREIRA, 2015, p. 71). As outras áreas da cidade que não estão contempladas em velha/nova Carolina no mapa 15, não foram classificadas porque a delimitação dos setores censitários do IBGE não as contempla em seus limites urbanos, o que inviabiliza ter dados mais precisos sobre elas. De qualquer forma, fazem parte da Nova Carolina, pelas características aqui elencadas. Quando na tabela e na descrição que a acompanha tiver dados de nova e velha Carolina é a delimitação do mapa que estamos nos referindo; nas outras passagens do texto, o pensamento contempla as demais áreas.

contêm esgoto a céu aberto, índice melhor do que a Velha Carolina, embora em termos absolutos seja pior. No que diz respeito a renda, a diferença entre as duas áreas é importante; os responsáveis por domicílio na Velha Carolina ganhavam em média R\$ 1.466,29 em 2010, contra R\$ 876,00 da área nova. Pessoas com 10 anos ou mais tinham respectivamente, R\$ 1.188,31 e R\$ 728,06 de rendimento médio mensal (IBGE, 2010).

Tabela 13 - Carolina: desigualdades no espaço urbano, 2010

Variável	Velha Carolina	N. Carolina
Domicílios com Pavimentação	517	663
Domicílios sem Pavimentação	22	851
Domicílios com esgoto a céu aberto	93	210
Domicílios sem esgoto a céu aberto	446	1304
V. do rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio	1466,29	876,53
V. do rendimento médio mensal de pessoas de 10 anos ou mais	1188,31	728,06
Pessoas com mais de 60 anos	521	639

Fonte: IBGE, 2010. Organização: Reges Sodré (2016).

No fator idade, em números absolutos, a Nova Carolina tem 118 pessoas a mais em relação a Velha Carolina na faixa superior a 60 anos, que compreende o grupo dos idosos, segundo classificação do IBGE (2000). Contradiz, por esta perspectiva, a primeira observação que sugere a maior existência de idosos na parte mais velha da cidade. Contudo, em termos percentuais os idosos representam na Velha e Nova Carolina, simultaneamente, 21,85% e 8,87%, do total de pessoas. A este respeito encontramos, na Velha Carolina, idosos que na juventude foram buscar melhorias de vida em grandes cidades, e hoje, retornam na busca de uma vida tranquila no seu lugar.

Por último, adverte-se que os adjetivos novo/velho seguido do substantivo Carolina, não são conceitualmente adequados. Dividir a cidade assim, parece que a parte velha só possui significado enquanto tal – décrepito, mas ela atende a demandas do presente, tanto que o centro comercial nela se encontra. A força das formas e da memória lhes prende ao passado, mas o presente lhe confere a atualidade necessária. E é, talvez, pela força do passado que o novo ganha singularidade nessa área da cidade, no escopo de preservar o velho, o novo deve desabrochar até certo limite. Quando esse limite é transgredido o conflito citado anteriormente entra em curso.

Por sua vez, a cidade nova não traz “tudo de novo”. Particulariza-se pelo novo possível, da fronteira e das áreas de expansão urbana, mas também pelo velho que é recriado na exploração capitalista, da luta pela moradia, do emprego digno e da sobrevivência, às vezes

marcadas pela criminalidade e informalidade. Assim, os adjetivos velho/novo são usados, em última instância, em razão da força explicativa que ganham e da contradição que expressam.

3.3.2 Interações espaciais de Carolina na rede urbana

No tocante as interações, começamos pela saúde. Nessa área a maioria da população realiza procedimentos básicos no Hospital Municipal de Carolina, envolvendo exames de fezes, urina e sangue, e em menor escala, intervenções cirúrgicas e consultas com médicos especialistas. Alguns médicos de Araguaína e Balsas atendem em clínicas particulares uma vez por semana ou a cada 15 dias. Esse é caso da área de oftalmologia, cujas parcerias entre médico e óticas proporcionam atendimentos sazonais. Nestas ocasiões um carro volante faz anúncio pelas ruas, dias antes da consulta, numa espécie de convocatória a toda a população, incluindo como incentivo a oferta de pagamento especial.

Apesar desses serviços ofertados, a principal reivindicação dos moradores em relação à melhoria nos serviços públicos está na área da saúde. A insatisfação é generalizada, sobretudo, com o funcionamento do hospital municipal. Tal preocupação com a saúde se manifesta até mesmo de forma indireta, nas citações à carência de saneamento básico (fornecimento de água potável e esgotamento sanitário) e limpeza pública.

Os deslocamentos que partem de Carolina, em razão do acesso aos serviços de saúde, estão direcionados especialmente para Araguaína e Imperatriz. Se nos casos estudados anteriormente a hegemonia de Araguaína era quase absoluta no âmbito da saúde, aqui temos uma relativização, pois Imperatriz aparece com força paritária. A despeito, essa cidade foi a mais procurada para casos de cirurgia realizadas fora de Carolina, acompanhada, claro, por Araguaína. Nos casos de médico especialista, a ordem das cidades procuradas é apenas invertida. Outras cidades surgem secundariamente, mais ratificam sua presença na região, como Goiânia, Brasília e Marabá, enquanto Balsas engatinha na trilha das centralidades inter-regionais, sendo citada pouquíssimas vezes.

A localização de Carolina no Maranhão dificulta e, às vezes inviabiliza, os encaminhamentos para Araguaína, no Tocantins. Não existe nenhum programa específico que vise mitigar essa problemática, agravada ou negligenciada, com a não inclusão de Carolina na região do TOPAMA. Apesar das dificuldades de acesso a tratamento em Araguaína, está presente no imaginário dos moradores carolinenses que aquela cidade é o paraíso na terra. Uma entrevistada nos disse, quando perguntada sobre o local que procurava atendimento na saúde: “moço todo mundo vai para Araguaína, essa cidade tem que ganhar

um prêmio, dá um prêmio pra ela! Ela merece, acolhe todo mundo, todas as pessoas, nós corre tudo pra lá”.

Três fatores ajudam a explicar a relativa paridade entre Araguaína e Imperatriz nos fluxos de saúde, alguns deles já colocados de forma implícita no capítulo dois. O primeiro, conforme aponta Sousa (2015), é o encaminhamento facilitado para essa cidade, destinado principalmente ao Hospital Municipal de Imperatriz, regulamentado pelo Plano Diretor de Regionalização da Saúde do Maranhão. Aliado a isso está dificuldade de ir para Araguaína, ressaltada anteriormente. Em segundo lugar, Imperatriz possui uma estrutura hospitalar mais ampla que Araguaína. Evidentemente, que os serviços de saúde de Imperatriz também padecem de problemas, tais como estrutura precária, falta de recursos e superlotação (SOUZA, 2015). Finalmente, não se observou na população carolinense uma hostilidade, como o medo da violência, à cidade média de seu estado – Imperatriz. Assim, os deslocamentos para essa cidade não estão restritos ao imperativo de encaminhamento e circunscritos às pessoas pobres.

Os fluxos de lazer identificados em Carolina foram iníquos. As cidades mais citadas foram Goiânia, Anápolis, Brasília e Estreito. O baixo índice não é oriundo apenas da ausência de poder aquisitivo dos moradores, mas da utilização de lazer no próprio município, notadamente o ecoturismo, no Complexo Pedra Caída e na Cachoeira do Itapecuru. Já os fluxos familiares tiveram como destinos preferenciais Imperatriz, Gurupi, Araguaína e São Paulo.

As principais cidades procuradas para resolver problemas financeiros, são Estreito e Araguaína. Estreito, a despeito de ser uma pequena cidade, tem agência do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Bradesco (BRASIL, 2015). A existência da Caixa Econômica Federal é decisiva para esses fluxos, já que as agências desse banco são reduzidas em cidades pequenas do Tocantins e Maranhão. Soma-se o menor tempo e distância para Estreito (96,5 km e 1h: 17 minutos) do que para Araguaína (111 km e 2h: 04 minutos). Quando os bancos de Carolina estão em funcionamento às viagens diminuem, mas os assaltos as agências são frequentes, encontrando-se em reforma atualmente.

Entre os meios de transportes mais usados nos deslocamentos estão às vans e os ônibus. Depois tem o carro próprio, motocicleta e, ambulância, nos casos relacionados à saúde. As linhas de vans e ônibus que existem na cidade vão para Balsas, Araguaína, Imperatriz e Estreito. Dois informantes declararam se deslocar através de avião, possível

somente por meio de voos particulares ou do deslocamento até Araguaína e Imperatriz para, a partir daí, utilizarem voos comerciais.

Com a instalação da concessionária de motos Graúna, revendedora Honda, praticamente todas as aquisições de motocicletas ocorrem na própria cidade. Àqueles que desejam uma marca diferente precisam procurar outros centros, especialmente Araguaína, Balsas e Imperatriz. Assim, interações para tal consumo são reduzidas e realizadas a curta distância.

Já em relação à compra de veículos zero km, é necessário o deslocamento, pois Carolina não tem concessionária. Majoritariamente, Araguaína atende essa demanda, seguida por Imperatriz. As pessoas de maior poder aquisitivo e, amiúde, apoiadas a uma rede de amigos e familiares, preferem comprar em centros mais distantes, usufruindo de melhores condições de pagamento, como São Paulo, Goiânia, Brasília e Palmas. A manutenção, revisão e consertos são predominantemente feitas em Carolina, a seguir em Araguaína, Imperatriz e Estreito. Quando o problema é mais sério, mesmo que se resolva em Carolina, as peças vêm de fora, geralmente de Araguaína, levando um tempo adicional na resolução do problema. É por isso, que entre os proprietários de carros, uma reclamação recorrente é a falta de peça para automóveis.

As lojas de eletrodomésticos da cidade atendem à demanda gerada de parte significativa das pessoas nesse segmento. Dos 71 entrevistados que afirmaram comprar eletrodomésticos, 62 disseram fazê-lo em Carolina. Dos que procuram outras opções, a internet é a preferida, apontada como mais barata e com produtos de melhor qualidade. Apareceram ainda aquisições realizadas em Araguaína, Brasília, Fortaleza, São Paulo, Balsas, Goiânia e Imperatriz. Constatou-se quadro semelhante quanto à aquisição de computadores, feitas em Carolina, secundariamente pela internet e na cidade de Araguaína.

As compras mensais, de supermercado, são realizadas preferencialmente em Carolina, mesmo que as pessoas não estejam satisfeitas com as opções disponíveis, os custos nem sempre favorecem o deslocamento. Aqueles que podem, combinam consumir na cidade, em Araguaína e Estreito. Uma entrevistada disse que sempre faz sua compra em Estreito, de alguns itens mais necessitados, como arroz e feijão, quando não pode ir pessoalmente, terceiriza a conhecidos. Segunda ela, 6 pacotes de arroz em Estreito sai a R\$ 57,00 e em Carolina a R\$ 80,00, configurando uma economia significativa no orçamento da família de baixa renda.

Os pequenos e poucos diversificados supermercados de Carolina não exercem efetiva atração sobre a população da cidade vizinha, Filadélfia, que se encontra em situação ainda pior. Nessa cidade os supermercados que existem cobram preços elevados pelos produtos e a ausência de mercadoria é constante. Exemplo disso são as frutas, cuja durabilidade está limitada aos dias de abastecimento ou se feito pela manhã, no final da tarde as prateleiras estarão vazias. Assim, as pessoas preferem se organizar, e mensalmente, às vezes, quinzenalmente, comprarem em Araguaína, especialmente no Atacadão Campelo e no Atacadão do grupo Carrefour, do que ir para Carolina, gastar com travessia de rio e não satisfazer a procura por completo.

Não é à toa que a maior reivindicação dos moradores carolinenses em relação a melhorias no comércio da cidade diz respeito aos supermercados. Sempre afirmam que “falta um supermercado bom”, “falta um supermercado grande”, dizendo com isso, que os existentes são ruins e pequenos. E são ruins não apenas pelo alto preço praticado, mas em razão da qualidade e diversidade dos produtos oferecidos, e no atendimento proporcionado. Alguns respondentes chegam a comparar como é fazer compras em Carolina e Araguaína: “aqui não tem concorrência. Em Araguaína, você tem muitas opções, então é só procurar e escolher o mais barato [talvez melhor também]. Então aqui falta concorrência [...] com concorrência todos saem ganhando, né?”.

Uma resposta particularmente se destacou, porque a informante, com sinais de classe média –, dois carros na garagem e fluência verbal nas colocações –, nos disse que o tamanho pequeno dos supermercados a incomoda, pois, segunda ela, “não tem mercado que a gente faz as coisas sossegado [...] aquele Tocantins é até bom, mas é muita muvuca, cheio de gente”. Há, aqui, uma preferência por espaços de cunho mais segregados, ou mais restritos, que evitem maiores aglomerações.

Ainda no âmbito do comércio, os entrevistados citaram a falta do que chamam de “lojas de celulares”. Entende-se que aí estão incluídos estabelecimento de venda, assistência técnica, bem como unidade suporte de operadoras telefônicas. Aliás, essa é uma questão recorrente nas três pequenas cidades aqui estudadas, nos levando a constatar que os objetos técnicos se difundiram pelo território e nas classes sociais, mas o comando e o suporte (mesmo básico) ao seu funcionamento não tem idêntica proporção.

Em se tratando de fluxos imateriais, os realizados via internet, visam em primeiro lugar à comunicação com familiares, e em seguida aparecem as compras *on-line*, resolução de problemas do trabalho, negócios, lazer, saúde e estudos. Os sites mais citados para

compras foram Americanas, Casas Bahia, Mercado Livre e Submarino. Com uma menção tem o Walmart, Magazine Luiza, Shoptime, Ilha da Beleza, Doce Beleza, Goya Cosméticos, Ikesake, Passarela e Extra. O tempo de chegada do produto ficou entorno de 10 a 15 dias, sendo avaliado como de natureza razoável. Ninguém afirmou receber o produto em menos de 5 dias, cujo nível de satisfação seria ótimo.

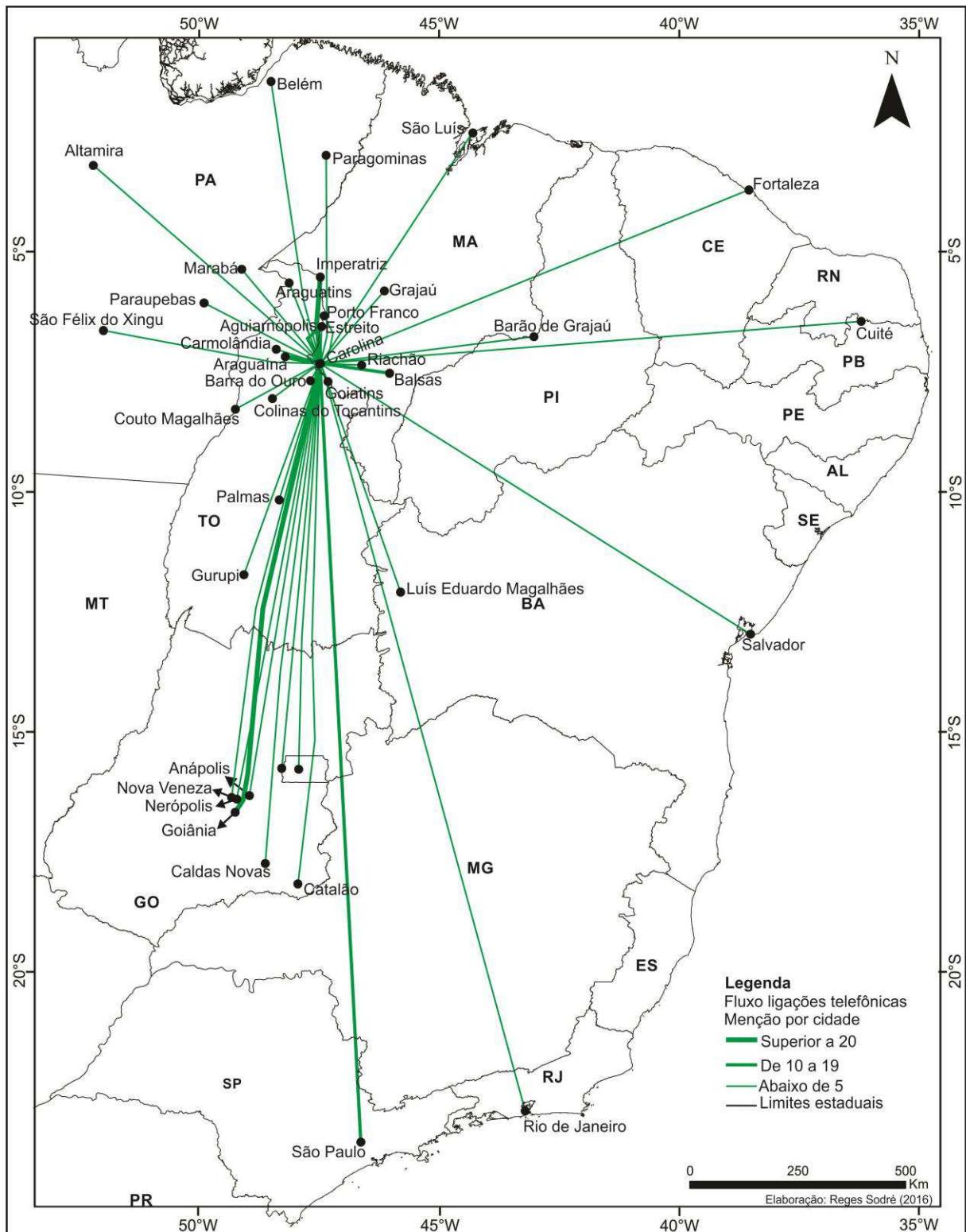
As ligações telefônicas trouxeram resultados, a rigor, inesperados, pois, foram poucas as conexões com cidades do próprio estado. Das 39 cidades mencionadas, somente 8 estão localizadas no Maranhão, mesmo número daqueles situados no estado de Goiás, incluindo-se a capital Federal Brasília (ver mapa 16). A maior quantidade de conexões se estabelecem com o estado do Tocantins, o qual participa com 11 cidades. A intensidade dos fluxos releva que Araguaína, Goiânia, Imperatriz, Balsas, São Paulo e Estreito, concentram as maiores fatias.

Interessante notar a combinação de fortes interações marcadas pela contiguidade, exemplos de Balsas e Estreito, com aquelas descontínuas, São Paulo e Goiânia. A proeminente participação dessas metrópoles sugere um processo migratório dos nordestinos em busca de empregos nos grandes centros, como historicamente se configurou? Em relação a São Paulo, fica difícil confirmar tal pressuposto sem uma pesquisa específica, pois as relações podem ser advindas de temporalidade passadas, quando Carolina era um lugar atrativo na rede urbana sul maranhense.

No plano regional, as conexões demonstraram a forte influência das cidades que vem sendo apontadas como opção dos moradores de Carolina para comprar bens e uso de serviços, inclusive na ordem praticamente exata: Araguaína, Imperatriz, Balsas e Estreito. A vizinha Filadélfia surge com apenas 3 menções, o que pode sugerir uma má interpretação da pergunta do questionário (num sentido de considerar Filadélfia parte de Carolina), ou o que acreditamos, corroborar com o reduzido papel que essa cidade tem para a população de Carolina.

Considera-se a partir da infraestrutura identificada, das interações mapeadas/analisadas e das carências apontadas pelos municípios, que Carolina não oferece atrativos ao deslocamento de pessoas de outros municípios, no consumo de bens e serviços, a ponto de conformar uma região de influência em escala microrregional. Pelo mercado consumidor que possui, proporciona pouca margem para investimentos externos. Colaboram com esse quadro a posição geográfica desfavorável e o crescimento econômico superior de cidades vizinhas, como Estreito e Balsas.

Mapa 16 - Carolina: fluxos telefônicos, 2016.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Trabalho de Campo (2016).

Os trabalhos de Chaves (2009), Reis e Pereira (2007), e nossas entrevistas apontam como a região de influência de Carolina tem sido reduzida nos últimos 50 anos, em

detrimento da expansão da centralidade de Araguaína, Balsas e Estreito. Curiosamente, essa última, que era distrito de Carolina, supera-a economicamente e passa a subordiná-la em alguns setores econômicos. Em 2015 Estreito tinha uma população estimada em 40.629 mil pessoas, quase o dobro de Carolina que tinha 23.666 habitantes (IBGE, 2015).

O esvaziamento da centralidade de Carolina foi sugerido por um comerciante ao ser questionado se possui clientes de outras cidades: “olha muita gente de Filadélfia vem comprar aqui, a gente abastece lá. Goiatins vem comprar aqui. Antes vinha mais, depois da rodovia pra Araguaína eles vão pra lá”. Ele se refere à construção da rodovia que liga Goiatins a Araguaína, que ocorreu em diversas etapas, ficando totalmente pavimentada no interregno 2007-2013 (BORGES, et al 2014) e fortalecida com a ponte construída sobre o rio Tocantins no município de Barra do Ouro, em 2012 (CARVALHO, 2012).

Carolina exerce uma frágil atração sobre Goiatins. Se a BR-010 que liga Goiatins a Carolina, cuja distância é de 61 km e 1h: 43 minutos de percurso, estivesse pavimentada, possivelmente a atração seria mais efetiva. Para o goiatinense é preferível, mesmo mais longe, 149 km, ir até Araguaína realizar as compras, pois o tempo proporcional é menor 2h: 10 minutos, o preço da passagem não é caro e as condições rodoviárias para quem possui veículo são favoráveis, e além disso, as opções que a cidade proporciona vão além da demanda imediata, possibilitando a resolução de vários problemas em curto espaço-tempo.

A influência de Carolina-MA sob a cidade de Filadélfia não é algo novo, em verdade, essa foi criada em decorrência das relações estabelecidas entre o Maranhão e o Tocantins, quando foi estabelecido um posto de fiscalização do lado do Tocantins, com vista ao controle de circulação de mercadoria. A única via de atração que Filadélfia exerceu sobre a cidade vizinha foi relativa à praia do Coqueiro, extinta com o lago da barragem de Estreito (CHAVES, 2009; PEREIRA, 2015; TRABALHO DE CAMPO, 2016) ou ainda pela circulação de força de trabalho.

No período da manhã e no final do dia, cerca de 20 trabalhadores se deslocam entre Filadélfia e Carolina para trabalhar na empresa PIPES. Dirigem-se até a beira rio de bicicleta ou a pé e fazem a travessia de balsa. Os trabalhadores mais qualificados de Filadélfia, que trabalham em Carolina, se reúnem em número superior a 10, geralmente empregados na prefeitura da cidade maranhense, pagam um barco particular que faz o percurso em menor tempo e com maior conforto do que na balsa (o barco tem cobertura que protege do sol).

Por possuir uma unidade do colégio Santa Cruz, a cidade de Carolina atrai os filhos daqueles que possuem maior renda na cidade de Filadélfia. A localização do colégio na velha

Carolina é estratégica, próxima a camada de maior renda dessa cidade e em condições de exercer fácil influência sob a cidade vizinha. Pela manhã, e meio dia, o fluxo é intenso de pais que vão deixar e buscar seus filhos de carro ou de moto na beira rio; tem aqueles que chegam a atravessar o rio. Raramente se deslocam crianças a pé ou de bicicleta. Muitos pais da classe trabalhadora batalhadora fazem notável sacrifício e colocam seus filhos nesse colégio na expectativa de que mudem o destino da família.

Para concluir as interações motivadas pela educação, ressaltamos que as unidades de ensino superior de Carolina e de cursos profissionalizantes exercem atração sobre os jovens e adultos de Filadélfia em escala menor, porque a maioria prefere ir direto para Araguaína e cidades maiores. Entre as instituições de curso profissionalizante destaca-se o Centro de Capacitação Profissional do Estudante (CECAPE), que disponibiliza os cursos de Operador de Caixa, Hotelaria, Designer, Rotinas Administrativas e Manutenção de Computadores etc. O Centro de Capacitação Tecnológica do Maranhão (CETECMA) oferece Informática, Auxiliar Administrativo, Atendimento ao Varejo, Auxiliar em Contabilidade e Gestão para Empresários.

Outros fluxos menos visíveis, mas igualmente importantes, são motivados pela existência de empresas e instituições públicas de Carolina. Isso foi apontado pelas nossas entrevistas, nas quais todos os comerciantes afirmaram ter na cidade de Filadélfia um mercado consumidor. Inclusive, um carro de som, da maior loja de eletrodoméstico de Carolina, atua diariamente na cidade tocantinense, anunciando promoções e facilidades de pagamento. No final do dia é possível observar que algumas pessoas que voltam do serviço levam itens comprados em Carolina, mesmo aqueles de cunho básico.

Identificamos apenas 5 empresas regionais que atuam na cidade, sendo duas do ramo de eletrodoméstico, uma com sede em Teresina, outra em Dom Pedro. Essas duas empresas têm lógicas de atuação ampla na região, indo desde metrópoles até um amplo conjunto de pequenas cidades. Para se ter uma ideia, a empresa de Teresina está presente em mais de 327 cidades, nos estados do Pará, Amazonas, Tocantins, Ceará, Goiás, Piauí, Pernambuco, Bahia e Maranhão (SITE DA EMPESA; TRABALHO DE CAMPO).

Há uma franquia da empresa Frutos de Goiás, que tem sede em Goiânia, atuando no ramo de alimentação. A concessionária de moto da cidade – Graúna – tem sede em Balsas, e atende Carolina, Filadélfia e eventualmente Goiatins. Finalmente, na área de telecomunicações, tem-se uma filial da Toledo Info, da cidade de Araguaína.

Pelas características dessas empresas não se pode afirmar que se instalaram na cidade em decorrência da possibilidade de um crescimento da mesma. Trata-se de atender a uma demanda engendrada por um contingente populacional de 16 mil pessoas, que entre as pequenas cidades da região é um dos maiores, mesmo que a renda não seja elevada, não anula por completo a importância do potencial de consumo. Todo investimento realizado em Carolina conta com a cidade de Filadélfia, que aumenta esse percentual de população para 21 mil habitantes. De toda forma, em analogia com Campos Lindos e São Geraldo do Araguaia, essa cidade perde em número de empresas atraídas, sugerindo sua fragilidade econômica, mas também a força de grupos locais, que em certas áreas, monopolizam a oferta.

Identificamos “apenas” 3 empresas que foram criadas em Carolina e que atualmente tem filiais em outras cidades e municípios. Duas são do ramo de eletrodoméstico, que estão presentes em Estreito, Campos Lindos, Itacajá e Goiatins. Expressando a estratégia de atuar em pequenas cidades, já que o mercado nas cidades médias é mais competitivo e consolidado, para esse tipo de empresa. O principal destaque de empresa com atuação externa fica por conta da PIPES.

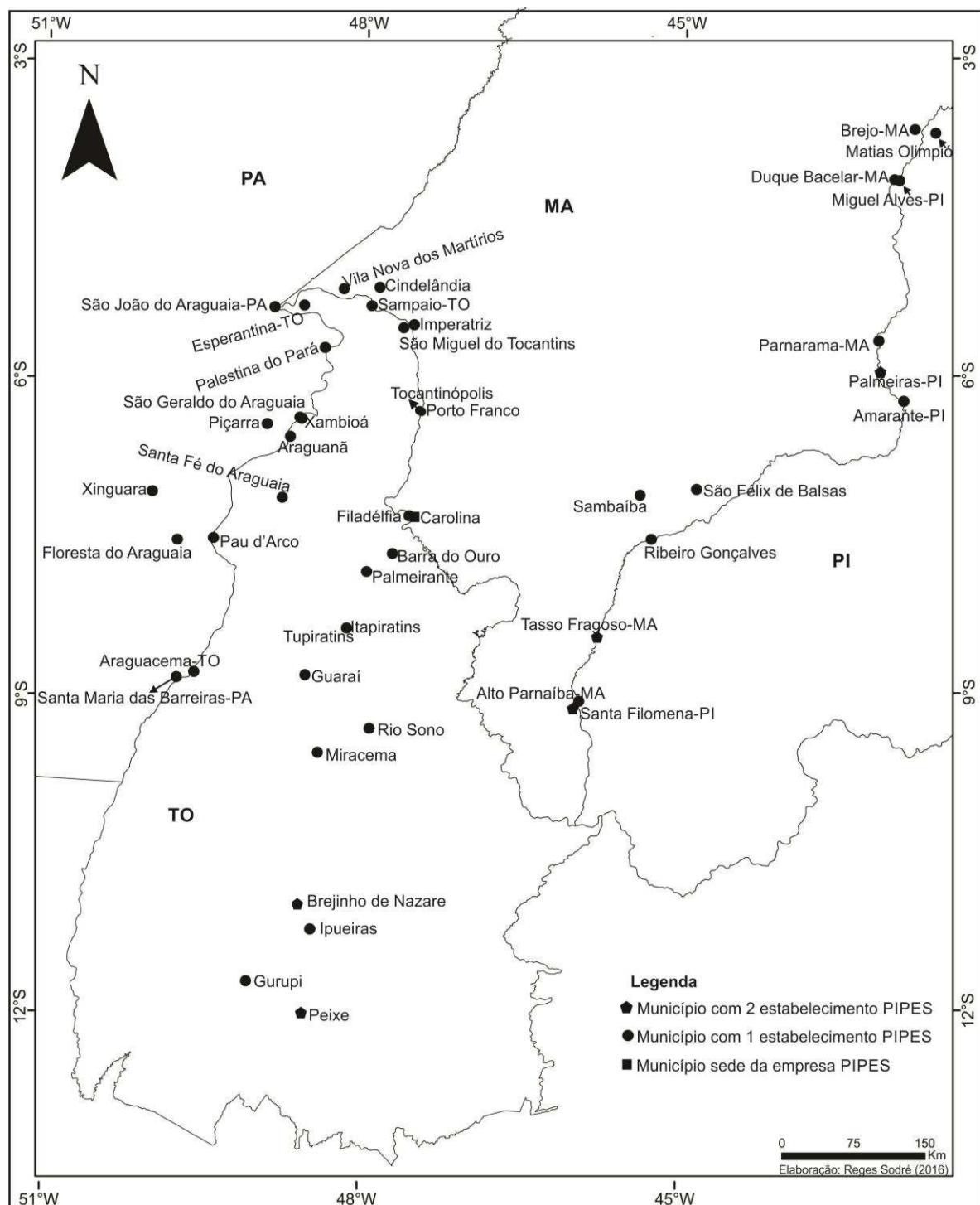
A Pipes monopoliza a travessia de veículos em vários pontos do rio Tocantins e Araguaia e em outros cursos fluviais, abrangendo ainda os estados do Maranhão e Piauí. Ao todo são cerca de 46 municípios, com 51 unidades da empresa (ver mapa 17). Essa ampla rede configura uma drenagem de renda que é investida no município de Carolina, já que aí estão à sede da empresa, as unidades industriais e outros investimentos da mesma, corroborando com a já destacada geração de emprego.

As interações espaciais interescalares que a PIPES coloca Carolina não se restringe as filiais da empresa. Desde 2009 essa cidade aparece no mapa da balança comercial brasileira através de importações da Pipes. Os principais produtos importados são laminacos, barra de aços, balsas de materiais têxteis, ventilador com motor elétrico, bombas de ar ou vácuo, partes dos veículos, máquinas e aparelhos. Os países que fornecem esses produtos são China (incluindo Hong Kong e Taiwan), Alemanha, Índia, África do Sul, Estados Unidos, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Espanha, Finlândia, Argentina, entre outros países (BRASIL, 2009-2015).

Outro meio de interações de longo alcance estabelecidas por Carolina são aquelas proporcionadas pelo turismo. Segundo Chaves (2009), até 1960 ela era considerada capital cultural regional, com vários cinemas e clubes de baile, atraindo viajantes, que passavam finais de semana na cidade. No presente essa atividade ganha novas qualidades e se

transforma em motivo de esperança do crescimento econômico e orgulho da população local. Segundo Reis e Pereira (2007, p. 89) “há entre os carolinenses uma percepção de que é através da atividade turística que o município poderá reordenar-se economicamente”.

Mapa 17 - Municípios de atuação da empresa Pipes na área de navegação, 2015.



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015. Carvalho e Carvalho (2015).

As autoras ressaltam que o sucesso do projeto passa (além de uma equalização de recursos naturais e infraestrutura local) pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Foi justamente pensando nisso que foram reunidos esforços para a revitalização do aeroporto de Carolina e a instalação de linhas regulares. No dia da abertura do aeroporto, em 2015, as falas das autoridades presentes, foram elucidativas, a respeito das expectativas arvoradas. Segundo o secretário de turismo carolinense, “com essa divulgação, com essa chegada desse voo, você pode ter certeza de que outros virão. Carolina, hoje, é um destino conhecido internacionalmente” (AEROPORTO DE CAROLINA, 2015, s/p, grifo nosso). Já para Cecília Salata, coordenadora do projeto Chapada das Mesas no SEBRAE “o turista passa a vir diretamente para o destino que ele almeja. Então é muito mais fácil, além do que atende toda a região” (ibidem, s/p).

O entusiasmo de fomentar o lugar no mapa do turismo nacional é tamanha a ponto do secretário dizer que Carolina é conhecida internacionalmente, quando tenta sê-lo em nível nacional, o que já seria significativo. Em entrevista com um ex. secretário de turismo do município, ele nos disse que o alcance do turismo de Carolina é, sobretudo, regional, atraindo pessoas principalmente das cidades médias de Marabá, Imperatriz e Araguaína. Em menor grau desponta os turistas de todo o Maranhão, Pará e Tocantins; timidamente começa a alcançar os do centro-sul brasileiro.

Não se trata de desqualificar a atividade turística, pois “Carolina possui um forte potencial para o turismo”, mas de reconhecer que ele “tem avançando lentamente” (LEITE 2014 et al, p. 7). Em 2010, a atividade ganhou um reforço de peso, quando a empresa PIPES comprou a Fazenda Pedra Caída, de 12.500 hectares, com cerca de 25 cachoeiras e localizada próximo ao Parque Nacional da Chapada das Mesas. A partir daí empreendeu-se uma ampla reforma no local, com a construção de hotéis, chalés, heliponto, trilhas e a produção/organização de diversos objetos para consecução ao lazer (CARVALHO; CARVALHO, 2015). A empresa investiu cerca de 40 milhões de reais nas reformas, sendo inaugurado em 20 de novembro de 2014 (COMPLEXO TURÍSTICO, 2014).

Além da infraestrutura construída, é preciso considerar a força política e midiática que o proprietário da PIPES possui nessa região. Ele tem grande influência com deputados, senadores, governadores e diversos empresários, e conta com a simpatia, e às vezes idolatria, da mídia regional e local. Elementos que facilitam na fulcral divulgação do turismo.

A população local, de maioria pobre, não participa da festa do turismo, nem faz parte dos planos deste inseri-la. Os altos preços pagos na entrada dos espaços de lazer, o preço dos

meios de lazer dentro desses espaços, bem como a distância territorial do núcleo urbano, exclui a possibilidade de participação dos pobres (PEREIRA, 2015; TRABALHO DE CAMPO, 2016). Ainda assim, sentimos em muitas entrevistas certo orgulho dos “excluídos”, por ao menos, “minha cidade ser importante em alguma coisa”, isso não oblitera suas consciências de que estão fora dos projetos turísticos.

Em relação aos circuitos de interações espaciais aferidos para a cidade de Carolina, eles são os mesmos de São Geraldo do Araguaia, ou seja, um na base da pirâmide social, um segundo constituído por aqueles que se deslocam eminentemente em nível regional, e o terceiro por pessoas que logram de maior renda, com deslocamentos mais frequentes, alongados e interescalares.

Mas, porque Carolina tem uma economia mais fraca do que São Geraldo do Araguaia que possui população menor? O diferencial está na agropecuária do segundo município, mais dinâmica e rica do que a do primeiro. Tem-se aí uma quantidade significativa de pequenos e médios produtores que sustentam e fomentam a economia da cidade, ao consumir nela. É interessante notar que em Carolina, os maiores investidores do agronegócio (da soja) não moram no município, nem consomem na cidade, influindo negativamente no comércio local.

Sem querer fazer um vaticínio, essa realidade parece ser um prenúncio nada agradável para os carolinenses que sonham com dias melhores. Pois, observa-se com isso a expulsão de pequenos produtores que consomem na cidade em benefício da grande produção monopolista, vinculada economicamente a outros municípios.

Outro fator que contribuir para o desempenho distinto dessas duas cidades são os desmembramentos que sofreram. São Geraldo do Araguaia perdeu o município de Piçarra, mas economicamente significou pouco ônus, já que a nova unidade territorial situada em posição isolada, e tendo baixo crescimento, é subordinada ao município mãe, contribuindo decisivamente para o fortalecimento dessa economia. Diversamente desse quadro, Estreito, emancipado de Carolina, passou a ocupar posição favorável no entorno da Belém-Brasília, canalizar investimentos do governo federal e subordinar sua antiga sede municipal. Ao invés de fortalecer a economia dessa cidade, faz o inverso, torna-a mais fraca e dependente.

3.4 Síntese dos indicadores das pequenas cidades

Observam-se algumas importantes características das pequenas cidades que ajudam a compreender a constituição de interações espaciais na região de influência de Araguaína.

O primeiro elemento a se destacar para Campos Lindos, São Geraldo do Araguaia e Carolina, é o tempo de formação distinto que possuem, influenciando suas trajetórias igualmente diferentes.

Em Campos Lindos, o mais novo dos três municípios, as configurações territoriais estão sendo moldadas pela dinâmica do capital agrícola moderno, orientado por exigências do mercado internacional. No espaço urbano, o comércio e os serviços começam a se estruturar para atender a demanda do campo e da crescente população urbana, com instalação de empresas, como vimos, oriundas de diversos tipos de cidades. Todavia, a infraestrutura urbana e os serviços públicos prestados deixam a desejar, só uma parcela muito pequena da população é atendida.

Diferentemente de Campos Lindos, São Geraldo do Araguaia, que é também um município recente (1988), foi estruturado por movimentos de ocupação que não tiveram na base o apoio do grande capital internacional e nacional, mesmo que tenha surgido indiretamente e se fortalecido a partir da expansão da fronteira agrícola dos anos de 1960, subsidiada pelo estado. É no período recente, a partir dos anos 2000, que a produção agropecuária do município começa a ser orientada para o mercado mundial, com o maior incremento de técnicas produtivas, oferta de insumos e do beneficiamento da produção.

A cidade de Carolina datada do século XIX, passou por diversos momentos em sua história. No primeiro, estruturou-se como principal cidade do sul do Maranhão e norte do Tocantins, quando a circulação era feita por meio de fluxos pelos rios Tocantins e Araguaia. Com a construção da rodovia Belém-Brasília, a cidade perde esse papel, mesmo que não tenha entrado em completo declínio. Nos últimos 20 anos vem apresentando certo dinamismo que a coloca em posição de destaque frente as pequenas cidades da região de Araguaína, mas insuficiente para ampliar sua centralidade a ponto de conformar, ao menos, uma microrregião de influência.

A partir dos fluxos auferidos nos trabalhos de campo, podemos afirmar que a região de Araguaína existe, mas não com uma estabilidade que abarque a totalidade das relações e dos sujeitos nelas envolvidos. Quando se considera as cidades que estão em seus limites territoriais e se analisa um conjunto de variáveis diretamente associada às interações espaciais, isto é, a própria condição e via de reprodução da vida e do espaço, observa-se que tais centros participam de relações para além da delimitação dessa região de influência feita pelo IBGE (2008).

Parcela importante das condições de realização da atividade produtiva escapa o comando de Araguaína, porque as pequenas cidades entram cada vez mais em processo de especialização, o que lhes concede lograr de interações espaciais que delas partem e até elas chegam e que não dependem da intermediação da cidade média.

Em Campos Lindos encontramos um exemplo emblemático de múltiplas interações, uma vinculada à especialização produtiva e outra a localidade central. De um lado, a população do circuito marginal e intermediário tem intensa vinculação com Araguaína, procurando bens e serviços. A própria funcionalidade das atividades urbanas, em certo grau dependem dessa cidade, sem negligenciar a fulcral atuação de Balsas, especialmente pela abertura de filiais de empresas. Mas, por outro lado, as atividades produtivas do agronegócio globalizado, da soja e do milho, tem uma vinculação com outra região: a dos cerrados nordestinos, como sugeriu Alves (2006, p. 67-68)

A região dos cerrados nordestinos abrange o oeste baiano e o sul dos estados do Maranhão e Piauí, mas pode ser estendida como área de influência ao leste de Tocantins, que vive uma situação de modernização contemporânea semelhante e possui fortes vínculos econômicos com a parte nordestina dos cerrados.

Esse é o caso de Campos Lindos, cuja produção agrícola tem fortes vínculos com Balsas no Maranhão. A qual “controla” várias empresas que investem na oferta de máquinas e serviços, com instalação física no município, e dos representantes comerciais que circulam na venda de produtos e serviços, como a empresa de sementes Risa. O gerente da Lavronorte disse que um dos objetivos da empresa em abrir uma filial em Campos Lindos era, além de atender seus produtores, ter maior proximidade com aqueles do próprio município de Balsas, na parte sul do mesmo, mostrando uma integração entre as áreas que não respeitam limites estaduais (para uma visualização retomar mapa 8)³³.

A ideia de enclave da soja tem contribuição limitada, geográfica e sociologicamente, para se pensar o município de Campos Lindos. A não ser que ela seja concebida nos limites do estado do Tocantins, como se regiões respeitassem fronteiras administrativas. Até mesmo historicamente, observa-se nos discursos de políticos que criaram o município, como daqueles que aí primeiro investiram, que suas motivações estavam influenciadas pela posição de Balsas como centro produtor de soja no sul do Maranhão. Não houve uma deliberação coletiva desses

³³ A análise desse parágrafo e do seguinte foi baseada, além do trabalho de campo, no documentário “Lançamento Colheita de soja em Campos Lindos-TO”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FPmBLpE5pkg>>.

agentes na produção dessa região, é o encadeamento de fatores históricos, portanto, sociais, aliados àqueles naturais, como relevo, solo, e clima, que a fundamentam.

As diversas empresas multinacionais que existem no espaço rural de Campos Lindos corroboram com a internacionalização da produção e da globalização do território, no qual fluxos e interações se alicerçam para além da conformação de qualquer região, mas dela não abre mão completamente. Essas grandes empresas adotam unidades administrativas no Brasil em diversas cidades, a maioria, no centro-sul brasileiro, especialmente na metrópole paulista.

Algo parecido ocorre com Carolina. Nesse município, a produção agrícola de grãos tem avançado significativamente nos últimos 10 anos, baseando seus suportes na cidade de Balsas e não em Araguaína, nem no próprio município. Diferente de Campos Lindos, em Carolina não há razoável possibilidade de ampliação dos serviços destinados ao beneficiamento dos grãos, esses estão sendo capturados pela cidade de Balsas. Essa situação é influenciada porque os investidores de soja não moram em Carolina, mas nos municípios vizinhos, Riachão e Balsas.

Para Carolina e Campos Lindos tende-se a conformação de uma região produtiva organizada sob o comando de Balsas. Ao que parece, em curto e médio prazo, somente a consolidação dessa cidade, pode centralizar os destinos da população das pequenas, antes citadas, pois essa continua a procurar serviços na cidade de Araguaína. Isso equivaleria a própria elevação de Balsas a condição de cidade média, ultrapassando o porte médio que possui atualmente.

Em São Geraldo do Araguaia, a produção agropecuária estava e ainda está amplamente dependente da exportação e consumo de insumos de Araguaína e Marabá. Só recentemente a cidade estabeleceu interações produtivas com centros para além do segmento de rede urbana na qual está inserida, com a chegada de um frigorífico e de empresas de cidades pequenas que prestam serviço de consultoria rural. Diferentemente dos outros casos não existe um vínculo produtivo de São Geraldo do Araguaia com outras cidades (além de Araguaína e Marabá), que estejam emergindo e ameace a hegemonia de tais cidades médias.

Esse quadro indica que estão em jogo duas frentes de ocupação da fronteira, uma mais tradicional, agropastoril, e outra mais moderna, a dos grãos. É verdade que a pecuária se modernizou e se transformou num agronegócio (para uma pequena parcela dos produtores), mas suas dinâmicas são inferiores aqueles propiciadas pela soja. Colocam-se dificuldades para as cidades, como Araguaína, que ainda tem parcela de sua funcionalidade atrelada a pecuária, em comandar os nichos do agronegócio de grãos.

Tal realidade não retira das cidades médias o poder de polarização e comando sobre a oferta de bens e serviços nas pequenas cidades, tão pouco, demonstra a fragilidade de interação que existe entre elas, ao contrário, convivem lógicas que ratificam o comando hierárquico vertical, com outras de natureza intercalar, essa ainda claramente em desvantagem sobre a primeira. O comando e a força das cidades médias se verifica de três modos principais: primeiro, por meio de fluxos materiais e imateriais, de deslocamento de pessoas em busca de bens e serviços, apoiada por uma rede de contatos familiares, costuradas via telecomunicação, que permite uma base necessária a estadia. Muitas vezes essa rede é produzida e fortalecida pela migração de membros da própria família, que vão em busca de estudo e trabalho.

Segundo pela abertura de filiais de empresas na pequena cidade, extraíndo dela mais valia via rede urbana, mas sendo em muitos casos o único meio pelo qual chega bens e serviços mais modernos nesses espaços, e a possibilidade de geração de emprego para a população local. Tais ocupações, amiúde, estão na base da pirâmide da empresa, exigindo pouca qualificação profissional e concedendo baixas remunerações. Terceiro, pela formação de um imaginário positivo, de que a cidade média é dotada das benesses de que todos precisam; acaba-se por construir, não raramente, a imagem de um espaço sem contradição e de relações sem exploração entre as urbes.

Subjacente às interações com uma cidade média principal, o pano de fundo é a competição entre essas cidades médias e a emergência de centros que buscam articular sua própria rede, como Balsas no Maranhão. Portanto, além das interações extraregionais que atravessam a conformação da região de influência da cidade, tende-se a sobreposição de segmentos de rede urbana e a fragmentação dos deslocamentos entre as cidades médias.

Não se pode desconsiderar as interações entre as pequenas cidades, predominando, as de natureza complementar. Isso, não significa a destituição de algumas hierarquias entre elas, como no caso de São Geraldo do Araguaia em relação a Piçarra. No caso dos moradores de Campos Lindos que buscam bens e serviços em Goiatins, a fragilidade dos vínculos não chega a configurar nível de subordinação. Uma análise eminentemente estatística e que encerra a preocupação na pesquisa da REGIC (2008) postulará relações sempre unidirecionais e isoladas das pequenas cidades para as cidades médias. No entanto, essa é apenas uma aproximação inicial, pois constatamos as múltiplas interações espaciais entre pequenas cidades a partir de suas posições geográficas, bem como da quantidade de serviços que elas oferecem, dos deslocamentos de seus moradores e da atuação das empresas que neles tem origem.

É na cidade média que os filhos dos trabalhadores podem estudar e obter possibilidades de alguma acessão social. Essa situação ocorre porque nas pequenas cidades a carência de educação de qualidade é monumental. Morar numa pequena cidade dessa região, para quem deseja (e pode?) ter um futuro construído a partir do estudo, está seriamente comprometido. Não me refiro apenas a curso superior, o problema começa na educação básica. Com um sistema público deficiente, não há opção por cursos em escala particular, isso não existe. A exceção digna de nota é o qualificado colégio Santa Cruz em Carolina. Quando surge o período de ingresso na universidade, as públicas, que são as melhores, estão nas cidades médias.

É importante colocar que não se trata apenas de condições sociais, o espaço como fator entra em cena. Queremos enfatizar o fato de morar em uma pequena é estar privado, muitas vezes, mesmo que se tenha condições financeiras, de acessar mecanismo de reprodução da classe média tradicional ou de acessão social, como a educação e empregos que exigem boa qualificação profissional e que vão encetar notável retorno financeiro. É patente que os possuidores de capital econômico resolve essa situação facilmente, mandam seus filhos para estudar em outra cidade, e depois de formados, tem a opção de retorno, que lhe proporcionará um lugar importante na sociedade local. Os pobres ficam prisioneiros do lugar, reproduzindo *o status quo*.

Visando realizar um esforço de síntese deste capítulo apresentamos no quadro 5, para Campos Lindos São Geraldo do Araguaia e Carolina, as principais características da formação sócioespacial, infraestrutura urbana, comércio local, serviços de saúde, serviços de educação superior e as interações que elas mantém com a cidade média de Araguaína.

Quadro 5 - Síntese dos indicadores das cidades de Campos Lindos, São Geraldo do Araguaia, Carolina, 2016.

Características	Campos Lindos	São Geraldo do Araguaia	Carolina
Formação sócioespacial	Formado nos processos de ocupação da região leste do Tocantins, com frentes vindas do Maranhão, mas criado oficialmente em 1991 por decisões políticas para constituir e abrigar a fronteira agrícola moderna de grãos.	A ocupação se deu no contexto da interiorização do povoamento motivado pela busca de metais preciosos, mas teve na base da sua economia a pecuária extensiva. Quando emancipado, já tinha considerável contingente populacional.	Cidade do século XIX, ela é crucial para o entendimento das transformações no segmento de rede urbana no norte do Tocantins, já que foi o principal centro dessa região e após a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, perdeu seus papéis em favor de Araguaína e das cidades servidas

			diretamente pela Rodovia, mas não caiu na completa atrofia.
Infraestrutura urbana	No geral tem uma infraestrutura muito precária, apenas o centro e áreas próximas tem melhores condições.	Apesar de ter uma infraestrutura também ruim, tem algumas áreas da cidade, além do centro, que possuem melhores condições, como a parte leste.	Velha Carolina (com melhor infraestrutura) e a Nova Carolina (com processo de avanço das ocupações de forma precária).
Comércio local	Comércio incipiente, incapaz de atender parte significativa da sua população. A maioria dos produtos oferecidos são de consumo básico. Mas existe a tendência de especialização no segmento do agronegócio.	Comércio relativamente dinâmico e suficiente para satisfazer grande parte da demanda interna e atrair população de alguns municípios vizinhos (Piçarra, Xambioá, São Domingos do Araguaia e Araguanã).	Comércio capaz de atender parcialmente a população local e exercer fraca atração sobre a população de Filadélfia e Goiatins. Vem aumentando a oferta de serviços para o setor de Turismo.
Serviços de saúde	Estrutura de saúde precária, contando apenas com uma Unidade Básica de Saúde e um pólo academia da saúde. São cerca de 99 funcionários da saúde, sendo 5 médicos, dois deles do Programa Mais Médico, o que mostra a grande dependência dessa iniciativa federal. Os atendimentos estão restritos a procedimentos de atenção básica.	Conta com 17 estabelecimentos de saúde, incluindo-se o Hospital Municipal; 206 profissionais, entre eles, 11 médicos. Não mostrou tanta dependência do Programa Mais Médicos. Os atendimentos estão restritos a procedimentos de atenção básica, e pequenas intervenções cirúrgicas.	Razoável rede de serviços, com 12 estabelecimentos de saúde, incluindo-se um Hospital Municipal; com 238 servidores da saúde, dos quais 15 médicos, 8 deles estão vinculados ao Programa Mais Médico. Os atendimentos se restringem a procedimentos de atenção básica, e pequenas intervenções cirúrgicas.
Serviços de educação superior	Sem cursos superiores autorizados pelo MEC; quem deseja estudar deve se mudar para outra cidade.	Recentemente se instalou na modalidade a EAD os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Gestão da Produção Industrial e Serviços Penais.	Possui a melhor infraestrutura de educação superior entre as pequenas cidades; cursos de informática no IFMA, Administração Pública na UEMA, e Matemática na UFMA, as licenciaturas em História, Letras, Física, Biologia, Matemática Química e Filosofia (UEMA), Informática (IFMA).
	Os grandes produtores usam a cidade restritamente de acordo com seus interesses. Buscam mão de obra barata, fazem eventos e	No campo são-geraldense predomina a produção de pecuária, seja dos grandes produtores, criadores de bovinos (corte), ou do pequeno tirador de leite. O	Tendência de esvaziamento do campo com o avanço da soja; essa, por sua vez, não parece assinalar benefícios para cidade, já que os

Relação cidade-campo	<p>tentam persuadir a população quanto ao papel positivo da produção agrícola moderna. Mesmo com o pouco uso da cidade a referida produção vem ampliando o comércio de consumo produtivo no espaço urbano. Quanto mais essa produção usar da cidade, mas ela crescerá, por enquanto estamos no estágio da lentidão.</p>	<p>campo tem papel fundamental na dinâmica da cidade, pois é aí que os produtores (principalmente os médios e pequenos) realizam suas demandas de consumo mais imediatas.</p>	<p>produtores são de Balsas e Riachão; o campo ainda possui uma contribuição importante para a economia urbana, através de pequenos e médios produtores, mas que não chega, nem de longe, a agregar a pujança de São Geraldo do Araguaína.</p>
Relação com a cidade média de Araguaína	<p>Configuram-se dois tipos de relações: a população de modo geral depende de muitos serviços disponibilizados em Araguaína, mas o setor produtivo estabelece interações preferencialmente com o município e cidade de Balsas.</p>	<p>As interações da cidade são mantidas preferencialmente com Araguaína e Marabá, não surgindo nenhum centro sub-regional que faça a intermediação dessa ligação; há importantes relações de subordinação com a cidade de Piçarra e de complementariedade com Xambioá.</p>	<p>Carolina estabelece interações em primeiro lugar com Araguaína, depois surge Imperatriz e Estreito. A produção agrícola municipal, no entanto, está ampliando o vínculo com a cidade de Balsas, através de produtores de grãos e suas demandas.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de campo e de leituras discutidas ao longo do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas dinâmicas propiciadas pelo avanço do agronegócio, pela difusão do consumo (espacial e socialmente), pela desconcentração industrial, aliada às novas tecnologias da informação e comunicação, vem redefinindo a inserção das cidades médias e pequenas nas redes urbanas. As cidades passam a tecer cada vez mais interações em nível intercalar, que extrapolam a estrutura hierárquica. Mas, como vimos, as hierarquias continuam a predominar, não podendo em hipótese alguma serem desconsideradas.

Nos espaços amazônicos, como o estudado aqui, envolvendo parte do Tocantins, Maranhão e Pará, tais dinâmicas ainda são incipientes, muito em razão da tardia incorporação na economia nacional e da acentuada pobreza vigente. O conjunto das 26 pequenas cidades da região de influência de Araguaína tem uma estrutura econômica e social pouca dinâmica, em praticamente todos os indicadores relacionados. A maioria dos municípios sustenta sua econômica na produção da pecuária de corte extensiva, dos repasses de recursos federais e do funcionalismo público. A qualidade da educação e da saúde é baixíssima, expresso no irrisório Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos escassos estabelecimentos de saúde e de recursos humanos que eles possuem, e na quase ausência de saneamento básico.

Entre as 26 cidades, Carolina, São Geraldo do Araguaia e Campos Lindos, se destacam em vários indicadores econômicos e populacionais, como o maiores PIBs, população e produção agropecuária. Campos Lindos tem o comércio mais incipiente das três, capaz de atender parcialmente apenas a sua população. A maioria dos produtos oferecidos são de consumo básico. Já São Geraldo do Araguaia tem um comércio relativamente dinâmico, suficiente para contentar grande parte da demanda interna e atrair população de alguns municípios vizinhos (Piçarra, Xambioá, São Domingos do Araguaia e Araguanã). O comércio de Carolina é adequado a satisfazer parcela da população local e exercer fraca atração sobre a população de Filadélfia e Goiatins.

Em termos de infraestrutura urbana, Campos Lindos mais uma vez sai atrás das demais. No geral tem uma infraestrutura muito precária, apenas o centro e áreas próximas tem melhores condições, como pavimentação asfáltica. São Geraldo do Araguaia, embora não tenha uma infraestrutura invejável, tem alguns setores da cidade, além do centro, que possuem melhores condições, como a parte leste. A cidade de Carolina é a que mostra uma mais clara diferenciação interna, como se fossem duas cidades, a que chamamos de Velha Carolina e a Nova Carolina. As melhores infraestruturas encontram-se na primeira, a segundo está em processo de avanço das ocupações de forma precária.

De toda maneira, as novas dinâmicas que redefinem a rede urbana nacional, não são indiferentes na região em estudo, guardadas as suas especificidades e os cuidados que se deve ter ao fazer analogias de processos gerais, elas já se mostram capazes de impor novos elementos para se pensar a rede de cidades. De um lado, as cidades médias tem suas funções sustentadas em interações espaciais interescalares e hierárquicas, subordinando as pequenas cidades, de outro, essas cidades ao mesmo tempo que estão subordinadas a cidade média, subvertem parcialmente essa hierarquia, especialmente através das novas tecnologias e do fortalecimento do agronegócio, produzindo espaços de fluxos que não se restringem a conformação regional.

Araguaína não catalisa toda a oferta de serviços para o agronegócio de grãos. As possibilidades de consumo produtivo que oferece está mais direcionado ao campo da pecuária. Isso deixa um *gap* na sua região de influência, fazendo com que municípios como Campos Lindos, se vinculem no setor produtivo, muito mais com Balsas do que com Araguaína. Essa perde uma parcela importante do controle da modernização do campo. A mesma coisa começa a ocorrer com Carolina, onde a soja já se tornou uma realidade, embora ainda disponha de muito espaço para crescimento.

Essa realidade sugere que estão em curso duas frentes de ocupação da fronteira, uma mais tradicional, agropastoril, e outra mais moderna, a dos grãos. É verdade que a pecuária de corte se modernizou e se transformou num agronegócio, como defendemos, mas suas dinâmicas são inferiores aqueles propiciadas pela soja. Coloca-se dificuldades para as cidades, como Araguaína, que ainda tem parcela de sua funcionalidade atrelada à pecuária, em comandar os nichos do agronegócio de grãos. Diante disso, novos centros vão se consolidando, como Balsas, que vem ampliando seus papéis nesse setor, influenciando municípios como Campos Lindos e Carolina, entre outros.

Uma tímida desconcentração industrial, fazendo com que muitas empresas se difundam no território nacional, tem contemplado algumas poucas pequenas cidades. Em São Geraldo do Araguaia, foi inaugurado um frigorífico, que não só amplia os papéis dessa cidade, mas coloca-a em interações diretas com grandes centros urbanos, não passando pela intermediação da cidade média. Simultaneamente, assinala o controle corporativo do território, com as imposições das multinacionais chegando aos cantos mais recônditos do país.

Se as pequenas cidades de São Geraldo do Araguaia, Campos Lindos e Carolina, tem uma oferta de bens e serviços limitadas, a internet entra como mitigadora, pois basta acessar um site, fazer o pedido e “pouco tempo depois” o produto estará em sua porta, sem precisar se quer do deslocamento para a cidade média. Isso já é uma realidade, como mostra os dados apresentados. Todavia, o contingente de pessoas que participam do *e-commerce* é muito pequeno, pesando para tal resultado as desigualdades sociais e a disponibilidade de infraestrutura que permite o acesso à internet. Também no mundo digital são reproduzidas as desigualdades sociais, sendo necessário políticas para amenizar a exclusão digital.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar o fator classe social. Para os pobres, ao menos na região em estudo, a rede urbana ainda aparece com padrão notadamente hierárquico, mas profundamente incompleto nos seus estratos. Quando esgotado todas as possibilidades de resolução de demandas em suas pequenas cidades, geralmente Araguaína surge, não como uma cidade média, no sentido de intermediação com um grande centro, mas como cabeça de rede, última opção, o ponto final.

Além disso, para os despossuídos de quase todos os recursos financeiros, uma viagem até uma cidade média se transforma num acontecimento histórico. Esse grupo está mais dependente dos fluxos direcionados e/ou motivados pelo poder público, como no caso dos encaminhamentos da saúde e para retirada/acesso a benefícios sociais.

Por outro lado, os endinheirados pouco usam da pequena cidade, conectam-se intensamente com Araguaína, num primeiro momento, e ao menos na área da saúde, pois nos outros setores, não raras exceções, como compras de bens, costumam fazer uma cotação em qual cidade é mais viável efetivar a demanda, se em Araguaína, Marabá ou Imperatriz. Para eles, a cidade média é de fato um centro intermediário na rede urbana, pois nas demandas mais especializadas procuram resolver o problema nas metrópoles, notadamente na área de Saúde. Goiânia ganha primado e ratifica todo seu poderio no estado do Tocantins, sudeste do Pará e parcela do sul do Maranhão.

A abertura e pavimentação de várias rodovias na região ampliou a centralidade de Araguaína *vis-à-vis* a redução das pequenas cidades. Essa realidade é fortalecida na medida em que as ligações entre os pequenos municípios ainda são precárias, com muito deles sem pavimentação asfáltica. Mas existe um empecilho à maior fluidez entre as pequenas cidades e Araguaína, que é a inexistência de pontes na travessia dos rios Tocantins e Araguaia, com os estados do Maranhão e Pará.

Se é verdade que a maior fluidez rodoviária ampliou a centralidade de Araguaína, também o é, que Marabá e Imperatriz tiveram seu território de atuação expandido. Mesmo que elas tenham uma atuação menor nas pequenas cidades estudadas, em razão da maior distância, se comparado com Araguaína, exercem certa influência sobre Carolina e São Geraldo do Araguaia, especialmente em relação às hierarquias dos serviços públicos. Dessa forma, podemos retomar o ponto de partida, da regionalização do REGIC, e afirmar que o mesmo nos oferece uma excelente radiografia da região, mas deixa escapar os múltiplos vínculos que as pequenas cidades estabelecem.

Como mostrou nesse trabalho, a cidade de São Geraldo do Araguaia, está no plano regional, subordinada a Araguaína e, com menos expressão a Marabá. Carolina é hierarquizada a Araguaína e com menos força a Imperatriz e Estreito. Por sua vez, Campos Lindos se subordina a Araguaína e de forma mais tênue a Balsas. Por/sobre essa configuração regional, que por si só é complexa, tem-se os fluxos que “atravessam a região”, assegurado pelas grandes corporações e pelas telecomunicações, e as relações tecidas entre as pequenas cidades.

O estudo nos chama atenção para a necessidade de contemplar-se os distintos contextos da urbanização em um país com dimensões continentais, com grandes contrastes naturais, humanos e econômicos, e grandes contradições e desigualdades sociais ainda a serem superadas.

Abre-se também a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas futuras que aprofundem a dimensão política, os movimentos sociais, as particularidades das pequenas cidades da fronteira amazônica e as relações campo-cidade. Como se constitui e ocorre a alternância de poder nessas cidades? A este respeito é importante saber se apenas poucas famílias dominam a cidade e quais as associações que elas mantém com os seguimentos dominantes para se manter no poder, como por exemplo, com os agropecuaristas. Mais que isso, como essas alianças são reorganizadas diante de novas frentes agrícolas modernas. Como se organiza os movimentos sociais nesses espaços? São mais fortes no campo, através

do Movimento dos Trabalhos Rurais Sem Terra, ou também são ativos na cidade? Como lidam com as oligarquias de poder local?

Outros estudos poderão aprofundar essas questões, nos chamando atenção para as implicações de que os fluxos de pessoas, mercadorias, ideias e capitais, que se processa por meio das rede urbanas, não reconhecem os limites político-administrativos, e portanto, as reflexões acadêmicas e as políticas públicas precisam incorporar esse fato.

REFERÊNCIAS

AJARA, Cesar al et. O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v. 53 (4), p. 5-48, out/dez. 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em: 02 abr. 2013.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. **Anuário do Transporte Aéreo 2012**, volume único. Brasília, 2013. 188 p.

_____. **Anuário do Transporte Aéreo 2014**, volume único. Brasília, 2015. 237 p.

AEROPORTO DE CAROLINA volta a receber voos comerciais após 39 anos. **G1**, [S. I], 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/06/aeroporto-de-carolina-volta-receber-voos-comerciais-apos-39-anos.html>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

APÓS 39 ANOS, aeroporto de Carolina volta a operar voos regulares. Governo do Maranhão: notícias. **G1**, [S.I] 16 jun. 2015. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/aeroporto-de-carolina-volta-a-operar-voos-regulares-depois-de-39-anos/>

ARAGUAÍNA. Com apoio da prefeitura, empresas se instalaram no Daiara. **Ascom**, 04, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.araguaina.to.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em: 14. out. 2016.

AS 30 CIDADES brasileiras que mais gastaram com e-commerce em 2014. **IDGnow**, [S.I.], 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://idgnow.com.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

AUMENTA NÚMERO de assaltos a banco no Pará. **G1**, Belém, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes.** 2001. 333 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

_____. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **Geotextos**, v. 8, n. 1, p. 147-165, jul, 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Portal de Legislação Governo Federal**, Brasília, 11 jul. 2001. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 19 abr. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. **Portal de Legislação Governo Federal**, Brasília, 08 jul. 2009. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 14 dez. 2015.

_____. Ministério das cidades. **Programas e ações do Ministério das Cidades**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cidados.gov.br/institucional/biblioteca-acesso>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____. Caixa Econômica Federal. **Pró-Municípios**. [S.I], [ca, 2015]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/Paginas/home-caixa.aspx>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Ministério das Comunicações. **Dados do bolso:** resumo de indicadores comunicações. [S.I], 2016. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/dados>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Decreto nº 7.508, de 28 de Julho de 2011. **Portal de Legislação Governo Federal**, Brasília, 28 jul. 2011. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 14 mai. 2016.

_____. Portaria nº 1.375 de 3 de julho de 2012. **Ministério da Saúde**, Brasília, 4, mar. 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1375_03_07_2012.html>. Acesso em 18 mai. 2016.

_____. Portaria nº 592 de 20 de maio de 2015. **Ministério da Saúde**, Brasília, 4, mar. 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0592_20_05_2015.html>. Acesso em 18 mai. 2016.

_____. Banco Central. **Relação de Agências e postos bancários**. [S.I], 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RED-RELAGPAB>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira por município, 2001-2015.** [S.I], ca. 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sistema/sistema/balanca/>>. Acesso em: 25/05/2013.

_____. Projeto de Lei, 5274, 12. mai. 2016. **Portal de Legislação Governo Federal**, Brasília, 12. mai. 2016. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 14 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emeec.mec.gov.br/>>. Acesso em 19 fev. 2016.

_____. Lei nº 12. 871, de 22 de outubro de 2013. **Portal de Legislação Governo Federal**, Brasília, 22 out. 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em 19 abr. 2015.

_____. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas-TO na rede de integração regional**. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

CAPEL, Horacio. Uma mirada histórica sobre los estudios de redes de ciudades y sistemas urbanos. **GeoTrópico**, v. 1, p. 30-65, 2003. Disponível em: <http://www.geotropico.org/1_1_Capel.html>. Acesso em: 10 set. 2015.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza Cavalcanti.; AZEVEDO, Lilia Maria Peçanha. Rede de Localidades centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 44, n. 4, p. 639-675, out/dez 1982.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana**: Interações espaciais interescalares e cidades médias. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CARAJAS NOTÍCIAS. Governador ministrou aula inaugural do curso de medicina da UEPA de Marabá. 13. Abril, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F0j8cxZaZZc>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CARVALHO, Rosa; CARVALHO, Zilma. **Pedro Iram**: rei do rio. Goiânia: Kelps, 2015.

CARDOSO, Paulo. A silvicultura chega com força ao estado do Maranhão. **Painel Florestal**, 9 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

CARVALHO, Arlete. Governo inaugura ponte ligando Bielândia e Barra do Ouro. **Notícias**, 18 set. 2012. Disponível em: <<http://casacivil.to.gov.br/noticia/2012/9/18/governo-inaugura-ponte-ligando-bielandia-e-barra-do-ouro/>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: POCHMANN, Marcio. **O mito da grande média: Capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 9-14.

_____. Uma classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 123-134.

CGI.BR. **TIC domicílios 2014**. Coord. Alexandre F. Barbosa. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <<http://nic.br/publicacoes/indice/pesquisas/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CNT – Confederação Nacional do Transporte. **Pesquisa CNT de rodovias 2015**: relatório gerencial. Brasília, CNT, SEST, SENAT, 2015.

CASARIL, Carlos Cassemiro. “Pequenas cidades” ou “cidades locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS, 2010, p. 1-13.

CONTINI, Elisio. Dinamismo do agronegócio brasileiro. **Agronline**, [S.I], p. 1-5. 2001. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=22&pg=1&n=5>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CAMAGNI, Roberto. **Economía urbana**. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Corporação e espaço – uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 137-145, 1991. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02/04/2013.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997a.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 279-318.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geousp – espaço e tempo**. São Paulo, n. 30, p. 199-12, 2011. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/index>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

CHAVES, Patrícia Rocha. **As Relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e a reprodução do espaço urbano nas cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.

COMPLEXO TURÍSTICO de Pedra Caída é inaugurado. **Norte do Tocantins**, 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.nortedotocantins.com.br/11/2014/complexo-turistico-de-pedra-caida-e-inaugurado/>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CIFUENTES, Joaquín Eduardo Manchola. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos – Tocantins**. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. **Frota Nacional (dezembro de 2015)**. [S.I], [ca, 2016]. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota2015.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DISTANCIACIDADES.COM. **Calcular a distância**. 2016. Disponível em: <<http://br.distanciacidades.com/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

DOMÉNECH, Rafael Boix. **Redes de Ciudades y Externalidades**. 2003. 377 f. Tese (Doutorado em Economia) - Departament d'Economia Aplicada, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/menu.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2013. p. 1-20.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. X, n. 218 (3), p. 1-20, 2006a. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>>. Acesso em 18 de setembro de 2013.

_____. Ensaios sobre espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente ano 9, n. 8, p. 29-51, 2006. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>> acesso em: 20/12/2013.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13. n. 2, p. 153-167, 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

EXAME – melhores e maiores. **Maiores empresas do Brasil em 2013**. São Paulo: Abril, 2013.

_____. **As 10 maiores redes atacadistas do Brasil, segundo a Abad**. São Paulo: Abril, 2013.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** 2010. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente n. 33, v. 1. p. 5-23, 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg;>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Cofins**, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FRESCA, Tânia. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, Fortaleza, n. especial, p. 75-81, dez, 2010. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

FERNANDES, Sarah. Onde a água é abundante. Mas falta. **Rede Brasil Atual**, [S.I], 15 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/11/concessao-a-odebrecht-eleva-preco-de-agua-para-baixa-renda-no-sudeste-do-pará-5484.html>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FRANÇA, Jaciara. **Ministro dos Transportes confirma licitação da ponte de Xambioá.** [S.I], 30 mar. 2016. Disponível em: <<http://portal.to.gov.br/noticia/2016/3/30/ministro-dos-transportes-confirma-licitacao-da-ponte-de-xambioa-/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

GARRONE. Governo do Maranhão organiza reforma do aeroporto de Carolina. **Blog Flávio Aires**, Carolina, 22 mai. 2015. Disponível em: <<https://henriqueaires.wordpress.com/2015/05/22/governo-do-maranhao-organiza-reforma-do-aeroporto-de-carolina/>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua região:** saúde como reforço de polarização. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. **O papel do ensino superior em Araguaína – TO:** o que dizem os estudantes e os professores. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

GONÇALVES, Rubens. **Governo do Estado reconstrói rodovia TO-226 que liga Goiatins a Campos Lindos, no norte do TO.** 22 jul. 2014. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/194253/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista território**, ano 3, n. 4, jan/jun, p. 55-71, 1988. Disponível em: <<http://www.laget.eco.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **GEographia**, Rio de Janeiro, ano, 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28. p. 8-39, 2012. Disponível em: <www.uff.br/geographia>. Acesso em: 25 mar. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Econômicos Maranhão. **VI Recenseamento Geral do Brasil-1950**. Série regional, v. XII, tomo II. Rio de Janeiro, 1956.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XV volume. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

_____. Censos comercial e dos serviços de 1960: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte. **VII Recenseamento Geral do Brasil**. Série regional, v. IV, tomo III. Rio de Janeiro, 1966a.

_____. Censo industrial de 1960: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte. **VII Recenseamento Geral do Brasil**. Série regional, v. III, tomo II. Rio de Janeiro, 1966b.

_____. Censo industrial Maranhão. **VIII Recenseamento Geral - 1970**. Série regional, v. IV, tomo V. Rio de Janeiro, 1974.

_____. Censo comercial Maranhão. **VIII Recenseamento Geral**. Série regional, v. VI, tomo V. Rio de Janeiro, 1975a.

_____. Censo dos serviços Maranhão. **VIII Recenseamento Geral - 1970**. Série regional, v. VII, tomo V. Rio de Janeiro, 1975b.

_____. Censo industrial Maranhão. **Censos econômicos de 1975**. Série regional, v. II, tomo V. Rio de Janeiro, 1979.

_____. Censo comercial Maranhão. **Censos econômicos de 1975**. Série regional, v. III, tomo V. Rio de Janeiro, 1980.

_____. Censo dos serviços Maranhão. **Censos econômicos de 1975**. Série regional, v. IV, tomo, V. Rio de Janeiro, 1981.

_____. Censo comercial Maranhão. **IX Recenseamento Geral do Brasil**. v. IV, n. 7. Rio de Janeiro, 1984a.

_____. Censo dos serviços Maranhão. **IX Recenseamento Geral do Brasil-1980**. v. V, n. VII. Rio de Janeiro, 1984b.

_____. Censo industrial dados gerais Maranhão. **IX Recenseamento Geral do Brasil-1980**. v. III, tomo, II, parte, 1, n. 7. Rio de Janeiro, 1984c.

_____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

_____. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

_____. **Regiões de influência das cidades-1993.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

_____. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. **Estudos e Pesquisas: informações demográficas e socioeconômicas**, n. 9. Rio de Janeiro, 2000b.

_____. **Regiões de influência das cidades-2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **A legislação municipal, municípios vigentes-2012.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. Número de cidades e população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população das cidades - 1960/2010. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

INQUÉRITO aponta precariedade do transporte fluvial de Marabá. **G1**, São Paulo, 18 nov. 2015. São Geraldo do Araguaia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LIMA, Débora Assumpção. **A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense.** 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MACHADO, Lia Osorio. **Urbanização e política de integração no norte de Goiás.** 1979. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

_____. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 1, p. 109-138, jan/jul, 1999. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MELO, Marcio Roberto da Silva et al. Expansão do cultivo da soja (*Glycine max* (L.) Merrill) no cerrado brasileiro, por meio de séries temporais de dados MODIS. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XVII, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa-PB, 2015. p. 5678-5685.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura:** a construção do conceito de agronegócio. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester et al (org). **Brasil século XXI:** por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra capital editora, 2015b. p. 123-152.

MOTTA, Diana Meirelles da, et al. **A Dimensão Urbana do Desenvolvimento Econômico – Espacial Brasileiro.** Textos para discussão, n. 530, Brasília: Ipea, 1997.

NAIME, Laura. Crise 'arrasta' cidades dependentes de uma única indústria. **G1**, São Paulo, 08 de fev. 2009. Economia e negócios, crise financeira. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>> acesso em: 09 nov. 2016.

NASCIMENTO, Júnio Batista. **O processo de emancipação política dos municípios do Estado do Tocantins e suas implicações territoriais.** 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014.

NERI, Marcelo. **A nova classe média:** o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NISPLAN – Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento. **Plano Estadual de Saúde do Pará.** Secretaria de Estado de Saúde Pública, Belém, 2012.

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO beneficiam escoamento da produção agropecuária do estado. **Secom/MA,** [S.I], 26 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/obras-de-pavimentacao-beneficiam-escoamento-da-producao-agropecuaria-do-estado/>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 183-191, ago. 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/atelie>>. Acesso em: 17 set. 2015.

OLIVEIRA, Cássio Antunes de. **Consolidação de eixos de desenvolvimento econômico no estado de São Paulo:** dinâmica industrial, transporte e logística. 2011. 358 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp, Presidente Prudente, 2011.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileira pós 1980:** desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. 1996. 345 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção industrial.** Textos para discussão, n. 633, Brasília: Ipea, 1999.

PADINHA, Marcel Ribeiro. **Em terras precárias quem tem pouco é centro:** o papel das pequenas cidades na rede urbana amazônica: uma análise a partir de Cametá-PA. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande média:** Capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

POMPEU, Ulisses; VIEGAS, Nathália. **UNIFESSPA deverá injetar R\$ milhões em 2016.** UNIFESSPA, 20, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.unifesspa.edu.br/>>. Acesso em: 07. jul, 2016.

PALHETA, Fernanda. **O São Geraldo do Araguaia:** MPE expede recomendação a prefeito para estruturar departamento de trânsito. Procuradoria Geral da Justiça. [S.I], 20 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=3448&class=N>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

PARREIRA, Daíanni. Hospital Universitário da UFT é realidade; HDT tem nova gestão. **Notícias**, 02. jun. 2016. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/>>. Acesso em: 12. out. 2016.

_____.; LIMA, Samuel. UFT anuncia criação e implantação do curso de Medicina no Câmpus de Araguaína. **Notícias**, 02. jun. 2016. Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/>>. Acesso em: 12. out. 2016.

PIRES, Cyntia Miguel. **Catalão (GO):** uma contribuição ao estudo de cidades médias. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil:** uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina-MA. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média:** o papel do comércio e serviço na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 2014. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2014.

QUALISUS. Proposta do Subprojeto Qualisus – Rede para a região do Bico do Papagaio. [SI], 2012.

QUEM SOMOS. Grupo Mateus. [S.I], ca. 2015. Disponível em: <<http://www.grupomateus.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 07 mai. 2016.

REIS, Alda Almeida Miranda; PEREIRA, Maria Rita Brandão. Carolina: apogeu, declínio e ressurgência. Imperatriz, Ética: 2007.

REOLON, Cleverson Alexsander. Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. A complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise. 1998. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

ROCHEFORT, Michel. Redes e sistemas ensinando sobre o urbano e a região. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROMA, Cláudia Marques. Segregação socioespacial em cidades pequenas. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. As cidades locais no terceiro mundo: o caso da América Latina. In: _____. **Espaço e sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. O espaço do cidadão. In: SILVA, Elisiane da Silva; NEVES, Rodrigo Gervásio; MARTINS, Liana Bach (Org.). **Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões.** Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. p. 75-224. (Coleção o Pensamento Político Brasileiro).

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** São Paulo: Edusp, 2013.

SASSEN, Saskia. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **Eure**, Santiago, v. 24, n. 71, p. 1-50, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71611998007100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SERRA, Geraldo. Urbanização e centralismo autoritário. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.

SETE LINHAS AÉREAS deixa de operar com voos regulares no Maranhão a partir de sexta-feira. **Maranhão Hoje.** 28 dez. 2015. Disponível em: <<http://maranhaohoje.com.br/index.php>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SILVA, Cláudio Moura. Comparativo entre a demanda dos transportes aéreo e rodoviário interestadual de passageiros. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**. Brasília, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11975#>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SILVA, Cleide. Venda de veículos cresce mais no interior. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2016. Mercado. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 01 abri. 2016.

SILVA, Gislaine Martins da et al. Estudos parciais sobre a violência urbana no setor Araguaína Sul da cidade de Araguaína-TO. In: PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de Souza (org.). **Educação, Ambiente, Cultura e Lugar: uma análise da produção do espaço geográfico**. Goiânia: Kelps, 2012. p. 85-110.

SOARES, Beatriz Ribeiro et al. Dinâmica urbana - na bacia do Rio Araguari (MG) - 1970 - 2000. In: LIMA, Samuel do Carmo, SANTOS, Rossevelt José dos (Org.). **Gestão Ambiental da bacia do Rio Araguari - rumo ao desenvolvimento sustentável**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia; Brasília: CNPq, 2004. p. 125-161.

_____. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.15 vol. 2, p.13-24, 2008. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/formacao>. Acesso em: 06 set. 2015.

SCHOR, Tatiana, et al. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do Rio Solimões, Amazonas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XII, 2007, Belém. **Anais...** Belém, PA, 2007. p. 1-13.

_____. As cidades invisíveis da Amazônia Brasileira. **Revista Mercator**, Fortaleza, vol. 12, n. 28, p. 67-84, mai/ago, 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____.; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. **ACTA geográfica**, Boa Vista, Ed. especial cidades na Amazônia brasileira, p. 15-30, 2011. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/index>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SOBRINHO, Orimar Souza Santana. **Palmas: uma cidade média no coração do Brasil**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SODRÉ, Reges; BRITO, Eliseu Pereira de. Uma leitura da Rodovia Belém-Brasília e sua dinâmica territorial em Araguaína no século XXI. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, V, 2011, Belém. **Anais...** Belém, PA, 2011, p. 1-14.

_____. **As atividades do agronegócio em Araguaína:** entre espacialidades urbanas e novas/velhas desigualdades sociais. 2014. 79 f. Trabalhado de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, 2014.

_____; PEREIRA, Aires José. Rede urbana e relações interescalares na cidade média de Araguaína-TO: perspectivas a partir do comércio de vestuário. **Revista Geotextos**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 41-61, 2015. Disponível em: <www.geotextos.ufba.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Relações campo-cidade na região de influência de Araguaína-TO: uma caracterização preliminar. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XI, 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, SP, 2015, p. 9642-9653.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Jessé et al. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. et al. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional sulmaraanhense:** reflexões a partir da centralidade econômica de Açaílândia, Balsas e Imperatriz. 2015. 558 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, Alessandra. TCU pede anulação de processo licitatório para construção de ponte em Xambioá; empresa vencedora teria praticado sobrepreço no ajuste do contrato. **Cleber Toledo**, 27 out. 2012. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/n49473>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

SOUZA, Kleber Abreu; LORRAYNE, Keny. Distrito agroindustrial de Araguaína: um estudo sistêmico sobre o efetivo funcionamento do “Projeto Daiara”. In: **SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS**, 17. **Anais...** São Paulo: FGV, 2014. Disponível em: <<http://www.simpoi.fgvsp.br/index.cfm>>. Acesso em 23. abr. 2015.

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/menu.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2013. p. 1-20.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades.** 2004. 512 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaço em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermédias en un mundo globalizado.** Lleida: Universitat de Lleida, 2009. p. 41-69.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/index>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012. p. 123-145.

_____. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, ALVARO et al. **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 125-151.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, Território e Relação Campo-Cidade – Uma Outra Leitura da Modernização da Agricultura. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 6, p. 83-95, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias elos do urbano regional e do público privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.

TOCANTINS. Secretaria do planejamento e orçamento. **Bases vetoriais.** [S.l], 2012a. Disponível em: <<http://seplan.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

_____. **Regionalização Solidária e Cooperativa Comissões Intergestores Regional do Tocantins:** uma construção histórica. Secretaria de Estado da Saúde. Palmas, 2012b.

_____. Departamento de Estrada e Rodagem do Tocantins. **Mapa rodoviário.** Palmas, TO, [2015?]. 1 mapa, color. Escala 1:1.000.000.

_____. **Perfil socioeconômicos dos municípios:** Campos Lindos. Seplan-TO, Palmas, 2015a.

_____. **Diagnóstico do Agronegócio.** FAPTO/SEPLAN-TO, Palmas, 2015b. (Relatório)

UFMA inicia atividades do curso de Medicina em Imperatriz-MA terça-feira. Folha do Bico, 7, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br/04/2014/ufma-inicia-atividades-do-curso-de-medicina-em-imperatriz-ma-nesta-terca-feira.php>>. Acesso em: 12. jun. 2015.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da et al. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia Ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **Revista ACTA Geográfica**, Rio Claro, v. especial, p. 117-133, 2011. Disponível em: <<http://www.actageo.ufrr.br/index>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VEIGA, Léia Aparecida. **Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norteparanaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar**. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VILLAS BÔAS, Bruno; BRITTO, Patrícia. Dependentes de uma única empresa, cidades vivem síndrome de abstinência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 nov. 2015. Mercado. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

VIDAL, Rose. **Governador inaugura asfalto de rodovia que liga Campos a Goiatins**. 28 jun. 2006. Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/11283/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Formulário de verificação das funções urbanas e interações das pequenas cidades da região de influência de Araguaína segundo a visão dos moradores³⁴

Aluno: Reges Sodré da Luz Silva Dias

Professor orientador Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Identificação dos entrevistados: número do questionário.

1. Desloca-se para outro município para usar serviços financeiros (Bancos)?

() Sim () não.

Qual(is)?

a- Qual frequência? Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal ()

2. Desloca-se para outro município por outros motivos?

() Sim () Não

() estudo () lazer () trabalho () saúde () família () outros qual(is)?

3. Qual o meio de transporte usado?

() carro particular () ônibus () avião () trem () barco/canoa () moto própria () carona () bicicleta () van () outros qual(is)?

4. Comunica-se com outros municípios por telefone? () sim () não

Qual(is) municípios?

5. Qual a razão/motivo da comunicação?

() estudo () lazer () trabalho () saúde () família () compras () outros qual(is)?

6. Qual a frequência das ligações? Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal ()

7. Comunica-se com outros municípios via internet? Sim () não () Qual(is) municípios?

8. Qual a razão/motivo da comunicação?

() estudo () lazer () trabalho () saúde () família () compras () negócios financeiros () outros qual?

9. Em caso de compras pela internet, qual o município de origem do produto?

10. Em compras pela internet qual o nível de satisfação em relação ao tempo de entrega do produto? Ruim – 15 dias ou mais () Razoável – 10 a 15 dias () bom – 5 a 10 dias () ótimo - menos de 5 dias ()

11. Algum componente da família estuda em outro município? Sim () não () Qual(is) município?

a- Qual nível de estudo? Ensino fundamental () Ensino médio () Graduação () Curso técnico () Pós graduação ()

12. Onde costumar comprar/usar os seguintes bens e serviços.

³⁴ Adaptado de Ferreira (2010) e Endlich (2004).

a. Serviços autorizados em informática.

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

b. Aquisição de carro novo/ou usado (especificar qual tipo).

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

c. Aquisição de moto nova ou usada (especificar qual tipo).

Sim () não ()

() Cidade do informante.

() Outra. Qual(is)?

d. Aquisição de computadores.

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

e. Médicos especialistas (cardiologista, pediatra, dermatologista, oftalmologista, oncologista, ortopedista, outros).

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

f. cirurgias especializadas (cardiovasculares, oftalmologista, oncologista, ortopedista, outros).

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

g. Exames médicos (fezes, urina e sangue)

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

h. Manutenção no carro ou moto (especificar)

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual?

i. Compras de eletrodomésticos.

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual?

j. Compras de supermercado (compra mensal).

Sim () não ()

() Cidade do informante

() Outra. Qual(is)?

Perguntas complementares

1. Que tipo de equipamento comercial mais faz falta em sua cidade?
2. Que tipo de serviço público mais faz falta em sua cidade?
3. Qual a cidade mais importante do Tocantins na sua opinião? Comente.

APÊNDICE 2 - Formulário de verificação das funções urbanas e interações das pequenas cidades da região de influência de Araguaína por meio dos estabelecimentos comerciais³⁵

Aluno: Reges Sodré da Luz Silva Dias

Professor orientador Dr. Julio Cesar de Lima Ramires

Identificação dos entrevistados: número do questionário.

Ramo: comércio

Produtos vendidos e oferecidos:

1. Qual o local da sede da loja e a data de inauguração do estabelecimento aqui na cidade?
2. Possui filiais em outros locais? Quais?
3. Porque escolheu essa cidade para abrir a loja?
4. Existiu ou ainda existe algum incentivo do poder público para a instalação da loja?
5. Qual o quadro de funcionário e seu perfil (nível de escolaridade predominante e local de moradia)? Obs. Quando se tratar de lojas de produtos e serviços agropecuários detalhar se há profissionais especializados, como médico veterinário e zootecnista.
6. Quais são as opções de pagamento oferecidas ao consumidor?
7. Qual o público e a região alvo da loja?
8. Possui clientes da zona rural?
9. Possui clientes de outras cidades? Quais?
10. Fale um pouco sobre a logística da empresa (local de origem dos produtos vendidos e sua trajetória até a loja)?
11. Aponte as maiores dificuldades da empresa nessa cidade e quais são as perspectivas futuras do loja nesse local?
12. Quantos computadores a empresa possui ligados a internet? E dentro de uma escala de 0 a 10 qual seu grau de importância para gestão da empresa.
13. Como é feito o marketing da loja?

³⁵ Adaptado de Jurado da Silva (2011).